CONGRESSO
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES
20 ANOS
AS METRÓPOLES E O DIREITO À CIDADE:
DILEMAS, DESAFIOS E ESPERANÇAS

ANAIS

EIXO 1 TERRITÓRIO
SESSÃO 1.2 ECONOMIA METROPOLITANA

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

Realização:

20 ANOS 1998 | 2018 OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional

Apoio:

inct
institutos nacionais
de ciência e tecnologia

CAPES

CNPq

FAPERJ

FORD
FOUNDATION

UNIÃO
NACIONAL POR
MORADIA
POPULAR

INCT **OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES**

Congresso

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES 20 ANOS

As Metrópoles e o Direito à Cidade: Dilemas, Desafios e Esperanças

03 a 07 de dezembro de 2018

ANAIS

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional | **IPPUR-UFRJ**
Rio de Janeiro | **RJ**
Ano de Publicação **2019**
1ª Edição

C794

Congresso Observatório das Metrópoles 20 Anos. As metrópoles e o direito à cidade: dilemas, desafios e esperanças (I. : 2018 : Rio de Janeiro, RJ)
Anais do Congresso Observatório das Metrópoles 20 Anos. As metrópoles e o direito à cidade: dilemas, desafios e esperanças / Organizadores: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro et all - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / Observatório das Metrópoles, 2019.

3197p. : il. ; 21x29cm
ISBN: 978-85-86136-12-2

1. Planejamento Urbano (Congresso). 2. Planejamento Regional (Congresso). 3. Políticas Públicas (Congresso). 4. Pesquisa (Congresso).I. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. II. Observatório das Metrópoles. III. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. IV. Universidade Federal do Rio de Janeiro. V. Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. VI. Título.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

O Observatório das Metrópoles é um grupo que funciona em rede, reunindo instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não-governamental. A equipe constituída no Observatório vem trabalhando há 20 anos, envolvendo atualmente cerca de 100 pesquisadores e 60 instituições de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional, tendo como referência a compreensão das mudanças das relações entre sociedade, economia, Estado e os territórios conformados pelas grandes aglomerações urbanas brasileiras.

O Observatório das Metrópoles tem como uma das suas principais características reunir Programas de Pós-graduação em estágios distintos de consolidação, o que tem permitido virtuosa prática de cooperação e intercambio científico através da ampla circulação de práticas e experiências acadêmicas. Por outro lado, o Observatório das Metrópoles procura aliar suas atividades de pesquisa e ensino com a realização de atividades que contribuam para a atuação dos atores governamentais e da sociedade civil no campo das políticas públicas voltadas para esta área.

Neste momento, o Observatório das Metrópoles integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) do CNPq e, nos próximos 5 anos, terá como objetivo dar continuidade e desdobramentos às suas atividades de pesquisa, formação de recursos humanos, extensão e transferência de resultados para a sociedade e para os governos envolvidos com a questão metropolitana.

Por envolver grupos de pesquisas distribuídos em todas as cinco Grandes Regiões do país (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul), as atividades de pesquisa que desenvolvemos permitem aprofundar o conhecimento da diversidade da realidade metropolitana do país e suas relações com as desigualdades regionais.

O Observatório das Metrópoles tem atualmente como coordenador geral o professor Sergio de Azevedo (UENF) e como vice-coordenar geral o professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (UFRJ).

CONGRESSO OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES VINTE ANOS

Para comemorar os vinte anos de existência da rede de pesquisa Observatório das Metrópoles, que envolve cerca de cem pesquisadores em mais de sessenta instituições nacionais e internacionais, temos o prazer de anunciar a realização do congresso “As Metrópoles e o Direito à Cidade: dilemas, desafios e esperanças”.

O congresso pretende ser um espaço de diálogo e reflexão sobre temas urbanos e metropolitanos contemporâneos. Considerando o nosso programa de pesquisa transdisciplinar orientado pelos compromissos com a produção de conhecimento crítico e a promoção da justiça social, ele tem como objetivos centrais debater as seguintes questões:

1 | Qual o pensamento acumulado pela Rede Observatório das Metrópoles em sua trajetória sobre o que poderíamos denominar vagamente questão urbana-metropolitana da sociedade brasileira e as suas particularidades, enquanto integrante da periferia do sistema-mundo capitalista e a sua trajetória histórica?

2 | Quais desafios esta questão urbana-metropolitana coloca para o nosso futuro diante da crise estrutural e dos limites (internos e externos) da atual etapa do capitalismo?

EIXO 01 | TERRITÓRIO

A utilização de uma abordagem que considera a análise da grande escala, o território, precipita questões sobre os padrões atuais de organização territorial e sua capacidade de garantir o desenvolvimento urbano-regional socialmente inclusivo e territorialmente equitativo. Nesse sentido, pretende-se ampliar o debate sobre as dinâmicas de constituição desses espaços, seu poder de articulação e polarização do território nacional, e os novos arranjos espaciais e suas conexões com as transformações de suas bases produtivas estão vinculadas às análises sobre as dinâmicas de estruturação das metrópoles, de produção e reestruturação econômica, social e espacial em curso, dos movimentos migratórios e pendulares e suas implicações na expansão dessas aglomerações.

SESSÃO 1.2 – ECONOMIA METROPOLITANA

Coordenadores:

- Marcelo Ribeiro (IPPUR/UFRJ)
- Maria do Livramento Clementino (NAPP/PPEUR/UFRN)
- Ana Claudia Duarte Cardoso (UFPA)

O Brasil é na atualidade um país eminentemente urbano, em que parcela significativa de sua população se concentra nos espaços metropolitanos, o que confere à dinâmica econômica modos de estruturação que reflete essa realidade. De um lado, o modo como o país se organiza populacional e territorialmente influência na sua estrutura econômica; de outro lado, essa estrutura econômica contribui para a organização populacional e territorial do país. Neste sentido, considera-se que a estrutura econômica das metrópoles brasileiras tem influenciado o desenvolvimento econômico nacional, assim como este processo tem impactado os espaços metropolitanos.

NOTA INTRODUTÓRIA

Como resultado do Congresso Observatório das Metrópoles Vinte Anos | As Metrópoles e o Direito à Cidade: dilemas, desafios e esperanças apresentamos os Anais, que foram desenvolvidos em formato de arquivo digital (PDF).

Os Anais estão divididos em dez partes coincidentes com os Eixos Temáticos e suas sessões específicas, que nortearam o Simpósio do Congresso, além de um volume introdutório, numerado como “00”, que engloba o Índice Geral que abarca todos as outras partes. No arquivo dedicado aos pôsteres, são apresentados os resumos expandidos submetidos por seus autores.

00 | ÍNDICE GERAL
EIXO 01 – TERRITÓRIO
1.1 | ORÇANIZAÇÃO DO ESPAÇO
1.2 | ECONOMIA METROPOLITANA
1.3 | MEGARREGIÃO
EIXO 02 – GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA
2.1 | GESTÕA DAS ÁGUAS
2.2 | MOBILIDADE URBANA
2.3 | REGIMES URBANOS
EIXO 03 – DIREITO À CIDADE
3.1 | ECONOMIA SOLIDÁRIA
3.2 | ESTRUTURA SOCIAL
3.3 | DIREITO À CIDADE E HABITAÇÃO
PÔSTERES
4 | SESSÃO DE PÔSTERES

Os conteúdos dos trabalhos expostos nos Anais são de inteira responsabilidade dos autores, incluindo a revisão de texto e uso de imagens.

COMISSÃO ORGANIZADORA
(OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – NÚCLEO RIO DE JANEIRO)

Luiz Cesar De Queiroz Ribeiro
Elizabeth Alves
Juciano Rodrigues
Karoline Souza
Patrícia Ramos Novaes
Samuel Thomas Jaenisch
Thais Velasco
Tuanni Rachel Borba

COMISSÃO COMUNICAÇÃO

Carolina Calcavecchia
Luísa Sobral

COMITÊ CIENTÍFICO

Adauto Lúcio Cardoso (UFRJ)
Inaiá Moreira de Carvalho (UFBA)
Jupira Mendonça (UFMG)
Luciana Corrêa do Lago (UFRJ)
Luciano Fedozzi (UFRGS)
Maria do Livramento Clementino (UFRN)
Marcelo Gomes Ribeiro (UFRJ)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Sérgio de Azevedo (UENF)

SUMÁRIO

Para ir direto a um texto específico, basta clicar sobre a indicação de seu título ou de seu(s) autor(es) neste sumário.

ECONOMIAS METROPOLITANAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

JULIANA BACELAR DE ARAÚJO
MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO
RODOLFO FINATTI
REBECA MAROTA DA SILVA

ESTRUTURA PRODUTIVA E MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL: O CRESCIMENTO DO TERCIÁRIO URBANO

RODOLFO FINATTI
MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO
JULIANA BACELAR DE ARAÚJO
REBECA MAROTA DA SILVA

REBATIMENTO DA CRISE ECONÔMICA ATUAL SOBRE O EMPREGO FORMAL EM SETE VETORES DE EXPANSÃO DA RMBH

ANDRÉ MOURTHÉ DE OLIVEIRA
CLÁUDIA JÚLIA GUIMARÃES HORTA

NOVAS RELAÇÕES ENTRE METRÓPOLE E INDÚSTRIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: O CASO DO PAR CONCENTRAÇÃO/DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA EM FORTALEZA/CE

EDILSON PEREIRA JÚNIOR

A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ESTABELECIMENTOS CRIATIVOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE NO PERÍODO 2006 E 2015.

JUDITE SANSON DE BEM
MOISÉS WAISMANN
MARGARETE PANERAI ARAÚJO

A CIDADANIA AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA COLETIVIDADE NA CONSTRUÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MEIO AMBIENTE URBANO

MARÍLIA RODRIGUES MAZZOLA
MIGUEL ETINGER DE ARAÚJO JÚNIOR
PRISCYLLA GOMES DE LIMA

CIDADES SUSTENTÁVEIS E DINÂMICAS ECONÔMICAS EM METRÓPOLES NORDESTINAS

ANA CÉLIA BAÍA ARAÚJO
ZORAIDE SOUZA PESSOA

DINÂMICAS TERRITORIAIS NO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO. UMA ANÁLISE DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NUM CONTEXTO DE DEPENDÊNCIA NACIONAL-ESTATAL

VITOR VIEIRA F. BOA NOVA
CLARICE ANTOUN MARTINHO

A INSTALAÇÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E APUCARANA COMO UM ESPAÇO ECONÔMICO RELEVANTE

RENATA ADRIANA GARBOSSA SILVA

A REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO:
PRIMEIROS PASSOS

ERASMO GOMES

CIRCUITOS DE RESISTÊNCIA SOB AS LUZES DA METRÓPOLE NEOLIBERAL: ANÁLISE SOCIOESPACIAL DA FRAGMENTAÇÃO E DISPERSÃO URBANOS NA PERIFERIA BELO-HORIZONTINA

PATRÍCIA SILVA GOMES

SEGREGAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO NAS CIDADES DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE

ANA PAULA VASCONCELOS GONÇALVES

100 ANOS DE UMA "CIDADE PARTIDA": ANÁLISE DE CAUSALIDADES DA SEGREGAÇÃO SÓCIO ESPACIAL DO RIO DE JANEIRO PELA TÉCNICA DELPHI

JORGE A. MARTINS

DINÂMICA ECONÔMICA E PERFIL PRODUTIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

WILHELM EDUARD MILWARD DE AZEVEDO MEINERS
FERNANDA CRISTINA DE OLIVEIRA RODRIGUES

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, AGROINDÚSTRIA E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO METROPOLITANO DE FORTALEZA

ALEXSANDRA MARIA VIEIRA MUNIZ

DINÂMICAS URBANAS, ECONOMIA METROPOLITANA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO NORDESTE (2006-2016)

REBECA MAROTA DA SILVA
MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO

AS RELAÇÕES CIDADE-CAMPO E METRÓPOLE-CAMPO:
A METRÓPOLE TERCIÁRIA E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA – O CASO DE BRASÍLIA

SERGIO MAGNO CARVALHO DE SOUZA

ECONOMIAS METROPOLITANAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Juliana Bacelar de Araújo

UFRN, Departamento de Economia e Observatório das Metrópoles núcleo Natal/RN, e-mail: julianabacelararaujo@gmail.com

Maria do Livramento Miranda Clementino

UFRN, Departamento de Políticas Públicas, Programas de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais e de Ciências Sociais e Observatório das Metrópoles núcleo Natal/RN

e-mail: clement@ufrnet.br

Rodolfo Finatti

UFRN, Pesquisador PNPD (Pós-Doutoral) no Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Associado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais – PPEUR, Observatório das Metrópoles núcleo Natal/RN e Bolsista CAPES

e-mail: rodolfofinatti@alumni.usp.br

Rebeca Marota da Silva

Pesquisadora do Observatório das Metrópoles núcleo Natal/RN
e-mail: rebeca.economia@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é desenvolver uma classificação das atividades econômicas que subsidie a análise das relações entre as economias metropolitanas e o desenvolvimento regional brasileiro, a partir da CNAE versão 2.0.

A metodologia para a elaboração dessa nova classificação baseia-se no reagrupamento, organização e categorização das divisões e grupos existentes na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) versão 2.0, de forma que possibilite uma maior compreensão de importantes movimentos que vem ocorrendo na estrutura produtiva e no mercado de trabalho das economias metropolitanas e seus reflexos e interações com o desenvolvimento regional brasileiro. Segundo o IBGE, a CNAE é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos (IBGE, 2007).

Essa nova classificação pretende permitir um novo olhar para as transformações que vem ocorrendo nas metrópoles brasileiras a partir do reagrupamento das atividades econômicas da CNAE 2.0 com foco na intensidade tecnológica das atividades primárias e secundárias e no complexo urbano-imobiliário, setor turístico metropolitano e terciário propriamente urbano.

Primeiro serão subdivididos os grupos relacionados ao setor primário agropecuário e extrativo e às atividades industriais deles derivadas. Em seguida, serão classificadas as atividades industriais de acordo com a intensidade tecnológica, que vai desde atividades de alta tecnologia até atividades de baixa tecnologia. Ainda será subdividido o setor da construção, como forma de analisar o complexo urbano-imobiliário e as obras de infraestrutura. Por fim, os serviços serão classificados a partir das determinações mais gerais da dinâmica dos segmentos propriamente urbanos: serviços distributivos, serviços produtivos, serviços sociais, serviços pessoais.

A nova classificação busca ajudar na análise dos dados de forma a compreender fenômenos importantes que vem ocorrendo, tais como os aspectos da desindustrialização, reprimarização da pauta exportadora, desconcentração industrial, acumulação urbana e financeirização. Trata-se de uma primeira versão da classificação que será utilizada na pesquisa “Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças da base produtiva e mercado de trabalho”[1].

O presente artigo está dividido em três partes, além desta introdução. Na primeira parte faz-se uma breve contextualização das transformações atuais da economia brasileira e a necessidade da construção de um novo olhar sobre as atividades econômicas. Em seguida, apresenta-se a proposta de classificação das atividades econômicas, partindo do referencial teórico referente às dinâmicas metropolitana e regional brasileira para apontar os critérios e sistematização da nova proposta de classificação. Por fim, são elaboradas as considerações finais do artigo.

AS TRANSFORMAÇÕES ATUAIS E A NECESSIDADE DA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO OLHAR SOBRE AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Nos anos 2000 a economia brasileira apresentou importantes sinais de retomada da atividade econômica, reflexos da expansão do crédito e do consumo das famílias, do

[1] Os autores agradecem as contribuições de Marcelo Ribeiro Gomes e Juciano Martins Rodrigues na discussão da proposta de classificação das atividades econômicas.

aumento das exportações – decorrente do movimento favorável do crescimento internacional (até a crise financeira de 2008/09), do "efeito China" e da forte valorização das *commodities* agrícolas e minerais –, e da reativação de investimentos produtivos e em infraestrutura econômica e social, além da implementação e consolidação das políticas sociais e da política de valorização do salário mínimo.

Observou-se, então, a reativação das economias metropolitanas, fortemente influenciadas pelo protagonismo do mercado interno e pela retomada do investimento público e privado, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Esse processo também favoreceu as regiões brasileiras mais pobres, especialmente o Norte e o Nordeste.

A partir de 2011 já é possível observar um ambiente nacional de desaceleração econômica que, associado a um contexto internacional menos favorável e a importantes crises políticas, culminou em uma forte crise de 2015 em diante, em um processo de "inflexão ultraliberal". Este processo, em curso, "teria como foco a reforma do Estado brasileiro, retomando com mais força princípios e concepções experimentadas no ciclo neoliberal dos anos dos 1990" (RIBEIRO, 2017, p. 5).

Apesar da mudança no cenário econômico é possível observar ao longo dos anos 2000 importantes movimentos de desindustrialização, reprimarização, desconcentração/ reconcentração econômica-industrial, acumulação urbana e financeirização, os quais tem impactado as áreas metropolitanas e vem tornando mais complexo o debate sobre o desenvolvimento regional brasileiro.

Interessa aqui o entendimento de que importantes movimentos ocorreram na economia nacional a partir de 2000 e que as classificações dos setores de atividade existentes são pouco flexíveis e não estão voltadas para a análise do que aconteceu nos espaços urbanos nacionais e nas economias regionais. A hipótese é a de que as atuais classificações não mais evidenciam a realidade econômica metropolitana e regional, sendo necessário o desenvolvimento de uma nova classificação das atividades econômicas que permita pensar as economias metropolitanas tanto em uma perspectiva regional quanto urbana.

PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS: CRITÉRIOS, SISTEMATIZAÇÃO E BASES TEÓRICAS

Setor primário agropecuário e extrativo e as indústrias derivadas (Grupos 1 e 2)

Historicamente o setor primário teve papel relevante na dinâmica regional brasileira. Desde a ocupação econômica das terras americanas pela expansão comercial da Europa, foram se consolidando no país diversos complexos primário-exportadores, do açúcar e algodão no Nordeste, à mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste, e o café no Sudeste, passando pela ocupação do interior e da região Sul com a pecuária extensiva e a economia mineral. Esses complexos econômicos eram baseados em grandes unidades produtoras (agrícola, mineradora e extrativista), com grande extensões de terra (latifúndios) e, em sua maioria, com base no trabalho escravo e na ordem senhorial, com altas concentrações de renda, riqueza e poder, em um economia colonial voltada para o exterior (FURTADO, 1959; BRANDÃO, 2007).

Era um período de "***isolamento relativo***", onde "(...) predominava na estrutura produtiva das regiões o segmento de atividade voltado para o comércio internacional de bens primários". Os vínculos com os países de fora, e a articulação de cada complexo

econômico com os países importadores eram mais intensos do que entre as regiões brasileiras. Dessa forma, as crises recorrentes e prolongadas do setor primário-exportador também refletiam-se e impactavam nas dinâmicas regionais (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 25).

Esse modelo espalhado e disperso de diferentes experiências de produção foi criando os primeiros núcleos urbanos que, apesar de não terem se estruturado com densidade capitalista como aponta Brandão, foram consolidando os primeiros núcleos de retenção de excedente (BRANDÃO, 2007). Quer seja um processo de urbanização mais disperso, como o resultante dos complexos nordestinos, ou um processo de urbanização mais articulado, como o derivado do complexo cafeeiro paulista, observa-se que esses complexos tiveram papel importante no processo de urbanização do país e criaram o desenho da rede urbana brasileira.

Mas, a crise de 1929 escancara os limites desse modelo e deixa claro a necessidade de se romper com o "arquipélago nacional" (CANO, 1985; BRANDÃO, 2007) e avançar na integração do mercado interno. Avança-se na infraestrutura e industrialização, ao longo de todo o processo de "industrialização restringida e pesada", mas sem grandes rupturas ou mudanças nas estruturas fundiárias regionais (TAVARES, 1974; MELLO, 2009; CANO, 1981). A marcha para o Oeste e o processo de "modernização conservadora" do campo só se consolida a partir dos anos 1960, ao promover a "industrialização" e forte mecanização da agricultura, e provocar importantes movimentos de expulsão da zona rural - êxodo rural (GRAZIANO DA SILVA, 1978).

Nesse sentido, o II PND, já na década de 1970, traz novas questões para o desenvolvimento nacional e regional, sobretudo do setor extrativo-mineral, base importante para a consolidação da indústria de insumos básicos e de bens de capital. O bloco de investimentos do II PND

> tendeu a privilegiar os setores e sub-regiões produtoras de *tradeables* exportáveis — com capacidade produtiva excedente e eficiente pois criada com escalas adequadas e tecnologia atualizada (e.g. produtos siderúrgicos, mineração, papel e celulose, alumínio, suco de laranja, soja e derivados, etc.). Este movimento favoreceu o interior de São Paulo, Minas Gerais, o Centro-Oeste (*agribusiness*), o Paraná, e Sul da Bahia e sub-regiões no Norte (Carajás) (Pacheco, 1998, p.7-8).

Este movimento se consolida a partir dos anos 1980, com a crise fiscal e financeira do Estado e a necessidade de geração de divisas, bem como a consolidação da visão baseada na integração competitiva (vínculo mais forte para fora e associado à dinâmica externa), ambiente em que operou a guerra fiscal. Os setores primários ligados à agropecuária e extrativa vão de ampliando bem como as indústrias derivadas e os serviços demandados por esses setores.

Avança-se na produção de grãos e na fruticultura irrigada, na pecuária extensiva, na extrativa mineral e no papel e celulose, em um movimento que já havia transbordado do Sudeste para o Centro-Oeste e agora sobe em direção à parte do Norte (Tocantins, por exemplo) e do Nordeste (especialmente nos cerrados da Bahia, Piauí e Maranhão, além dos polos de irrigação).

As consequências da crise cambial de 1999 somadas ao "Efeito China" e à forte valorização das *commodities* agrícolas e minerais levam a um expressivo aumento das

exportações nacionais nos anos 2000. Reafirma-se, novamente, o modelo de inserção externa iniciado anos 1980, que, segundo Delgado (2010, p. 111) está "fortemente apoiado em produtividade de recursos naturais (no comércio externo) e captura de renda fundiária (pelos proprietários de recursos naturais)". Em um processo que tende a "reprimarização" da pauta exportadora brasileira, com "crescimento das exportações primárias e perda relativa das exportações manufatureiras" (DELGADO, 2010, p. 111-112), em um movimento que dá continuidade ao processo de desconcentração produtiva regional, mas com um perfil "especializado e regressivo" (MACEDO, 2010).

A continuidade desse modelo de inserção externa teve importantes impactos na organização territorial, através da conservação da agricultura itinerante (FURTADO, 1959), ou das mudanças espaciais da expansão e crescimento da agropecuária e indústria extrativa, ou da ampliação do terciário que acompanha a urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 2006), ou, ainda, pelo movimento de relocalização de parte da indústria de transformação que, na tentativa de buscar maior inserção no mercado externo vai se redirecionando para outras regiões, "fora do core industrial do país". Complementarmente, "o papel da infraestrutura e da logística – ambos indispensáveis para conexão das produções regionais ao mercado externo – são determinantes na reestruturação do território" (MACEDO, 2010, p. 91-92).

Macedo destaca, ainda, a insuficiência do recorte da economia entre os grandes setores, ou seja, entre agropecuária, indústria e serviços, ou entre os setores primário, secundário e terciário. Para ele,

> No caso brasileiro essa distinção é particularmente problemática quando analisamos a evolução das exportações da agropecuária que, apesar de crescente, foram em grande medida absorvidas nas exportações dos complexos agroindustriais, comandados pelo capital financeiro (setor serviços). A introjeção tecnológica no agronegócio (setor serviços) não é percebida pela tipologia de Clark [1940] que não capta as relações intersetoriais que marcam o sistema econômico (MACEDO, 2010, p. 92-93).

Compreendendo-se esses limites, mas tentando avançar em um olhar que permita uma análise mais complexa das consequências espaciais desse movimento de integração competitiva, "especializado e regressivo" da economia brasileira (MACEDO, 2010), que promoveu uma maior interiorização da base produtiva do país pelo avanço das fronteiras agrícola e mineral, buscou-se, então, criar dois grupos para a análise: um do setor agropecuário e extrativo, e outro das indústrias derivadas desses setores, a partir de um entendimento de que esses complexos agrominerais são, na verdade, complexos agroindustriais e de indústria ligadas às produções extrativas.

Utilizando como critério esses dois recortes e as classificações já disponíveis na CNAE 2.0, subdividiu-se o Grupo 1 em agropecuária, extrativa mineral e extração de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis, e o Grupo 2, das indústrias derivas, em: indústria ligadas às atividades agropecuárias e as ligadas à indústria extrativa, como descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação das atividades econômicas dos Grupos 1 e 2

Classificação das atividades econômicas	Código da Divisão/Grupo CNAE 2.0	Descrição das atividades econômicas CNAE 2.0
Grupo 1 - Setor primário agropecuário e extrativo		
Agropecuária	1, 2 e 3	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQÜICULTURA
Indústria Extrativa Mineral	7 e 8	EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS E NÃO-METÁLICOS
Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis	5, 6 e 9	EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL, PETRÓLEO E GÁS NATURAL E ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS
Grupo 2 - Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas		
Indústrias ligadas à agropecuária	10, 11 e 12	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, DE BEBIDAS E DE PRODUTOS DE FUMO
Indústrias ligadas à indústria extrativa	19, 23 e 24.4	FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS E METALURGIA DOS METAIS NÃO-FERROSOS

Fonte: CNAE 2.0. Elaboração própria.

Atividades industriais por intensidade tecnológica (Grupos 3 e 4)

A consolidação da economia cafeeira, notadamente em São Paulo, intensifica o processo de transformação das estruturas produtivas, com a diversificação da agricultura e implementação de um parque industrial no país. Além de avançar no processo de urbanização e terciarização da economia, sobretudo na década de 1920. Esta é uma década na qual o parque industrial faz um "enorme esforço de acumulação produtiva – e de grande diversificação da produção de bens leves – gerando, ao final dela, acentuado grau de capacidade ociosa". Isso demostra que a crise de 1929 não foi apenas uma crise de sobreacumulação cafeeira, mas também industrial (CANO, 2011, p. 152). Desde então, há uma clara sobredeterminação da economia de São Paulo sobre as outras regiões, cabendo as demais integrar-se complementarmente ao polo dinâmico.

Porém, é a partir dos anos 1930 que se consolida o processo de formação e integração do mercado nacional, baseado no modelo de industrialização por substituição de importações, de crescimento para dentro, em um novo padrão de acumulação, em um movimento de industrialização tardia (TAVARES, 1974, 1978; CANO, 1981, 2007, 2011; MELLO, 2009). Esse processo tem importante papel desempenhado pelo Estado, que internaliza a tomada de decisões e implementa uma Política Nacional de Desenvolvimento, com forte ampliação dos gastos e do investimento público (CANO, 2011). A industrialização via substituição de importações inicia-se pelas indústrias mais simples (indústria leve), "pouco exigentes em tecnologia e de baixo coeficiente de capital", mas, que com o tempo, vão requerer maior esforço de acumulação de capital, concorrendo com o processo de modernização (FURTADO, 1992, p. 9).

Todavia, para integrar o mercado nacional, foi necessário melhorar a infraestrutura de transporte e comunicação, o que acontece sobretudo nos anos 1950, com o desenvolvimento e modernização do sistema de transportes e destaque para a instalação de uma rede de "rodovias-tronco" ligando todos os espaços econômicos relevantes da nação, o que marca a opção pelo modal rodoviário. Passada a fase de industrialização restringida, avança-se no processo de industrialização pesada (indústria de bens capital e bens de consumo duráveis) a partir da segunda metade dos anos 1950, em um movimento que irá concentrar ainda mais a atividade industrial no Sudeste, mais especificamente, em São Paulo. Como destaca Brandão (2007, p. 129), "a rapidez das transformações capitalistas operadas naquele momento desencadeou um processo avassalador de migração, urbanização-metropolização e burocratização, constituindo celeremente uma sociedade urbano-industrial de massas", com crescimento da terciarização.

Ampliam-se ainda mais as desigualdades regionais brasileiras que, associado ao crescimento de disputas de interesses (entre elas as demandas pelas reformas de base) e tensões sociais no campo e nas cidades do Nordeste, fazem emergir a questão regional. Em decorrência, são implementas políticas de desenvolvimento regional a partir dos anos 1960, com projetos de industrialização e modernização para a periferia, com base em um movimento de transferência de frações do capital produtivo – sob o comando do Estado – das regiões industrializadas para as demais regiões, em especial o Nordeste.

Mas é apenas a partir dos anos 1970 que se observa o início do processo de desconcentração regional produtiva, chamado por Cano de "desconcentração virtuosa" (CANO, 2008). Avança-se, assim, por meio da ação do Estado, na implantação de infraestrutura econômica e social, com investimentos das estatais e a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento. O II PND, no bojo de um projeto de "Brasil Potência", tinha como objetivo "complementar" a estrutura industrial brasileira a partir da consolidação da industrialização dos insumos básicos – bens intermediários – e bens de capital. Coube à periferia, com base em seus recursos naturais, o desenvolvimento de grande parte dessa indústria de bens intermediários, de característica complementar e dependente, alterando assim suas estruturas produtivas e de exportação e, com isso, desconcentrando a produção nacional (CANO, 2008; ARAÚJO, 1981).

A partir da década de 1980 a dinâmica regional ganha novos contornos, com a crise fiscal e financeira do Estado e de suas empresas estatais, o que redefine a dinâmica do investimento e deteriora as funções públicas de administração e planejamento. Perde força o processo de industrialização, como projeto nacional, e as políticas regionais se enfraquecem. A desconcentração, agora "espúria" segundo Cano (2008), reflete-se na tendência à integração competitiva das regiões, onde ganha destaque a guerra fiscal e suas derivações, e na mudança do padrão de inserção externa do Brasil, em um ambiente de "fragmentação" da economia nacional (PACHECO, 1998; GUIMARÃES NETO, 1995). Nos anos 1990 as tendências aprofundam-se, em um ambiente de políticas econômicas neoliberais e de aumento do comando do capital financeiro.

Em relação à indústria, observa-se, como reflexo da abertura econômica, um declínio nas margens de lucro no setor *tradeables* e uma redução de parte da base produtiva de manufatura doméstica, por conta dos impactos do crescimento das importações e do aumento da concorrência. Muda também o caráter do investimento direto do estrangeiro, que passa a ser um investimento direto do estrangeiro (IDE) de fusões e aquisições, resultante do movimento de privatizações de empresas públicas desse período, o que resulta em um processo de desnacionalização da indústria.

Laplane e Sarti (2006) mostram que as empresas reagiram à abertura e à política econômica, intensificando a especialização e a racionalização da capacidade produtiva, com redução expressiva de emprego. O que levará a um precoce avanço da "especialização regressiva", com desindustrialização precoce (CARVALHO E KUPFER, 2011).

O início do século XXI intensifica o movimento de mudança do padrão de inserção externa do Brasil com o "efeito China" e a valorização das *commodities* agrominerais, o que amplia a discussão sobre os fenômenos da "reprimarização",

"especialização regressiva", "desindustrialização[2]", entre outros (DELGADO, 2010; CARVALHO E KUPFER, 2011; CANO, 2014). O mais discutido e destacado tem sido o fenômeno da desindustrialização. Existem várias formas de tentar mensurá-la, entre elas a análise da participação do Valor Agregado industrial no VA Total, do emprego industrial no emprego total e das exportações de manufaturados em relação ao total das exportações; da produtividade do trabalho; da avaliação da estrutura industrial, etc[3].

Compreendendo que é importante delimitar um recorte para a análise da estrutura intraindustrial, recorre-se à classificação das atividades industriais por intensidade tecnológica da OCDE[4], que serve de referência para o Manual de Oslo (OCDE, 1997) e diversos estudos sobre desindustrialização e desenvolvimento regional no período recente, como em IEDI (2005), Squeff (2012) e Abdal (2015). A OCDE classifica as atividades da indústria de transformação em quatro categorias: baixa, média-baixa, média-alta e alta intensidade tecnológica, que foram reagrupadas a partir da CNAE 2.0, com base em IPEA (2014), como é possível verificar no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Classificação das atividades econômicas dos Grupos 3 e 4

Classificação das atividades econômicas	Código da Divisão/Grupo CNAE 2.0	Descrição das atividades econômicas CNAE 2.0
Grupo 3 - Setor de Manufaturados de baixa e média-baixa tecnologia		
Manufaturas de baixa intensidade tecnológica	13, 14, 15, 16, 17, 18, 31 e 32.1, 32.2, 32.3, 32.4 e 32.9	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS, CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA, FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES, FABRICAÇÃO DE MÓVEIS, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS
Manufaturas de média-baixa intensidade tecnológica	22, 24.1, 24.2, 24.3, 24.5, 25, 30.1 e 33	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES E MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, PRODUÇÃO DE FERRO-GUSA E DE FERROLIGAS, SIDERURGIA, PRODUÇÃO DE TUBOS DE AÇO, EXCETO TUBOS SEM COSTURA E FUNDIÇÃO
Grupo 4 - Setor de Manufaturados de média-alta e alta tecnologia		
Manufaturas de média-alta intensidade tecnológica	20, 27, 28, 29, 30.3, 30.5, 30.9 e 32.5	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS, FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS, FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS, FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS FERROVIÁRIOS, FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS MILITARES DE COMBATE, FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (MOTOCICLETAS, BICICLETAS E TRICICLOS NÃO-MOTORIZADOS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE) E FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO E ODONTOLÓGICO E DE ARTIGOS ÓPTICOS
Manufaturas de alta intensidade tecnológica	21, 26 e 30.4	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS, FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS E FABRICAÇÃO DE AERONAVES

Fonte: CNAE 2.0. Elaboração própria.

[2] Vale ressaltar, como mostra o IEDI (2005, p. 1) que "a desindustrialização pode ser tomada como o declínio da produção ou do emprego industrial em termos absolutos ou como proporção do produto ou emprego nacional. É, na maioria das vezes, uma consequência normal de um processo de desenvolvimento econômico bem sucedido, estando geralmente associado a melhorias do padrão de vida da população. Neste padrão 'normal' em um primeiro momento cai a participação da agropecuária no produto interno bruto (PIB) e aumenta a expressão da indústria. No segundo, é o setor serviços que ganha espaço e a indústria perde peso".

[3] Para mais detalhes ver: CANO, 2014; SQUEFF, 2012; SAMPAIO, 2015.

[4] Segundo Squeff (2012, p. 19), "a despeito de reconhecer que esta agregação apresenta alguns problemas – por exemplo, algumas atividades consideradas como de alta intensidade tecnológica nos países da OCDE apresentam baixo valor agregado no Brasil – julga-se essa taxonomia pertinente, haja vista sua ampla utilização e fácil comparação internacional".

Construção (Grupo 5)

Embora o crescimento das cidades no Brasil tenha sido anterior ao processo de industrialização, é a partir do crescimento da indústria e da modernização do campo que o processo de urbanização do país ganha expressão inédita. E é com a implementação e consolidação do projeto nacional desenvolvimentista, de meados dos anos de 1950 até o final dos anos de 1970, que a população do país deixa de ser predominantemente rural e passa a ser urbana. Também é nesse momento que, a partir da dinâmica do crescimento da indústria e da canalização de fundos públicos e semi-públicos, se torna viável um processo mais robusto de concentração e centralização de capitais no setor. Isso significou concretamente a formação e consolidação das grandes empreiteiras nacionais. Tanto a construção pesada, através dos investimentos estatais em infraestrutura, quanto o setor de edificações, especialmente com Banco Nacional de Habitação (BNH), se beneficiam desse movimento. Especialmente com a atuação do BNH, a construção eleva sua importância na dinâmica econômica dos centros urbanos.

De um lado, como destaca Santos, "a expansão e a diversificação do consumo, a elevação dos níveis de renda e a difusão dos transportes modernos, junto a uma divisão do trabalho mais acentuada, fazem com que as funções de centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades" (SANTOS, 2009, p. 82). De outro lado, como aponta Singer (1973), os fatores de expulsão da população rural (de estagnação e modernização) fizeram com que a amplitude desse processo fosse significativa, tanto em volume como em rapidez. Assim, o padrão de urbanização brasileiro proporcionou a formação de grandes metrópoles e de pequenos e médios espaços urbanos, nas diversas regiões. Esse processo, embora com características concentradoras, ocorreu sem um elevado grau de primazia (FARIA, 1983) se comparado a outros países da América Latina. Esse movimento se deu em constante "fuga para frente" (TAVARES, 1999) das populações, em busca de novas áreas livres, e do dinheiro, em busca de novos lugares de valorização/especulação. No âmbito do processo de industrialização nacional e "fuga para frente", a rede urbana brasileira torna-se mais complexa, inclusive a partir da integração territorial e da expansão da infraestrutura.

p. 781

Ressalta-se, ainda, que algumas dessas metrópoles foram criadas com base na dinâmica industrial; outras, como reflexo de regiões tributárias dinâmicas; e, por fim, algumas como fruto do processo de valorização imobiliária. Como ressalta Lessa (1985),

> "o circuito imobiliário entra na história de nossa urbanização e industrialização, como substituto de funções que noutras experiências e movimentos são cobertos pelo mercado de capitais. Assume o capital imobiliário o papel principal de emissor de haveres financeiros" (LESSA, 1985, p. 125).

Esse

> "capital imobiliário comanda a atividade de construção residencial, que é isoladamente a principal geradora de emprego e ingressos urbanos. Diretamente, pela demanda de materiais, e indiretamente, via emprego e ingressos urbanos, o capital imobiliário determina as condições de realização da produção de amplas parcelas do capital industrial" (LESSA & DAIN, 1998, p. 262).

Em que pese o processo de consolidação do setor da construção civil, há que se ressaltar que os processos econômicos no meio urbano não são ditados apenas por seus aspectos produtivos. Nesse caso, ainda pesa um forte componente rentista, vindo tanto da atuação do proprietário como da atuação atrelada ao que Ribeiro (1997) chama de capital incorporador. Verifica-se, assim, em relação a produção de moradia, "uma subordinação da produção a um capital de circulação", que reconfigura as relações do ramo da construção com o espaço urbano, em processos que misturam "mecanismos de valorização e propriedade da terra" (RIBEIRO, 1997, p.80).

Após um período de estruturação do setor da construção, a crise dos anos 1980 e as transformações do anos 1990, em meio à intensificação da globalização, reestruturação produtiva e financeirização, mudam a dinâmica econômica e de organização populacional do país. Isso significou uma maior dispersão espacial das atividades produtivas e da população em direção às cidades do interior, particularmente às médias, e às "novas" metrópoles. Associado a isso observa-se um movimento de desestruturação do mercado de trabalho organizado nacional, com aumento do desemprego e da informalidade, cujos maiores impactos ocorreram nas antigas áreas metropolitanas, exacerbando questões sociais nesses espaços.

Em relação à construção civil, a partir dos anos 1990, já era possível verificar algumas mudanças em processos organizacionais, bem como novas determinações do processo de acumulação de capital, especialmente no subsetor de edificações. Nos anos 2000, com a retomada do dinamismo da atividade econômica e a forte expansão da construção civil, verifica-se, além da intensificação da reestruturação produtiva, o aumento da internacionalização do setor, com a entrada de capitais estrangeiros e aumento do grau de importação. A entrada de IDE, em paralelo às mudanças recentes no sistema financeiro imobiliário, ampliou não apenas a massa de capitais disponíveis, como também as formas de apropriação externa da renda da terra, dos lucros operacionais e rendas especulativas (MIOTO, 2015).

Tal dinâmica também responde ao processo de dinamização da atividade econômica brasileira dessa década, com importantes reflexos para a construção. Nesse sentido destaca-se a ampliação do crédito e da renda das famílias, a retomada do investimento público e privado em infraestrutura econômica, social e urbana, em particular mediante o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Há nesse processo tanto o aquecimento da construção civil de edifícios como das empreiteiras ligadas às grandes obras de infraestrutura. Todavia, após a crise financeira internacional de 2008, o PAC 2 incorpora mais ações de infraestrutura social e urbana para enfrentar os problemas das grandes cidades brasileiras. No seu bojo, merece destaque o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) que, além de se apresentar como uma política anticíclica, era uma forma de responder ao problema habitacional e também de favorecer os interesses do setor imobiliário, acenando para a habitação como estratégia econômica, ideológica e política (MIOTO, 2015). A partir de 2012 a construção começa a desacelerar, e, a partir de 2014/2015 o aprofundamento da crise política e econômica tem reflexos expressivos no setor, que apresenta forte retração da atividade econômica e do emprego. O movimento de "inflexão ultraliberal" recente, segundo Ribeiro (2017, p. 5-6) "terá como contrapartida, no plano da cidade, um ajuste urbano na direção de políticas urbanas pró-mercado" e, em termos de desenvolvimento regional, buscará "a

destruição criativa do sistema de solidariedade territorial presente em nosso federalismo", consolidando um movimento que vem ocorrendo desde 1990.

É a partir da compreensão que a dinâmica do setor da construção tem aspectos diferenciados no que se refere a construção civil imobiliária e a construção pesada, que buscou-se, a partir da CNAE 2.0 e compreendendo suas limitações[5], subdividir a construção em relação à parte de incorporação, de construção de edifícios, de obras de infraestrutura e serviços especializados, como demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Classificação das atividades econômicas dos Grupos 5

Classificação das atividades econômicas	Código da Divisão/Grupo CNAE 2.0	Descrição das atividades econômicas CNAE 2.0
Grupo 5 - Construção		
Incorporação e atividades imobiliárias próprias	41.1 e 68.1	INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS DE IMÓVEIS PRÓPRIOS
Construção de edifícios	41.2	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
Obras de infraestrutura	42	OBRAS DE INFRAESTRUTURA
Serviços especializados para construção	43	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO (DEMOLIÇÃO E PREPARAÇÃO DO TERRENO, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS E OUTRAS INSTALAÇÕES EM CONSTRUÇÕES, OBRAS DE ACABAMENTO E OUTROS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO, COMO OBRAS DE FUNDAÇÕES E OUTRAS)

Fonte: CNAE 2.0. Elaboração própria.

Serviços (Grupo 6)

O avanço da urbanização, notadamente nos estados mais industrializados, foi acompanhado pelo crescimento do emprego urbano, da fiscalidade estadual e municipal, "não na mesma proporção da expansão urbana, mas que, de forma ainda parcial, elevou o gasto público urbano e a oferta de serviços sociais", (CANO, 2011b, p. 5). Já a década de 1970, em termos regionais, foi marcada pela desconcentração da atividade econômica em direção à periferia, sobretudo através da indústria de bens intermediários e projetos agrominerais, o que gerou uma urbanização descontrolada – a "urbanização explosiva" segundo Cano –, com conturbação, aglomeração, metropolização e periferização. Avança-se, assim, na heterogeneidade do setor terciário urbano.

A partir dos anos 1980, a desconcentração produtiva regional prossegue, mas em novos termos, "espúria" na visão de Cano (2008), o que, associada à expansão da fronteira agromineral e fluxos migratórios, ampliaram e desconcentraram a urbanização, com impacto no crescimento das cidades médias. Em paralelo, a crise fiscal e financeira e as baixas taxas de crescimento da atividade econômica levaram à uma grave situação do emprego, com expressivo aumento da população desocupada e precarização. Com a retração dos postos de trabalho agrícolas e na indústria de transformação, coube à construção civil e, principalmente, aos serviços a criação de empregos urbanos, especialmente os sem remuneração, o doméstico e o por conta própria – autônomo (CANO, 2011b).

Contudo, observa-se, notadamente entre 2004 e 2010, uma retomada do crescimento do PIB do país que desconcentrou a atividade produtiva e dinamizou as cidades médias, sobretudo as interiorizadas. Esse movimento é acompanhado pela reconfiguração do mercado de trabalho, com forte redução da taxa de desemprego e crescimento da ocupação, com destaque para a criação de empregos formais

[5] Não é possível, a partir da CNAE 2.0, por exemplo, subdividir a construção de edificações voltadas para o setor produtivo daquelas voltadas para o setor imobiliário residencial, por exemplo.

especialmente nos setores da construção e dos serviços. Como parte desse movimento de expansão do setor de serviços, Oliveira e Sousa mostram que:

> "o setor buscou modernização via introdução de tecnologia avançada, automatização ou mesmo adaptação de seus processos produtivos. No entanto, a dinâmica da modernização se aplica de forma diferenciada nos diversos segmentos do setor. Enquanto em algumas atividades houve reestruturação e modernização, em muitas outras se mantiveram pouco alteradas características relacionadas à organização, à tecnologia e à informalidade. Além disto, a dinâmica tem alcance regional diverso" (OLIVEIRA E SOUSA, 2011, p. 1).

A crise econômica e política recente tem representado uma inflexão do período anterior. No que se refere a participação do setor de serviços, o que se observa é que, como em outras crises, e até mesmo devido a sua grande diversidade e até a própria heterogeneidade, o setor se comporta como um "contrapeso", crescendo seu peso relativo e absorvendo ocupação, mas, diferentemente do período anterior, agora sem proteção social, sobretudo, no trabalho por conta própria e sem carteira.

Em relação ao papel do terciário, segundo CANO E SEMEGHINI (2011, p. 72), a teoria do desenvolvimento econômico "tem como eixo principal mostrar o progresso através do avanço do processo de industrialização e de modernização da agricultura", sem aprofundar a natureza e importância do setor terciário. Todavia, existem importantes imbricações entre as atividade dos três setores de atividade econômica. Lipietz (1988, p. 193) mostra, inclusive, que a polarização das atividades industriais "é uma das primeiras tendências do modo de produção capitalista. É ela, aliás, que engendra a proliferação do terciário moderno".

Cano e Semeghine (2011) sugerem que uma análise que tente, pelo menos, dar conta das determinações mais gerais da dinâmica do terciário, precisaria levar em conta cinco vetores:

> 1) as impactações decorrentes do desenvolvimento e mecanização da agricultura mercantil sobre a oferta de serviços comerciais, distributivos, financeiros e técnicos, etc; 2) aquelas decorrentes da interação técnica e econômica entre agricultura e indústria, como a agroindustrialização e na quimificação e mecanização dessa agricultura, dos quais derivam novas exigências terciárias; 3) as decorrentes, stricto sensu, do processo de industrialização, que impõe uma diversificada expansão de serviços técnicos e econômicos complementares, mas que também exige diversificada expansão de serviços. Exemplificando, a força de trabalho, para ter melhor eficiência, requer melhor transporte, educação, saúde etc. Essa industrialização também intensifica a urbanização e impõe novos padrões de consumo urbano, por exemplo, na necessidade de alimentação fora do lar, de acesso maior à informática e às comunicações etc.; 4) Os estímulos relativamente autônomos decorrentes do próprio processo de urbanização, que derivam do crescimento vegetativo da população urbana, ponderado pelo nível de distribuição de renda. Contudo essa "autonomia" em relação aos determinantes derivados dos setores industrial e agrícola normalmente apresenta-se permeada, em parte, por determinações emanadas

> daqueles setores que também influenciam indiretamente o futuro crescimento vegetativo da população urbana, como é o caso do êxodo rural e da atração de mão de obra para a indústria; 5) por último, há que considerar a ação do Estado, seja a de cunho normativo, seja a do exercício do gasto público, alterando quantitativamente e qualitativamente as ofertas e demandas de serviços públicos ” (CANO E SEMEGHINI, 2011, p. 76)

Esses vetores de análise ajudam a compreender que o setor terciário tem dinâmica reflexa, como resultante do desenvolvimento dos demais setores, mas também tem movimento autônomo fruto da própria dinâmica da cidade.

Destaca-se ainda, que, no caso brasileiro, os serviços desenvolveram-se marcados por uma grande heterogeneidade e com grande existência de atividades de baixa produtividade, sem que a industrialização tivesse conseguido imprimir o ritmo de expansão dos serviços industriais modernos típicos iguais aos padrões dos países desenvolvidos. O setor terciário brasileiro gerou atividades de distintos padrões, que vão desde as mais intensivas em conhecimento e de maior produtividade, como os serviços especializados, até as mais tradicionais, como os serviços pessoais e doméstico.

Compreendendo a diversidade e heterogeneidade do setor de serviços no Brasil, bem como as limitações das bases de dados, propõe-se considerar o exercício de Cano e Sameghine (1990), inspirados em Browning e Singelmann (1978), que agrupa os segmentos do terciário em: serviços distributivos, serviços produtivos, serviços sociais e serviços pessoais. Categorização já foi utilizada por autores como Guimarães Neto et al. (2002) e Clementino e Pessoa (2013).

A partir desse critério, estrutura-se a distribuição dos segmentos propriamente urbanos dos serviços, a partir da CNAE 2.0, incorporando também ao grupo os serviços industriais de utilidade pública e os serviços domésticos, como é possível analisar no Quadro 4.

Quadro 4 – Classificação das atividades econômicas dos Grupos 6

Classificação das atividades econômicas	Código da Divisão/Grupo CNAE 2.0	Descrição das atividades econômicas CNAE 2.0
Grupo 6 - Serviços		
Serviços industriais de utilidade pública	35, 36, 37, 38 e 39	ELETRICIDADE E GÁS, CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS, COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS E RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS, DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS
Serviços Distributivos		
Comércio e reparação de automóveis	45	COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
Comércio atacadista	46	COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
Comércio varejista	47.1 a 47.8	COMÉRCIO VAREJISTA (EXCETO AMBULANTES E OUTROS TIPOS DE COMÉRCIO VAREJISTA)
Comércio ambulante	47.9	COMÉRCIO AMBULANTE E OUTROS TIPOS DE COMÉRCIO VAREJISTA
Transporte, armazenagem e distribuição	49, 50, 51, 52 e 53	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO
Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV)	58, 59 e 61	EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO, ATIVIDADES CINEMATOGRÁFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO, GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA E TELECOMUNICAÇÕES
Serviços Produtivos		
Serviços Financeiros	64, 65 e 66	ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS
Administração e comércio de imóveis	68.2	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS POR CONTRATO OU COMISSÃO
Serviços técnico-profissionais e científicos	69, 70, 71, 72, 73, 74 e 75	ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS
Serviços de TI	62 e 63	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO.
Serviços de apoio às empresas e serviços pessoais	77.1, 77.3, 77.4, 78, 79, 80, 82 e 95	LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE SEM CONDUTOR, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SEM OPERADOR E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS, SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS, ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO, SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS
Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência, associativismo e organizações		
Educação	85	EDUCAÇÃO
Serviços de saúde e assistência social	86, 87 e 88	SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS
Organizações associativas e organismos internacionais	94 e 99	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS
Serviços Sociais - Adminstração pública	84	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL
Serviços Pessoais		
Alojamento e alimentação	55 e 56	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO
Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão	60, 90, 91, 92 e 93	ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO E ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO
Outras atividades de serviços pessoais	77.2, 81 e 96	ALUGUEL DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS, SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS, OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS
Serviços Domésticos	97	SERVIÇOS DOMÉSTICOS

Fonte: CNAE 2.0. Elaboração própria.

Em síntese, a classificação sugerida divide as atividades econômicas em seis grupos: 1) **o setor primário agropecuário e extrativo,** subdivido em agropecuária, extrativa mineral e extração de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis; 2) as **indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas**, subdivido entre as ligadas a cada um dos setores; 3) as **atividades industriais de baixa e de média-baixa intensidade tecnológica;** 4) as **atividades industriais de média-alta e de alta intensidade tecnológica**; 5) a **construção**, subdividida em incorporação e atividades imobiliárias próprias, construção de edifícios, obras de infraestrutura e serviços especializados; e 6) os **serviços**, subdivididos em serviços: industriais de utilidade pública, distributivos, produtivos, sociais, pessoais e domésticos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A classificação proposta é facilmente operacionalizada a partir do reagrupamento da CNAE 2.0. O desenvolvimento desta classificação envolveu a integração e adaptação de uma importante literatura sobre os diversos setores de atividade econômica, as classificações por intensidade tecnológica e os estudos que analisam a dinâmica metropolitana e regional.

Essa classificação pretende ajudar pesquisadores na análise dos movimentos recentes que vem impactando as economias metropolitanas e o desenvolvimento regional brasileiro. Busca-se, assim, compreender as economias metropolitanas tanto em uma perspectiva regional quanto urbana, entendendo assim a multiplicidade de realidades metropolitanas, bem como as dinâmicas mais gerais da economia capitalista.

Como resultado, a classificação proposta pretende avançar sobre as formas mais tradicionais de análise das atividades econômicas e propor uma leitura dos

fenômenos regionais e urbanos por meio das transformações e dinâmicas recentes em cada um dos setores econômicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDAL, A. Sobre regiões e desenvolvimento: Os processos de desenvolvimento regional brasileiro no período 1999-2010. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2015.
ARAUJO, T. B. A industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: MARANHÃO, S. (org.). A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
BRANDÃO, C. A. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
BROWNING, H. C; SINGELMANN, J. The Emergence of a Service Society. Springfield. 1978.
CANO, W. (1981) Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. 3ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
_____. Desconcentração produtiva regional do Brasil (1970-2005). São Paulo: Editora Unesp, 2008.
_____. Ensaios sobre a crise urbana no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
_____. Novas determinações sobre a questões regional e urbana após 1980. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS. V. 13, n. 2. Nov. 2011b.
_____. A desindustrialização no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v.-21, p. 831-851, dez. 2012.
_____. (Des)industrialização e (sub)desenvolvimento. Cadernos do Desenvolvimento, v. 9, n. 15, p. 139-174, jul./dez. 2014.
CANO, W.; SAMEGHINE, U. C. Diagnóstico do setor de serviços. Documento básico. Campinas: Fecamp, 1990 (mimeo).
_____.
CLARK, C. The conditions of economics progress. Londres: MacMillan and Co, 1940.
CARVALHO, L.; KUPFER, D. Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 4 (124), p. 618-637, outubro/dezembro de 2011.
CAVALCANTE, L. R. Classificações tecnológicas: uma sistematização. Nota técnica n. 17. Brasília: IPEA, mar. 2014.
CLEMENTINO, M. do L. M.; PESSOA, Z. C. Nota Técnica: Desenvolvimento Urbano. Proposta Técnica 166: estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do Nordeste. Fortaleza: IICA/BNB, 2013 (mimeo).
DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. Desenvolvimento em Debate, v.1, n.2, p.111-125, jan.–abr. e mai.–ago. 2010.
FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira nos últimos trinta anos. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M.H.T. (orgs.) Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983.
FURTADO, C. (1959). Formação Econômica do Brasil. 31ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

_____. “O Subdesenvolvimento Revisitado”. Economia e Sociedade, n. 1. Campinas, ago. 1992.
GUIMARÃES NETO, L. Introdução à Formação Econômica do Nordeste. Recife: Ed. Massangana/ Fundação Joaquim Nabuco, 1989.
_____. Desigualdades Regionais e federalismo. In: Affonso, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (orgs.). Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP/ Editora Unesp, 1995.
GUIMARÃES NETO, L. et al. O setor terciário de Pernambuco: um estudo exploratório. Recife: FACEPE, 2002.
GRAZIANO DA SILVA, J. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, Ed. Hucitec, 1978.
IEDI. Ocorreu uma Desindustrialização no Brasil? Nov. de 2005. Disponível em: < https://iedi.org.br/admin_ori/pdf/20051129_desindustrializacao.pdf>. Acesso em 21 de novembro de 2018.
LAPLANE, M. e SARTI, F. Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. In: Carneiro, R. (org.) A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula. São Paulo: Fapesp-Unesp, 2006.
LESSA, C. Acumulação oligárquica e formação das metrópolis. Pensamento iberoamericano, Cepal, nº 7, p. 214 - 216. Madrid, 1985.
LESSA, C.; SULAMIS, D. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, L.G.M.; COUTINHO, R. (orgs.) Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. Volume 1. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
LIPIETZ, A. O capital e seu espaço. São Paulo: Nobel, 1988.
MACEDO, F. C. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil. Redes, v. 15, n. 3, p. 89-114, set./dez. 2010.
MELLO, J.M.C. de. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
MIOTO, B. T. As políticas habitacionais no subdesenvolvimento: os casos do Brasil, Colômbia, México e Venezuela (1980/2013). Tese (Doutorado). Campinas: IE-UNICAMP, 2015.
MONTE-MÓR, R. L. M. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. Revista paranaense de desenvolvimento, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.
OCDE. Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. OCDE, 1997.
OLIVEIRA, J. M.; SOUSA, A. G. Heterogeneidade estrutural no setor de serviços brasileiro. Radar n. 14 IPEA, jul. 2011.
PACHECO, C. A. Fragmentação da nação. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.
RIBEIRO, L. C. Q. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, IPPUR/UFRJ, FASE, 1997.
_____. As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira. Texto para discussão interna – INCT Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro, dez. 2017.
SAMPAIO, D. Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil. Tese (Doutorado). Campinas: IE-UNICAMP, 2015.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
SINGER, P. (1973) Economia política da urbanização. Economia política da urbanização, 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
SQUEFF, G. C. Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro. Texto para discussão 1747. Brasília: IPEA, jun. 2012.
TAVARES, M.C. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Tese (Livre-docência). Rio de Janeiro: UFRJ, 1974.
_____. (1978) Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.
_____. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J.L. (org.) Estado e Moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ESTRUTURA PRODUTIVA E MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL: O CRESCIMENTO DO TERCIÁRIO URBANO

Rodolfo Finatti

UFRN, Pesquisador PNPD (Pós-Doutoral) no Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, associado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais – PPEUR e Observatório das Metrópoles Núcleo Natal/RN, Bolsista CAPES, e-mail: rodolfofinatti@alumni.usp.br

Maria do Livramento Miranda Clementino

UFRN, Departamento de Políticas Públicas, Programas de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais e de Ciências Sociais e Observatório das Metrópoles núcleo Natal/RN, e-mail: clement@ufrnet.br

Juliana Bacelar de Araújo

UFRN, Departamento de Economia e Observatório das Metrópoles Núcleo Natal/RN, e-mail: julianabacelararaujo@gmail.com

Rebeca Marota da Silva

Pesquisadora do Observatório das Metrópoles núcleo Natal/RN, e-mail: rebeca.economia@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar uma caracterização atualizada da dinâmica econômica da Região Metropolitana de Natal, bem como identificar e analisar permanências e possíveis alterações nas atividades relacionadas ao setor terciário, apoiando-se no fato de que este setor tem apresentado, em outras cidades e regiões metropolitanas, gradual aumento em sua importância.

Para tanto, será apresentada uma análise a partir do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 2006 a 2015, bem como a partir da reorganização e categorização[6] da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) aplicada aos dados do emprego formal, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MT) para os anos de 2006 a 2016[7]. Espera-se uma melhor compreensão da estrutura produtiva e do mercado de trabalho metropolitano no período contemporâneo.

Entre os anos de 2006 e 2014, a economia brasileira apresentou sinais de crescimento econômico estimulado pela expansão do crédito e do consumo familiar, das políticas de investimento produtivo e em infraestrutura, bem como pelos reflexos do aumento das exportações e forte valorização das *commodities* agrícolas e minerais. A partir de 2015, culmina uma forte crise política e econômica, cujos sinais de esgotamento do modelo já vinham sendo observados desde 2011.

Apesar do atual agravamento do cenário econômico, já no decorrer dos anos 2000 verificou-se importantes movimentos de desindustrialização, reprimarização, desconcentração/reconcentração econômica-industrial, acumulação urbana e financeirização que tem impactado as áreas metropolitanas e tornando mais complexo o debate sobre o desenvolvimento regional brasileiro. Na região Nordeste, especialmente nas suas regiões metropolitanas, observou-se o fortalecimento do mercado interno e a retomada dos investimentos públicos e privados, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

A análise do presente artigo está referenciada na Região Metropolitana de Natal, que se localiza na faixa de ocupação litorânea do Rio Grande do Norte (RN). Como delimitação administrativa, a RMN foi instituída no ano de 1997[8] e possui em sua atual composição quinze municípios: Natal (cidade polo e capital do Rio Grande do Norte), Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Macaíba, Ceará-Mirim, Nísia Floresta, São José de Mipibu, Vera Cruz, Monte Alegre, Maxaranguape, Arês, Goianinha, Ielmo Marinho e Bom Jesus. Os quatro últimos (Arês, Goianinha, Ielmo

[6] Como parte da pesquisa Economia Metropolitana: mudanças da base produtiva e mercado de trabalho, conduzida no Núcleo Natal do Observatório das Metrópoles, há o entendimento de que importantes movimentos ocorreram na economia nacional a partir de 2000 e que as classificações dos setores de atividade existentes são pouco flexíveis e não estão voltados para a análise do que aconteceu nos espaços nacionais e nas economias regionais. O esforço empreendido pela equipe envolvida é o de oferecer uma reorganização dos registros da CNAE 2.0 a fim de atender às características atuais da estrutura produtiva.

[7] Esta periodização, além de inspirada na dinâmica econômica da fase recente da economia brasileira, também responde à própria organização da RAIS e disponibilidade da CNAE 2.0, ou seja, a partir do ano de 2006.

[8] Lei Complementar Estadual nº 152, de 16 de janeiro de 1997.

Marinho e Bom Jesus) foram incorporados recentemente à região metropolitana, entre 2015 e 2018.

Apesar de agrupar quinze municípios em seu arranjo institucional, apenas os municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz são considerados de alta integração[9], formando em seu bojo uma aglomeração urbana contínua capitaneada por Natal. Esse aglomerado urbano é considerado por Clementino e Ferreira (2015) não propriamente metropolitano, embora apresente dois indicativos de um processo de metropolização: a integração físico-territorial, conectando as manchas urbanas respectivas em uma teia urbana, e a integração político-administrativa e socioeconômica, que concentra atividades na capital e a partir da qual transbordam para os demais municípios, criando um circuito de fluxos de atividades que os conectam.

Nesse sentido, é importante pontuar que o recorte geográfico a ser analisado corresponde não só à Região Metropolitana de Natal (função administrativa, do polo Natal), mas também aos municípios que apresentam dinâmicas mais expressivas, o que se indica por meio da ideia de metrópole funcional. Para o caso da RMN, os mais fortes níveis de integração se verificam especificamente entre os municípios de Natal, Parnamirim, Extremoz e São Gonçalo do Amarante, os quais serão, doravante, chamados de municípios de alta integração.

A estrutura produtiva da Região Metropolitana de Natal (RMN) apresentou, nos últimos anos, o crescimento e a maior participação de segmentos econômicos relacionados ao terciário urbano, reforçando uma estrutura produtiva assentada principalmente nos serviços atrelados à própria dinâmica do meio urbano, tais como: administração pública, saúde, educação e turismo, bem como outros segmentos que se apoiam na densidade e dinamismo populacional e econômico, caso do comércio varejista e dos serviços prestados às empresas.

É importante interpretar as manifestações do terciário urbano como possíveis metamorfoses de um capital mercantil já tradicional e enraizado no território potiguar. Como aponta W. Cano (2010), a dinâmica da urbanização induz a metamorfoses dos setores econômicos, que assumem atividades mais modernas em busca de melhor rentabilidade. Isso equivale a dizer que os serviços se transformam para acompanhar as mudanças urbanas.

Em relação ao processo de metropolização de Natal e seus segmentos econômicos mais importantes, destaca-se que:

> Os primeiros sintomas da metropolização em Natal foram identificados ainda nos anos 1970, durante o processo de desconcentração industrial no Brasil. De forma particular na RMN, esse fato se dá, principalmente, pela modernização da indústria tradicional: a têxtil. A maturação desses investimentos ultrapassou esse momento e câmbios relevantes ocorreram na década de 1980. Nesse período, na

[9] O nível de integração metropolitana leva em conta as seguintes variáveis: grau de concentração/distribuição da população, grau de urbanização, percentual de pessoal ocupado; PIB, renda, fluxos da população em movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo; funções específicas e fundamentais à realização de atividades econômicas e suporte aos fluxos entre aglomerações, como a presença de portos e aeroportos, entre outros (Garson e Ribeiro, 2002). Os níveis de integração apresentados para os quatro municípios foram elaborados e adaptados a partir dos resultados dos estudos coordenados pelo Observatório das Metrópoles e elaborados por Moura *et al*. (2007), Ribeiro (2009) e Moura *et al*. (2012), com base nos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

> contramão da crise que assolou a economia brasileira, novos segmentos econômicos – petróleo e gás, fruticultura irrigada, carcinocultura e turismo – surgiram no RN, que cresceu acima da média nacional **(com destaque para a carcinocultura e turismo na RMN)** [...] nos anos 1990, com a reestruturação produtiva, os ramos industriais têxteis e confecções e alimentos e bebidas ganham forças "recentralizadoras" nesse território. O terciário se expande e se moderniza pelo avanço do varejo moderno (shoppings, supermercados, redes atacadistas) e pelos investimentos na infraestrutura para o turismo (CLEMENTINO e FERREIRA, 2015, p.26 **– grifo do autor**).

A partir dos anos 2000 a indústria de transformação, que já foi mais representativa na RMN, perde gradualmente a sua participação no PIB, enquanto a administração pública mantém-se e os serviços ampliam suas posições. Análise similar, realizada por D. S. Araújo et al. (2015), ainda indicava crescimento da indústria de transformação no período 1996-2006. A análise dos períodos mais recentes, de 2006-2014 e 2014-2015, correspondentes aos momentos de crescimento e crise na economia brasileira, permite sinalizar a alteração deste padrão.

O presente artigo é resultado de uma primeira análise dos dados elaborados para a pesquisa "Economia Metropolitana: mudanças da base produtiva e mercado de trabalho", conduzida em escala nacional pelo Observatório das Metrópoles. Está dividido em quatro partes: (1) introdução; (2) Caracterização da estrutura produtiva da Região Metropolitana de Natal, na qual se apresenta uma distribuição atual dos setores econômicos e sua tendência de crescimento para os períodos considerados; (3) Mercado de trabalho na Região Metropolitana de Natal: o crescimento do setor terciário e os subsetores mais dinâmicos, na qual se propõe maior detalhamento, setorial e geográfico, a respeito do setor terciário; e, finalmente, (4) considerações finais.

CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

Os dados do Produto Interno Bruto (Tabela 1) estão organizados de acordo com os cenários econômicos já apresentados: entre 2006 e 2014, expansão econômica expressa pela taxa de crescimento anual de 3,76%, valor inclusive acima da taxa nacional, situada em 3,5% ao ano, e estadual, de 3,1% ao ano. Posteriormente, a crise econômica e política é sinalizada pela taxa de crescimento negativa, situada no patamar de -0,18%. Comparativamente, no período entre 2014 e 2015 a taxa nacional é de -3,5% e a estadual é de -2,0%.

Tabela 1 Produto Interno Bruto - Grandes setores de atividades econômicas na RMN (2006, 2014 e 2015)

	Em Valores constantes em R$ milhões			Taxa de Crescimento (%a.a.)		Distribuição setorial (%)		
	2006	2014	2015	2006-2014	2014-2015	2006	2014	2015
PIB	23.543	31.639	31.581	3,76	-0,18			
VAB TOTAL	19.825	27.709	27.793	4,27	0,30	100	100	100
Agropecuária	399	319	330	-2,76	3,40	2,0	1,2	1,2
Indústria	4.178	5.280	5.152	2,97	-2,44	21,1	19,1	18,5
Serviços	10.578	15.515	15.711	4,90	1,26	53,4	56,0	56,5
Administração pública	4.670	6.594	6.600	4,41	0,09	23,6	23,8	23,7

Fonte: IBGE. Elaboração Própria. Valores a preços constantes de 2015, deflacionados pelo deflator implícito. Para Serviços, considerar: exclusive administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social.

A interpretação do PIB dos setores, por usa vez, revela a importância dos serviços e da administração pública na região metropolitana: entre os anos de 2006 e 2014, os serviços ampliaram sua participação 3,1 pontos percentuais e a administração pública, praticamente, manteve-se no patamar de 23%. A agropecuária e a indústria, menos representativas, demonstraram maior oscilação e, na distribuição setorial, são os setores que perdem participação; a agropecuária representa apenas 1,2% do PIB e a indústria 18,5% em 2014 (queda de 21,1% para 18,5% no período). Verifica-se a manutenção da tendência geral já verificada por D. S. Araújo *et al*. (2015), que mostra a relevância histórica dos serviços – com destaque para o turismo – e da administração pública. Por outro lado, a indústria vinha numa crescente entre 1996-2006 e, no atual contexto, decresce a sua participação setorial.

A participação relativa de cada município no conjunto da Região Metropolitana de Natal (Tabela 2) é também um aspecto importante para compreender a estrutura produtiva, já que existe forte concentração geográfica em quatro principais: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz. Neste caso, verifica-se que parte significativa do Valor Adicionado Bruto (VAB) está ligada aos municípios de alta integração. Este subconjunto teve, inclusive, sua participação ligeiramente ampliada de 85% em 2006 para 86,5% em 2015.

Com exceção da atividade agropecuária, os demais setores estão localizados principalmente nos municípios de alta integração, com tendência à concentração. Entre 2006 e 2015 a indústria ampliou a sua participação em 2,8 pontos percentuais, enquanto os os serviços e a administração permanecem estáveis, com acréscimos de 0,5 e 0,1, respectivamente.

Tabela 2 Região Metropolitana de Natal, participação dos municípios no Produto Interno Bruto (2006/2015)

	VAB TOTAL		Agropecuária		Indústria		Serviços		Administração Pública	
	2006	2015	2006	2015	2006	2015	2006	2015	2006	2015
RM Natal (15 municípios)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Municípios de alta integração	**85**	**86,5**	**26,4**	**24,8**	**81,7**	**84,5**	**91,4**	**91,9**	**78,4**	**78,5**
Natal	65,3	66	5,3	4,6	47	58,7	77,9	74,3	58,1	55
Parnamirim	11,6	14,4	7,9	9,3	15,4	16,4	10	13,5	12,2	15,3
S. Gonçalo do Amarante	7,2	5,1	8,3	7,5	18,3	8,7	3,1	3,4	6,5	6,2
Extremoz	0,9	1	4,9	3,4	1	0,8	0,4	0,6	1,6	1,9
Demais municípios	**15**	**13,5**	**73,6**	**75,2**	**18,3**	**15,5**	**8,6**	**8,1**	**21,6**	**21,5**
RMN no Rio Grande do Norte	**49,8**	**54,3**	**20,3**	**20,2**	**38**	**48**	**65,5**	**65,6**	**43,7**	**44,4**

Fonte: IBGE. Elaboração Própria. Valores a preços constantes e 2015, deflacionados pelo deflator implícito. Para Serviços, considerar: exclusive administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social.

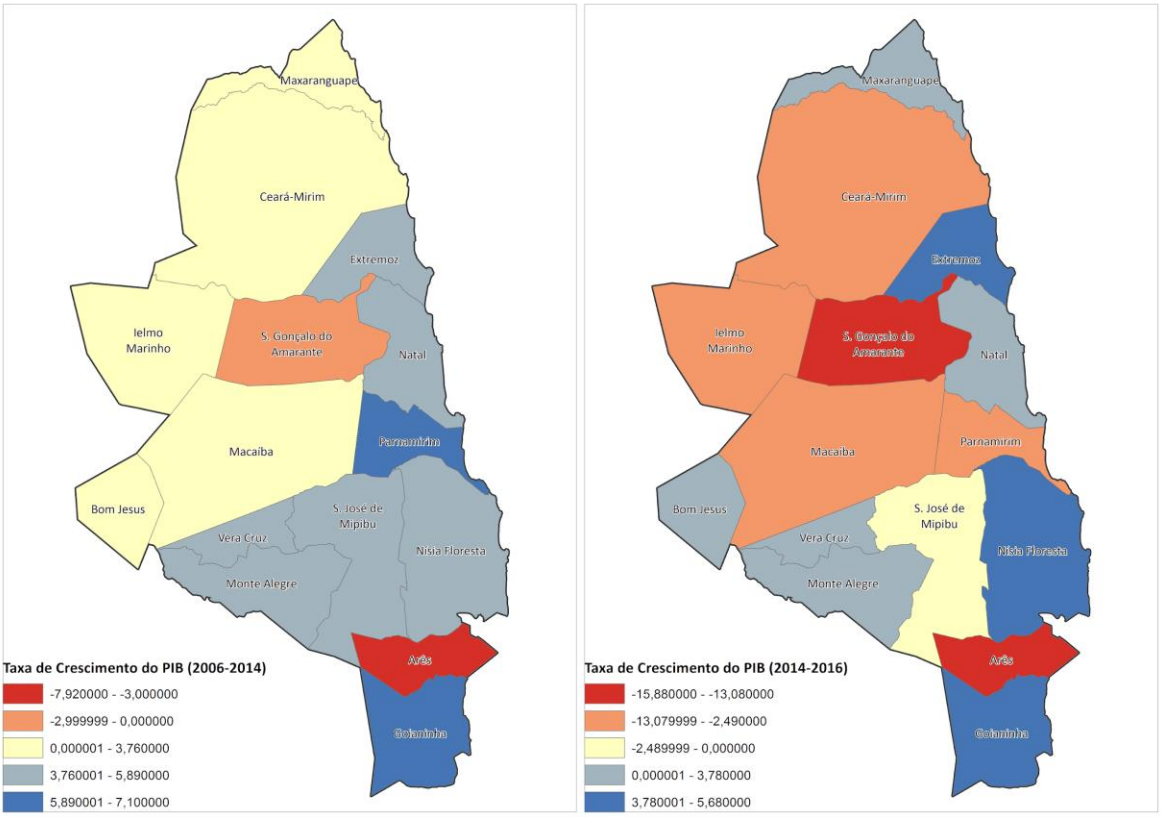
Destaque-se ainda a participação do polo Natal, que concentra 74,3% dos serviços e 55% da administração pública em 2015, muito embora estas proporções sejam menores em relação ao ano de 2006, o que indica uma relocalização dos serviços em direção ao polígono de alta integração.

O conjunto dos demais municípios (Macaíba, Ceará-Mirim, Nísia Floresta, São José de Mipibu, Vera Cruz, Monte Alegre, Maxaranguape, Arês, Goianinha, Ielmo Marinho e Bom Jesus), por sua vez, apresentou predominância e crescimento da agropecuária em 1,6 ponto percentual (de 73,6% para 75,2%) entre 2006 e 2015, evidenciando uma das diferenciações internas da RMN.

A Região Metropolitana de Natal, portanto, reafirma seu caráter concentrador, o que se verifica em várias escalas: primeiro entre o município-sede e o subconjunto dos municípios de alta integração, porém com tendência ao transbordamento dos serviços. Em segundo lugar, entre as estruturas produtivas dos municípios de alta integração e os demais municípios, com concentração industrial e de serviços nos municípios mais integrados enquanto os demais mucípios apresentam predominância da agropecuária e administração pública. Em terceiro lugar, entre a própria RMN e o Estado do Rio Grande do Norte, vale mencionar que a concentração também foi ampliada: a participação da região metropolitana no estado aumentou 4,5 pontos percentuais no período, com grande destaque para a indústria (10 pontos percentuais).

Para melhor caracterização do impacto da crise na Região Metropolitana de Natal, foram espacializadas as taxas de crescimento municipais para os períodos 2006-2014 e 2014-2015, por meio de dois cartogramas (Figura 1). Embora não possam ser comparados entre si devido à desproporção das suas classificações, o que se verifica é, primeiramente, uma tendência de municípios que expandem sua economia até 2014. Em 2015 verifica-se maior tendência à retração, comparativamente, entre os municípios, cujo impacto é maior na porção centro-norte da RMN.

Figura 1 Região Metropolitana de Natal, taxa de crescimento do PIB municipal (2006-2014 / 2014-2015)



Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

Os dois cartogramas retratam a manutenção de Natal dentro de um patamar de crescimento positivo em ambos os períodos, quando comparada com o conjunto da região metropolitana. Os municípios de maior integração tem comportamento não homólogo: enquanto Natal permanece em um patamar de crescimento, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante apresentam retração, ao passo que Extremoz passa para o patamar de maior crescimento.

Em relação aos municípios de menor integração, no período de expansão da atividade econômica, destaca-se Goianinha, com taxas de incremento da atividade produtiva elevadas, no mesmo patamar de Natal entre 2006 e 2014. Em Arês, cuja produção é predominantemente agrícola, há retração do crescimento econômico. O impacto da crise nesse municípios é visivelmente mais pronunciado na porção centro-norte e centralizada em São Gonçalo do Amarante, envolvendo também Macaíba, Ielmo Marinho e Ceará-Mirim.

No que tange ao mercado de trabalho, expresso pelos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho (Tabela 3), pode-se identificar, durante o período de crescimento econômico, as importâncias assumidas pela construção e dos serviços. A construção teve a maior taxa de crescimento anual (8,6%), e saltou de 17 mil para 33 mil empregos, enquanto os serviços tiveram crescimento de 3,4% a.a. com salto de 257 mil para 335 mil empregos formais no período. Entre os serviços, os subsetores com maior crescimento entre 2006-2014 foram serviços

técnicos-profissionais e científicos (12,8% a.a.); a educação (11,2% a.a.) e os serviços de apoio às empresas e serviços pessoais (8,6% a.a.).

É importante sinalizar alguns segmentos que compõe, mesmo que indiretamente, o ramo turístico, na condição de atividade dinamizadora da economia na RMN. Estes segmentos seriam alojamento e alimentação e transporte, armazenagem e distribuição, os quais apresentaram crescimento no período de expansão (5,5% e 4,4% ao ano, respectivamente). É importante também mencionar o recente imbricamento entre o segmento turísticos e as novas práticas e estratégias de incorporação imobiliária, o que permite denominar, segundo Ferreira e Silva (2010), a superposição imobiliário-turístico[10].

Tabela 3 Distribuição do Emprego Formal nos Setores Econômicos na RM Natal (2006, 2014 e 2016)

Classificação do setores de atividade econômica	2006	2014	2016	Taxa de Cresc.(% a.		Distribuição setorial (%)		
				2006-2014	2014-16	2006	2014	2016
Total da RMN (15 municípios)	**315.932**	**412.586**	**388.631**	**3,4**	**-2,9**	**100**	**100**	**100**
Grupo 1 - Setor primário agropecuário e extrativo	**7.641**	**4.455**	**4.966**	**-6,5**	**5,6**	**2,4**	**1,1**	**1,3**
Agropecuária	6.290	2.825	3.514	-9,5	11,5	2,0	0,7	0,9
Indústria Extrativa Mineral	331	453	357	4,0	-11,2	0,1	0,1	0,1
Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis	1.020	1.177	1.095	1,8	-3,5	0,3	0,3	0,3
Grupo 2 - Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas	**9.394**	**12.855**	**12.938**	**4,0**	**0,3**	3,0	3,1	3,3
Indústrias ligadas à agropecuária	7.666	10.720	10.405	4,3	-1,5	2,4	2,6	2,7
Indústrias ligadas à indústria extrativa	1.728	2.135	2.533	2,7	8,9	0,5	0,5	0,7
Grupo 3 - Setor de Manufaturados de baixa e média-baixa tecnologia	**23.607**	**24.812**	**20.208**	**0,6**	**-9,8**	**7,5**	**6,0**	**5,2**
Manufaturas de baixa intensidade tecnológica	21.792	22.044	17.803	0,1	-10,1	6,9	5,3	4,6
Manufaturas de média-baixa intensidade tecnológica	1.815	2.768	2.405	5,4	-6,8	0,6	0,7	0,6
Grupo 4 - Setor de Manufaturados de média-alta e alta tecnologia	**1.058**	**1.828**	**1.509**	**7,1**	**-9,1**	**0,3**	**0,4**	**0,4**
Manufaturas de média-alta intensidade tecnológica	1.033	1.772	1.471	7,0	-8,9	0,3	0,4	0,4
Manufaturas de alta intensidade tecnológica	25	56	38	10,6	-17,6	0,0	0,0	0,0
Grupo 5 - Construção	**17.228**	**33.445**	**20.164**	**8,6**	**-22,4**	**5,5**	**8,1**	**5,2**
Incorporação e atividades imobiliárias próprias	1.123	4.923	2.804	20,3	-24,5	0,4	1,2	0,7
Construção de edifícios	11.693	18.671	10.354	6,0	-25,5	3,7	4,5	2,7
Obras de infraestrutura	2.796	5.008	2.834	7,6	-24,8	0,9	1,2	0,7
Serviços especializados para construção	1.616	4.843	4.172	14,7	-7,2	0,5	1,2	1,1
Grupo 6 - Serviços	**257.004**	**335.191**	**328.846**	**3,4**	**-1,0**	**81,3**	**81,2**	**84,6**
Serviços industriais de utilidade pública	5.770	5.204	5.022	-1,3	-1,8	1,8	1,3	1,3
Serviços Distributivos	62.588	92.041	87.387	4,9	-2,6	19,8	22,3	22,5
Comércio e reparação de automóveis	5.176	8.454	7.595	6,3	-5,2	1,6	2,0	2,0
Comércio atacadista	8.357	12.635	11.918	5,3	-2,9	2,6	3,1	3,1
Comércio varejista	38.439	57.459	54.405	5,2	-2,7	12,2	13,9	14,0
Comércio ambulante	0	0	0	-	-	0,0	0,0	0,0
Transporte, armazenagem e distribuição	9.253	11.722	11.625	3,0	-0,4	2,9	2,8	3,0
Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV)	1.363	1.771	1.844	3,3	2,0	0,4	0,4	0,5
Serviços Produtivos	26.313	48.808	49.638	8,0	0,8	8,3	11,8	12,8
Serviços Financeiros	3.333	4.574	4.416	4,0	-1,7	1,1	1,1	1,1
Adminstração e comércio de imóveis	669	1.036	1.040	5,6	0,2	0,2	0,3	0,3
Serviços técnico-profissionais e científicos	2.772	7.255	7.745	12,8	3,3	0,9	1,8	2,0
Serviços de TI	2.181	2.425	2.275	1,3	-3,1	0,7	0,6	0,6
Serviços de apoio às empresas e serviços pessoais	17.358	33.518	34.162	8,6	1,0	5,5	8,1	8,8
Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência, associativismo e organizações	26.644	43.488	43.404	6,3	-0,1	8,4	10,5	11,2
Educação	10.590	24.734	24.311	11,2	-0,9	3,4	6,0	6,3
Serviços de saúde e assistência social	10.409	14.443	15.067	4,2	2,1	3,3	3,5	3,9
Organizações associativas e organismos internacionais	5.645	4.311	4.026	-3,3	-3,4	1,8	1,0	1,0
Serviços Sociais - Adminstração pública	113.709	109.081	104.812	-0,5	-2,0	36,0	26,4	27,0
Serviços Pessoais	21.834	36.501	38.500	6,6	2,7	6,9	8,8	9,9
Alojamento e alimentação	12.962	19.829	18.778	5,5	-2,7	4,1	4,8	4,8
Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão	1.903	2.688	2.558	4,4	-2,4	0,6	0,7	0,7
Outras atividades de serviços pessoais	6.969	13.984	17.164	9,1	10,8	2,2	3,4	4,4
Serviços Domésticos	146	68	83	-9,1	10,5	0,0	0,0	0,0

Fonte: MT - RAIS. Elaboração Própria.

Já durante o período de crise, sinalizada entre os anos de 2014-2016, as mais fortes retrações são da construção, cuja taxa de crescimento foi de -22,4% ao ano, ao lado da atividade industrial. Os setores de baixa e média-baixa tecnologia apresentaram

[10] Processo caracterizado pelo aumento na intensidade dos negócios imobiliários, pela produção de novas áreas de expansão urbana e turística, e ela expressividade dos impactos socioambientais, essa nova dinâmica revela cada vez mais o imbricamento do segmento turismo e do setor imobiliário, denominado aqui como imobiliário-turístico (FERREIRA E SILVA, 2010, p.117).

retração de -9,8% a.a., junto com os de média-alta e alta (-9,1% a.a.). Os serviços não apresentaram queda tão acentuada (-1,0%), muito embora o número de empregos formais seja menor.

A Tabela 3 também permite observar a representatividade de cada um dos setores/subsetores. No total, os serviços tiveram ampliação de sua participação setorial (de 81,3% para 84,6%). Em especial, a administração pública, cuja representatividade chega a 27% em 2016, apesar da queda de 10 pontos percentuais (36% em 2006). Os serviços distributivos, que agrupam comércio, transporte e telecomunicações somam 22,5% do total, em especial o comércio varejista (14%). Finalmente, os serviços produtivos representam 12,8% do emprego formal, em especial os serviços de apoio às empresas e serviços pessoais (8,8%) e os técnico-profissionais e científicos (2,0%); vale destacar que é ampliada a participação destes dois segmentos, identificados com o processo de terciarização das atividades profissionais[11].

Em linhas gerais, a tendência da Região Metropolitana de Natal é a ampliação dos serviços, confirmando-se a participação histórica da administração pública e do comércio como setores também expressivos. Por outro lado, sinaliza-se uma diminuição da atividade industrial e, mesmo que tenha uma participação incipiente, o aumento dos serviços produtivos (e mais avançados), representados principalmente pelo conjunto de atividades prestadas às empresas e também de um "terciário avançado", que pode ser representado pelo número de profissionais envolvidos com análises, gestão e consultorias, como por exemplo, engenheiros e profissionais de tecnologia da informação, em geral de maior qualificação apesar da tendência em estabelecerem relações de trabalho autônomas[12].

Assim como evidenciado pelos dados do PIB, o mercado de trabalho também confirma a hipótese do crescimento do terciário urbano, impulsionado pela dinâmica populacional e econômica das cidades, principalmente as de maior porte como Natal e o polígono de maior integração urbana. R. Gomes *et al*. (2015) indicam inclusive uma condição macrocefálica[13] na Região Metropolitana de Natal, circunscrita ao polo metropolitano, que paulatinamente se confirma como o grande receptor das dinâmicas populacionais e também econômicas, sobretudo aquelas mais dinâmicas e ligadas à gestão e modernização do território:

> Em Natal, há uma concentração excessiva dos objetos artificiais da educação, da saúde, do lazer e principalmente do comércio, além da forte concentração do mercado de trabalho. Em alguns dos municípios metropolitanos, Vera Cruz e Monte Alegre, por exemplo, é muito pouco significativo, dado o fato de que prevalece o setor administrativo

[11] Os dados relativos a estes segmentos podem ser maiores, uma vez que a terciarização induz à abertura de empresas e/ou registros de micro empreendedores individuais, cuja metodologia de coleta é imprecisa.

[12] A. Lipietz (1988) destaca a polarização e a proletarização do "terciário moderno", figurados como "potências intelectuais" e aparentemente separados da dominação capitalista na condição de tendência do modo de produção capitalista. A forma de organização do trabalho assume o modelo tradicional do trabalho capitalista: parcelarização e estandardização, confiadas a trabalhadores cada vez menos qualificados e capazes de contestar aos seus dirigentes o domínio do processo de trabalho. Isso é seguido pela mecanização (atualmente, a informatização) do trabalho parcelarizado.

[13] A macrocefalia urbana, noção utilizada por M. Santos (1993) para análise da urbanização brasileira, pode ser considerada um padrão de concentração espacial das funções de gestão no território. As cidades macrocefálicas são aquelas que exercem o comando sobre o conjunto maior de cidades.

> municipal como o principal empregador da força de trabalho existente (GOMES *et al*., 2015, p.80).

O crescimento do terciário urbano, que induz à concentração econômica e também à macrocefalia urbana, já fora identificado como tendência no Brasil desde o decênio 1985/1995; para H. Melo *et al.* (1998, p.37) a expansão do terciário é um fato incontestável na economia brasileira, com destaque para "o comportamento do segmento de técnicos profissionais e hospedagem/alimentação". Dessa forma, a próxima seção deste artigo almeja uma análise mais aprofundada do mercado de trabalho na RMN, considerando também sua distribuição setorial e espacial, com enfoque nos serviços.

Mercado de trabalho na Região Metropolitana de Natal: o crescimento do setor terciário e os subsetores mais dinâmicos

A análise do setor de serviços é complexa, dadas as diferentes dinâmicas atreladas a cada um dos seus subsetores, desde atividades comerciais propriamente ditas, administração pública ou mesmo os segmentos predominantes em trabalho intelectual, são inseridas no setor terciário. Além disso, há limitações na base estatística que não cobrem adequadamente estas atividades, fazendo-se necessário uma reorganização dos dados a partir da CNAE visando captar as dinâmicas do setor.

As Tabelas 4 e 5, na sequência, contemplam os subsetores associados ao terciário, tendendo a separar os serviços de ordem social (serviços industriais de utilidade pública, serviços sociais, e administração pública) daqueles que são estimulados pela própria dinâmica urbana, populacional e econômica, tais como os serviços distributivos, produtivos e financeiros e os serviços pessoais.

A Tabela 4 refere-se ao período de expansão econômica (2006-2014), distribuídos entre os municípios da região metropolitana. No que tange ao setor de serviços, considerando seus subsetores, os maiores crescimentos ocorrem nos produtivos e financeiros (8% ao ano), pessoais (6,6% a.a.), sociais (6,3% ao ano) e nos distributivos (4,9% a.a.).

Os dados também permitem identificar que o mercado de trabalho formal relacionado ao terciário urbano (demandas que nascem da dinâmica urbana) tendem a se concentrar e tem as maiores taxas de crescimento nos municípios mais integrados: serviços produtivos e financeiros (10,1% ao ano) e serviços pessoais (6,8% ao ano).

Tabela 4 Região Metropolitana de Natal - Distribuição do Emprego Formal, Segundo Subsetores de Serviços (2006 e 2014)

	Serviços Industriais de utilidade pública			Serviços Distributivos			Serviços Produtivos e financeiros			Serviços Sociais[1]			Administração Pública			Serviços Pessoais		
	2006	2014	Taxa Cresc	2006	2014	Taxa Cresc	2006	2014	Taxa Cresc	2006	2014	Taxa Cresc	2006	2014	Taxa Cresc	2006	2014	Taxa Cresc
Natal	4.701	4.503	-0,5	51.961	64.335	2,7	21.211	42.125	9,0	24.846	39.405	5,9	93.476	87.103	-0,9	19.147	31.565	6,4
Parnamirim	560	316	-6,9	6.361	15.582	11,9	788	2.121	13,2	987	2.289	11,1	5.837	5.343	-1,1	1.271	2.880	10,8
São G. do Amarante	109	194	7,5	928	4.520	21,9	18	3.283	91,7	239	537	10,6	2.831	3.088	1,1	87	328	18,0
Extremoz	48	0	-	117	313	13,1	10	70	27,5	21	71	16,4	665	1.167	7,3	136	209	5,5
Alta Integração	**5.418**	**5.013**	**-1,0**	**59.367**	**84.750**	**4,6**	**22.027**	**47.599**	**10,1**	**26.093**	**42.302**	**6,2**	**102.809**	**96.701**	**-0,8**	**20.641**	**34.982**	**6,8**
Macaíba	25	54	10,1	1.231	2.483	9,2	117	649	23,9	180	503	13,7	2.035	2.053	0,1	213	309	4,8
Ceará-Mirim	85	82	-0,4	699	1.505	10,1	52	121	11,1	157	268	6,9	1.925	2.738	4,5	121	319	12,9
S. José de Mipibú	10	43	20,0	468	1.485	15,5	51	167	16,0	113	174	5,5	1.765	1.564	-1,5	139	188	3,8
Arês	3	0	-	35	105	14,7	3	3	0,0	0	9	-	903	770	-2,0	1	1	0,0
Bom Jesus	2	0	-	57	116	9,3	1	9	31,6	2	2	0,0	256	297	1,9	0	2	-
Nísia Floresta	5	0	-	105	268	12,4	15	35	11,2	9	63	27,5	729	1.326	7,8	148	354	11,5
Goianinha	206	0	-	400	869	10,2	35	88	12,2	77	117	5,4	1.056	897	-2,0	35	108	15,1
Monte Alegre	3	0	-	110	228	9,5	106	105	-0,1	7	6	-1,9	701	938	3,7	401	79	-18,4
Ielmo Marinho	1	0	-	47	29	-5,9	1	0	-1	0	0	-	634	557	-1,6	2	1	-8,3
Maxaranguape	10	12	2,3	37	106	14,1	3.904	30	-45,6	5	38	28,9	450	729	6,2	133	157	2,1
Vera Cruz	2	0	-	32	97	14,9	1	2	9,1	1	6	25,1	446	511	1,7	0	1	-
Demais	**352**	**191**	**-7,4**	**3.221**	**7.291**	**10,8**	**4.286**	**1.209**	**-14,6**	**551**	**1.186**	**10,1**	**10.900**	**12.380**	**1,6**	**1.193**	**1.519**	**3,1**
RMN Total	**5.770**	**5.204**	**-1,3**	**62.588**	**92.041**	**4,9**	**26.313**	**48.808**	**8,0**	**26.644**	**43.488**	**6,3**	**113.709**	**109.081**	**-0,5**	**21.834**	**36.501**	**6,6**
RN	**6.804**	**6.966**	**0,3**	**87.117**	**138.926**	**6,0**	**32.263**	**62.166**	**8,5**	**35.225**	**56.857**	**6,2**	**177.844**	**183.614**	**0,4**	**26.853**	**45.936**	**6,9**

Fonte: MT-RAIS. Elaboração Própria. [1] Serviços Sociais: Educação, saúde e assistência, associativismo e associações. Para Alta Integração, considerar o subtotal relacionado aos municípios mais integrados da RMN: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz. Para os Demais, considerar o subtotal dos demais municípios que pertencem à RMN exclusive os de alta integração.

Neste período, várias ações governamentais resultaram em investimentos públicos e privados e incidiram sobre a economia e sobre a configuração territorial. Os investimentos públicos ocorridos, principalmente na esfera da infraestrutura de suporte material, provocaram mudanças expressivas na dinâmica econômica e territorial do estado do Rio Grande do Norte e da Região Metropolitana de Natal, tais como: a duplicação da BR-101 entre Natal e Recife, a construção da ponte sobre o rio Potengi, que liga o litoral sul ao litoral norte de Natal – denominada “Ponte de Todos Newton Navarro” – e a construção e melhoramento da rede viária, de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário nas principais cidades do RN, ademais os recursos injetados para impulsionar e aprovisionar a atividade turística (do PRODETUR I e II, do PAC, do aeroporto em São Gonçalo do Amarante e da Copa do Mundo de 2014).

Durante o período da expansão econômica verifica-se também maior investimento público concentrado no subconjunto dos demais municípios: os serviços sociais ampliaram-se a uma taxa de 10,1% ao ano, apesar do baixo número de empregos formais (1.186 em 2014), e a administração pública 1,6% ao ano - expandindo e sustentando parte do emprego urbano, ante a retração anual de -0,8% nos municípios mais integrados.

Os números do mercado de trabalho formal, sensivelmente mais elevados na Região Metropolitana de Natal, permitem identificar a natureza concentradora do polo. Isso fica evidente ao comparar os municípios de alta integração com os demais. As distribuições do terciário identificadas no âmbito da RMN são também similares na comparação com o Estado do Rio Grande Norte, que apresenta maior crescimento nos serviços industriais de utilidade pública, na administração pública e nos serviços distributivos.

No período de crise econômica e política, a partir de 2014 (Tabela 5), as taxas de crescimento dos subsetores de serviços são igualmente afetados na região metropolitana, com exceção dos serviços pessoais (crescimento de 2,7% ao ano) e dos serviços produtivos e financeiros (0,8% a.a.). Os serviços distributivos retraem -2,8% ao ano nos municípios de alta integração e -2,6% ao ano nos demais municípios.

Tabela 5 Região Metropolitana de Natal - Distribuição do Emprego Formal, Segundo Subsetores de Serviços (2014 e 2016)

	Serviços Industriais de utilidade pública			Serviços Distributivos			Serviços Produtivos e financeiros			Serviços Sociais[1]			Administração Pública			Serviços Pessoais		
	2006	2014	Taxa Cresc	2006	2014	Taxa Cresc	2006	2014	Taxa Cresc	2006	2014	Taxa Cresc	2006	2014	Taxa Cresc	2006	2014	Taxa Cresc
Natal	4.503	4.284	-2,5	64.335	60.153	-3,3	42.125	42.485	0,4	39.405	38.912	-0,6	87.103	83.969	-1,8	31.565	33.248	2,6
Parnamirim	316	341	3,9	15.582	15.138	-1,4	2.121	2.823	15,4	2.289	2.706	8,7	5.343	8.183	23,8	2.880	2.954	1,3
São G. do Amarante	194	167	-7,2	4.520	4.374	-1,6	3.283	3.079	-3,2	537	559	2,0	3.088	3.133	0,7	328	540	28,3
Extremoz	0	0	-	313	405	13,8	70	45	-19,8	71	147	43,9	1.167	828	-15,8	209	196	-3,2
Alta Integração	**5.013**	**4.792**	**-2,2**	**84.750**	**80.070**	**-2,8**	**47.599**	**48.432**	**0,9**	**42.302**	**42.324**	**0,0**	**96.701**	**96.113**	**-0,3**	**34.982**	**36.938**	**2,8**
Macaíba	54	52	-1,9	2.483	2.341	-2,9	649	590	-4,7	503	425	-8,1	2.053	1.778	-6,9	309	296	-2,1
Ceará-Mirim	82	81	-0,6	1.505	1.553	1,6	121	235	39,4	268	261	-1,3	2.738	1.533	-25,2	319	307	-1,9
S. José de Mipibú	43	68	25,8	1.485	1.478	-0,2	167	115	-17,0	174	163	-3,2	1.564	1.456	-3,5	188	195	1,8
Arês	0	5	-	105	106	0,5	3	4	15,5	9	7	-11,8	770	3	-93,8	1	1	0,0
Bom Jesus	0	5	-	116	146	12,2	9	12	15,5	2	4	41,4	297	251	-8,1	2	1	-29,3
Nísia Floresta	0	6	-	268	296	5,1	35	52	21,9	63	28	-33,3	1.326	689	-27,9	354	375	2,9
Goianinha	0	4	-	869	875	0,3	88	124	18,7	117	144	10,9	897	940	2,4	108	112	1,8
Monte Alegre	0	5	-	228	265	7,8	105	34	-43,1	6	12	41,4	938	882	-3,0	79	85	3,7
Ielmo Marinho	0	1	-	29	26	-5,3	0	0	-	0	0	-	557	428	-12,3	1	2	41,4
Maxaranguape	12	0	-	106	125	8,6	30	35	8,0	38	30	-11,1	729	257	-40,6	157	187	9,1
Vera Cruz	0	3	-	97	106	4,5	2	5	58,1	6	6	0,0	511	482	-2,9	1	1	0,0
Demais	**191**	**230**	**9,7**	**7.291**	**7.317**	**0,2**	**1.209**	**1.206**	**-0,1**	**1.186**	**1.080**	**-4,6**	**12.380**	**8.699**	**-16,2**	**1.519**	**1.562**	**1,4**
RMN Total	**5.204**	**5.022**	**-1,8**	**92.041**	**87.387**	**-2,6**	**48.808**	**49.638**	**0,8**	**43.488**	**43.404**	**-0,10**	**109.081**	**104.812**	**-2,0**	**36.501**	**38.500**	**2,7**
RN	**6.966**	**6.656**	**-2,25**	**138.926**	**131.976**	**-2,53**	**62.166**	**61.959**	**-0,2**	**56.857**	**57.256**	**0,35**	**183.614**	**167.972**	**-4,35**	**45.936**	**47.714**	**1,9**

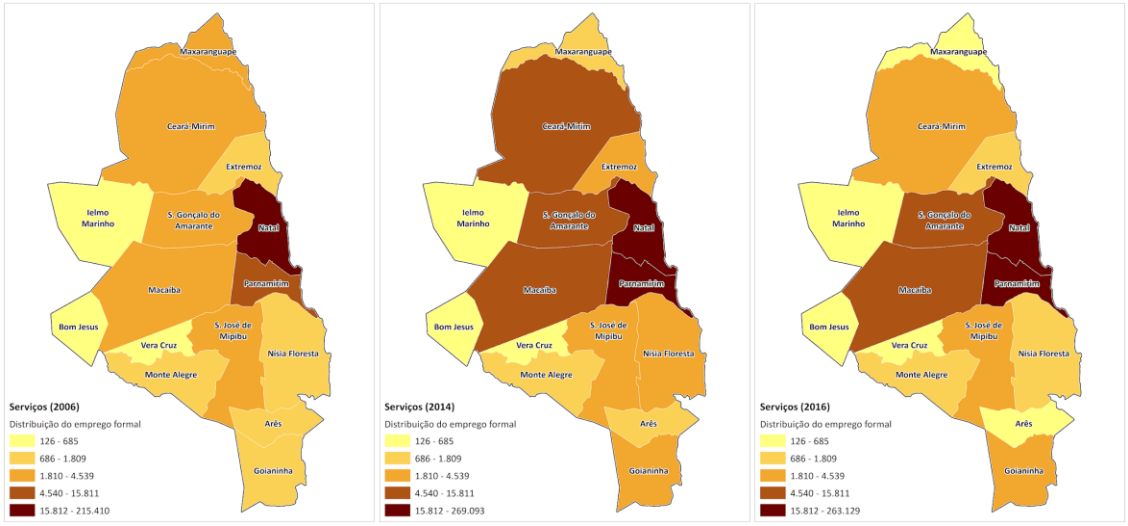
Fonte: MT-RAIS. Elaboração Própria. [1] Serviços Sociais: Educação, saúde e assistência, associativismo e associações. Para Alta Integração, considerar o subtotal relacionado aos municípios mais integrados da RMN: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz. Para os Demais, considerar o subtotal dos demais municípios que pertencem à RMN exclusive os de alta integração.

Por sua vez, a administração pública cai -2,0% ao ano no subconjunto dos demais municípios, enquanto praticamente se mantém estável nos municípios mais integrados (-0,3% ao ano), evidenciando que a crise tendeu a afetar principalmente os municípios de menor porte. Os mesmo se pode dizer sobre os serviços sociais, os quais, embora tenham diminuído o seu ritmo de crescimento, mantem-se estáveis nos muncípios de alta integração e retraem nos demais (-4,6% a.a.). Vale ressaltar que estes serviços está atrelado à educação e à saúde, que configuram-se como demandas constantes da população.

Por fim, a comparação entre a região metropolitana e estado deve ser feita a partir da administração pública e dos serviços industriais de utilidade pública, na condição dos dois principais subsetores que sustentam o emprego nas cidades do interior. Para o primeiro, verifica-se uma taxa de retração menor na RMN em relação ao estado (-4,35% a.a. no RN ante -2,0% a.a. no conjunto da região metropolitana). O mesmo se pode verificar no que tange aos serviços industriais de utilidade pública (-2,25% a.a. no RN ante -1,8% a.a. na RMN).

A Figura 2 permite interpretar a configuração territorial do emprego formal no setor de serviços para o conjunto dos municípios da região metropolitana, por meio de três cartogramas que representam os anos de 2006, 2014 e 2016. Verifica-se que o polo Natal mantém-se no patamar mais alto, concentrando o maior número de vínculos de empregos formais nos serviços. No período de crescimento econômico, entre 2006 e 2014, os municípios de Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz sobem um patamar na classificação, indicando um crescimento do emprego que é mais pronunciando entre os municípios de maior integração, os quais são acompanhados por Macaíba e Ceará-Mirim (adjacentes ao polígono de maior concentração).

Figura 2 Distribuição do emprego formal em Serviços na Região Metropolitana de Natal (2006, 2014, 2016)



Fonte: MT - RAIS. Elaboração Própria.

No que tange ao subconjunto dos demais municípios, Goianinha é um dos municípios que também amplia o número de empregos no setor de serviços, em parte influenciado pela atividade turística no Litoral Sul. Em contrapartida, municípios localizados mais próximos às bordas da região metropolitana, em alguns casos predominantemente rurais, como é o caso de Arês, tenderam à estagnação mesmo durante o crescimento econômico, ou até mesmo perderam empregos. São os casos de Vera Cruz, Ielmo Marinho, Bom Jesus, Arês e Maxaranguape.

Dada à maior "plasticidade" de alguns subsetores de serviços, ora associados aos investimentos do poder público, ora menos dependente de fixos geográficos (comparativamente à indústria), é notável que o período de recessão tende a ter maior impacto nos municípios mais distantes do polo, enquanto os municípios mais integrados mantém os seus patamares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação atual da estrutura produtiva e do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Natal requer considerar a diminuição da representatividade do setor industrial, o que se acompanha pela maior participação do terciário urbano.

O crescimento dos serviços, no período de expansão da atividade econômica, analisado em função de cada um dos seus subsetores, se concentra em: produtivos e financeiros (8% ao ano), pessoais (6,6% a.a.), sociais (6,3% ao ano) e nos distributivos (4,9% a.a.), ao passo que administração pública (-0,5% a.a.) e os serviços sociais de utilidade pública (-1,3% a.a.) apresentaram pequena retração da RMN. Por outro lado, a comparação com o Estado do Rio Grande do Norte mostra investimento/crescimento nos serviços industriais de utilidade pública e na administração pública, sobretudo, com maior aumento do emprego formal, em Nísia Floresta (7,8% ao ano), Maxaranguape (7,2% a.a.) e Extremoz (7,3% a.a.).

Por outro lado, no período de crise econômica e política, sinalizado a partir de 2014, o crescimento dos subsetores de serviços são afetados. Apenas os serviços pessoais e os serviços produtivos e financeiros que não conhecem retração, cujos

maiores quantitativos de aumento estão nos municípios de alta integração de São Gonçalo do Amarante (28,3% a.a.) e Natal (2,6% a.a.), que amplia os postos de trabalho de 31 mil para 33 mil.

Finalmente, a Região Metropolitana de Natal intensifica a sua natureza concentradora, quer seja na produção (PIB), quer seja no emprego, identificado pelos vínculos formalizados, com relação ao Estado do Rio Grande do Norte. Esta concentração se verifica também internamente à região metropolitana, com maior dinamismo no polo Natal e nos municípios de alta integração, em relação aos subconjunto dos demais municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, D. S.; SILVA, M. G.; PEREIRA, W. E. N. A Região Metropolitana de Natal na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: CLEMENTINO, M. L. M.; FERREIRA, A. L. Natal: transformações na ordem urbana (editoras). Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.

CANO, W. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. In: Textos para discussão, Instituto de Economia/Unicamp, n. 177, maio de 2010.

CLEMENTINO, M. L. M.; FERREIRA, A. L. Caminhos para se pensar a metropolitazação de Natal: questões, hipóteses e referências. In: CLEMENTINO, M. L. M.; FERREIRA, A. L. Natal: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

FERREIRA, A. L. & SILVA, A. F. C. da. A estruturação do turismo e do imobiliário nas metrópoles nordestinas: conceitos básicos e antecedentes. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. L. M. Turismo e imobiliário nas metrópoles. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

GARSON, S. & RIBEIRO, L. C. Análise do desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas. Observatório das Metrópoles. Projeto: Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório de Atividade 3c: Rio de Janeiro, 2004.

GOMES, R. C. C.; ALVES, L. S. F.; DANTAS, J. R. Q.; FRANÇA, R. S. A metrópole de Natal na rede urbana brasileira e sua configuração interna. In: CLEMENTINO, M. L. M.; FERREIRA, A. L. Natal: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

LIPIETZ, A. O capital e seu espaço. São Paulo: Nobel, 1988.

MELO, H. P.; ROCHA, F.; FERRAZ, G.; SABBATO, A.; DWECK, R. O setor de serviços no Brasil: Uma visão global – 1985/1995. In: Textos para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 549, março de 1998.

MOURA, R.; DELGADO, P.; SILVA, E. T.; RIBEIRO, L. C. Q. Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < http://observatoriodasmetropoles.net/download/relatorio_integracao.pdf >. Acesso: março de 2018.

MOURA, R.; DELGADO, P.; DESCHAMPS, M. V.; CASTELLO BRANCO, M. L. Nível de integração dos municípios à dinâmica metropolitana. IPARDES. Primeira Versão, n.5, jun. 2007, 26 p. ISSN 1808-5091. Disponível em: <

http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/nivel_integracao_municipios.pdf >. Acesso: março de 2018.
RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). Hierarquização e identificação dos espaços urbanos. Série Conjuntura Urbana. Volume 1. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009. Disponível em: < www.observatoriodasmetropoles.net >. Acesso: março de 2018.
SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 1993.

REBATIMENTO DA CRISE ECONÔMICA ATUAL SOBRE O EMPREGO FORMAL EM SETE VETORES DE EXPANSÃO DA RMBH

André Mourthé de Oliveira

Universidade Federal de Ouro Preto. demourthe@gmail.com

Cláudia Júlia Guimarães Horta

Fundação João Pinheiro. Claudia.julia.guimaraes@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma síntese das principais mudanças que ocorreram no mercado formal de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) no contexto da crise econômica e política de 2015 e 2016. Para compreender tais mudanças utiliza-se de metodologia do Observatório das Metrópoles, qual seja, o uso de vetores de expansão da RMBH com o intuito de refletir as mudanças na organização e delimitação desses espaços. Segundo Diniz e Mendonça (2015), a regionalização da RMBH, segundo esses vetores, tem a capacidade de criar uma referência geográfica que facilita a compreensão da dinâmica e das principais transformações nas últimas décadas e período recente, delineando, assim, a estrutura articuladora dessa região. A análise vetorial contempla o crescimento populacional segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o emprego formal e rendimento por municípios e setores de atividade econômica e ocupação segundo grandes categorias da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Essa análise é decomposta por sexo, faixa etária e escolaridade. E antes de analisar essas mudanças, faz-se necessário um breve histórico sobre as transformações socioeconômicas mais recentes da RMBH.

BREVE HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS RECENTES DO CRESCIMENTO DA RMBH

Concebida para concentrar as atividades político-administrativas do Estado, Belo Horizonte tornou-se um lócus da expansão da indústria, e o padrão de dinamismo seguiu o *capitalismo associado e semiperiférico* brasileiro do século XX (RIBEIRO, 2013). A metropolização de Belo Horizonte também apresentou processos perversos, tais como fragmentação socioespacial, periferização em larga escala, forte exclusão social, ausência de diversas políticas públicas para amplas faixas da população,entre outros. (TONNUCI *ET AL*, 2015)

A crise econômica dos anos 1980/90, associada ao desmonte do modelo de industrialização substitutiva de importações e à ascensão de políticas econômicas e sociais de cunho neoliberal significaram forte retração da atividade e desemprego crônico, reorganizando os parques industriais a partir de maior emprego de tecnologia e uma progressiva inserção nos mercados globais (TONUCCI *ET AL*, 2015). Socialmente presenciamos elevação do desemprego, subemprego/informalidade, levando à proletarização das classes médias e à crescente pauperização das classes mais populares. Agravaram-se as condições de vida urbanas, com crescente periferização. Essa crise veio acompanhada com a expansão da mineração no Quadrilátero Ferrífero e do setor terciário, favorecendo, respectivamente, os vetores sul e polo.

Em contraposição à tendência de redução dos investimentos públicos e privados que prevalecera em 1980/90, nos anos 2000 houve a retomada de uma série de intervenções com impacto significativo sobre a estruturação do espaço da RMBH, decorrente do crescimento e de maior capacidade de investimento do Estado, ressaltando que a produção permaneceu concentrada nos setores acoplados ao ciclo anterior (TONUCCI *ET AL*, 2015). Elevaram-se os investimentos associados à base de recursos naturais na RMBH e no seu entorno, e destacando algumas atividades de

maior conteúdo tecnológico, como aparelhos e equipamentos médicos, material eletroeletrônico, produtos farmacêuticos e biotecnológicos e bens das tecnologias da informação e comunicação, mas ainda sem serem capazes de "rivalizar" na pauta produtiva com os de menor valor agregado e com o complexo da indústria automotiva.

Neste momento as ações do governo de MG propunham potencializar o desenvolvimento econômico do vetor norte (Aeroporto Internacional Tancredo Neves e entorno do futuro Anel Viário de Contorno Norte), com atração de investimentos e criação de polos de alta tecnologia em aeronáutica, microeletrônica, semicondutores e saúde. Estes investimentos podem vir a criar uma demanda derivada para as atividades intensivas em tecnologia. O Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-Tec) visa dar impulso ao crescimento destes setores dinâmicos, através do incentivo para estabelecimento de pontes entre pesquisa (universidade) e desenvolvimento (empresas), principalmente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Assim como no BH-Tec, os projetos de alta tecnologia planejados para o vetor norte são ainda uma aposta incerta (TONUCCI *ET AL*, 2015). Por fim, a reestruturação e expansão da FIAT associada aos programas governamentais de transferência de renda, como o Bolsa Família (BF), fortaleceram um novo perfil de distribuição de rendimentos que desempenhou papel importante na dinâmica econômica da RMBH. O acesso ao consumo por parte de segmentos mais amplos da população impulsionou particularmente o crescimento do setor terciário voltado aos setores populares (vetores norte e nordeste).

Entretanto, a crise econômica atual reverteu as perspectivas positivas e foi de forte impacto, principalmente nos anos 2015 e 2016 (IBGE, 2018). Houve uma clara mudança das políticas sociais, reduzindo o universo dos atendidos pelo BF, cortando gastos em serviços sociais (educação, saúde, assistência social), atenuando a política de elevação real do salário mínimo, cortando os recursos públicos para investimentos em infraestrutura, reduzindo o alcance social do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), entre outros fatores. Além desse contexto, Minas Gerais sentiu a crise da mineração a partir de meados de 2014. A recessão associada à crise mais acentuada da extrativa mineral impactou muito fortemente sobre o mercado de trabalho da RMBH.

ANÁLISE DO IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA RECENTE SOBRE O EMPREGO FORMAL NA RMBH

Segundo levantamento da RAIS (2018), no ano de 2014, foi registrado 1,96 milhões de postos de trabalho na RMBH. Nos dois anos seguintes houve forte redução, passando para 1,72 milhões em 2016, queda de 12,6% ou 247.149 postos de trabalho a menos. Em termos da distribuição relativa e segundo vetores, o polo concentra mais de 2/3 do total da RMBH em 2016. Na sequência o vetor oeste, com participação de 18,0%. Juntos, os dois vetores concentram 86,5% do total. Nos demais esse percentual não chega a 5,0%, sendo os menores observados no sudoeste e leste, com 1,4% e 1,7% respectivamente. Vale destacar, ainda, que nos três anos analisados a distribuição relativa dos postos de trabalho entre os vetores praticamente não se alterou. Além disso, a queda no número de postos de trabalhos na RMBH foi resultado de queda em todos os vetores em maior ou menor intensidade. Nos vetores sul, oeste, polo e sudoeste, as quedas foram mais acentuadas, com percentuais variando de 13,5% a 11,8%. Vale

apontar que polo e oeste foram aqueles que apresentaram as maiores reduções em termos absolutos de postos de trabalho, com destaque para o primeiro.

Tabela 1: número de postos de trabalho formais e distribuição relativa segundo vetores da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2014/2016

	Postos de trabalho formais			Distribuição relativa			Evolução		
Vetores	2014	2015	2016	2014	2015	2016	% 2014/2016	Número de postos	Distribição relativa
Polo	1.354.683	1.167.465	1.176.985	68,9	67,0	68,5	-13,1	-177.698	71,9
Oeste	356.356	335.591	309.000	18,1	19,2	18,0	-13,3	-47.356	19,2
Norte Central	83.293	81.217	77.993	4,2	4,7	4,5	-6,4	-5.300	2,1
Norte	52.792	50.402	48.196	2,7	2,9	2,8	-8,7	-4.596	1,9
Sul	59.676	53.515	51.703	3,0	3,1	3,0	-13,4	-7.973	3,2
Leste	30.692	29.916	29.699	1,6	1,7	1,7	-3,2	-993	0,4
Sudoeste	27.315	25.679	24.082	1,4	1,5	1,4	-11,8	-3.233	1,3
RMBH	1.964.807	1.743.785	1.717.658	100,0	100,0	100,0	-12,6	-247.149	100,0

Fonte: Ministérios do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração: próprios autores.

A tabela 2 apresenta a distribuição relativa e evolução percentual dos grandes grupos ocupacionais para cada um dos vetores da RMBH no período de 2014 a 2016.

Tabela 2: distribuição relativa de evolução percentual do emprego formal segundo grupos ocupacionais e vetores da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2014/2016

Vetores	Membros sups. poder público, dirigentes org. interesse público	Prof. Ciências e das artes	Técnicos de nível médio	Trabs. de serviços administr ativos	Trabs serviços, vendedores comércio em lojas e mercados	Trabs. Agropec., florestais e pesca	Trabs. da produção de bens e serviços industriais	Trabs. de bens serviços industriais	Trabs. serviços reparação e manutanção
				Distribuição relativa (2016)					
Polo	10,9	10,8	12,2	21,2	26,3	0,4	11,0	1,6	1,7
Oeste	4,4	8,3	10,2	19,1	21,2	0,5	28,0	4,2	4,1
Norte Central	3,9	9,6	11,6	17,4	24,2	1,5	23,5	5,1	3,2
Norte	3,8	7,7	11,6	16,2	23,4	2,7	23,0	3,9	3,9
Sul	4,5	17,5	12,7	16,5	20,7	1,4	20,4	1,9	4,5
Leste	15,3	4,9	7,4	12,5	21,6	1,8	25,6	5,6	4,9
Sudoeste	3,9	6,9	12,0	14,2	20,8	3,7	26,0	9,6	2,8
RMBH	9,0	10,2	11,8	20,1	24,9	0,6	15,7	2,5	2,4
				Evolução percentual (2014 - 2016)					
Polo	67,7	-40,8	-7,6	-10,2	-9,5	-14,9	-31,4	-13,3	-17,0
Oeste	-6,2	-6,4	-13,4	-9,3	-6,1	4,5	-22,6	-7,1	-20,8
Norte Central	-6,4	17,2	-9,0	-2,0	-2,9	-12,1	-15,4	-7,3	-19,6
Norte	-16,9	-1,0	-4,1	-2,2	-1,6	15,9	-24,8	-21,3	-24,3
Sul	0,4	-7,7	-18,4	-4,0	-5,5	-1,3	-28,9	-1,2	-16,5
Leste	4,1	-6,4	-4,5	-7,5	8,2	-6,5	-10,7	4,0	-14,6
Sudoeste	-15,7	-6,3	-0,7	1,9	-3,1	4,9	-27,4	-11,7	-22,8
RMBH	48,2	-33,6	-8,8	-9,3	-8,1	-6,1	-26,9	-10,4	-18,7

Fonte: Ministérios do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração: próprios autores

Em 2014 o polo tinha 1.354.683 empregos formais, passando para 1.176.985 em 2016, redução de 177.698 postos de trabalho e relativa de 13,1%. Prevalecem ocupações classificadas nos grupos “trabalhadores de serviços, vendedores de comércio em lojas e mercados” (trab. serv. e com.) com 26,3% e “trabalhadores em serviços administrativos” (trab. serv. adm.) com 21,2%. Entre 2014 e 2016 tais grupos de ocupação tiveram quedas em torno de -10,0%. Entretanto, não foram as mais significativas em termos percentuais. Destacam-se, nesse caso, dois grupos: os

"profissionais de ciências e das artes" (prof. c. & artes) com -40,8%, e "trabalhadores de bens e serviços industriais" (trab. bens e serv. inds) com -31,4%.

Entre 2014 e 2016 o vetor oeste perdeu 47.356 empregos formais (-13,3%). Os grupos ocupacionais mais característicos nesse vetor em 2016 foram os "trab. bens e serv. inds" (28,0%); os "trab. serv. e com." (21,2%) e os "trab. serv. adm." (19,1%). Em relação à evolução desses grupos, se destaca apenas o primeiro, com -22,6%. Além desse, também os "trabalhadores de serviços de reparação e manutenção" (trab. rep. e man.) com -20,8%.

O vetor sul teve 13,4% dos postos de trabalhos reduzidos, 59.676 registros em 2014 para 51.703 em 2016. Em termos de importância dos grupos ocupacionais no mercado de trabalho do vetor sul, destacam-se os "trab. bens e serv. inds" (20,4%); os "trab. serv. adm." (16,5%) e "prof. c. & artes" (17,5%). Entretanto, desses grupos apenas os "trab. bens e serv. inds" apresentaram quedas percentuais significativas (-28,9%).

No vetor sudoeste o número de empregos formais caiu 3.233 (-11,8%) e "trab. bens e serv. inds" apresentou o maior percentual de queda (-27,4%). Além desse, tem-se ainda os "trab. rep. e man." e "membros superiores do poder público e dirigentes de organizações de interesse público" (memb. sup. publ.), com redução de 22,8% e 15,7%, respectivamente.

Nos demais vetores as quedas foram menos expressivas, mas também importantes. No caso do vetor norte a queda foi de 8,8% dos postos de trabalho (52.792 em 2014 para 48.196 em 2016). Nesse vetor apenas os "trab. bens e serv. inds" tiveram redução percentual do número de emprego significativa (-24,8%). Os "trab. rep. e man.", os "trab. bens e serv. inds" e os "memb. sup. publ." com redução de -24,3%, -21,3% e -16,9%, respectivamente.

Houve redução de 5.300 postos de trabalho no vetor norte central (- 6,4%). Os "trab. bens e serv. inds" e os "trab. rep. e man." tiveram redução percentual do número de emprego significativa de (15,4%) e (19,6%), respectivamente. Por fim, o vetor leste, com a menor perda relativa da RMBH entre 2014 e 2016, com perda de 993 postos de trabalhos. Em termos de queda relativa, destacam os grupos: "trab. rep. e man." e "trab. bens e serv. inds" com redução de 14,6% e 10,7%, respectivamente. A distribuição relativa e percentual do emprego formal segundo setores de atividade econômica e por vetores da RMBH se encontram na tabela 3.

Tabela 3: Distribuição relativa e evolução percentual do emprego formal segundo setores de atividade e vetores da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2016

Vetores	Extrativa mineral	Indústria da transformação	Serviço de informação de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Total
				Distribuição relativa (2016)					
Polo	0,1	5,0	1,9	7,6	15,0	46,5	23,6	0,3	100,0
Oeste	0,2	28,3	0,4	4,4	27,3	29,6	9,3	0,5	100,0
Norte Central	0,4	21,2	0,2	4,6	26,1	28,3	17,8	1,5	100,0
Norte	0,3	21,7	0,1	4,6	17,7	34,4	18,2	2,9	100,0
Sul	13,2	7,6	0,3	9,7	12,1	44,2	12,1	0,7	100,0
Leste	11,2	17,1	0,9	3,6	19,2	26,1	20,0	2,0	100,0
Sudoeste	0,3	35,2	0,2	3,4	16,9	22,2	17,8	4,0	100,0
RMBH	0,8	11,1	1,4	6,7	17,8	41,5	20,1	0,6	100,0
				Evolução percentual (2014 - 2016)					
Polo	-40,6	-18,6	-10,0	-34,6	-8,4	-8,4	-14,5	-9,4	-13,1
Oeste	-39,3	-21,2	-9,6	-19,3	-7,6	-9,5	-10,0	-15,6	-13,3
Norte Central	-28,6	-14,9	14,0	-26,0	8,7	-6,9	-5,1	-21,3	-6,4
Norte	-18,3	-23,9	-41,5	-10,1	-3,6	-5,0	0,0	17,8	-8,7
Sul	-15,8	-40,2	-	-25,1	0,4	-3,6	-21,1	4,4	-13,4
Leste	-15,5	-11,9	-1,1	-6,9	-4,8	8,8	0,7	-0,2	-3,2
Sudoeste	-54,4	-25,5	-13,8	-32,9	-4,2	10,6	-5,4	8,6	-11,8
RMBH	-22,2	-20,6	-9,4	-31,9	-6,8	-8,0	-13,3	-6,4	-12,6

Fonte: Ministérios do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração: próprios autores.

A análise seguinte se refere aos dados da tabela 3 anterior e das tabelas 1 a 4 do anexo estatístico. No contexto da RMBH, no ano de 2016 e do total de empregos formais registrados, os principais setores de atividades eram: serviços (41,5%), administração pública (adm. pub.) com 20,1% e comércio (17,8%), totalizando quase 80,0% do total. Apesar de representarem parcela tão significativa dos empregos formais, os setores de atividade que mais perderam postos de trabalho percentualmente foram os da construção civil (c. civil) com -31,9%, seguidas pela extrativa mineral (extr. min.) com -22,2% e indústria da transformação (ind. transf.) com -20,6%. Relativamente ao sexo, a perda dos postos de trabalho para homens e mulheres foi percentualmente semelhante. Interessante observar que na “c. civil” e “ind. transf.” os trabalhadores entre 15 e 29 anos foram aqueles que mais perderam postos de trabalho em termos proporcionais. No caso da “extr. min.” o grupo etário é formado pelos jovens de 18 a 29 anos. Analisando em termos do nível de instrução, os setores da “c. civil” e “extr. min.” os trabalhadores com as menores escolaridades foram aqueles que tiveram maiores quedas relativas (fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto). No caso da “ind. transf.” praticamente todos os níveis de instrução tiveram perdas relativas, entretanto o maior percentual foi verificado para aqueles trabalhadores com nível superior completo ou mais. A “c. civil” e “ind. transf.” também se destacaram em termos das principais atividades que perderam postos de trabalho em número absoluto. Entre 2014 e 2016, as reduções foram 53.996 e 49.298, respectivamente, e a maioria deles era do sexo masculino (89,4% e 74,7%). Além dessas inclui também “serviços” com 61.609 postos de trabalho perdidos e a “adm. pub.” com 53.010. No caso dos “serviços” não se verificou diferenciais importantes segundo sexo, entretanto, para “adm. pub.” 84,1% da redução era do sexo feminino. Em relação à idade, nos setores da “c. civil”, “indústria” e “serviços” foram os trabalhadores entre 18 e 39 anos que mais perderam postos de trabalho, sendo 20.389, 15.252 e 13.863, respectivamente. No caso

da “adm. pub.” 42.674 postos perdidos eram de trabalhadores entre 40 e 64 anos. Segundo nível de instrução se verifica características distintas em termos das atividades aqui elencadas. No caso da “c. civil”, apenas para os trabalhadores com “fundamental incompleto” foram perdidos 26.111 postos de trabalho entre 2014 e 2016. Baixa escolaridade também caracterizou os trabalhadores dos “serviços”, sendo que aqueles que pertenciam aos níveis “fundamental incompleto” e “fundamental completo” perderam 42.053 postos de trabalho. Na “ind. transf.” praticamente todos os grupos perderam, destacando que aqueles que tinham curso superior ou mais perderam 15.436. Por fim, na “adm. pub.” 32.134 dos postos de trabalho perdidos foram de trabalhadores com “superior completo ou mais”.

Os rendimentos dos trabalhadores segundo setores de atividades se concentram nos intervalos de rendimentos mais baixos. Na “ind. transf.”, “serviços” e “c. civil” percentuais importantes dos trabalhadores se encontram no grupo de rendimentos de “1 a 3 salários mínimos (SM)”. Em 2016, esses eram de 68,0%, 71,1% e 76,7%, respectivamente. No caso da “extr. min.” e da “adm. pub.” os rendimentos abrangiam intervalo maior de rendimentos, onde 65,0% e 59,3% recebiam valores entre “1 a 5 SM”. A distribuição relativa dos rendimentos entre 2014 e 2016 praticamente não se alterou, com exceção apenas da “adm. pub.”, onde houve redução relativa daqueles que tinham rendimentos entre “1 a 1,5 SM” e “4 a 5 SM” e aumento nas faixas de “5 a 7 SM.”, “7 a 10 SM” e “10 a 15 SM”.

Considerando o vetor polo, a composição do emprego está concentrada nos “serviços” (46,5%), “adm. pub.” (23,6%) e “comércio” (15,0%), totalizando 85,1% dos empregos formais. Quando analisados os setores de atividade segundo a evolução relativa entre 2014 e 2016, as atividades que mais perderam postos de trabalho foram “extr. min.”, com -40,6%, “c. civil” com -34,6% e “ind. transf.” com -18,6%. Interessante observar que não há diferenças importantes quando consideramos o sexo dos empregados. Nos três grupos de atividades os percentuais são muito parecidos, com exceção da “ind. transf.” onde a queda relativa dos homens (-21,4%) foi maior que das mulheres (14,3%). Os grupos etários mais atingidos pela queda no emprego foram aqueles entre 15 e 29 anos no caso da “c. civil” e da “ind. transf.”. Para a “extr. min.” foram aqueles entre 25 e 49 anos. Em relação ao nível de instrução, os trabalhadores menos escolarizados foram os que mais perderam postos de trabalho na “c. civil” e na “ind. transf.”. Em contraposição, os trabalhadores com nível “superior ou mais” foram os mais atingidos na “extr. min”.

Considerando os valores absolutos por setores de atividade e a diferença entre 2014 e 2016, destacam-se para o polo as atividades “serviços” (-49.817), “adm. pub.” (-47.193) e “c. civil” (-47.101). No caso dos serviços, o número de homens e mulheres que perderam postos de trabalho no período é praticamente igual, entretanto, em relação à idade, os grupos etários que mais perderam foram aqueles entre 18 e 39 anos (38.545). Por outro lado, fica evidente a predominância da queda para as mulheres no caso da “adm. pub.” (-40.497) comparativamente aos -6.696 dos homens. Em relação à idade, eram na maioria (-41.433) trabalhadores entre 40 e 64 anos. Já para a “c. civil” predominaram os homens (-42.053) frente às mulheres (-5.048), não havendo predomínio segundo grupos etários dos trabalhadores. Em relação ao nível de instrução, tem-se que no caso da “extr. min.” e da “ind. de transf.” as maiores perdas foram dos

trabalhadores com baixa escolaridade média. Por outro lado, os mais instruídos, com "superior ou mais" foram os que mais perderam (30.611) na "adm. pub.".

Em relação aos rendimentos dos trabalhadores do polo se observa que para a "c. civil", "ind. transf." e "serviços" há concentração entre "1 a 3 SM", sendo de 76,4%, 74,4% e 70,4%, respectivamente. Além disso, entre os anos de 2014 e 2016 a distribuição relativa dos rendimentos praticamente não se alterou. Quanto a "extr. min." observou-se que, em 2014, 57,91% dos trabalhadores estavam nas faixas de "10 a 20" e "mais de 20 SM". Entretanto, em 2016, esse percentual caiu para 35,2%, com queda mais significativa para aqueles que recebiam "mais de 20 SM". Esse foi o setor que mais modificou a distribuição dos rendimentos. Por fim, na "adm. pub." houve redução relativa daqueles que tinham rendimentos entre "1 a 1,5 SM" e "4 a 5 SM" e aumento nas faixas de "5 a 7 SM", "7 a 10 SM" e "10 a 15 SM".

Do total de empregos formais registrados no vetor oeste em 2016, 29,6% eram do setor de atividade "serviços", seguidos da "ind. transf." com 28,3% e "comércio" 27,3%. Considerando as perdas entre 2014 e 2016, "ind. transf." (21,2%), "extr. min." (-39,3%) e "c. civil" (-19,3%) foram os que mais perderam empregos. Em relação ao sexo, a "ind. transf." e a "c. civil", entre 2014 e 2016, as variações negativas de empregos formais foram próximas. Entretanto, no caso da "extr. min" a variação negativa para o sexo masculino (-41,3%) foi maior que o feminino (-20,3%). Analisando a idade, tem-se que os mais jovens foram aqueles que mais perderam postos de trabalho em termos percentuais. Na "c. civil" foram os jovens entre 15 e 24 anos, enquanto que na "extr. min." e "ind. transf." entre 18 e 19 anos. Os trabalhadores com nível de instrução inferior foram os que mais perderam postos de trabalho relativamente na "extr. min." e na "ind. transf., sendo que na primeira prevalecem aqueles com "fundamental incompleto" e "fundamental completo", e na segunda "fundamental completo" e "médio incompleto". Na "c. civil" não predomina nenhum padrão específico, sendo mais representativos os níveis de instrução "fundamental incompleto", "médio incompleto" e "superior ou mais".

No vetor oeste e considerando o número absoluto, as atividades "ind. transf.", "serviços" e "comércio" foram as que mais perderam postos de trabalho. Entre 2014 e 2016 foram perdidos 23.564 postos na "ind. transf.", sendo na sua maioria composta por homens (79,2% ou -18.653 pontos). Nos "serviços" a maioria também era do sexo masculino (-6699 em -9.570). Na "indústria" e "serviços" foram os trabalhadores entre 18 e 39 anos os que mais perderam postos de trabalho, sendo 19.392 e 7.955, respectivamente. De forma distinta, no "comércio" o número de postos perdidos por mulheres foi pouco maior do que dos homens. Do total de -6.921 postos, -3.738 (ou 54,0%) eram de mulheres. Nesse setor de atividade, 3.665 dos postos perdidos foram de trabalhadores entre 18 e 24 anos. No tocante ao nível de instrução, chama atenção que no caso da "ind. transf." os trabalhadores com "superior ou mais" perderam -10.767 postos de trabalho. Nos "serviços" e "comércio" os trabalhadores que perderam seus postos não tinham predominância em nenhum dos grupos de instrução, exceto "analfabetos" e "superior ou mais", pois a redução foi insignificante.

As distribuições segundo faixas de rendimentos das atividades para o oeste, tem-se na "extr. min.", "c. civil", "serviços" e "comércio" concentração na faixa de "1 a 3 SM", da ordem de 60,6%, 78,4%, 74,9% e 84,7%, respectivamente. Nessas, a estrutura dos rendimentos praticamente não se alterou, apontando nas duas primeiras atividades

relativo aumento dos rendimentos menores entre 2014 e 2016. No caso da "extr. min." houve redução relativa da faixa de "1 a 5 SM" e aumento da faixa de "5 a 7 SM".

No vetor sul 81,8% dos empregos formais em 2016 encontravam-se nas atividades de "serviços" (44,2%), "extr. min" (13,2%), "comércio" (12,1%) e "adm. pub." (12,1%). Em percentuais entre 2014 e 2016, a "adm. pub." apresentou redução de 21,1% dos postos de trabalho, e as atividades "ind. transf." e "c. civil" apresentaram quedas ainda maiores, respectivamente 40,2% e 25,1%. Analisando segundo sexo, fica evidente a maior redução relativa para o sexo masculino no caso da "ind. transf.". Para esse grupo, a redução foi 48,3%, enquanto que para as mulheres foi de 14,1%. Para a "c. civil" e "adm. pub." as reduções segundo sexo foram próximas. As maiores reduções relativas ocorreram para os trabalhadores entre "18 e 39 anos" para a "ind. transf." e "adm. pub.", enquanto que para a "c. civil" o grupo etário foi um pouco mais novo, de "18 a 29 anos". Os trabalhadores com nível de instrução "superior ou mais" e "médio incompleto" foram aqueles que apresentaram as maiores perdas relativas de postos de trabalho, sendo 78,2% e 55,5%, respectivamente. Na "c. civil" destacou-se apenas o grupo com "fundamental incompleto", com queda de 40,9%, enquanto que na "adm. pub." esse grupo caiu 32,7% e o "médio incompleto" caiu 30,9%.

No vetor sul as atividades que se destacaram pelas maiores perdas absolutas de trabalho, entre 2014 e 2016, foram a "ind. transf." com 2.660, "c. civil" com 1.685 e "adm. pub." com 1.665. Nas duas primeiras destacam-se a perda relativa de emprego dos homens, com 91,5% e 90,2%, respectivamente. Por outro lado, o maior número de postos perdidos na "adm. pub." foi de mulheres. Os trabalhadores com idade de "25 a 29 anos" e "30 a 39 anos" foram os que mais perderam postos de trabalho na "ind. transf.", com 881 e 1.026 postos. Para a "c. civil" destacam-se os grupos de "18 a 24 anos" com -446, de "25 a 29 anos" com -411 e de 30 a 39 anos com -389. Na adm. pub.", chama atenção o grupo de 30 a 39 anos com 701 postos perdidos entre 2014 e 2016. Interessante destacar que dos postos perdidos na "ind. transf." o maior número ocorreu na faixa de trabalhadores com nível de instrução "superior ou mais" (-2.258). Na "adm. pub." esse grupo perdeu 384 e o de "médio completo" com -672 postos. Na c. civil a redução foi mais importante para os trabalhadores com nível de instrução inferior, principalmente o "fundamental incompleto", com -939 postos.

Com relação ao rendimento dos trabalhadores do vetor sul, destacam-se aqueles que estavam na faixa de "1 a 3 SM" em todas as atividades, entretanto em patamares mais significativos para a "ind. transf." e "c. civil", com respectivamente, 73,4% e 73,0% em 2016. Na primeira houve aumento desse percentual entre 2014 e 2016 e redução da faixa seguinte de "3 a 5 SM", enquanto que na segunda permaneceu estável nesse período, mas aumentou para a faixa de "3 a 5 SM. Interessante que na "adm. pub." a distribuição dos rendimentos, apesar de também concentrada nas faixas de rendimentos mais baixos, apresenta percentuais mais elevados nas faixas subsequentes que nos demais setores.. Entre 2014 e 2016 o rendimento dos trabalhadores resultou em ligeira alteração da estrutura relativa apenas para a "ind. Transf.".

No vetor sudoeste os empregos estão distribuídos na "ind. transf. com 35,2%, "serviços" com 22,2%, "adm. pub." com 17,8% e "comércio" com 16,9%. Entre 2014 e 2016 a atividade "extr. min." apresentou as piores quedas relativas, com 54,4%. Chama atenção, ainda, a "ind. transf." com queda de 25,5% no mesmo período. Analisando os

diferenciais segundo sexo, observa-se que a perda relativa de postos na “ind. transf.” foi similar entre homens e mulheres. Entretanto, no caso da “extr. min” a redução foi maior para os homens (-56,2%) comparativamente às mulheres (-33,3%). Os trabalhadores mais jovens apresentaram as maiores perdas relativas em ambas as atividades. Na “extr. min.” os trabalhadores com idade de “18 a 24 anos” sofreram redução de 77,8% e os de “25 a 29 anos” de 86,2%. Na “ind. transf.” também esses grupos etários apresentaram perdas significativas, com 38,6% e 29,8%, respectivamente, além do grupo de “15 a 17 anos” com a maior redução (50,0%). Considerando o nível de instrução e a redução relativa nos postos de trabalho, dois setores de atividade apresentaram evolução distinta entre 2014 e 2016. Na “extr. min.” aqueles com “fundamental completo” tiveram redução de 66,7% e os com “superior ou mais” redução ainda maior, de 86,7%. Na “ind. transf.” destacam-se o “fundamental incompleto”, com -27,7%, “fundamental completo”, com -28,4% e “médio incompleto”, com -31,4%.

O número absoluto de postos perdidos entre 2014 e 2016, destaca-se, no vetor sudoeste, a “ind. transf.”, com -2.906 postos e a “c. civil”, com -403. Nessas atividades os homens perderam mais empregos que as mulheres, sendo mais significativo na “c. civil” (85,6%) que na “ind. transf.” (61,3%). Em relação à faixa etária, destaque para aqueles de “40 a 49 anos” da “c. civil” com redução absoluta entre 2014 e 2016 de 108 postos. Na “ind. transf.” três grupos apresentaram valores elevados de redução: “18 a 24 anos” (1.036), “25 a 29 anos” (688) e “30 a 39 anos” (772). Os trabalhadores com grau de instrução “médio completo” perderam mais postos entre 2014 e 2016 na “ind. transf.” (1.503), acompanhados daqueles com “fundamental incompleto” (467). Essa faixa de instrução também teve as maiores reduções na “c. civil” (232).

Com relação aos rendimentos dos trabalhadores do vetor sudoeste, tem-se que em todas as atividades os rendimentos se concentravam na faixa de “1 a 3 SM” no ano de 2016, sendo: 75,1% na “ind. transf.”, 84,0% na “c. civil” e 82,4% na “extr. min.”. Na primeira, entre 2014 e 2016 essa faixa de rendimento praticamente não se alterou, enquanto que a seguinte, de “3 a 5 SM” apresentou ligeira queda. Na “c. civil” ocorre o inverso, ou seja, diminuição da participação da faixa de “1 a 3” e aumento da de “3 a 5 SM”. Diferentemente, na “extr. min.” a distribuição dos rendimentos concentrava, em 2014, nesses dois grupos, 49,3% e 32,9%, e em 2016 a faixa de 1 a 3 SM passou a concentrar inacreditáveis 82,4%, sendo que a de 3 a 5 SM ficou com 11,8%.

As atividades classificadas nos grupos “serviços industriais de utilidade pública” (SIUP), “ind. transf.” e “extr. min.” e “comércio” eram responsáveis, conjuntamente, por 92,0% do mercado de trabalho formal no vetor norte. Esses perfaziam 34,4%, 21,7%, 18,2% e 17,7%, respectivamente, em 2016. Interessante que nesse vetor as atividades que mais perderam postos relativamente foram as três primeiras atividades, 41,5%, 23,9% e 18,3%, respectivamente. Em relação ao sexo dos empregados têm-se diferenças acentuadas segundo os setores de atividade. No caso dos “SIUP” e “ind. transf.” a perda relativa de postos foi bem maior para as mulheres. Por outro lado, na “extr. min.” houve predomínio da perda relativa dos homens (19,5%) em relação às mulheres (6,3%). Nos “SIUP” e na “ind. transf.” os jovens foram os mais atingidos pela perda dos postos. Na primeira, destaque para as reduções percentuais dos grupos etários de “18 a 24 anos” (76,5%) e de “25 a 29 anos” (68,4%). Na indústria soma-se ainda a redução daqueles de 15 a 17 anos, e considerando as duas faixas seguintes de

idade, os respectivos percentuais foram -39,4%, -39,9% e -27,1%. Na “extr. min.” os grupos etários que mais chamam atenção são os trabalhadores de “25 a 29 anos” (-47,1%), de “40 a 49 anos” (-36,2%) e, principalmente, para aqueles de “60 anos ou mais” (-60,0%). Em relação ao nível de instrução, os mais afetados pela perda de postos foram aqueles com “fundamental completo”, com 68,6% nos “SIUP”. Na “extr. min.” os grupos de trabalhadores com os menores níveis de instrução foram aqueles que tiveram as maiores perdas: “fundamental incompleto” com 29,8%, “fundamental completo” com 30,6% e, principalmente, o “médio incompleto”, com -63,6%. Na “ind. transf.” nenhum grupo se destacou.

As perdas absolutas de postos de trabalho do vetor norte**,** destacaram-se a “ind. transf.” (-3.276), “serviços” (-879) e “comércio” (-319). No tocante à indústria, tanto homens como mulheres tiveram perdas absolutas muito próximas. Relativamente à idade, as maiores perdas ocorreram para os trabalhadores entre “18 e 49 anos”. Distintamente, no “comércio” observou-se predominância das mulheres, com -286 postos. Nessa atividade, os trabalhadores entre “15 e 24 anos” foram os que mais perderam (331). Por outro lado, o “serviços” apontou queda do número de postos de trabalho dos homens (-1.141) e aumento para as mulheres (+262). O grupo de trabalhadores de “18 a 24 anos” foi o que mais perdeu postos (-621). Os trabalhadores com grau de instrução “médio completo” foi o que mais perdeu entre 2014 e 2016 na “ind. transf.” (-1.973). Nos “serviços” e no “comércio” as maiores perdas se deram nos níveis mais inferiores de instrução. No primeiro, aqueles com “fundamental incompleto” (-527) e “fundamental completo” (-460), e no segundo, desses mesmos dois grupos, com -187 e -254, respectivamente, acrescidos do “médio incompleto” (-184).

Em todas as atividades analisadas acima para o vetor norte, a faixa de rendimento de “1 a 3 SM” prevalece. No “comércio” essa faixa tem a maior representação. Em 2016, 89,7% dos trabalhadores encontravam-se nela. Nas demais os percentuais eram de 81,0% para a “extr. min.”, 77,9% para os “SIUP”, 73.6% para os “serviços” e 72, 3% para a “ind. transf.”. Apenas nos “SIUP” observou-se redução relativa dessa faixa entre 2014 e 2016. Nas demais ocorreu o contrário, aumento da participação relativa desse grupo no total de trabalhadores. Em todas as atividades aqui consideradas a faixa de rendimento de “3 a 5 SM” teve sua participação reduzida. Apenas para os trabalhadores da “extr. min.” e os “SIUP” se observou alteração na distribuição relativa dos rendimentos, mesmo que de forma pouco expressiva.

No vetor norte central, as principais atividades que mais empregavam eram “serviços” com 28,3%, “comércio” 26,1% e “ind. transf.” com 21,2%. Entretanto, quando analisadas segundo intensidade de variação entre o número de empregos em 2016 e os de 2014, destacam-se as atividades “extr. min.”, com -28,6%, “c. civil” com -26,0% e “agropecuária” com -21,3%. Para as duas primeiras evidenciaram-se predominância do sexo masculino na evolução negativa dos postos de trabalho. Na “extr. min.” a variação para os homens foi de -31,1%, enquanto que para as mulheres foi de -10,0%. Para a “c. civil” também se observou pior condição para os homens -27,2%, e -11,9% para as mulheres. Na “agropecuária” a diferença entre homens e mulheres foi pequena. Foram os trabalhadores mais jovens que mais perderam postos de trabalho relativamente nas três atividades relacionadas anteriormente. Na “extr. min.” destacavam-se os grupos etários de 15 a 17 anos, 25 a 29 anos e 30 a 39 anos. Na “c. civil” e na “agropecuária” aqueles entre 15 e 24 anos. Em relação ao nível de instrução, os mais afetados pela

perda de postos foram aqueles com menor escolaridade. No caso da “extrativa mineral” destacam-se aqueles com “fundamental incompleto” (-35,9%) e “fundamental completo” (-38,1%). Na “c. civil” e na “agropecuária” os trabalhadores com “fundamental incompleto” apresentaram reduções importantes, de 46,3% e 33,7%, respectivamente. Na “c. civil” destacaram-se, ainda, aqueles com “médio incompleto”, com -31,6%.

Do ponto de vista dos números absolutos, as atividades que mais perderam trabalho no vetor norte central foram: “ind. transf.” (-2.884), “serviços” (-1.630) e “c. civil” (-1.248). Nessas perdas houve predomínio dos homens relativamente às mulheres, com maior intensidade para a “c. civil” e “ind. transf.”. Na primeira, os homens representaram 96,3% dos postos perdidos, enquanto que na segunda de 84,2%. Nos serviços o número de postos perdidos do sexo masculino representava -64,7%. Em relação à idade, o maior número de postos perdidos está entre os 30 e 65 anos para a “extr. min.”, entre 18 e 39 anos para os “serviços” e entre 18 e 64 anos para a “c. civil”. Com relação ao nível de instrução, os trabalhadores da “ind. transf.” que mais perderam foram os de “médio completo” (-1.062) e “fundamental incompleto” (-958). Nos “serviços” destacaram-se os trabalhadores com “fundamental incompleto” (-842) e com “fundamental completo” (-847). No caso da “c. civil” destacaram-se aqueles com “fundamental incompleto” (-738).

Relativamente aos rendimentos dos trabalhadores no vetor norte central, em todas as atividades predominam as baixas remunerações. Em 2016, a grande maioria dos trabalhadores recebiam rendimentos na faixa de “1 a 3 SM”, destacando a “c. civil” com 85,7% e “agropecuária” e “extr. min.” com 83,3% em ambas. Entre 2014 e 2016 a representação dessa faixa de renda sobe para os trabalhadores da “extr. min.”, “agropecuária” e “ind. transf.”.

Por fim, no vetor leste destacavam-se, em 2016, as atividades “serviços” com 26,1%, “adm. pub.” com 20,0%, “comércio” com 19,2% e “ind. transf.” com 17,1% como predominantes, totalizando 82,3% dos empregos formais. Por outro lado, as atividades “extr. min.” e “ind. transf.” perderam mais postos em termos percentuais. Entre 2014 e 2016, 15,5% e 11,9%, respectivamente dos empregos dessas atividades. Considerando o sexo, a redução relativa dos postos de trabalho na “extr. min. foi de 15,4% e 17,3%, respectivamente para homens e mulheres. Com relação a idade, o grupo de trabalhadores de “18 a 24” apresentou redução mais importante entre 2014 e 2016 comparativamente às demais faixas (-45,3%). Por outro lado, na “ind. transf.” a redução observada para os homens (´13,5%) foi maior que as mulheres (8,0%). Nesses grupos de trabalhadores, os mais jovens apresentaram reduções mais significativas no período. Aqueles de “15 a 17 anos” tiveram redução de 55,7%. Na “extrativa mineral” os trabalhadores com os menores níveis de instrução foram aqueles que tiveram as maiores reduções percentuais entre 2014 e 2016. Para aqueles com “fundamental incompleto” essa foi de -32,9%, para o “fundamental completo” de -29,7% e o “médio incompleto” de -23,7%. No caso da “ind. transf.” destacaram-se os grupos de “analfabetos” (-47,9%), “fundamental incompleto” (-28,1) e “superior ou mais” (-29,6). Foram também os setores de extrativa e da indústria que apresentaram as maiores quedas, em termos absolutos, dos postos de trabalho (-681 e -613, respectivamente), sendo que em ambos a participação dos homens foi significativa. Na “ind. transf.” 81,1% das perdas foram de homens e na “extr. min.” de 90,5%. Em ambas atividades os trabalhadores entre “18 e 39 anos” apresentaram as maiores perdas absolutas de

trabalho. Na “ind. transf.” significou -499 postos, enquanto que para a “extr. min.” foi de -553. Predominantemente, os trabalhadores com os menores níveis de instrução foram aqueles que mais perderam trabalho em ambas as atividades. Na “ind. transf.” e “extr. min.” os trabalhadores com “fundamental incompleto” perderam, respectivamente, 364 e 143 postos de trabalho entre 2014 e 2016.

No vetor leste os rendimentos dos trabalhadores da “ind. transf.” e da “extr. min.” apresentam distribuições relativas distintas. Na primeira, 83,3% dos trabalhadores, em 2016, recebiam rendimentos de “1 a 3 SM”, sendo que esse percentual aumentou entre 2014 e 2016. Na sequência, encontravam-se aqueles com rendimento de “3 a 5 SM” e que representavam, em 2016, 8,5%. Na “extr. min.” ambos os grupos de rendimento são significativos e concentram parcela importante de trabalhadores. Em 2016, eram 40,18% com “1 a 3 SM” e “39,4% com “3 a 5 SM”, totalizando 79,6% de trabalhadores.

CONCLUSÃO

No atual cenário da profunda crise socioeconômica brasileira, o rebatimento dela sobre a RMBH significou uma enorme redução do emprego formal, notadamente dos setores industrial e da construção civil, significando o retorno de uma maior polarização sociocupacional nessa região. Apesar de também apresentarem reduções numericamente importantes, os valores relativos dessas reduções foram menores para os setores de serviços e administração pública. A crise da indústria tem um impacto maior sobre os vetores oeste e norte. A crise da construção civil impacta os vetores onde prevalece população de menor qualificação e, neste sentido, a norte central é a mais atingida. A crise da extrativa mineral atinge mais fortemente a sul, a sudoeste e leste, os vetores mais minerários da RMBH. Quanto aos grandes grupos ocupacionais, os destaques negativos são os profissionais de ciências e das artes e as ocupações vinculadas direta e indiretamente ao setor industrial, pois foram os que mais perderam postos ocupacionais. O vetor mais atingido pela forte redução do primeiro grupo é o polo, com rebatimentos fortes também nas ocupações do setor de serviços. A crise do setor público rebate sobre todos os vetores, mas com intensidades diferentes entre eles.

Em termos gerais e considerando a renda, houve redução relativa da faixa de 3 a 5 SM e crescimento da de 1 a 3 SM. A renda para os setores de atividade demonstram um quadro mais nuançado, e como exemplo a extrativa mineral e a indústria tiveram quedas maiores de empregados nas faixas acima de 5 SM. Relacionando a renda, setores de atividade e vetores, algumas nuances se adicionam, mas não muito significativas. Considerando o sexo, percebem-se impactos muito diferentes entre os setores, indústria e construção civil com perdas mais concentradas nos homens, e serviços e administração pública com perdas maiores para as mulheres, e no contexto geral da RMBH essas diferenças se atenuam, mas o mesmo não pode ser dito quando consideramos os vetores. Sobre a escolaridade média, as faixas de menor escolaridade foram as mais impactadas, com reflexos sociais intensos no quadro geral da RMBH, sendo um pouco mais diferenciados os impactos segundo os setores de atividade econômica, e em alguns casos atingindo também os de maior escolaridade. Segundo a faixa etária, os mais impactados são prioritariamente os grupos mais jovens. Na circunstância atual, a crise foi muito forte e parou e começou a reverter um conjunto de ações estruturantes que pode acarretar numa bem mais severa agudização da polaridade socioeconômica da RMBH.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE (2018), Censos Demográficos de 2000, 2010 e PNAD 2017.

RAIS, MTE, 2018.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. (2013). Transformações da Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica: 1980/2010. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo /. Rio de Janeiro: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES / INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA / FAPERJ – CAPES – CNPq.

TONUCCI, J., MAGALHÃES, F. OLIVEIRA, A., SILVA, H. Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte de Belo Horizonte: formação histórica e perspectivas contemporâneas. In: ANDRADE, L., MENDONÇA, J., DINIZ, A. (Orgs.) Belo Horizonte: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 1: Variação do número de postos de trabalho absoluto e percentual segundo sexo, grupos de atividade e vetores da RMBH, 2014/2016

	Variação absoluta entre 2014 e 2016								Variação percentual entre 2014 e 2016							
Vetores	Extrativa mineral	Indústria da transformação	Serviço de informação de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Total	Extrativa mineral	Indústria da transformação	Serviço de informação de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Total
Homens																		
Polo	-718	-9.281	-2.120	-42.053	-6.573	-25.807	-6.696	-210	-93.458	-39,4	-21,4	-9,9	-34,7	-6,6	-8,9	-5,0	-7,4	-13,1
Oeste	-461	-18.653	-19	-2.858	-3.183	-6.699	-1.145	-154	-33.172	-41,3	-21,5	-1,9	-18,9	-5,9	-11,4	-11,8	-13,2	-14,6
Norte Central	-113	-2.429	19	-1.202	1.526	-1.055	-301	-258	-3.813	-31,1	-16,3	16,8	-27,2	15,9	-7,3	-7,9	-22,0	-7,8
Norte	-32	-1.702	-32	-223	-33	-1.141	503	146	-2.514	-19,5	-18,6	-35,2	-9,9	-0,8	-10,2	17,1	14,7	-8,1
Sul	-1.172	-2.434	124	-1.520	125	-962	-519	31	-6.327	-16,9	-48,3	-	-25,4	4,0	-7,4	-21,7	10,8	-17,2
Leste	-555	-552	1	-93	53	482	-152	-18	-834	-15,4	-13,4	0,4	-8,9	1,8	11,2	-10,1	-3,5	-4,6
Sudoeste	-77	-1.782	-9	-345	13	464	-112	65	-1.783	-56,2	-25,5	-14,8	-31,4	0,6	17,7	-8,6	9,4	-11,9
RMBH	-3.128	-36.833	-2.036	-48.294	-8.072	-34.718	-8.422	-398	-141.901	-22,1	-21,6	-8,9	-31,9	-4,6	-8,8	-5,4	-5,2	-13,0
Mulheres																		
Polo	-380	-4.046	-341	-5.048	-9.734	-24.010	-40.497	-184	-84.240	-43,1	-14,3	-10,0	-33,9	-10,3	-7,9	-21,3	-13,3	-13,2
Oeste	-24	-4.911	-111	-371	-3.738	-2.871	-2.052	-106	-14.184	-20,3	-20,3	-29,8	-22,9	-10,1	-6,8	-9,3	-21,1	-11,0
Norte Central	-5	-455	0	-46	100	-575	-450	-56	-1.487	-10,0	-10,0	0,0	-11,9	1,1	-6,2	-4,2	-18,5	-4,3
Norte	-1	-1.574	-17	-29	-286	262	-503	66	-2.082	-6,3	-34,6	-63,0	-12,5	-6,1	4,1	-8,6	32,5	-9,5
Sul	-112	-226	13	-165	-101	106	-1.146	-15	-1.646	-9,5	-14,4	-	-22,6	-3,2	1,0	-20,8	-19,7	-7,2
Leste	-58	-129	-4	15	-342	147	195	17	-159	-17,3	-8,0	-18,2	16,5	-11,2	5,2	4,4	20,2	-1,3
Sudoeste	-4	-1.124	0	-58	-191	50	-135	12	-1.450	-33,3	-25,6	0,0	-45,0	-8,9	2,3	-4,2	5,9	-11,8
RMBH	-584	-12.465	-460	-5.702	-14.292	-26.891	-44.588	-266	-105.248	-22,5	-18,0	-11,9	-31,5	-9,3	-7,1	-18,4	-9,7	-12,1

Fonte: Ministérios do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração: próprios autores

Tabela 2: Variação do número de postos de trabalho absoluto e percentual segundo grupos de etários, grupos de atividade e vetores da RMBH, 2014/2016

Vetores	Extrativa		Indústria da		Serviço de		Construção		Comércio		Serviços		Administração		Agropecuária		Total		Extrativa		Indústria da		Serviço de		Construção		Comércio		Serviços		Administração		Agropecuária		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
10 a 14 anos																			30 a 39 anos																
Polo	0		0	0,0	1	50,0	0	0,0	-50	-64,1	-40	-51,3	0		0		-89	-50,3	-499	-42,1	-3.350	-15,3	-556	-9,4	-11.774	-29,8	-2.920	-5,4	-10.884	-6,0	-2.269	-2,4	-99	-7,9	-32.351	-8,1
Oeste	0		0	0,0	0		-1	-100,0	-38	-52,1	-17	-56,7	0		0		-56	-50,9	-161	-39,4	-6.791	-18,2	-13	-3,4	-770	-15,8	-1.061	-4,1	-2.839	-8,9	-1.372	-14,6	-57	-12,5	-13.064	-11,8
Norte Central	0		2	66,7	0		0		-13	-92,9	3	300,0	0		0		-8	-44,4	-55	-44,0	-725	-11,5	4	8,0	-323	-23,3	884	17,3	-453	-5,7	-444	-8,7	-147	-33,2	-1.259	-4,8
Norte	0		0		0		0		-1	-50,0	0		0		0		-1	-50,0	-8	-14,5	-907	-20,7	-20	-44,4	-71	-9,4	21	0,9	-52	-0,9	-97	-3,7	16	5,1	-1.118	-6,9
Sul	-1	-100,0	0		0		1		1	50,0	-6	-85,7	0		0		-5	-50,0	-406	-11,7	-1.026	-43,9	31	1033,3	-389	-19,7	77	4,6	-174	-2,2	-701	-27,1	-12	-11,7	-2.600	-12,9
Leste	1		1		0		0		1	50,0	-1	-100,0	0		0		2	66,7	-187	-11,3	-159	-9,4	13	17,3	9	2,7	-27	-1,7	269	12,3	-27	-1,6	0	0,0	-109	-1,2
Sudoeste	0		0	0,0	0		0		0	0,0	0		0		0		0	0,0	-29	-50,9	-772	-21,1	0	0,0	-75	-26,1	31	2,9	270	19,0	-88	-6,3	45	20,3	-618	-7,6
RMBH	0	0,0	3	18,8	1	50,0	0	0,0	-100	-58,1	-61	-52,1	0		0		-157	-48,6	-1.345	-19,3	-13.730	-17,7	-541	-8,3	-13.393	-27,3	-2.995	-3,3	-13.863	-5,8	-4.998	-4,2	-254	-8,6	-51.119	-8,6
15 a 17 anos																			40 a 49 anos																
Polo	7	140,0	-297	-47,2	18	18,6	-428	-44,1	-1.550	-35,8	-4.179	-38,6	0	0,0	-13	-81,3	-6.442	-38,1	-272	-45,2	-2.215	-14,4	-547	-6,3	-7.725	-29,7	-1.448	-4,8	-7.374	-5,9	-17.873	-17,4	-29	-3,0	-37.483	-12,1
Oeste	16	228,6	-161	-20,4	-2	-16,7	-56	-45,2	-899	-36,3	-705	-46,5	-1	-100,0	-1	-12,5	-1.809	-36,6	-99	-39,6	-2.948	-12,7	-45	-15,8	-560	-16,5	-158	-1,1	-1.040	-4,8	-1.078	-10,5	-78	-19,5	-6.006	-8,1
Norte Central	-2	-66,7	-54	-26,0	1		-24	-80,0	-203	-34,4	-20	-11,4	0		-4	-40,0	-306	-30,1	-21	-24,1	-392	-10,3	10	41,7	-229	-24,5	410	15,1	-32	-0,6	-90	-2,2	-61	-16,1	-405	-2,3
Norte	-1	-100,0	-41	-39,4	0		-11	-57,9	-155	-59,4	-61	-40,9	-20	-60,6	8	266,7	-281	-49,3	-17	-36,2	-511	-18,7	-6	-33,3	20	4,4	9	0,7	56	1,6	-25	-1,0	48	14,6	-426	-4,0
Sul	-49	-49,5	-1	-3,4	1		-16	-25,8	-55	-35,9	-89	-48,9	0		-3	-100,0	-212	-40,2	-98	-5,3	-165	-18,4	35		-242	-18,2	47	5,2	-6	-0,1	-243	-10,7	12	15,4	-660	-5,7
Leste	-3	-9,4	-34	-55,7	1	25,0	-4	-57,1	-63	-37,1	-24	-32,9	-1	-100,0	0	0,0	-128	-36,4	-30	-4,2	-127	-10,8	3	5,4	-21	-9,0	3	0,3	289	18,5	27	1,6	-5	-3,1	139	2,1
Sudoeste	2		-66	-50,0	0		-6	-100,0	-112	-57,1	-24	-43,6	0		0	0,0	-206	-52,7	-17	-58,6	-274	-15,4	-4	-22,2	-108	-37,8	40	7,1	83	8,2	-7	0,5	0	0,0	-273	-5,1
RMBH	-30	-20,4	-654	-33,5	19	16,8	-545	-44,7	-3.037	-37,1	-5.102	-39,3	-22	-30,1	-13	-28,3	-9.384	-38,0	-554	-15,4	-6.632	-13,5	-554	-6,1	-8.865	-27,1	-1.097	-2,1	-8.024	-4,9	-19.275	-15,4	-113	-4,4	-45.114	-10,3
18 a 24 anos																			50 a 64 anos																
Polo	8	8,5	-3.718	-32,8	-392	-34,6	-11.573	-30,5	-7.591	-15,2	-15.455	-18,3	-2.360	-34,2	-168	-35,3	-41.249	-23,2	-173	-40,4	-981	-9,8	-516	-7,8	-7.087	-32,1	162	0,9	-577	-0,6	-23.560	-25,9	20	2,2	-32.712	-13,5
Oeste	-108	-63,2	-7.039	-39,8	-33	-15,9	-843	-32,2	-3.665	-13,6	-3.048	-19,5	-255	-26,1	-44	-18,7	-15.035	-24,6	-24	-14,9	-1.034	-8,7	-33	-13,6	-444	-15,2	61	0,8	65	0,5	16	0,2	-67	-19,5	-1.460	-3,2
Norte Central	7	23,3	-896	-26,9	-5	-20,0	-296	-37,4	5	0,1	-772	-21,9	-135	-18,1	-54	-27,8	-2.146	-15,3	-31	-27,0	-232	-10,1	4	25,0	-180	-22,4	129	8,6	134	4,4	92	3,2	-37	-13,0	-121	-1,1
Norte	6	75,0	-1.041	-39,9	-13	-76,5	-130	-29,3	-176	-7,1	-621	-22,0	335	54,8	32	26,9	-1.608	-17,6	-2	-4,3	-124	-8,5	3	16,7	2	0,5	-21	-2,9	14	0,6	-60	-2,9	72	23,5	-116	-1,6
Sul	-286	-53,4	-606	-48,3	19	633,3	-446	-44,7	-107	-5,8	-393	-11,0	-262	-78,4	1	1,8	-2.035	-24,2	69	8,5	-4	-0,9	25		-179	-15,8	62	12,0	84	3,2	-39	-2,1	3	3,8	29	0,4
Leste	-208	-45,3	-178	-15,6	-9	-23,1	-44	-23,3	-180	-10,4	-93	-9,4	-102	-33,1	-2	-3,3	-816	-16,6	-29	-9,0	-31	-4,2	-3	-7,1	-12	-7,1	-5	-0,9	276	25,4	190	12,1	11	8,7	397	8,6
Sudoeste	-7	-77,8	-1.036	-38,6	-4	-44,4	-61	-38,9	-156	-11,0	-2	-0,2	-33	-14,1	-2	-2,2	-1.301	-23,8	-7	-29,2	-82	-10,5	-1	-10,0	-93	-29,8	-3	-1,0	66	9,9	-38	-3,7	27	13,6	-131	-3,9
RMBH	-588	-45,0	-14.514	-36,3	-437	-30,5	-13.393	-47,6	-11.870	-13,7	-20.389	-18,2	-2.812	-27,8	-237	-19,2	-64.240	-22,9	-197	-10,3	-2.480	-9,0	-521	-7,5	-7.993	-28,8	385	1,3	62	0,1	-23.399	-21,5	29	1,3	-34.114	-10,6
24 a 29 anos																			65 anos ou mais																
Polo	-156	-45,2	-2.762	-23,4	-431	-21,9	-8.056	-35,5	-3.054	-8,7	-12.206	-13,1	-821	-3,3	-119	-22,4	-27.605	-14,5	-13	-30,2	-5	-0,9	-38	-20,4	-458	-23,1	144	11,5	896	13,6	-310	-6,2	14	21,2	230	1,5
Oeste	-106	-47,3	-5.562	-28,2	-5	-2,5	-552	-21,2	-1.234	-7,6	-2.068	-13,5	-553	-23,2	10	5,4	-10.070	-17,7	-3	-27,3	-29	-5,5	1	4,5	-3	-1,4	73	18,5	82	9,8	46	9,2	-23	-51,1	144	5,6
Norte Central	-17	-34,0	-585	-17,6	6	30,0	-173	-23,5	403	11,9	-495	-14,0	-202	-12,8	-15	-10,3	-1.078	-8,4	1	33,3	-2	-1,4	-1	-100,0	-23	-18,0	11	12,9	5	2,9	28	14,2	4	19,0	23	3,1
Norte	-8	-47,1	-641	-27,1	-13	-68,4	-64	-15,2	-8	-0,5	-256	-8,7	-117	-14,0	20	15,7	-1.087	-13,0	-3	-60,0	-11	-14,3	0	0,0	2	10,5	12	25,5	41	35,0	-16	-11,0	16	80,0	41	9,5
Sul	-518	-39,2	-881	-54,6	25		-411	-35,8	3	0,3	-245	-5,1	-412	-56,6	19	52,8	-2.420	-22,5	5	50,0	15	150,0	1		-3	-4,1	-4	-10,5	-22	-8,8	-8	-6,2	-4	-36,4	-20	-3,8
Leste	-158	-20,7	-162	-18,0	-7	-15,9	-4	-2,0	-26	-2,7	-112	-10,0	-70	-13,4	-13	-21,3	-552	-12,0	1	12,5	9	29,0	-1	-100,0	-2	-28,6	8	25,8	25	27,8	26	25,7	8	160,0	74	27,0
Sudoeste	-25	-86,2	-688	-29,8	1	14,3	-48	-30,4	20	3,0	130	17,1	-76	-17,5	7	6,9	-679	-15,2	2	200,0	12	38,7	-1	-100,0	-12	-60,0	2	14,3	-9	-24,3	-19	-30,6	0	0,0	-25	-13,3
RMBH	-988	-35,9	-11.281	-26,8	-424	-18,7	-9.308	-33,3	-3.896	-6,6	-15.252	-12,6	-2.251	-7,2	-91	-7,7	-43.491	-15,1	-10	-12,3	-11	-0,8	-39	-18,4	-499	-20,4	246	13,2	1.018	12,6	-253	-4,1	15	7,9	467	2,3

Fonte: Ministérios do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração: próprios autores

Tabela 3: Variação do número de postos de trabalho absoluto e percentual segundo nível de instrução, grupos de atividade e vetores da RMBH, 2014/2016

Vetores	Extrativa mineral		Indústria da transformação		Serviço de informação de utilidade pública		Construção civil		Comércio		Serviços		Administração pública		Agropecuária		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Analfabeto																		
Polo	2	100,0	5	3,5	28	215,4	-288	-26,6	-13	-9,6	267	26,5	148	740,0	0	0,0	149	6,1
Oeste	2	100,0	-40	-22,2	2		-11	-9,2	-14	-16,3	9	8,9	1	8,3	2	11,8	-49	-9,5
Norte Central	6	28,6	-93	-18,3	28	175,0	-321	-23,9	-41	-14,8	271	22,0	151	201,3	-36	-17,2	-35	-1,0
Norte	1		-5	-27,8	-1	-100,0	-4	-36,4	-1	-12,5	3	12,0	4	133,3	8	30,8	5	5,4
Sul	-1	-25,0	-10	-30,3	0		-15	-19,7	-10	-55,6	5	13,5	0	0,0	-3	-23,1	-34	-17,3
Leste	0	0,0	-34	-47,9	-1	-50,0	13	130,0	2	16,7	3	15,0	-4	-36,4	-10	-43,5	-31	-19,6
Sudoeste	2	100,0	-1	-4,2	0		-4	-44,4	-3	-60,0	-4	-36,4	2	28,6	-7	-16,7	-15	-15,0
RMBH	12	30,0	-178	-18,3	56	175,0	-630	-23,8	-80	-14,8	554	22,7	302	209,7	-46	-12,7	-10	-0,1
Fundamental incompleto																		
Polo	-50	-34,5	-1947	-26,8	-690	-22,2	-22490	-45,6	-3867	-25,8	-21366	-29,3	-842	-9,9	-98	-12,8	-51350	-32,7
Oeste	-113	-48,5	-2585	-23,9	-88	-17,7	-1320	-28,1	-2370	-25,2	-2498	-20,2	-642	-23,9	-109	-23,6	-9725	-23,6
Norte Central	-69	-35,9	-958	-28,8	-10	-35,7	-738	-46,3	-439	-20,0	-842	-20,3	-356	-23,9	-303	-33,7	-3715	-26,8
Norte	-14	-29,8	-471	-25,5	-2	-22,2	-200	-33,4	-187	-22,3	-527	-23,3	-258	-23,3	83	15,5	-1576	-21,7
Sul	-85	-25,6	-109	-26,5	6	300,0	-939	-40,9	-101	-16,3	-888	-33,0	-404	-32,7	-26	-22,6	-2546	-33,1
Leste	-143	-32,9	-364	-28,1	-16	-12,7	-173	-54,4	-323	-33,2	238	18,3	-54	-6,3	-10	-3,1	-845	-15,0
Sudoeste	-17	-43,6	-467	-27,7	-2	-33,3	-251	-48,7	-182	-24,5	-156	-16,6	-232	-26,2	12	2,6	-1295	-24,5
RMBH	-491	-34,5	-6901	-25,9	-802	-21,2	-26111	-44,0	-7469	-25,1	-26039	-26,9	-2788	-16,6	-451	-12,7	-71052	-29,9
Fundamental completo																		
Polo	-9	-15,5	-2687	-27,8	-333	-24,5	-7007	-33,7	-5004	-23,4	-10843	-18,6	-13535	-77,1	30	7,1	-39388	-30,4
Oeste	-81	-43,1	-4769	-31,8	-30	-22,6	-206	-6,6	-2601	-21,7	-3229	-22,0	-441	-18,7	-15	-4,7	-11372	-23,8
Norte Central	-16	-38,1	-595	-24,3	5	18,5	-169	-16,3	-331	-12,5	-847	-26,8	-214	-21,7	-15	-7,4	-2182	-20,7
Norte	-15	-30,6	-388	-22,0	-48	-68,6	-17	-3,6	-254	-24,3	-460	-21,9	259	20,8	28	11,8	-895	-12,8
Sul	-176	-39,7	-237	-34,7	2	200,0	-327	-27,8	-188	-24,4	-609	-27,5	-110	-16,7	17	23,3	-1628	-27,0
Leste	-102	-29,7	-145	-19,0	12	171,4	14	9,7	-170	-21,1	12	1,4	-4	-1,0	-12	-10,2	-395	-11,5
Sudoeste	-18	-66,7	-432	-28,4	0	0,0	-84	-37,8	-131	-23,3	-38	-5,4	-18	-4,7	-5	-2,5	-726	-20,0
RMBH	-417	-36,3	-9253	-29,1	-392	-24,4	-7796	-28,9	-8679	-22,2	-16014	-19,5	-14063	-59,6	28	1,8	-56586	-27,2
Médio incompleto																		
Polo	6	11,5	-1682	-24,1	14	2,0	-5105	-43,0	-4676	-20,1	-7490	-16,6	-873	-32,7	8	4,5	-19798	-21,8
Oeste	-61	-25,1	-2977	-27,6	-19	-16,1	-404	-28,2	-2020	-17,4	-1468	-17,0	-65	-13,1	-22	-16,5	-7036	-21,1
Norte Central	-4	-12,9	-368	-19,1	-5	-26,3	-156	-31,6	-28	-1,1	-283	-13,6	-36	-10,5	-6	-8,8	-886	-11,9
Norte	-7	-63,6	-446	-31,9	-5	-100,0	-137	-39,8	-184	-16,9	-94	-8,2	-58	-23,6	40	50,0	-891	-20,6
Sul	-94	-33,8	-366	-55,5	22		-63	-10,7	-78	-9,8	-127	-9,6	-95	-30,9	6	26,1	-795	-20,0
Leste	-62	-23,7	-72	-13,4	7	23,3	11	13,6	-82	-10,3	-16	-2,3	15	7,9	-1	-2,6	-200	-7,6
Sudoeste	-3	-33,3	-445	-31,4	2		-14	-12,6	-25	-3,3	14	3,1	-21	-11,4	16	29,6	-476	-16,0
RMBH	-225	-25,4	-6356	-26,8	16	1,9	-5868	-39,3	-7093	-17,4	-9464	-15,9	-1133	-25,5	41	7,1	-30082	-20,7
Médio completo																		
Polo	-24	-5,9	-4610	-12,5	-1396	-10,2	-10554	-23,9	-2587	-2,1	-9906	-3,4	-1480	-1,2	-315	-21,1	-30872	-4,9
Oeste	-205	-41,2	-2423	-4,8	37	8,1	-960	-14,8	198	0,4	-2467	-4,8	-761	-6,5	-29	-4,7	-6610	-3,8
Norte Central	-25	-19,7	-1062	-10,6	34	65,4	-178	-11,7	1781	16,4	50	0,4	-216	-3,3	27	11,2	411	1,0
Norte	2	3,0	-1973	-25,9	4	15,4	83	8,4	275	5,0	-47	-0,5	-57	-1,6	59	20,9	-1654	-6,0
Sul	-958	-19,6	312	16,0	82	4100,0	-289	-12,8	297	7,9	946	9,2	-672	-19,7	17	13,0	-265	-1,0
Leste	-277	-11,0	23	0,8	-11	-12,9	65	11,9	264	8,0	322	9,3	144	6,4	35	40,2	565	3,8
Sudoeste	-32	-55,2	-1530	-25,4	-9	-18,0	-29	-8,9	142	6,9	623	27,1	-1	-0,1	55	39,3	-781	-6,3
RMBH	-1519	-17,8	-11263	-9,7	-1259	-8,7	-11862	-21,1	370	0,2	-10479	-2,8	-3043	-2,0	-151	-5,0	-39206	-4,2
Superior ou mais																		
Polo	-1023	-50,2	-2406	-22,5	-84	-1,4	-1657	-18,5	-160	-1,4	-479	-0,4	-30611	-17,7	-19	-1,4	-36439	-10,6
Oeste	-27	-38,6	-10767	-46,0	-32	-22,4	-328	-36,3	-115	-2,4	85	0,6	-1288	-8,8	-89	-72,4	-12561	-21,6
Norte Central	1	7,1	116	7,1	-3	-37,5	-11	-8,5	652	105,7	298	12,0	70	1,3	0	0,0	1123	11,0
Norte	0	0,0	7	0,6	3	42,9	23	28,0	32	9,6	246	10,5	110	4,2	-6	-18,8	415	6,4
Sul	27	1,2	-2258	-78,2	25	2500,0	-62	-18,0	97	33,7	-184	-2,6	-384	-16,8	2	13,3	-2737	-18,1
Leste	-31	-8,1	-99	-29,6	4	30,8	6	14,3	19	15,1	71	9,2	-54	-2,5	-2	-50,0	-86	-2,2
Sudoeste	-13	-86,7	-29	-4,1	0	0,0	-15	-42,9	22	19,1	73	17,0	23	1,5	6	50,0	67	2,3
RMBH	-1066	-22,6	-15436	-37,9	-87	-1,5	-2044	-19,5	547	3,0	110	0,1	-32134	-15,9	-108	-7,1	-50218	-11,4

Fonte: Ministérios do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração: próprios autores

Tabela 4: Variação do número de postos de trabalho absoluto e percentual segundo faixas de rendimento, grupos de atividade e vetores da RMBH, 2014/2016

Vetores	2014																																	
	Extrativa mineral		Indústria da transformação		Serviço de informação		Construção civil		Comércio		Serviços		Administração pública		Agropecuária		Total		Extrativa mineral		Indústria da transformação		Serviço de informação		Construção civil		Comércio		Serviços		Administração pública		Agropecuária		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Até 1 salário mínimo																			**Até 1 salário mínimo**															
Polo	18	0,7	1.766	2,5	221	0,9	5.613	4,2	6.319	3,3	35.748	6,1	2.013	0,6	233	5,6	51.931	3,9	41	2,6	1.479	2,6	214	1,0	3.117	3,7	6.233	3,6	33.989	6,3	957	0,3	162	4,3	46.192	4,0
Oeste	17	1,4	1.898	1,7	37	2,9	488	3,0	3.117	3,4	4.832	4,9	310	1,0	107	6,7	10.806	3,1	27	3,7	1.564	1,8	42	3,7	386	3,0	3.192	3,8	4.493	5,0	293	1,0	109	7,9	10.106	3,3
Norte Central	4	1,0	518	2,7	1	0,8	217	4,6	889	4,8	1.157	5,0	297	2,1	162	11,1	3.245	4,0	7	2,6	456	2,8	6	3,9	140	4,0	962	4,8	1.220	5,6	260	1,9	148	13,0	3.199	4,2
Norte	2	1,1	371	2,7	1	0,9	69	2,8	438	5,0	728	4,2	309	3,5	150	12,8	2.068	4,0	3	2,1	312	3,0	3	4,4	56	2,5	377	4,5	649	4,0	392	4,5	201	14,6	1.993	4,2
Sul	220	2,7	86	1,3	0	0,0	174	2,6	225	3,7	764	3,3	13	0,2	53	14,8	1.535	2,6	120	1,8	99	2,5	4	2,8	152	3,1	212	3,4	786	3,5	39	0,6	44	11,6	1.456	2,9
Leste	105	2,7	245	4,3	11	4,3	28	2,5	402	6,7	420	6,0	86	1,5	137	23,5	1.434	4,7	95	2,9	211	4,2	9	3,6	48	4,6	348	6,1	410	5,4	106	1,8	147	25,0	1.374	4,7
Sudoeste	0	0,0	280	2,5	0	0,0	41	3,4	167	4,0	431	9,0	164	3,7	85	9,7	1.168	4,3	3	4,4	234	2,8	1	1,9	27	3,3	196	4,9	284	5,4	221	5,2	90	9,5	1.056	4,5
RMBH	366	2,2	5.164	2,2	271	1,0	6.630	4,0	11.557	3,5	44.080	5,8	3.192	0,8	927	9,0	72.187	3,7	296	2,3	4.355	2,3	279	1,2	3.926	3,5	11.520	3,8	41.831	6,0	2.268	0,7	901	9,4	65.376	3,9
De 1,01 a 3 salários mínimos																			**De 1,01 a 3 salários mínimos**															
Polo	285	10,6	51.144	72,3	7.150	29,1	98.791	74,6	160.909	84,0	#######	69,3	#######	32,8	2.286	54,7	834.385	62,3	341	21,5	42.621	74,4	6.499	29,4	######	76,3	150.278	85,8	378.455	70,4	79.057	28,4	2.049	54,4	724.396	62,4
Oeste	520	43,0	63.968	58,5	1.029	80,0	11.740	72,4	75.203	83,1	73.418	74,0	15.657	49,4	1.225	76,3	242.760	69,1	291	40,1	52.170	60,5	916	80,4	######	78,4	70.474	84,7	67.042	74,9	15.649	54,9	1.239	89,4	218.015	71,8
Norte Central	319	78,2	12.843	67,3	111	83,5	4.061	86,7	16.447	88,4	17.820	76,7	10.885	75,3	1.209	82,6	63.695	77,6	244	83,3	11.710	72,2	130	85,5	2.982	85,7	17.688	87,5	15.661	72,4	10.418	76,0	949	83,3	59.782	77,8
Norte	127	73,0	9.675	71,5	96	82,8	1.759	71,8	7.696	88,0	12.468	72,5	6.355	72,8	970	82,6	39.146	75,1	115	81,0	7.414	72,3	53	77,9	1.574	71,2	7.563	89,7	11.977	73,5	6.118	69,7	1.126	82,0	35.940	75,6
Sul	1.621	20,0	4.407	67,1	5	83,3	4.786	72,5	5.337	86,6	14.683	62,8	3.749	48,0	298	83,0	34.886	59,1	1.636	24,1	2.866	73,4	90	62,9	3.559	73,0	5.477	88,3	14.789	65,7	2.906	47,3	323	85,4	31.646	62,1
Leste	1.474	37,7	4.623	81,7	157	61,3	879	78,5	5.351	89,8	5.343	76,0	4.367	75,2	439	75,2	22.633	74,6	1.326	40,2	4.173	83,3	167	66,8	841	80,6	5.139	90,7	5.674	74,5	4.690	80,1	437	74,3	22.447	76,5
Sudoeste	72	49,3	8.423	74,8	45	73,8	1.044	86,4	3.893	92,4	3.628	76,2	3.374	75,6	752	85,6	21.231	78,7	56	82,4	6.214	75,0	39	75,0	679	83,9	3.713	92,0	4.306	81,7	3.270	77,3	805	84,6	19.082	80,5
RMBH	4.418	26,6	######	65,7	8.593	32,5	######	74,7	274.836	84,4	#######	70,1	#######	37,9	7.179	70,1	1.258.736	64,9	4.009	31,1	127.168	67,9	7.894	33,0	######	76,7	260.332	85,9	497.904	71,1	122.108	35,4	6.928	72,3	1.111.308	65,6
De 3,01 a 5 salários mínimos																			**De 3,01 a 5 salários mínimos**															
Polo	264	9,9	8.499	12,0	5.804	23,6	16.452	12,4	15.775	8,2	67.619	11,5	96.147	29,6	661	15,8	211.221	15,8	231	14,6	6.265	10,9	5.360	24,3	######	11,9	12.349	7,0	59.305	11,0	69.785	25,1	595	15,8	164.010	14,1
Oeste	386	31,9	23.769	21,7	103	8,0	2.588	16,0	8.211	9,1	14.109	14,2	7.568	23,9	128	8,0	56.862	16,2	206	28,4	16.874	19,6	84	7,4	1.703	13,0	6.414	7,7	12.523	14,0	6.383	22,8	27	1,9	44.214	14,6
Norte Central	71	17,4	3.356	17,6	11	8,3	264	5,6	928	5,0	2.970	12,8	2.106	14,6	66	4,5	9.772	11,9	33	11,3	2.301	14,2	14	9,2	266	7,6	1.051	5,2	3.603	16,7	2.053	15,0	32	2,8	9.353	12,2
Norte	36	20,7	2.102	15,5	17	14,7	433	17,7	393	4,5	2.243	13,0	1.162	13,2	37	3,2	6.423	12,3	24	16,9	1.507	14,7	9	13,2	331	15,0	297	3,5	1.776	10,9	1.166	13,3	29	2,1	5.139	10,8
Sul	3.347	41,3	898	13,7	1	16,7	1.018	15,4	404	6,6	3.839	16,4	2.141	27,4	7	1,9	11.655	19,8	2.563	37,8	486	12,4	40	28,0	837	17,2	306	4,9	3.377	15,0	1.772	28,8	10	2,6	9.391	18,4
Leste	1.601	40,9	491	8,7	60	23,4	141	12,6	146	2,5	1.012	14,4	980	16,9	8	1,4	4.439	14,6	1.301	39,4	426	8,5	55	22,0	100	9,6	126	2,2	1.329	17,4	745	12,7	4	0,7	4.086	13,9
Sudoeste	48	32,9	1.615	14,3	15	24,6	81	6,7	133	3,2	580	12,2	634	14,2	33	3,8	3.139	11,6	8	11,8	1.125	13,6	11	21,2	66	8,2	111	2,8	550	10,4	547	12,9	44	4,6	2.462	10,4
RMBH	5.753	34,6	40.730	17,2	6.011	22,7	20.977	12,7	25.990	8,0	92.372	12,1	#######	27,8	940	9,2	303.511	15,6	4.366	33,9	28.984	15,5	5.573	23,3	######	12,1	20.654	6,8	82.463	11,8	82.451	23,9	741	7,7	238.655	14,1
De 5,01 a 7 salários mínimos																			**De 5,01 a 7 salários mínimos**															
Polo	220	8,2	3.431	4,9	2.992	12,2	4.880	3,7	4.637	2,4	27.854	4,7	43.237	13,3	364	8,7	87.615	6,5	164	10,3	2.453	4,3	2.357	10,7	2.885	3,4	3.509	2,0	24.357	4,5	48.127	17,3	236	6,3	84.088	7,2
Oeste	158	13,1	7.507	6,9	28	2,2	687	4,2	2.110	2,3	3.372	3,4	3.123	9,8	58	3,6	17.043	4,9	132	18,2	5.960	6,9	27	2,4	392	3,0	1.668	2,0	2.604	2,9	2.755	9,7	3	0,2	13.541	4,5
Norte Central	6	1,5	1.146	6,0	2	1,5	55	1,2	197	1,1	637	2,7	545	3,8	21	1,4	2.609	3,2	4	1,8	813	5,0	0	0,0	50	1,8	277	1,8	529	2,4	464	3,8	8	0,7	2.145	2,8
Norte	5	2,9	619	4,6	2	1,7	117	4,8	78	0,9	840	4,9	492	5,6	5	0,4	2.158	4,1	0	0,0	439	4,3	3	4,4	174	7,9	82	1,0	879	5,4	585	6,7	10	0,7	2.172	4,6
Sul	1.038	12,8	433	6,5	0	0,0	333	5,0	88	1,4	1.519	6,5	910	11,6	1	0,3	4.322	7,3	642	9,5	150	3,8	3	2,1	184	3,8	77	1,2	1.393	6,2	724	11,8	0	0,0	3.175	6,2
Leste	311	7,9	184	3,3	14	5,5	25	2,2	35	0,6	151	2,1	219	3,8	0	0,0	939	3,1	233	7,1	121	2,4	10	4,0	24	2,3	35	0,6	109	1,4	220	3,8	0	0,0	752	2,6
Sudoeste	10	6,8	465	4,1	1	1,6	19	1,6	14	0,3	62	1,3	174	3,9	4	0,5	749	2,8	0	0,0	383	4,6	1	1,9	19	2,3	10	0,2	63	1,2	132	3,1	6	0,6	614	2,6
RMBH	1.748	10,5	13.785	5,8	3.039	11,5	6.116	3,7	7.159	2,2	34.435	4,5	48.700	12,2	453	4,4	115.435	5,9	1.175	9,1	10.319	5,5	2.401	10,0	3.728	3,4	5.658	1,9	29.936	4,3	53.007	15,4	263	2,7	106.487	6,3
De 7,01 a 10 salários mínimos																			**De 7,01 a 10 salários mínimos**															
Polo	341	12,7	2.523	3,6	4.360	17,7	3.355	2,5	2.070	1,1	21.085	3,6	30.792	9,5	353	8,4	64.879	4,8	251	15,8	1.841	3,2	3.877	17,5	2.152	2,5	1.606	0,9	18.227	3,4	34.453	12,8	473	12,5	62.880	5,4
Oeste	72	6,0	6.094	5,6	31	2,4	392	2,4	1.065	1,2	1.882	1,9	2.593	8,2	47	2,9	12.176	3,5	36	5,0	4.994	5,8	20	1,8	200	1,5	852	1,0	1.649	1,8	1.832	6,4	1	0,1	9.584	3,2
Norte Central	4	1,0	635	3,3	5	3,8	59	1,3	89	0,5	314	1,4	291	2,0	2	0,1	1.399	1,7	3	1,0	473	2,9	1	0,7	27	0,8	159	0,8	316	1,5	266	1,9	0	0,0	1.245	1,6
Norte	2	1,1	391	2,9	0	0,0	44	1,8	61	0,7	431	2,5	295	3,4	7	0,6	1.231	2,4	0	0,0	312	3,0	0	0,0	53	2,4	56	0,7	429	2,6	291	3,3	4	0,3	1.145	2,4
Sul	603	7,4	330	5,0	0	0,0	182	2,8	51	0,8	1.115	4,8	527	6,7	0	0,0	2.808	4,8	555	8,2	138	3,5	3	2,1	111	2,3	43	0,7	965	4,3	368	6,0	1	0,3	2.184	4,3
Leste	165	4,2	69	1,2	7	2,7	18	1,6	20	0,3	47	0,7	109	1,9	0	0,0	435	1,4	141	4,3	46	0,9	5	2,0	14	1,3	10	0,2	53	0,7	68	1,2	0	0,0	337	1,1
Sudoeste	6	4,1	290	2,6	0	0,0	18	1,5	5	0,1	39	0,8	63	1,4	3	0,3	424	1,6	0	0,0	183	2,2	0	0,0	14	1,7	4	0,1	43	0,8	29	0,7	2	0,2	275	1,2
RMBH	1.193	7,2	10.332	4,4	4.403	16,7	4.068	2,5	3.361	1,0	24.913	3,3	34.670	8,7	412	4,0	83.352	4,3	986	7,6	7.987	4,3	3.906	16,3	2.571	2,3	2.730	0,9	21.682	3,1	37.307	10,8	481	5,0	77.650	4,6
De 10,1 a 20 salários mínimos																			**De 10,1 a 20 salários mínimos**															
Polo	915	34,1	2.475	3,5	3.255	13,3	2.467	1,9	1.427	0,7	21.753	3,7	30.458	9,4	246	5,9	62.996	4,7	375	23,6	1.969	3,4	3.150	14,3	1.511	1,8	997	0,6	18.885	3,5	30.469	11,0	230	6,1	57.586	5,0
Oeste	43	3,6	4.819	4,4	39	3,0	267	1,6	646	0,7	1.429	1,4	2.339	7,4	37	2,3	9.619	2,7	29	4,0	3.620	4,2	35	3,1	134	1,0	536	0,6	1.070	1,2	1.540	5,8	5	0,4	6.969	2,3
Norte Central	3	0,7	471	2,5	2	1,5	26	0,6	54	0,3	250	1,1	299	2,1	3	0,2	1.108	1,3	1	0,3	358	2,2	0	0,0	14	0,4	70	0,3	229	1,1	241	1,8	2	0,2	915	1,2
Norte	2	1,1	294	2,2	0	0,0	28	1,1	51	0,6	367	2,1	151	1,7	5	0,4	898	1,7	0	0,0	211	2,1	0	0,0	22	1,0	43	0,5	466	2,9	210	2,8	4	0,3	956	2,0
Sul	993	12,3	307	4,7	0	0,0	94	1,4	41	0,7	1.105	4,7	400	5,1	0	0,0	2.940	5,0	981	14,5	134	3,4	3	2,1	29	0,6	61	1,0	901	4,0	295	4,8	0	0,0	2.404	4,7
Leste	204	5,2	37	0,7	4	1,6	19	1,7	3	0,1	51	0,7	44	0,8	0	0,0	362	1,2	166	5,0	23	0,5	3	1,2	11	1,1	7	0,1	35	0,5	23	0,4	0	0,0	268	0,9
Sudoeste	8	5,5	137	1,2	0	0,0	6	0,5	2	0,0	18	0,4	54	1,2	1	0,1	226	0,8	1	1,5	119	1,4	0	0,0	4	0,5	0	0,0	21	0,4	31	0,7	3	0,3	179	0,8
RMBH	2.168	13,0	8.540	3,6	3.300	12,5	2.907	1,8	2.224	0,7	24.973	3,3	33.745	8,5	292	2,9	78.149	4,0	1.553	12,0	6.434	3,4	3.191	13,4	1.725	1,6	1.714	0,6	21.607	3,1	32.809	9,5	244	2,5	69.277	4,1
20 ou mais salários mínimos																			**20 ou mais salários mínimos**															
Polo	637	23,8	854	1,2	783	3,2	800	0,6	317	0,2	6.114	1,0	16.041	4,9	36	0,9	25.582	1,9	184	11,6	661	1,2	640	2,9	382	0,8	219	0,1	4.535	0,8	15.150	5,4	24	0,6	21.795	1,9
Oeste	13	1,1	1.320	1,2	20	1,6	52	0,3	152	0,2	171	0,2	132	0,4	4	0,2	1.864	0,5	4	0,6	1.007	1,2	15	1,3	9	0,1	107	0,1	149	0,2	61	0,2	2	0,1	1.354	0,8
Norte Central	1	0,2	124	0,6	1	0,8	2	0,0	10	0,1	72	0,3	38	0,3	0	0,0	248	0,3	1	0,3	117	0,7	1	0,7	1	0,0	9	0,0	78	0,4	4	0,0	0	0,0	211	0,3
Norte	0	0,0	77	0,6	0	0,0	1	0,0	24	0,3	117	0,7	13	0,1	0	0,0	232	0,4	0	0,0	56	0,5	0	0,0	1	0,0	15	0,2	109	0,7	12	0,1	0	0,0	193	0,4
Sul	281	3,5	108	1,6	0	0,0	18	0,3	17	0,3	366	1,6	76	1,0	0	0,0	866	1,5	282	4,2	33	0,8	0	0,0	6	0,1	24	0,4	288	1,3	42	0,7	0	0,0	675	1,3
Leste	54	1,4	11	0,2	3	1,2	10	0,9	0	0,0	4	0,1	1	0,0	0	0,0	83	0,3	38	1,2	8	0,2	1	0,4	5	0,5	1	0,0	7	0,1	0	0,0	0	0,0	60	0,2
Sudoeste	2	1,4	45	0,4	0	0,0	0	0,0	1	0,0	5	0,1	1	0,0	1	0,1	55	0,2	0	0,0	22	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,0	0	0,0	1	0,1	25	0,1
RMBH	988	5,9	2.539	1,1	807	3,1	883	0,5	521	0,2	6.849	0,9	16.302	4,1	41	0,4	28.930	1,5	509	3,9	1.904	1,0	657	2,7	404	0,8	375	0,1	5.168	0,7	15.269	4,4	27	0,3	24.313	1,4

Fonte: Ministérios do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração: próprios autores

p. 820

NOVAS RELAÇÕES ENTRE METRÓPOLE E INDÚSTRIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: O CASO DO PAR CONCENTRAÇÃO/DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA EM FORTALEZA/CE

Edilson Pereira Júnior

Universidade Estadual do Ceará – UECE. edilsonapjr@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A nova relação de forças estabelecida pela concorrência capitalista internacional intensifica uma disputa por taxas de lucratividade favoráveis aos grupos hegemônicos empresariais, atingindo a atividade industrial e suas territorialidades urbanas. A dinâmica resulta numa reestruturação territorial e produtiva, onde o deslocamento dos circuitos de operação tende a mudar os processos em centros metropolitanos e em suas regiões de influência.

Entre as novas lógicas pode-se mencionar a introdução de sistemas técnicos automatizados na ampliação de fábricas e de linhas de produção; a presença de novas localizações produtivas; uma maior utilização de transportes e de logísticas com consequente demanda de infraestruturas ao poder público; e a introdução de novas formas de produção, comercialização e contratação de serviços (MÉNDEZ e CARAVACA, 1996).

Isso gera uma reestruturação urbana e metropolitana, alterando os papeis dos agentes envolvidos na organização produtiva da indústria, sobretudo com a ampliação da tendência de separação territorial das atividades de produção das atividades de comando e gestão. Como consequência, os centros industriais passam por modificações ao experimentarem reconfigurações, com áreas produtivas sendo desgastadas e outras convertendo-se em novas zonas de expansão.

O objetivo deste artigo é trabalhar todas essas dinâmicas em Fortaleza/CE e em sua região de influência direta, sobretudo porque a referida cidade polariza a maioria dos fluxos engendrados no seu entorno, além de ser uma histórica concentradora dos fixos industriais instalados no estado do Ceará. Buscamos compreender a territorialização da indústria no espaço urbano e regional de Fortaleza e analisar como a dialética dos movimentos de concentração/desconcentração industrial auxilia na reconfiguração espacial da metrópole. Entender como isso se altera ou se fortalece com as transformações econômicas do início do século XXI e tentar identificar quais seus impactos nas formas e nas funções espaciais produzidas pela indústria é o intuito do texto.

De modo geral, buscamos traçar um panorama da atual configuração industrial fortalezense, avaliando os gêneros que apresentam a maior capacidade de expansão dentro de espaço intraurbano; e, no caminho inverso, especificar os gêneros cujas mudanças espaciais redefinem as articulações espaciais na região metropolitana.

Além desta introdução, outros dois itens tratarão do quadro histórico e da expansão metropolitana da indústria e da resistência da atividade industrial no espaço da metrópole, até que a discussão seja levada às considerações finais.

O debate ilustra, a partir da reestruturação urbana e regional, as diferenças e semelhanças das ações e dos objetos numa economia produtiva metropolitana, pressupondo-se os rumos mais recentes da fluidez dos sistemas industriais.

O QUADRO HISTÓRICO E A EXPANSÃO METROPOLITANA

Fortaleza, além de capital do estado do Ceará, se apresenta como uma importante metrópole da rede urbana brasileira, o que se deve ao expressivo tamanho de sua população, à sua grande diversidade de atividades econômicas, ao seu reconhecimento enquanto espaço de inovação em inúmeros aspectos, à sua

configuração como um representativo nó de um conjunto de redes, e à concentração de importantes funções administrativas, de comando e gestão, tanto da esfera governamental quanto de empresas privadas.

Desta forma, exerce relevante centralidade por drenar a maior parte dos fluxos materiais e imateriais (movimentos populacionais, investimentos, informações, ordens, etc.) empreendidos no estado do Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza. Também apresenta relevante dinâmica das atividades econômicas, com forte destaque para os serviços e para a indústria.

Essas concentrações de atividades estão relacionadas à capacidade de Fortaleza de dinamizar a economia e polarizar um sistema regional onde a indústria, inicialmente, pouco contribuiu para a geração de excedente, mas, logo em seguida abandonou sua posição residual e assumiu o controle dos processos de acumulação, com modificações no espaço e no comando da rede urbana cearense.

No Ceará, contudo, apesar da proeminência conquistada pela indústria ao longo do século XX, outras atividades exerceram historicamente mais impactos sobre as potencialidades econômicas e políticas. Como a formação do território está vinculada, em especial, ao desenvolvimento de atividades ligadas à pecuária e ao plantio do algodão para o mercado externo, os núcleos urbanos mais bem servidos de vias terrestres tinham suas praças comerciais mais desenvolvidas, e, assim, distribuíam melhor, também, os bens e serviços para as áreas vizinhas (SOUZA, 2005).

A expansão desse modelo de organização espacial numa área dominada pelo clima semiárido deu à urbanização cearense uma estrutura marcada pelas desigualdades políticas e de oportunidades, na qual poucos centros urbanos diversificaram seus serviços e alargaram sua zona de influência. Mesmo quando o fizeram, voltaram-se para o desenvolvimento de atividades comerciais, tornando a indústria menos importante para o condicionamento dos processos econômicos (SOUZA, 2005).

Tal situação se acentuou quando Fortaleza estendeu sua influência regional sobre todo o Ceará, em meados do século XIX. A cidade, por sua centralidade política e sua disposição junto ao litoral, tornou-se o centro de drenagem e escoamento da produção agrícola de maior valor na província. Tal situação repercutiu no arranjo territorial das vias e dos fluxos (SILVA, 1994).

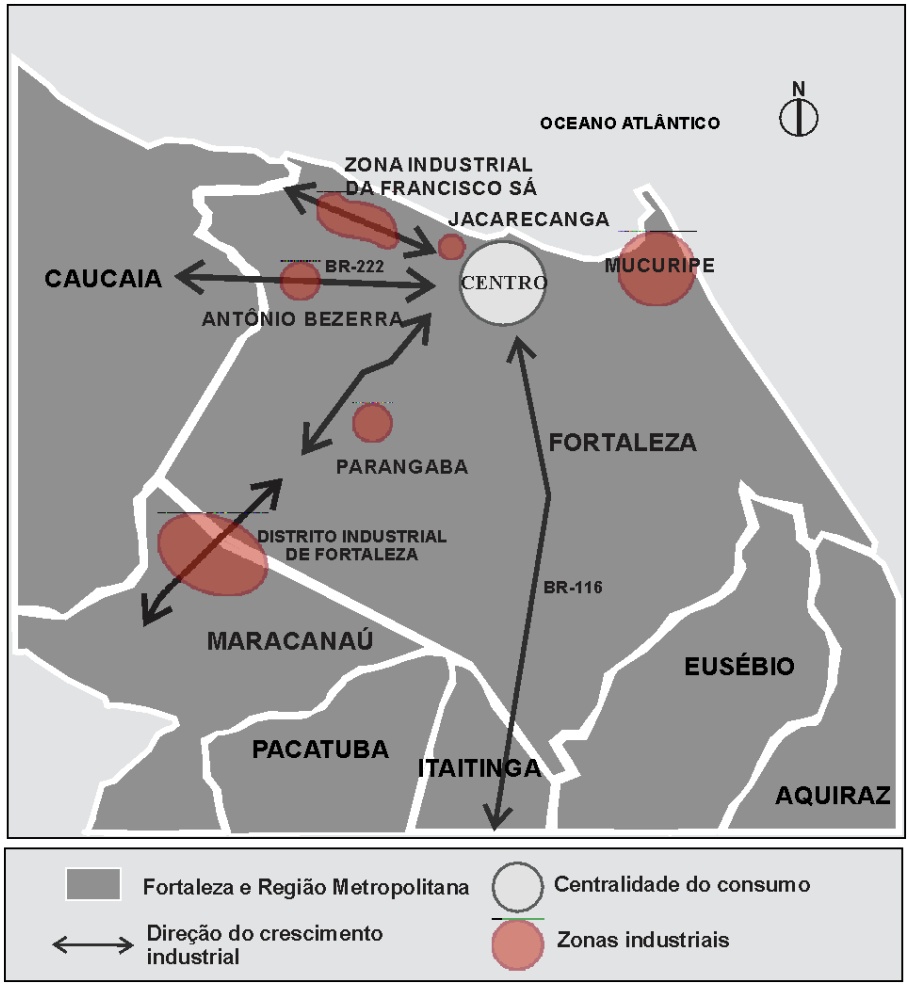
Com efeito, com as principais vias de acesso convergindo para o litoral fortalezense, a capital intensificou sua atuação sobre o interior, ampliando o controle sobre as demais regiões. Por todo o século XX, reforçaram-se as centralidades e, como consequência, aumentou-se também o controle econômico e político-administrativo de Fortaleza sobre o território cearense (SILVA, 1994).

Em síntese, a indústria teve menor influência na evolução da organização espacial e na projeção dos centros urbanos no Ceará. Além disso, quando se desenvolveu, ela o fez subordinada à expansão urbana e comercial de centros como Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte, que reafirmaram sua força

econômica ao diversificar atividades produtivas e fortalecer sua infraestrutura fabril.

Porém, enquanto centros urbanos como Sobral e Juazeiro do Norte desenvolveram timidamente a atividade industrial com base em gêneros tradicionais e taxas de produtividades reduzidas, Fortaleza sobressai como a primeira grande cidade a dar passos largos no processo de expansão produtiva. Gradativamente, ela reuniu as condições para a formação de uma primeira zona industrial, que se expandiu do Centro e do bairro Jacarecanga e acompanhou a Avenida Francisco Sá até atingir outros bairros a oeste (Cartograma 1).

Cartograma 1 – Distribuição e expansão das zonas industriais em Fortaleza



Fonte: Adaptado de PEQUENO, Luiz Renato (2009). Como anda Fortaleza. Observatório das Metrópoles: Coleção Conjuntura Urbana. Fortaleza: Observatório das Metrópoles/Letra Capital.

Nesse sentido, a primeira concentração de fábricas deu-se no chamado "Setor Industrial da Francisco Sá" ou "Zona Industrial da Francisco Sá", a partir da década de 1920. Na década de 1950, ampliou-se o número de unidades produtivas ali instaladas, e passaram a predominar investimentos nos ramos têxtil, de óleos vegetais e de alimentos e bebidas (LIMA, 1971).

Conforme evidenciado, o crescimento da Zona Industrial da Francisco Sá deu-se de maneira espontânea e não obedeceu a nenhum planejamento urbanístico, o que resultou num flagrante desequilíbrio ocupacional, com consequências para a infraestrutura e a mobilidade da população nesse trecho da cidade. Para Lima (1971), foram os baixos valores dos terrenos e a proximidade de bairros onde predominavam população de baixa renda os principais motivos da concentração dos estabelecimentos.

Com a ação dos programas desenvolvidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Ceará assegurou a implantação de projetos industriais dentro das estratégias centralizadas do planejamento regional. O incremento na indústria pós-1960, com incentivos da política regional da Sudene, dinamizou o quadro econômico do estado. Além de estabelecer relações com outras regiões do Brasil, a indústria sofreu avanço e aperfeiçoou seu sistema produtivo, ampliando a produtividade e a contratação de força de trabalho, o que atingiu os fluxos e a circulação de riquezas no Ceará. Depois disso, um processo de industrialização começou a ser gerado, com as atividades de produção nas fábricas contribuindo para o aumento das taxas de acumulação. Como consequência, a indústria deixou de ser uma atividade econômica residual e passou a controlar os ritmos de expansão da economia (AMORA, 1999).

O espaço industrial mais dinamizado do estado, isto é, a capital cearense, sentiu os impactos da transformação. Com o desenvolvimento dos mecanismos de produção e consumo verificou-se uma redefinição da fisionomia da metrópole, configurando o que viria a ser a Região Metropolitana de Fortaleza, com a cidade polo ampliando o seu raio de influência ao comandar mais diretamente os municípios em sua volta (AMORA, 1999).

Esse momento coincidiu com a saturação da Zona Industrial da Francisco Sá, e embora outros bairros da cidade tenham recebido alguns investimentos industriais, a exemplo do Bairro da Parangaba, do Antônio Bezerra (às margens da BR-222) e do Mucuripe (no entorno do porto), o maior congestionamento oriundo da circulação de pessoas e produtos exigia um deslocamento do centro produtivo industrial para fora do perímetro urbano.

Com a planificação resultante do projeto Sudene, deu-se a proposição de um “distrito industrial” para Fortaleza, nos moldes do planejamento territorial e econômico vigente no período. Foi selecionada uma área em Maracanaú, então distrito de Maranguape, a sudoeste da capital, onde seriam reservados vários hectares para a instalação de fábricas industriais atraídas por incentivos federais, interligadas por vias de acesso ao Porto do Mucuripe e às outras rodovias importantes, como a BR-116 (SILVA, 2005). O aglomerado industrial dinamizou a economia e os fluxos não só em Maracanaú e Fortaleza, mas no quadro metropolitano como um todo e, por consequência, em todo o Ceará, que viu seus objetos técnicos e suas ações de comando político e econômico se concentrarem ainda mais no entorno da metrópole (SILVA, 2005).

Para Amora (1999), tais transformações, que obviamente ocorreram em conjunto com outras alterações no quadro socioespacial, deram um verdadeiro sentido à área metropolitana criada institucionalmente na década de 1970. Com efeito, à medida que evidenciou uma forte gama de relações com os municípios vizinhos, cujo arranjo espacial passou a se organizar de forma hierarquizada, a RMF passou a ser cada vez

mais um centro difusor de inovações, transformando o território institucionalmente conhecido como metropolitano numa unidade de funcionamento real. Nesse sentido, na evolução da organização espacial fortalezense no início da década de 1990, somou-se à industrialização o processo de metropolização, o qual envolveu não somente uma periferização da cidade, mas, sobretudo, a incorporação de outros núcleos urbanos sob o comando da capital.

O Distrito Industrial de Fortaleza promoveu significativas alterações na organização do espaço urbano regional, pois em vez de um tecido fragmentado, com raras manchas de ocupação, emergiu um arranjo metropolitano com linhas rodoviárias e ferroviárias direcionando a expansão urbana, além de vastos trechos do território ocupados com fábricas e grandes conjuntos habitacionais, sobretudo na divisa de Fortaleza com os municípios de Maracanaú e Caucaia (SILVA, 2005).

Atualmente, esse arranjo metropolitano sofre alterações em razão de um conjunto de políticas econômicas e produtivas implementado nos últimos vinte anos, principalmente pelas gestões do Governo Estadual do Ceará. Foram elaboradas ações em sintonia com um planejamento compartilhado com o setor privado de fora do estado e, após um ajuste nas finanças públicas marcado por forte austeridade, nos anos de 1980, uma programática desenvolvimentista de corte conservador encaminhou a montagem de infraestrutura e o financiamento público para atração de investimentos externos a partir de políticas de atração indiscriminada de investimentos.

No âmbito produtivo, são políticas que reconhecem as margens de concentração industrial metropolitana e oferecem mais incentivos e facilidades para os empreendimentos interessados em se instalar fora da área de influência direta da metrópole. Reiteradas vezes as políticas industriais concederam subsídios mais significativos para uma empreitada dessa natureza, traduzidos em melhor financiamento do ICMS ou em maiores garantias de montagem da infraestrutura da planta industrial, além dos benefícios cedidos para as empresas que procurassem exportar o produto fabricado.

Desse modo, seria muito mais vantajoso para o empresariado industrial instalar novos investimentos fora da área de influência da metrópole, principalmente se considerarmos que a maioria das empresas interessadas na relocalização produtiva buscava, de fato, ganhos de competitividade associados à isenção tributária e ao preço da mão-de-obra, negociando sua produção para os mercados externos.

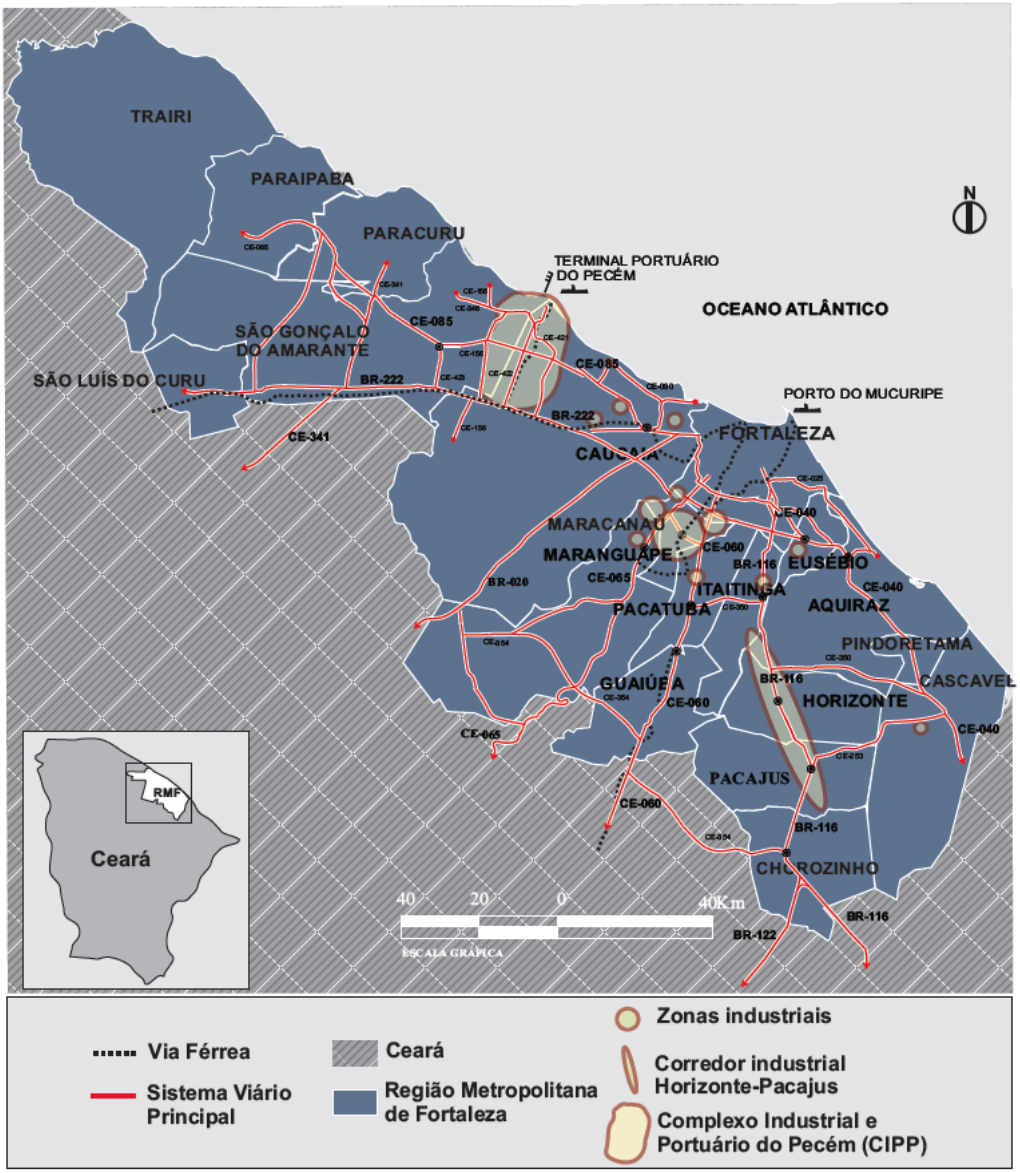
Mesmo assim, se o objetivo era garantir desconcentração industrial no território, o mecanismo foi pouco eficiente. Apesar de alguma difusão dos investimentos industriais por municípios do interior, a maior densidade de estabelecimentos subvencionados dá-se nitidamente na Região Metropolitana de Fortaleza.

É evidente a capacidade de aglomeração dos investimentos produtivos no anel metropolitano da capital, uma vez que todos os municípios foram contemplados com pelo menos uma nova instalação de fábrica entre os anos de 1995 e 2017, como aponta a Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE, 2018). Além disso, a capacidade de aglomeração das zonas industriais de Maracanaú, Fortaleza, Horizonte, Pacajus e Caucaia e do Complexo industrial e portuário do Pecém é explícita (ver Cartograma 2).

Eles confirmam dois movimentos importantes dos investimentos produtivos no espaço, quais sejam: 1) a preferência pelo ambiente metropolitano; e 2) o deslocamento de unidades produtivas para regiões sem nenhuma tradição industrial tem seus limites.

Assim, fatores de localização da produção ainda respeitam alguns princípios de aglomeração, acessibilidade e interação espacial, e embora a maioria dos empreendimentos subvencionados tenha sido de indústrias tradicionais, a decisão pela centralidade no âmbito metropolitano se faz prevalecer.

Cartograma 2 – Configuração espacial da indústria na Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: Trabalho de campo. Base cartográfica do IBGE.

Inicia-se, a partir daí, um processo de difusão da atividade industrial pela coroa metropolitana. Essa nova organização espacial resultou da ação de empresas que abandonaram Fortaleza para modernizar ou expandir seus estabelecimentos, mas também é produto da mais recente instalação industrial de empresas externas, as quais respondem positivamente aos benefícios das políticas de atração dos governos do Ceará.

Com base na leitura do Cartograma 2, constatamos a presença de inúmeras formas espaciais, notadamente aquelas configuradas a partir de localizações difusas,

contínuas ou lineares – esta última demarcada em função do arranjo de eixos rodoviários. Mas a maioria dos estabelecimentos está concentrada em pontos ou em zonas industriais, distribuídos pelos municípios mais contemplados pelo avanço da atividade fabril.

No tocante às unidades produtivas atraídas, os municípios de Maracanaú, Caucaia, Fortaleza, Eusébio, Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante apresentam-se como os mais beneficiados. Eles revelam um duplo movimento de expansão industrial metropolitano que, por um lado, reforça a centralidade já exercida por Fortaleza, Maracanaú e Caucaia e, por outro, faz emergir novas concentrações em áreas antes caracterizadas pelo predomínio de atividades agrícolas.

Mas é incontestável o deslocamento das atividades produtivas para os municípios do entorno da capital. Alguns deles localizam-se nas franjas periurbanas da cidade (Maracanaú, Eusébio e Caucaia), com o assentamento industrial respeitando os arranjos de continuidade do território. Em contrapartida, outros municípios (Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante) experimentam o fenômeno da expansão por meio da integração descontínua, que pode se dar a partir da orientação de um eixo rodoviário, como é o caso do Corredor Horizonte-Pacajus, ou em função de um zoneamento planejado pelo estado, como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) (ver Cartograma 2).

As alterações espaciais apontam para um fenômeno que confirma a diminuição do crescimento industrial sofrido pela capital. Esse fenômeno não registra uma diminuição do estoque de empregos formais da indústria em Fortaleza, mas revela que seus ritmos de crescimento têm arrefecido numa proporção inversa aos da expansão de postos de trabalho em outros municípios da região metropolitana.

Esse fato indica que a metropolização é um dos processos que melhor representam a transformação em curso na indústria do Ceará e do seu espaço metropolitano. Logo, o papel menos expressivo assumido por Fortaleza é resultado do seu próprio crescimento, que assumiu maior proporção e extravasou em direção aos espaços adjacentes, tornando a área direta de influência da metrópole um ambiente mais propício à intensificação dos ritmos industriais. Como consequência, o espaço industrial metropolitano fica demarcado pelo soerguimento de objetos modernos e pela maior eficiência das infraestruturas em áreas ou eixos de destaque.

O território sente mais profundamente os efeitos de uma reestruturação fundamentada nos preceitos de uma economia aberta de mercado. Assim como as zonas de prosperidade e de avanço produtivo remetem ao espaço metropolitano um arranjo de equipamentos modernos e um novo sistema articulado de comunicação e transporte, a demanda por força de trabalho e a pressão migratória aumentam os fluxos e o uso fragmentado do espaço como instrumento de acumulação ampliada para as mais diversas formas de investimento.

3.CRISE E RESISTÊNCIA DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NO ESPAÇO DA METRÓPOLE

É relevante mencionar o caso de Fortaleza, pois, apesar de não receber nenhuma vantagem fiscal para a atração de fábricas nos últimos anos, se mantém como um dos municípios que mais aportaram investimentos. Na verdade, trata-se de uma centralidade demarcada por empresas que preferem arcar com os custos das

deseconomias de escala da capital a ter que deslocar suas fábricas para lugares mais afastados. Evidentemente a proximidade com o mercado consumidor tem peso maior para as metas de lucratividade de algumas empresas, e os gêneros predominantemente atraídos para Fortaleza, isto é, o de vestuário e confecções, o de alimentos e o de embalagens de papel e gráficas, atuam considerando essa lógica.

Desse modo, as unidades produtivas continuam definindo a produção do espaço urbano, entranhadas ou escondidas nas ruas, avenidas e quarteirões dos muitos bairros da metrópole. Definem formas espaciais específicas de uma indústria que compartilha seu espaço produtivo com áreas residenciais e comerciais. Além da relevância que tem para a economia de Fortaleza, geram fluxos populacionais de trabalhadores e de mercadorias, exercendo influência na configuração espacial urbana.

Na relação entre indústria e metrópole, não podemos esquecer que a expansão dos mercados e a sua internacionalização modificaram os processos de produção, e juntamente com a introdução de novas e avançadas tecnologias, definiram uma reestruturação das formas de se produzir e comercializar mercadorias. A metrópole sempre foi um ambiente onde essas mudanças causaram expressivo impacto, seja redefinindo os espaços construídos no intraurbano, seja influenciando os rumos do crescimento regional, extravasando forças antes concentradas na grande cidade. Como aponta o item anterior, em Fortaleza, isso parece se apresentar de maneira evidente.

Mas é relevante observar o quanto a atividade industrial, que em outras metrópoles brasileiras parece ter sofrido forte retração, resiste e se renova de forma diferenciada em Fortaleza, movimentando a geração de riquezas e abrindo novas frentes de emprego (SANTOS, 2014; PEREIRA JÚNIOR, 2015a; NOBRE, 2018). O processo é renovado e não pode esconder o desgaste sofrido pelas grandes fábricas de diversos gêneros; mas também implica na abertura de novas empresas, estas vinculadas a uma reestruturação produtiva que demarca o trabalho e a produção flexível em pequena escala, capitaneada por microempresas que parecem se esconder na paisagem da cidade. Obviamente também há empresas de médio e grande porte que continuam estruturando o espaço urbano, dinamizando seus ritmos.

Fortaleza revela então um duplo movimento de espacialidade industrial que, mesmo resultando numa dinâmica contraditória de concentração/desconcentração, tem se dado de forma simultânea no interior da metrópole.

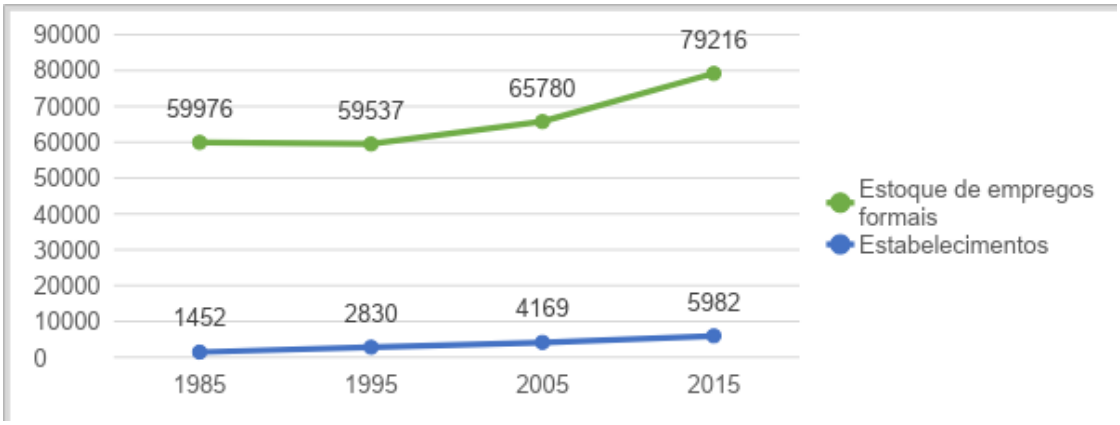
A desconcentração de determinados segmentos industriais, como é o caso do têxtil, metal mecânico e calçadista, estruturados na forma de enormes unidades fabris com milhares de trabalhadores, é uma clara tendência iniciada em décadas anteriores, e que ainda se manifesta. Por outro lado, ao passo em que se percebe a saída de fábricas de grande porte, constata-se a concentração de micros, pequenos e médios estabelecimentos nos bairros da cidade, principalmente aqueles ligados aos gêneros de "Confecção e vestuário", "Alimentos e bebidas" e "Papel, papelão, editorial e gráfica".

O Gráfico 1 e o Quadro 1 apontam essa expansão por números de estabelecimentos e por estoque de empregos formais da indústria de transformação, seja a partir de dados gerais ou com base numa subdivisão por gêneros de produção.

No Gráfico 1, que cobre o período de 1985 a 2015, é possível confirmar que tanto no número de empregos gerados como no número de estabelecimentos a atividade industrial não para de crescer, sendo que a maior expressão do avanço ocorre entre 2005 e 2015. Comparados ao ano inicial de coleta dos dados (1985), os empregos

formais cresceram 33% e o número de estabelecimentos se ampliaram em 310%, confirmando que o dinamismo do espaço urbano de Fortaleza, mesmo impondo deseconomias de aglomeração ao processo produtivo industrial, ainda não esgotou todas as potencialidades dessa atividade econômica na metrópole.

Gráfico 1 – Estoque de empregos formais e estabelecimentos da indústria de transformação no município de Fortaleza



Fonte: MTE/RAIS.

Enquanto isso, no Quadro 1, é possível analisar a evolução dos empregos formais e dos estabelecimentos a partir dos principais gêneros da indústria de transformação. Os resultados apontam para diferentes movimentos, de acordo com o tipo de indústria analisada, demonstrando a maior capacidade que alguns gêneros têm de permanecer ou não produzindo no espaço urbano fortalezense.

Dois gêneros têm destaque no número de empregos gerados e nos estabelecimentos e se diferenciam face aos demais, quais sejam: a indústria de “Confecção e vestuário” e a de “Alimentos e bebidas”. Elas não só apresentam números que destoam dos demais gêneros arrolados no Quadro 1 como revelam um ritmo de crescimento expressivo entre 1995 e 2017, sobretudo a produção de “Confecção e vestuário”, o símbolo da resistência na produção manufatureira da metrópole. Os gêneros “Papel, papelão, editorial e gráfica” e “Calçados” também ampliam a geração de empregos, assim como o de “Produtos minerais não-metálicos” e “Artefatos diversos de plásticos”, apesar destes dois terem menor representação para a economia industrial urbana.

Os demais gêneros, porém, só perderam empregos no período, representando bem os efeitos de desconcentração regional ou de crise nos processos produtivos. Os efeitos mais significativos ocorrem na “Indústria têxtil”, “Metal mecânica” e “Química”, que perderam, respectivamente, 2.592, 2.303 e 1.608 empregos entre 1995 e 2017, ou seja, um total de 6.503 vagas de trabalho formal. Mas o mesmo ocorre na indústria de “Madeira e mobiliário”, “Indústria de material elétrico e de comunicação” e “Indústria farmacêutica”, que apesar de recrutarem menor quantidade de trabalho, apontam sempre para uma tendência de retração das contratações.

Quadro 1 – Número de empregos formais e de estabelecimentos da indústria de transformação por gêneros (1995/2005/2017)

Gêneros da indústria de transformação	Número de empregos formais			Número de estabelecimentos		
	1995	2005	2017	1995	2005	2017
Confecção e vestuário	15.727	26.629	26.467	1.127	1.700	1.919
Alimentos e bebidas	16.417	15.046	18.395	518	768	1.191
Papel, papelão, editorial e gráfica	3.402	3.820	4.391	190	344	445
Indústria têxtil	5.603	3.279	3.011	91	119	140
Indústria metal mecânica	4.843	2.071	2.540	177	257	427
Indústria química	4.068	3.002	2.460	169	193	213
Calçados	2.276	2.093	2.405	52	77	48
Madeira e mobiliário	2.078	1.991	1.669	181	237	273
Produtos minerais não-metálicos	814	897	1.374	77	104	132
Indústria de material elétrico e de comunicação	1.116	1.742	680	25	33	69
Artefatos diversos de plástico	309	284	656	309	284	656
Indústria farmacêutica	719	417	196	24	12	15

Fonte: MTE/RAIS.

O Quadro 1 também revela um efeito curioso no que diz respeito ao número de estabelecimentos em funcionamento na capital. A exceção da “Indústria farmacêutica” e de “Calçados”, todos os demais gêneros expandem a quantidade de unidades produtivas no período analisado, o que implica num importante efeito de adaptação às condições flexíveis de produção ou de expansão de tecnologia, comportamento típico da produção industrial em tempos de reestruturação territorial e produtiva.

Um exemplo contundente pode ser utilizado para expressar essa nova dinâmica das relações entre metrópole e indústria no espaço intraurbano de Fortaleza. Trata-se do comportamento assumido pela indústria de “Confecção e vestuário”, a que exerce maior influência no dinamismo produtivo da capital, na mobilidade do trabalho e na produção do espaço urbano da metrópole.

Primeiramente, o processo de reestruturação produtiva e disjunção funcional (FISCHER, 1994) desarticulou a maior parte da produção das grandes unidades produtivas do gênero, que passaram a subcontratar a maior parte da fabricação de pequenas empresas, criando uma rede de relações complexa e dinâmica, a envolver inúmeros fluxos de mercadorias e pessoas. São estratégias produtivas típicas de

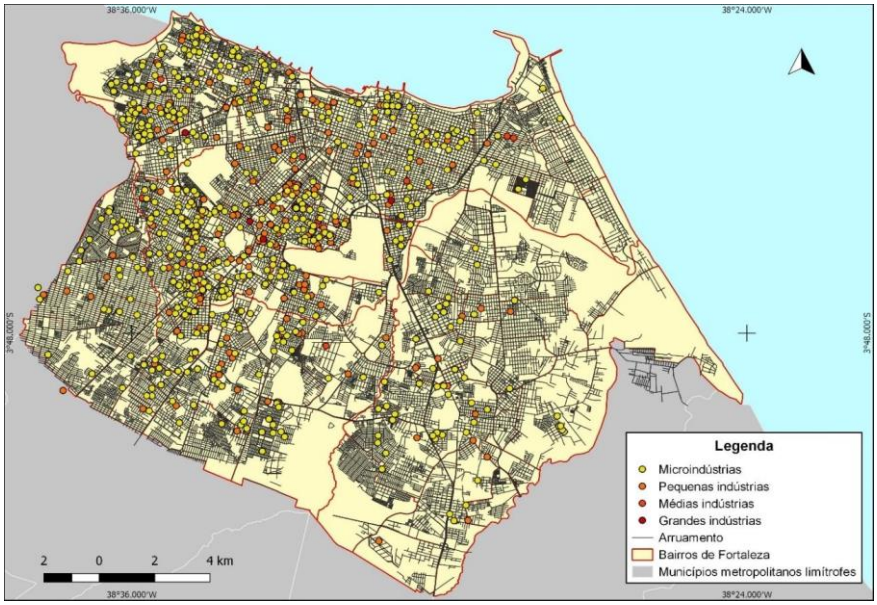
cidades ou regiões com altas taxas de desigualdade e pobreza, onde a produção industrial surge como uma alternativa viável para o desenvolvimento de uma economia urbana periférica.

Referida estratégia não poderia se efetivar sem que o espaço urbano pudesse ser usado como mecanismo facilitador dessas relações de produção e consumo, exatamente pelas articulações e assimetrias que lhe caracterizam. O segmento é constituído predominantemente por micro, pequenas e médias empresas de produção de vestuário, que se organizam na forma de confecções e de facções, isto é, subunidades contratadas para fabricação de partes ou da peça completa.

Embora estejam dispersas por praticamente todos os setores da cidade, situam-se predominantemente nos bairros de menor renda familiar, como aponta o Cartograma 3. São oficinas localizadas nas residências de seus proprietários, ocupando cômodos ociosos, garagens, galpões, entre outros, aparentemente invisíveis aos que circulam desavisados.

São oficinas que contrata uma mão de obra não especializada, residente no próprio bairro, majoritariamente não formalizada e responsável por produzir grande volume de uniformes e fardamentos, confecções de moda praia, calças jeans e outras vestimentas de tecidos leves (SANTOS, 2014). Embora o total de trabalhadores empregados por estabelecimento seja comumente pequeno, a enorme quantidade de oficinas possibilita a contratação de um expressivo número de trabalhadores, provavelmente três ou quatros vezes maior que o apresentado no Quadro 1, como informam muitos proprietários entrevistados.

Cartograma 3: Distribuição espacial das unidades produtivas de Confecção e vestuário no espaço urbano de Fortaleza, por porte de estabelecimento



Fonte: Nobre (2018) a partir de dados e informações da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e trabalho de campo.

O Cartograma 3 demonstra que as unidades de produção de “Confecção e vestuário” se distribuem por praticamente todos os bairros da cidade. No entanto, é possível perceber manchas de concentração de unidades produtivas em bairros de

periferia, onde as rendas familiares são as mais baixas de Fortaleza, tais como o Antônio Bezerra, Barra do Ceará, Bom Sucesso, Henrique Jorge, Jardim Iracema, Jardim Guanabara, Jóquei Clube, Parangaba, Quintino Cunha, Serrinha, Vila Pery e Vila Velha (NOBRE, 2018; SANTOS, 2014). A maior presença de unidades nesses bairros evidencia uma produção que contrata mão de obra barata, com condições de trabalho precárias e não assistidas pelos direitos trabalhistas.

Em bairros como Damas, Vila União, Montese, Bom Futuro, Parreão e Praia de Iracema, de maior poder aquisitivo na cidade, um tipo distinto de organização produtiva pode ser encontrado. Nele, alguns centros comerciais ou importantes avenidas permitem a concentração de um comércio varejista e atacadista compartilhando os estabelecimentos com oficinas ou pequenas fábricas (NOBRE, 2018; SANTOS, 2014). Neste caso, o espaço de produção ocorre no fundo do estabelecimento comercial e a articulação entre produção e consumo é estreita, com alta rotatividade das mercadorias, como é comum nas lojas fábricas distribuídas pela avenida dos Expedicionários e pela rua Monsenhor Tabosa.

Para essas empresas, a produção atende a um consumidor de maior poder aquisitivo, geralmente a classe média da cidade, turistas ou compradores atacadistas e varejistas de outros estados e países. Eles movimentam um negócio importante para Fortaleza, que articula produção industrial, comércio atacadista/varejista e turismo, através de uma dinâmica que sintetiza bem o papel da metrópole como lócus da densidade e da acessibilidade, a partir das mais diversas interações econômicas e sociais.

Em linhas gerais, a recente dinâmica que articula indústria e produção do espaço urbano em Fortaleza pode ser caracterizada por um duplo movimento de desconcentração regional e concentração produtiva no território da cidade.

O primeiro movimento causa uma forte reestruturação urbana a partir de equipamentos que se refuncionalizam, alterando a antiga paisagem industrial, já abandonada e degradada em certas áreas, bem como modificando os fluxos que outrora se estabeleciam nos bairros de tradição fabril. Enquanto isso, no âmbito da expansão de pequenas oficinas e fábricas, dezenas de milhares de trabalhadores, equipamentos, bens, mercadorias e serviços são dinamizados em bairros de tradição residencial, mas que ganham nova configuração produtiva, intimamente ligada ao arranjo do espaço intraurbano.

CONSIDERAÇÕES

No Brasil, o papel da atividade industrial na configuração e consolidação dos espaços urbanos e metropolitanos é histórico. O caso do Ceará é emblemático: sua principal região metropolitana, comandada pela cidade de Fortaleza, é um exemplo contundente de que somente nos últimos anos os nexos de funcionalidade entre a metrópole e os demais municípios que lhe são tributários ganham forma.

Assim a atividade industrial seleciona espaços que lhe conferem dinamismo, mas os mesmos são definidos em função de uma série de fatores, entre os quais podemos destacar a natureza dos processos produtivos, os tipos e alcances da produção, o papel das políticas públicas, a demanda por mão-de-obra, o preço do trabalho e a articulação com o mercado consumidor.

Como resultado, temos um duplo movimento de concentração/desconcentração industrial, que impõem marcas sobre o espaço urbano/metropolitano. Em função desta dupla movimentação, Fortaleza respeita o processo de desconcentração metropolitana de equipamentos produtivos, típicos de uma cidade que se afirma por sua centralidade nos serviços; mas também renova sua capacidade de expandir uma indústria de produção mais flexível, tornando a cidade a maior concentradora de empregos industriais do estado.

Ao ilustrar essas dinâmicas, na tentativa de encontrar as características centrais dessa reconfiguração em Fortaleza, esses movimentos revelam como as atividades produtivas estabelecem suas relações com a metrópole e sua região de influência direta. O primeiro movimento parece encontrar o ambiente mais apropriado para a sua reprodução usando o espaço urbano como mecanismo de reestruturação produtiva. O segundo não esconde o desgaste do espaço intraurbano como obstáculo para garantir taxas favoráveis de lucratividade, mas, sobretudo, revela a capacidade da economia regional metropolitana de oferecer vantagens na atração de investimentos industriais.

BIBLIOGRAFIA

ADECE – Agência de Desenvolvimento do Ceará. Atração de investimentos. Disponível em http://www.adece.ce.gov.br/index.php/downloads/category/78-atracao-de-investimentos. Acesso em 13 de outubro de 2018.

AMORA, Zenilde Baima. O espaço urbano cearense: breves considerações. In: AMORA, Zenilde Baima (org.). O Ceará: enfoques geográficos. Fortaleza: FUNECE, 1999.

ASCHER, François (1995). Metápolis: ou l'avenir des Villes. Paris: Éditions Odile Jacob.

FIEC (Federação das Indústrias do Ceará). Perfil da indústria de transformação cearense. Fortaleza: Fiec/Unidade de Economia e Estatística, 2010.

FISCHER, André. Industrie et espace géographique. Paris: Masson, 1994.

_____. Zonas industriais e estratégias econômicas e espaciais. In: FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini; SPOSITO, Eliseu Savério. Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer. São Paulo: Expressão Popular/Unesp – Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008.

LENCIONI, Sandra. Metrópole, metropolização e regionalização. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

LIMA, Luiz Cruz. A indústria na zona da Francisco Sá. Fortaleza: Instituto de Geociências – UFC, 1971.

MÉNDEZ, Ricardo; CARAVACA, Inmaculada. Organización industrial y território. Madrid: Editorial Síntesis, 1996.

NOBRE, Lucas Cesar Queiroz. Reestruturação espacial e metrópole: análise da dinâmica da indústria têxtil em Fortaleza–CE. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGEO)/Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2018. Dissertação de mestrado.

PEQUENO, Luís Renato. Como anda Fortaleza. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Letra Capital, 2009.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Dinâmicas territoriais no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza – um olhar orientado pelo processo de industrialização. In: COSTA, M. C.

L.; PEQUENO, R.. Fortaleza: transformações na ordem urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015a.
PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Dinâmicas industriais e urbanização no Nordeste do Brasil. in: Mercator, Fortaleza, v. 14, n.4, Número Especial, p. 63-81, dez. 2015b.
SANTOS, Marlon Cavalcante. A dinâmica dos circuitos da economia urbana na indústria de confecção em Fortaleza/CE. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal do Ceará (UFC), 2014. Dissertação de mestrado.
SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. In: SOUZA, Simone de (coord.). História do Ceará. 2.ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1994.
SILVA, José Borzacchiello da. A região metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.
SOUZA, Maria Salete de. Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ESTABELECIMENTOS CRIATIVOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE NO PERÍODO 2006 E 2015.

Judite Sanson de Bem

Universidade La Salle.
judite.bem@unilasalle.edu.br

Moisés Waismann

Universidade La Salle.
moisés.waismann@unilasalle.edu.br

Margarete Panerai Araújo

Universidade La Salle.
margarete.araujo@unilasalle.edu.br

INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir dos anos de 1990 pesquisadores e instituições passaram a prestar mais atenção sobre os dados de emprego, renda e número de estabelecimentos da indústria criativa. Embora na Europa já houvesse estudos que apontassem que os segmentos criativos eram alternativas para o crescimento de regiões ainda eram incipientes as discussões sobre o efeito da *clusterização* ou localização espacial destas indústrias, apesar da utilização das teorias sobre os demais ramos industriais, desde a década de 1920, com os trabalhos pioneiros de Marshall. Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) os primeiros trabalhos só foram surgir de 2012 em diante. Em 2013 foi publicado na FEE por Valiatti e Wink e outro sobre o Corede Vale do Rio dos Sinos (CONSINOS) na Universidade LaSalle.

O problema, que se desenha neste trabalho se constitui no seguinte questionamento: como se configurou a distribuição espacial dos diferentes estabelecimentos das indústrias criativas, na Região Metropolitana (RM) de Porto Alegre, nos anos de 2006 e 2015 e que fatores responderiam a estas concentrações ao longo do território? O objetivo geral deste artigo é analisar, a espacialização dos estabelecimentos dos diferentes segmentos da indústria criativa, identificando as possíveis causas desta localização nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, nos anos de 2006 e 2015. Os objetivos específicos são: Descrever os indicadores econômicos dos 34 municípios da RMPA, em 2006 e 2015 (PIB, População, PIBpc); verificar a relação entre a disposição dos estabelecimentos produtivos e as variáveis: (1) PIB e (2) população e, mediante a existência de fatores de localização espacial descrever quais estariam presentes na configuração obtida nos objetivos acima descritos.

A justificativa da escolha do tema se deve ao fato que as indústrias criativas têm um papel relevante na promoção de um ambiente inovador, estão associadas à nova economia, e, de acordo com Scott (1997), se o território é importante para o desenvolvimento das indústrias e atividades culturais, não será de se estranhar que a sua grande maioria se desenvolva em meio urbano, enquanto outras sejam estritamente metropolitanas. É neste contexto que desejamos verificar esta disposição na RMPA. Pretende-se evidenciar a hipótese que na região escolhida ainda há uma primarização das atividades criativas, ou seja, além de estarem concentradas, predominantemente, em espaços densamente povoados a maior parte dos municípios, ainda concentra, atividades criativas pouco intensivas em tecnologia.

A metodologia da pesquisa selecionada é do tipo exploratório, com uma abordagem quantitativa. Quanto aos objetivos será exploratória em sua fase inicial e descritiva, posteriormente. Quanto aos procedimentos a pesquisa é de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Os dados serão obtidos junto ao IBGE, RAIS/CAGED do MTE e nos trabalhos da FIRJAN.

A pesquisa envolve a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), seus 34 municípios, nos anos de 2006 e 2015 como recorte para analise de dados. Essa amostra foi caracterizada como um subconjunto do universo total que oferece um panorama para essa análise conforme Lakatos e Marconi (1991). Uma limitação foi apresentada, pois a proposta original era a partir da análise os anos de 2006 e 2017, contudo não foi possível

obter os dados deste último ano junto ao Ministério de Trabalho e Emprego, quando da escrita deste trabalho. A estrutura desse artigo foi delimitada a partir dessa introdução, das breves considerações sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre e a geografia dos estabelecimentos com segmentação e a espacialização da indústria criativa na RMPA além da análise dos anos 2006 e 2015. Por fim as considerações e referencias utilizadas.

ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS DA RMPA GEOGRAFIA DOS ESTABELECIMENTOS AO LONGO DA RMPA 2006 E 2015: BREVES CONSIDERAÇÕES

A RMPA é formada por 34 municípios, com uma população estimada de 4.258.926 habitantes em 2015. Frente ao estado do Rio Grande do Sul, este aglomerado respondia por 37,86% da população e 49,93% do PIB/RS em 2015. A tabela 1 apresenta alguns indicadores selecionados com vistas atingir os objetivos traçados anteriormente.

Tabela 1 - RMPA: indicadores socioeconômicos em 2006 e 2015

	População		Produto Interno Bruto		PIB/Per capta	
	2006	2015	2006	2015	2006	2015
Região Metropolitana de Porto Alegre	4.175.740	4.258.926	141.899.372,96	190.741.349,52	33,98	44,79
Alvorada	214.953	206.561	1.608.333,23	2.721.087,05	7,48	13,17
Araricá	4.821	5.301	87.581,82	166.211,23	18,17	31,35
Arroio dos Ratos	14.452	14.197	180.561,73	263.215,83	12,49	18,54
Cachoeirinha	121.880	125.975	4.114.576,36	6.942.310,35	33,76	55,11
Campo Bom	58.558	64.171	2.479.345,14	3.017.336,27	42,34	47,02
Canoas	333.322	341.343	14.962.799,91	18.848.397,26	44,89	55,22
Capela de Santana	11.921	11.289	130.844,63	208.603,82	10,98	18,48
Charqueadas	33.808	38.281	1.458.133,96	1.277.588,76	43,13	33,37
Dois Irmãos	28.155	30.175	1.203.946,95	1.786.602,74	42,76	59,21
Eldorado do Sul	34.338	37.794	2.341.407,16	1.483.929,94	68,19	39,26
Estância Velha	40.263	46.444	1.287.213,58	1.551.868,32	31,97	33,41
Esteio	87.070	83.984	2.658.404,78	3.615.670,00	30,53	43,05
Glorinha	6.495	7.518	306.361,71	415.708,50	47,17	55,30
Gravataí	270.763	272.257	7.625.006,24	11.290.695,19	28,16	41,47
Guaíba	105.808	99.029	3.833.949,59	6.202.015,10	36,23	62,63
Igrejinha	31.389	34.341	1.034.565,65	1.747.771,19	32,96	50,89
Ivoti	18.379	22.012	750.774,42	1.021.309,37	40,85	46,40
Montenegro	60.551	63.216	2.054.702,15	3.286.112,40	33,93	51,98
Nova Hartz	18.965	20.035	512.167,28	756.734,79	27,01	37,77
Nova Santa Rita	20.093	25.700	530.490,38	1.262.724,95	26,40	49,13
Novo Hamburgo	258.754	248.694	7.886.442,76	9.424.576,32	30,48	37,90
Parobé	54.223	55.486	893.857,74	1.263.314,40	16,48	22,77
Portão	28.477	33.994	1.022.415,33	1.323.827,84	35,90	38,94
Porto Alegre	1.440.939	1.476.867	57.862.443,81	79.038.342,67	40,16	53,52
Rolante	21.126	20.712	350.612,91	596.590,92	16,60	28,80
Santo Antonio da Patrulha	38.818	41.977	631.145,15	1.233.497,44	16,26	29,39
São Jerônimo	20.022	23.527	481.021,91	621.127,22	24,02	26,40
São Leopoldo	212.498	228.370	5.558.112,66	8.044.036,27	26,16	35,22
São Sebastião do Cai	22.193	24.676	497.349,75	693.406,39	22,41	28,10
Sapiranga	78.996	79.560	1.644.377,35	3.302.106,37	20,82	41,50
Sapucaia do Sul	135.956	138.357	3.090.346,60	3.500.711,64	22,73	25,30
Taquara	60.481	57.238	856.907,42	1.397.754,68	14,17	24,42
Triunfo	25.302	27.867	9.496.200,00	8.678.076,78	375,31	311,41
Viamão	261.971	251.978	2.466.972,89	3.758.087,54	9,42	14,91

Fonte: Elaborados pelos autores a partir dos dados disponíveis no IBGE.

Enquanto alguns municípios apresentam uma significativa parcela da população da RMPA (acima de 200.000 habitantes), como é o caso de Gravataí e Canoas, paradoxalmente estes municípios apresentam um PIBpc e uma população inferior a

outros, como é o caso de Dois Irmãos e Triunfo. Estes dois casos são exemplos da importância da concentração populacional nos espaços urbanos e a geração de renda, resultando em PIBpc díspar entre as regiões. Exemplo típico de Triunfo. Houve, também, casos de diminuição de PIBpc como Charqueadas, Eldorado do Sul e Triunfo. Estas perdas ou reduções foram motivadas, mais pela redução do PIB do que pelo aumento da população.

Antes de realizar-se a análise central proposta por este artigo, é relevante que seja definido o que se entende por indústria criativa. A UNCTAD (2008) propõe que estas sejam entendidas como uma cadeia, compostas de três grandes áreas. Em primeiro lugar, tem-se o que se denominou de núcleo da indústria que inclui os segmentos de Expressões Culturais, Artes Cênicas, Artes Visuais, Música, Filme & Vídeo, TV & Rádio, Mercado Editorial, Software & Computação, Arquitetura, Design, Moda e Publicidade. Assim o núcleo é composto, essencialmente, de serviços, que têm a atividade criativa, como parte principal do processo produtivo.

Em seguida, encontram-se as áreas relacionadas, envolvendo segmentos de provisão direta de bens e serviços ao núcleo e compostos em grande parte por indústrias e empresas de serviços fornecedoras de materiais e elementos fundamentais para o funcionamento do núcleo. Finalmente, observou-se que a cadeia é composta de um terceiro grupo de atividades, de provisão de bens e serviços de forma mais indireta, chamada de atividades de apoio. Quanto mais afastadas o “core” ou núcleo menor é o grau de criatividade do segmento considerado. Como tratado anteriormente, uma das características das atividades produtivas é que elas não se distribuem de forma homogênea ao longo de um território, ocorrendo o mesmo com a RMPA.

A tabela 2 mostra algumas sutilezas importantes desta análise: primeiramente, tanto os estabelecimentos totais, quanto os da indústria criativa variaram positivamente, em número, nos anos analisados; em segundo, somente Glorinha apresentou redução em ambas às situações (estabelecimentos totais e criativos); em terceiro lugar há municípios, que não se destacam em ambas as categorias (Araricá); em quarto, enquanto alguns se sobrepõem nos estabelecimentos em geral (São Jerônimo, Nova santa Rita) outros apresentam concentração nos segmentos criativos (Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga). Finalmente, Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo concentram mais de 50% dos estabelecimentos totais e criativos da RMPA.

Tabela 2 Total dos estabelecimentos e Estabelecimentos Criativos na Região Metropolitana de Porto Alegre em 2006 e 2015.

	Total de Estabelecimentos		Indústria Criativa	
	2006	2015	2006	2015
Região Metropolitana de Porto Alegre	87.279	106.770	18.583	24.386
Alvorada	1.240	1.953	267	486
Araricá	96	151	34	55
Arroio dos Ratos	248	277	44	50
Cachoeirinha	2.260	2.996	485	656
Campo Bom	1.569	1.960	578	697
Canoas	5.291	7.009	973	1.436
Capela de Santana	151	196	22	43
Charqueadas	447	613	105	130
Dois Irmãos	667	885	268	341
Eldorado do Sul	375	548	85	112
Estância Velha	951	1.326	300	444
Esteio	1.396	1.705	251	335
Glorinha	197	180	28	21
Gravataí	3.068	4.446	541	884
Guaíba	1.164	1.400	190	266
Igrejinha	948	1.234	492	579
Ivoti	520	713	156	239
Montenegro	1.385	1.721	254	353
Nova Hartz	345	475	151	196
Nova Santa Rita	265	465	48	78
Novo Hamburgo	7.479	8.749	2.112	2.531
Parobé	852	1.170	346	482
Portão	576	862	152	214
Porto Alegre	42.825	48.781	7.570	9.676
Rolante	472	655	186	250
Santo Antonio da Patrulha	894	1.207	165	238
São Jerônimo	362	420	55	82
São Leopoldo	3.754	4.848	825	1.090
São Sebastião do Cai	630	760	139	163
Sapiranga	1.801	2.398	770	865
Sapucaia do Sul	1.415	1.959	296	419
Taquara	1.224	1.494	307	352
Triunfo	525	645	61	102
Viamão	1.887	2.569	327	521

Fonte: Elaborados pelos autores a partir dos dados disponíveis no Ministério do Trabalho

A tabela 3 mostra as variações do ano 2015 para o ano base (2006 = 100) das diferentes variáveis escolhidas para este trabalho e as futuras análises. No que se refere ao número total de estabelecimentos, enquanto alguns municípios apresentaram uma variação maior que a RMPA (Arroio dos Ratos, Glorinha, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Jerônimo e São Sebastião do Caí) outros se comportaram de modo inverso (Alvorada, Portão, Nova Santa Rita, entre outros). Já a variação (2015/2006) do número de estabelecimentos criativos foi superior ao ocorrido nos estabelecimentos totais. Os municípios com menor alteração foram: Arroio dos Ratos, Glorinha, Igrejinha, São Sebastião do Caí, Sapiranga e Taquara. Estes municípios também se caracterizaram pela pouca expressividade de sua população no total da região estudada.

Quanto ao comportamento da variação da população, muitos dos municípios da RMPA apresentaram um resultado inferior à Região. Entre estes, estavam: Alvorada, Arroio dos ratos, Novo Hamburgo, Viamão, Capela de Santana. Outros ao contrário, foram receptores de população, como é o caso de Nova Santa Rita, Ivoti, Portão, entre outros. Três municípios apresentaram uma variação negativa no PIB e PIBpc: Charqueadas, Eldorado e Triunfo. No seu conjunto é importante notar que a variação do PIB foi maior que a variação da população, o que demonstrou um aumento da renda per capita na Região estudada.

Tabela 3 Variação 2015/2006 das variáveis escolhidas – Municípios e Total da RMPA

	Total	Quantidade de Estabelecimentos da Indústria Criativa	População	IB	PIB/Per Capta
Região Metropolitana de Porto Alegre	122	131	102	34	132
Alvorada	158	182	96	69	176
Araricá	157	162	110	90	173
Arroio dos Ratos	112	114	98	46	148
Cachoeirinha	133	135	103	69	163
Campo Bom	125	121	110	22	111
Canoas	132	148	102	26	123
Capela de Santana	130	195	95	59	168
Charqueadas	137	124	113	8	77
Dois Irmãos	133	127	107	48	138
Eldorado do Sul	146	132	110	3	58
Estância Velha	139	148	115	21	105
Esteio	122	133	96	36	141
Glorinha	91	75	116	36	117
Gravataí	145	163	101	48	147
Guaíba	120	140	94	62	173
Igrejinha	130	118	109	69	154
Ivoti	137	153	120	36	114
Montenegro	124	139	104	60	153
Nova Hartz	138	130	106	48	140
Nova Santa Rita	175	163	128	38	186
Novo Hamburgo	117	120	96	20	124
Parobé	137	139	102	41	138
Portão	150	141	119		108

Porto Alegre	114	128	102	29	133
Rolante	139	134	98	37	174
Santo Antonio da Patrulha	135	144	108	70	181
São Jerônimo	116	149	118	95	110
São Leopoldo	129	132	107	29	135
São Sebastião do Cai	121	117	111	45	125
Sapiranga	133	112	101	39	199
Sapucaia do Sul	138	142	102	01	111
Taquara	122	115	95	13	172
Triunfo	123	167	110	63	83
Viamão	136	159	96	1	158
				52	

Fonte: Elaborados pelos autores a partir dos dados disponíveis no Ministério do Trabalho e IBGE

A tabela 4 mostra a participação do total de estabelecimentos e dos estabelecimentos criativos, de cada município, da RMPA.

Tabela 4 Participação dos municípios nos estabelecimentos totais e da indústria criativa da RMPA 2006 e 2015 (%)

	Total		Quantidade de Estabelecimentos da Indústria Criativa	
	2006	2015	2006	2015
Região Metropolitana de Porto Alegre	100,0	100,0	100,0	100,0
Alvorada	1,4	1,8	1,4	2,0
Araricá	0,1	0,1	0,2	0,2
Arroio dos Ratos	0,3	0,3	0,2	0,2
Cachoeirinha	2,6	2,8	2,6	2,7
Campo Bom	1,8	1,8	3,1	2,9
Canoas	6,1	6,6	5,2	5,9
Capela de Santana	0,2	0,2	0,1	0,2
Charqueadas	0,5	0,6	0,6	0,5
Dois Irmãos	0,8	0,8	1,4	1,4
Eldorado do Sul	0,4	0,5	0,5	0,5
Estância Velha	1,1	1,2	1,6	1,8
Esteio	1,6	1,6	1,4	1,4
Glorinha	0,2	0,2	0,2	0,1
Gravataí	3,5	4,2	2,9	3,6
Guaíba	1,3	1,3	1,0	1,1
Igrejinha	1,1	1,2	2,6	2,4
Ivoti	0,6	0,7	0,8	1,0
Montenegro	1,6	1,6	1,4	1,4
Nova Hartz	0,4	0,4	0,8	0,8
Nova Santa Rita	0,3	0,4	0,3	0,3
Novo Hamburgo	8,6	8,2	11,4	10,4
Parobé	1,0	1,1	1,9	2,0
Portão	0,7	0,8	0,8	0,9
Porto Alegre	49,1	45,7	40,7	39,7
Rolante	0,5	0,6	1,0	1,0
Santo Antônio da Patrulha	1,0	1,1	0,9	1,0
São Jerônimo	0,4	0,4	0,3	0,3
São Leopoldo	4,3	4,5	4,4	4,5
São Sebastião do Cai	0,7	0,7	0,7	0,7
Sapiranga	2,1	2,2	4,1	3,5
Sapucaia do Sul	1,6	1,8	1,6	1,7
Taquara	1,4	1,4	1,7	1,4
Triunfo	0,6	0,6	0,3	0,4
Viamão	2,2	2,4	1,8	2,1

Fonte: Elaborados pelos autores a partir dos dados disponíveis no Ministério do Trabalho

De acordo com os dados que constam na tabela 4 percebe-se que quatro municípios se destacam tanto nos estabelecimentos totais, quanto na indústria criativa na RMPA. São eles: Canoas, Novo Hamburgo, Porto Alegre e São Leopoldo. Com base

nesta informação, a seção 4 apresenta a segmentação e sua espacialização, na Região e nos municípios selecionados.

SEGMENTAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA CRIATIVA NA RMPA: MUNICÍPIOS SELECIONADOS – UMA ANÁLISE DE 2006 E 2015

Para responder ao objetivo específico da segmentação da indústria criativa na Região Metropolitana de Porto Alegre, a tabela 5 demonstra os dados de 2006 e 2015.

Tabela 5 Segmentação da indústria criativa na Região Metropolitana de Porto Alegre 2006 e 2015

Segmento	Atividade Econômica	RMPA		Canoas		N. Hamburgo		Porto Alegre		S. Leopoldo	
		2006	2015	2006	2015	2006	2015	2006	2015	2006	2015
Arquitetura e Design	Design e Decoração de Interiores	17	32		1	4	2	10	18		
	Fabricação de Bijuterias e Artefatos	4	12		1		3	3	3		
	Lapidação de Gemas e Fabricação de Artefatos de Ourivesaria e Joalheria	10	13		1			9	8		
	Serviços de Arquitetura	118	149	3	6	13	11	79	109		
Artes Performáticas	Artes Cênicas, Espetáculos e Atividades Complementares	67	133		4	4	10	53	81		
	Atividades de Organizações Associativas Ligadas à Cultura e à Arte	68	37	2	2	2		50	29		
	Gestão de Espaços para Artes Cênicas, Espetáculos e Outras Atividades Artísticas	2	7					2	4		
Artes Visuais, Plásticas e Escrita	Atividades Fotográficas e Similares	141	198	14	24	17	22	75	87		0
	Criação Artística	4	4					3	4		
Audiovisual	Aluguel de Fitas de Vídeo, Dvds e Similares	217	56	17	3	24	5	81	18		
	Atividades de Exibição Cinematográfica	38	25	1	1	2	1	30	20		
	Atividades de Gravação de Som e de Edição de Música	10	27		1		2	10	20		
	Atividades de Pós-Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Prog. de TV	5	14			1	1	3	12		
	Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	29	70		1		5	25	61		
	Atividades de Rádio	47	47	3	3	5	6	27	22		
	Atividades de Televisão Aberta	14	15				1	11	13		

p. 844

	Distribuição Cinematográfica, de Vídeo e de Programas de Televisão	33	2	1		3	2	15			
	Fabricação de Instrumentos Musicais	5	6		1	1	1	3	2		
	Programadoras e Atividades Relacionadas à Televisão por Assinatura	1	5		1				3		
Edição e Impressão	Agências de Notícias	5	9					4	8		
	Edição de Cadastros, Listas e de Outros Produtos Gráficos	9	28				2	8	13		
	Edição de Jornais	9	22	1	1			5	6		
	Edição de Livros	27	50	1				20	47		
	Edição de Revistas	5	24		2		4	2	13		
	Edição Integrada à Impressão de Cadastros, Listas e de Outros Produtos Gráficos	157	110	10	4	25	19	77	47		
	Edição Integrada à Impressão de Jornais	37	23	2	2	2	1	16	7		
	Edição Integrada à Impressão de Livros	33	24	1	1		1	29	21		
	Edição Integrada à Impressão de Revistas	15	9			2	2	9	5		
Ensino e Cultura	Ensino de Arte e Cultura	11	60		2	3	4	8	40		
	Ensino de Idiomas	108	208	7	15	7	14	65	113		2
Informática	Consultoria em Tecnologia da Informação	89	107	3	4	9	7	66	83		
	Desenvolvimento de Programas de Computador Sob Encomenda	69	188	2	8	5	18	46	119		5
	Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de Computador Customizáveis	19	106	1	5	1	11	13	65		3
	Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de Computador Não-Customizáveis	75	123	3	4	6	8	47	75		6
	Portais, Provedores de Conteúdo e Outros Serviços de Informação na Internet	4	97		3		5	4	72		
	Suporte Técnico, Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação	205	264	11	20	13	13	124	187		
	Tratamento de Dados, Provedores de Serviços	466	208	27	9	60	25	235	105	2	0

	de Aplicação e Serviços de Hospedagem na Internet										
Patrimônio	Atividades de Bibliotecas e Arquivos	2	4					2	4		
	Atividades de Jardins Botânicos, Zoológicos, Parques Nacionais, Reservas Ecológicas e áreas de Proteção Ambiental	5	5					3	5		
	Atividades de Museus e de Exploração, Restauração Artística e Conservação de Lugares e Prédios Históricos e Atrações Similares	3	7					2	5		
Pesquisa e Desenvolvimento	Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Físicas e Naturais	12	19	1		2		6	14		
	Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Sociais e Humanas	5	7	1	1			4	6		
Publicidade e Propaganda	Agências de Publicidade	131	143		5	22	22	98	109		

p. 846

Fonte: Elaborados pelos autores a partir dos dados disponíveis no Ministério do Trabalho

Destas as informações que constam na tabela 5 revelam as seguintes considerações:

a) entre os segmentos que apresentaram crescimento mais expressivo no número de estabelecimentos de 2015/2006 estavam - Artes Cênicas, Espetáculos e Atividades Complementares; Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão; Ensino de Idiomas; Edição de Livros; Edição de Revistas; Desenvolvimento de Programas de Computador Sob Encomenda; Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de Computador Customizáveis; Portais, Provedores de Conteúdo e Outros Serviços de Informação na Internet;

b) já entre os segmentos com maiores decréscimos estavam: Atividades de Organizações Associativas Ligadas à Cultura e à Arte; Distribuição Cinematográfica, de Vídeo e de Programas de Televisão; Edição de Cadastros, Listas e de Outros Produtos Gráficos; Edição Integrada à Impressão de Revistas; Tratamento de Dados, Provedores de Serviços de Aplicação e Serviços de Hospedagem na Internet;

c) as atividades com maior concentração de estabelecimentos eram: Suporte Técnico, Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação; Tratamento de Dados, Provedores de Serviços de Aplicação e Serviços de Hospedagem na Internet; Ensino de Idiomas; Atividades Fotográficas e Similares;

d) entre as atividades mão de obra intensivas mais expressivas (respondendo a hipótese do trabalho), as demais atividades com concentração de estabelecimentos na RMPA são mão de obra intensiva, as quais podem ser enumeradas: Ensino de Idiomas;

Atividades Fotográficas e Similares; Agências de Publicidade; Serviços de Arquitetura; Artes Cênicas, Espetáculos e Atividades Complementares.

Entre os municípios selecionados, constantes na tabela 5, os resultados apontam:

- Canoas, município limítrofe de Porto Alegre, segundo PIB e população da RMPA concentra segmentos como: Atividades Fotográficas e Similares; Suporte Técnico, Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação;

- Novo Hamburgo - Atividades Fotográficas e Similares; Edição Integrada à Impressão de Cadastros, Listas e de Outros Produtos Gráficos; Tratamento de Dados, Provedores de Serviços de Aplicação e Serviços de Hospedagem na Internet; Agências de Publicidade;

- São Leopoldo - Tratamento de Dados, Provedores de Serviços de Aplicação e Serviços de Hospedagem na Internet;

- Porto Alegre, capital do estado, Serviços de Arquitetura; Ensino de Idiomas; Suporte Técnico, Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação; Tratamento de Dados, Provedores de Serviços de Aplicação e Serviços de Hospedagem na Internet; Agências de Publicidade;

- Os demais 30 municípios respondem por uma fragmentada participação nos diferentes segmentos, sendo que alguns municípios não apresentam nenhum estabelecimento em alguns segmentos (Canoas - Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão; Novo Hamburgo com Lapidação de Gemas e Fabricação de Artefatos de Ourivesaria e Joalheria, entre outros casos).

Nesse sentido é possível levantar novos questionamentos, ou seja, que fatores podem explicar esta dinâmica distributiva ao longo da região estudada? Não se tem a pretensão de esgotar as causas, mas sugerir algumas que pensamos serem relevantes ao entendimento desta dinâmica:

Ao longo da RMPA, sobretudo nos Municípios de Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo, estão grandes instituições de ensino superior (Porto Alegre: FMP, FUC, GHC, HCPA, IPA, PUCRS, UERGS, UFCSPA, UFRGS, UNIRITTER. Canoas: ULBRA, UNILASALLE. São Leopoldo: EST, UNISINOS. Novo Hamburgo: FEEVALE. Sapiranga: Campus da IFSul, entre outras IES), que juntas formam a mão de obra necessária e suficiente para atuar nestes diferentes segmentos produtivos. No total todo o estado do Rio Grande do Sul reúne 21 Universidades, 103 Faculdades, 7 Centros Universitários 3 Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, não incluindo os polos de Educação a Distância – EAD e a a RMPA concentra grande parte dessas unidades de ensino superior, além dos municípios de Esteio, Estância velha, Gravataí, NH, Porto Alegre e São Leopoldo abrigarem cursos técnicos do SESI, e o SENAC atender POA, Canoas, Gravataí, Montenegro, NH, SL, Taquara e Viamão. Vemos que "[...] algumas destas regiões são o lar de grandes universidades, alguns serviços de pesquisa ou governos estaduais que, certamente, ajudam a impulsionar suas Classes Criativas" (FLORIDA, 2002, p. 236). Em uma passagem o autor chama a atenção:

> O núcleo da Classe Criativa, o seu núcleo super-criativo, também é bastante concentrado [...]. Lugares que abrigam grandes

> concentrações da classe criativa também podem ser classificados como centros de inovação e indústria de alta tecnologia (2002, p. 243).

Entre os grandes incentivadores e ambientes propícios ao desenvolvimento tecnológico estão os parques tecnológicos. Nesta região temos 05 – ZENIT (parque da UFRGS), TECNOPUC, TECNOSINOS (parque tecnológico de São Leopoldo), TECHPARK (FEEVALE), Parque Canoas de Inovação (CANOAS). “Esses ambientes atuam como forma de incentivo ao desenvolvimento da ciência, promoção da inovação e da tecnologia e podem contar com incubadoras e condomínio de empresas” (SDECT, 2018, s.p.).

Outro fator relevante são as economias de aglomeração:

> As razões para uma concentração geográfica de empresas podem ser várias: em primeiro lugar, as necessidades dos fabricantes de estar perto dos recursos dos quais dependem. A localização está, particularmente, relacionada às condições físicas (tais como clima, solo, minas, pedreiras, o acesso à terra ou água) e caracteriza a origem de muitos distritos ingleses como Staffordshire, Bedfordshire e Buckinghamshire. Em segundo lugar, "o patrocínio de um tribunal" que produz uma "demanda por bens especialmente de alta qualidade” [...]. Em terceiro lugar, a presença de uma cidade: ‘quase todos os distritos industriais tem sido focado em uma ou mais grandes cidades [...]. [Mas] depois de algum tempo fábricas, requerem mais espaço do que foi facilmente obtida e cujos valores de terra tornam-se altos, tendem à periferia da cidade; e novas fábricas crescem cada vez mais em torno de distritos rurais e pequenas cidades’ (MARSHALL, 1920, p. 285).

p. 848

Estas economias estão sobremaneira presentes na RMPA e nos municípios mais representativos (há mercado consumidor haja vista o número de habitantes, há renda para aquisição, vide o PIBpc, localizam-se em cidades com alto grau de urbanização e condições de infraestrutura, como internet, telefone, educação, como descrito acima, oferta moradia, centros comerciais, shoppings, entre outros). Mas, ao longo do tempo outros fatores desta região foram sendo considerados pelos empresários e mão de obra para sua localização.

> Uma análise teórica mostra a existência de outros determinantes que poderiam ajudar a explicar a tendência das indústrias criativas de se concentrarem no espaço. Nessa linha, a variedade de atividades e pessoas relacionadas, o patrimônio urbano e a classe criativa têm sido observados como fatores de atração das indústrias criativas (SERRA, 2016, p.25).

Em trabalhos mais recentes, outras questões vêm à tona, quando salientamos que ao invés das empresas locais, são as pessoas (trabalhadores criativos) que se instalam. Estes têm preferências de localização em função dos diferentes tipos de facilidades ou atributos de qualidade de vida. A literatura ainda divide estas facilidades ou amenidades em naturais, históricas e culturais: “ (1) facilidades naturais (clima, características topográficas, rios, litoral, etc.), (2) históricas (infraestrutura cultural de eras passadas em termos de monumentos, edifícios históricos e arquitetura) e (3) urbanas (restaurantes, teatros, lojas) ”; (BACKMAN; NILSSON, 2018, p. 115).

Para Scott (1997) há uma forte correlação entre o espaço urbano e as atividades culturais, pois as cidades têm desempenhado um lugar privilegiado como centro de atividades culturais e econômicas. Já Storper (1997) salienta que é geralmente apontada às atividades culturais a tendência à concentração espacial (sobretudo na produção e no consumo) do que em outras situações. A progressiva globalização que se seguiu aos anos 1980/90 modificou as cadeias produtivas destes bens e serviços pelo território, seja regional ou internacional, mas sempre se articulando com o conhecimento e a cultura local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proposto diz respeito às novas reflexões, multidisciplinares, sobre a importância do estudo da cultura sobre as atividades econômicas. A partir dos anos de 1990 há uma crescente multidisciplinaridade, sobretudo da área dos negócios, com outras áreas, como a geografia, arquitetura, o design, a história entre outros, o que corresponde ao corpo de análise dos autores deste artigo.

Esta interdisciplinaridade contribuiu para uma reflexão sobre as relações entre a espacialização da indústria, a categorização entre atividades intensivas em mão de obra ou capital e as características socioeconômicas e culturais da região estudada. A RMPA está em um período de transição: de atividades intensivas de mão de obra para as intensivas em capital, haja vista, que as últimas foram as que apresentaram maior crescimento. Esta transição pode ser mais lenta ou menos lenta, dependendo do ciclo dos negócios ou mesmo das interfaces desta região com o processo de globalização, pois a produção não abastece exclusivamente o mercado interno.

A relação PIB e população também se mostraram importante no recorte estudado, pois enquanto o primeiro mostrou uma relação direta entre produção e número de estabelecimentos totais, de outro modo não se reflete necessariamente com os estabelecimentos criativos. Já a população é relevante, tanto como mercado consumidor, como mão de obra.

Dentre os municípios da RMPA, apenas Porto Alegre apresentou uma concentração de atividades criativas com maior adensamento de capital. Isto deriva, entre outros, do fato que uma região com um perfil dinâmico, do ponto de vista econômico e educacional, tornando-se relevante e tendo maiores probabilidades de ver instalada em seu território uma indústria. Também são importantes alguns fatores históricos desta região metropolitana, como a colonização alemã que originou toda uma dinâmica própria de alguns municípios como São Leopoldo e Nova Hamburgo, e nesta a produção calçadista, e as atividades *ex-post e ex-ant,* a dinâmica do setor imobiliário, que facilitou a instalação e ampliação de moradias, estabelecimentos comerciais, edificações industriais, entre outros.

Quanto às facilidades urbanas, fator chave para a permanência de mão de obra local (restaurantes, teatros, lojas, cinemas, hospitais, etc.), todos os municípios chave apresentam oferta significativa: como por exemplo Porto Alegre (reúne além da total infraestrutura um dos melhores índices de qualidades de vida do Brasil), Canoas (concentra salas de cinemas e um dos maiores shoppings do Estado do RS), São Leopoldo (contempla culinária alemã, mais de 100 restaurantes com avaliação, festas, etc.) Novo Hamburgo (reúne 3 teatros, centro de exposições – FENAC, hotéis, etc.) entre outros atrativos.

Criou-se uma expectativa para enfrentar os desafios e aperfeiçoar as potencialidades da região. Por fim, o que se espera da RM entre o espaço urbano e as atividades culturais, é uma integração entre os entes federativos e que apresentem estratégias de desenvolvimento territorial conjunto, pois as cidades têm desempenhado um lugar privilegiado como centro de atividades culturais e econômicas.

REFERÊNCIAS

BACKMAN, Mikaela; NILSSON, Pia Nilsson. The role of cultural heritage in attracting skilled Individuals. Journal of Culture Economic. (42) p. 111–138, 2018.

BEM, Judite Sanson de; GIACOMINI, Nelci M. Richter. Avaliação das áreas homogêneas e dos impactos econômicos da cultura e das indústrias culturais: estudo do Corede do Vale do rio dos sinos - Consinos no período de 2000 até 2011. Canoas: CNPQ/UNILASALLE, 2012, 91p.(Relatório de Pesquisa – Impresso).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/>. Acesso em 18 de julho de 2018.

FLORIDA, Richard. The rise of the creative class. New York: Basic Books, 2002.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSITICA (FEE). Estimativas Populacionais (Revisão 2015). Porto Alegre: FEE. Disponível em: https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/populacao/estimativas-populacionais/. Acesso nov. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1991.

MARSHALL, Alfred. Principles of Economics. 8th ed. London: Macmillan and Co. 1920.

SCOTT, Allen J. The Cultural Economy of Cities. Oxford, MA. Joint Editors and Blackwell Publishers Ltd., 1997. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1468-2427.00075. Acesso em: 08 de maio de 2018.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SDECT). Programa Parques Tecnológicos. PGTEC. Disponível em: http://www.sdect.rs.gov.br/parques-tecnologicos. Acesso em 07 de nov. 2018.

SERRA, Daniel Sánchez. Location determinants of creative industries' firms in Spain. Investigaciones Regionales. Journal of Regional Research. (34), p. 23-48, 2016.

STORPER, Michael. The regional world: territorial development in a global economy. New York: The Guilford Press, 1997. Disponível em: https://www.amazon.com/Regional-World-Territorial-Development-Perspectives/dp/1572303158#reader_1572303158. Acesso em: 19 de jun. de 2018.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Creative Economy. Report 2008. Geneva; New York: UNCTAD; UNDP, 2008, p. 9-16. Disponível em: http://unctad.org/es/Docs/ditc20082cer_en.pdf. Acesso em: 09 de jan. de 2014.

VALLIATI, L.; WINK JR., M. V. Indústria criativa no Rio Grande do Sul: síntese teórica e evidências empíricas. Porto Alegre: FEE, 2013.

A CIDADANIA AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA COLETIVIDADE NA CONSTRUÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MEIO AMBIENTE URBANO

Marília Rodrigues Mazzola

Mestra pela USP
mariliamazzola@gmail.com

Miguel Etinger de Araújo Júnior

Doutor pela UERJ
miguel.etinger@gmail.com

Priscylla Gomes de Lima

Especialista pela UEL
priscylla.delong@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho demonstra a cidadania ambiental como instrumento de participação coletiva e desenvolvimento econômico na construção de meio ambiente urbano coerente, sustentável e justo. Neste sentido, ao passo que o ordenamento jurídico impõe o exercício da cidadania ambiental à coletividade, ao cominar como dever desta e do Poder Público a defesa e preservação do meio ambiente, foi omisso ao não apontar quais são e como se cumprir tais deveres, sendo necessário identificar como a proteção ambiental se consolida pela coletividade e com ele a possibilidade de desenvolvimento econômico. Buscar-se-á identificar na legislação deveres e obrigações coletivos referentes à defesa e preservação do meio ambiente, bem como estudar os instrumentos do ordenamento que possibilitam ação da coletividade na consolidação do meio ambiente sadio e digno que gerem desenvolvimento econômico sustentável.

PALAVRAS CHAVE: Meio ambiente. Participação. Cidadania ambiental.

ABSTRACT

This paper demonstrates the environmental citizenship as an instrumentof collective participation and economic development in the construction of a cohesive, sustainable and just urban environment. In this sense, as the jurisdictional system imposes environment citizenship to the collective, dictating as its duty and of the Public Power the preservation and defense of the environment, it was also silent by not pointing out which and how to fulfill these duties, therefore being necessary to identify how the environmental protection is consolidated by the collective, and with it the possibility of economical development. This paper aims to identify in the legislation collective duties and obligations related to the defense and protection of the environment, as well as study the instruments that allow collective action in the consolidation of a dignified and healthy environment that also generates sustainable and economic development.

KEY WORDS: Environment. Participation. Environmental citizenship.

INTRODUÇÃO

Dados os acontecimentos históricos ocorridos no Brasil nas décadas de 60 a 80, a Constituição de 1988 trouxe como um de seus principais objetivos e como elemento basilar a cidadania, para dar efetividade à participação do indivíduo dentro da sociedade. Tal conceito ganhou uma nova importância através da percepção da existência de uma nova gama de direitos, os direitos de terceira dimensão, onde se inclui o Direito Ambiental e, consequentemente, a cidadania ambiental.

Nesse contexto da proteção ao meio ambiente, disciplinada no artigo 225 da Constituição Federal, reside o comando de atuação conjunta do Poder Público e da coletividade em prol da defesa e preservação do meio ambiente. Este comando constitucional tem voz imperativa, no sentido de configurar um dever da coletividade, uma obrigação a realizar. Porém, não há no corpo do artigo 225, menção alguma às possíveis formas de atuação da coletividade. Uma vez que existe tal lacuna, mostra-se importante identificar, estudar e explorar as maneiras de defesa e preservação do meio ambiente no tocante à participação da coletividade como sujeito de deveres, pois a partir dessa identificação será possível dar efetividade aos princípios ambientais, desenvolver

projetos de conscientização e atuação da coletividade em prol do desenvolvimento econômico sustentável, e propiciar resultados positivos da vida sadia na comunidade.

O recorte escolhido para a realização desta pesquisa foi o meio ambiente urbano, pois é onde estão concentradas as maiores faixas populacionais, e é onde há maior cenário para a atuação direta da coletividade sobre as transformações ambientais que ocorrem. Esses resultados podem ser ainda aliados ao desenvolvimento econômico, especialmente refletido na estruturação urbana, tanto territorial como populacional. Do quadro posto, busca-se localizar e explorar descritivamente os instrumentos administrativos e judiciais de participação disciplinados na legislação, que ensejam a cooperação ativa da coletividade na construção da defesa e preservação do meio ambiente, para contribuir com a consolidação da cidadania ambiental, e, a partir desta nova consciência, contribuir também para o desenvolvimento econômico, objetivado no art. 170 da Carta Magna.

MEIO AMBIENTE

A Constituição Federal entende o meio ambiente como um bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida e por isso o mesmo deve ser ecologicamente equilibrado para proporcionar a todos uma vida digna.

O conceito de meio ambiente é complexo, uma vez que envolve as diferentes interações do ser humano na biota e pode ser interpretado sob um ponto de vista antropocêntrico ou biocêntrico.

Assim, conceitua-o Bessa Antunes (2014, p. 10):

> Meio ambiente compreende o humano como parte de um conjunto de relações econômicas, sociais e politicas construídas a partir da apropriação dos bens naturais que se transformam em recursos essenciais para a vida humana em quaisquer de seus aspectos.

Para o ordenamento jurídico nacional, o meio ambiente é o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e regra a vida em todas as suas formas”, como se verifica na Lei nº. 6.938/81, a Política Nacional do Meio Ambiente.

Trata-se de um bem jurídico de terceira dimensão, que como ensina Garcez (2018, p. 25) é “representativo dos direitos humanos de solidariedade e fraternidade, que buscam, entre outros elementos, a preservação da qualidade de vida, permitindo o progresso sem prejuízo da paz, da determinação dos povos e da tutela do meio ambiente”, sendo ainda direito difuso de natureza transindividual e indivisível.

A existência de recursos naturais finitos e o aumento da preocupação acerca de sua utilização, fez com que uma vertente de proteção jurídica fosse criada, de maneira a equilibrar direitos e garantias relacionados à interação entre homem e o ecossistema.

Esse sistema envolve as mais diferentes gamas da sociedade, tais como Governos, empresas, terceiro setor, e em um nível mais direcionado, os cidadãos; e foi a luta por um meio ambiente saudável e equilibrado que permitiu o desenvolvimento de uma vertente jurídica, o Direito Ambiental.

Segundo Wagner Costa Ribeiro (apud Garcia, Nova, 2004, p.12),

> a preocupação com o meio ambiente passou a acontecer de forma incipiente a partir da Revolução Industrial e as primeiras leis ambientais

> surgiram na segunda metade do século XIX a partir das reivindicações dos chamados protecionistas ingleses.

Sendo o meio ambiente transfronteiriço, pode-se dizer que o direito ao meio ambiente é um dos direitos fundamentais, tanto da Humanidade quanto dos demais seres vivos, razão pela qual a temática é tratada em inúmeros tratados internacionais.

Assim, a Declaração do Rio de 1992, conhecida como Eco/92, que em seu artigo 10, ao tratar da natureza ou da ecologia, estabelece *in verbis*:

> O melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o ambiente de que dispõem as autoridades públicas, incluídas a informação sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo em suas comunidades, assim como a oportunidade de participar do processo de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. Deverá ser proporcionado acesso efetivo aos procedimentos judiciais e a administrativos, entre os quais o ressarcimento dos danos e os recursos pertinentes.

Tendo em vista a sua importância, a proteçãointegral do meio ambiente é um dever do Estado e dos particulares (sejam pessoas físicas ou jurídicas) e em razão da positivação da necessidade de manutenção deum meio ambiente ecologicamente equilibrado não se admite retrocesso ecológico. p. 854

Assim, tratando-se de interesse comum de todos, a responsabilidade com o meio ambiente deve ser ampla, uma vez que ultrapassa a barreira da Humanidade, atingindo a Biosfera. Assim, o entendimento de certos institutos, tais como a cidadania, deverão expandir sua conceituação, de modo a encaixarem a questão ambiental.

CIDADANIA

A cidadania apresentou diversas acepções no decorrer da história, modificando-se em virtude de contextos sociais e culturais. No Brasil, é um dos pilares do Estado, posta pela Constituição Federal como um dos princípios fundamentais da República, conferindo ao cidadão o poder de exigir e controlar as decisões políticas tomadas por seus representantes e, principalmente, ter voz participativa na formulação e execução das políticas públicas relacionadas à sua vida social e profissional.

A cidadania “remonta aos exercícios dos direitos e deveres de uma pessoa em relação ao meio que vive” (ANJOS, SOLEDADE, 2014, p. 91). Trata-se então de um conjunto de direitos e deveres do cidadão, em face da sociedade em que vive.

O instituto teve surgimento na Grécia, “onde era utilizada para designar os direitos relativos aos cidadãos; e teve o seu desenvolvimento em outras sociedades, como Roma e mais tarde teve seu conceito muito ligado à Revolução Francesa” (ANJOS, SOLEDADE, 2014, p. 92).

Como ensina Matos e Silva (2016, p. 43):

> Historicamente, a noção de cidadão no Brasil é concreta a partir da Constituição de 1824, após a independência, despontando e regulando-se os direitos políticos sem muita compreensão daquilo que representavam, haja vista definir quem podia votar e ser votado,

> contudo sem alteração consistente do período colonial, apenas transformando em cidadãos aqueles brasileiros analfabetos que não tinham a menor compreensão da prática do exercício do voto num governo representativo. À época, tudo funcionou para, concedendo-se direitos, permanecer o poder político local.

A sociedade contemporânea, especialmente considerada em face do Estado Democrático de Direito, traz um novo papel à cidadania, de modo que a mesma se destina para a garantia do próprio Estado, e principalmente, dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana.

Esse exercício pleno da participação na vida coletiva, que tem como objetivo o acesso efetivo aos direitos fundamentais só se torna completo se analisado em face do direito ambiental. Afinal, o momento vivido pela humanidade e os novos contornos do modo como o ser humano se relaciona com o meio ambiente inspiram cuidados e preocupações constantes no que tange à proteção, defesa e preservação da biosfera.

Assim, a Cidadania não pode mais ser entendida somente como um status político e jurídico, como se encontra nas constituições dos países, mas um projeto mais amplo, que se inicia pela dimensão ambiental.

CIDADANIA AMBIENTAL

Na contemporaneidade, “Ser cidadão é sair de sua vida meramente privada e interessar-se pela sociedade de que faz parte e ter direitos e deveres para nela influenciar e decidir” (Machado apud Matos, Silva, 2016, p. 54).

A evolução da democracia no Brasil, bem como o florescimento da cidadania em razão da Carta Magna de 1988, permitiu o desenvolvimento de uma nova visão da cidadania, compatível com o Estado Democrático de Direito. Trata-se da cidadania ambiental.

A materialização da cidadania ambiental se dá de várias formas, tanto na esfera administrativa, quanto na esfera judicial.

Como ensinam ANJOS e SOLEDADE (2014, p. 92), “a participação cidadã na esfera administrativa pode se dar de várias formas, através de zoneamento ambiental, a divisão do território em parcelas, nas quais poderão se autorizar ou interditar, total ou parcialmente determinadas atividades”.

O Estatuto da Cidade apresenta alguns instrumentos de gestão democrática da cidade, os quais incluem, dentre outros, órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; debates, audiências e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Ainda em âmbito administrativo, pode-se verificar a participação popular na obtenção de licenciamento ambiental, através de audiências públicas.

As audiências públicas são um dos maiores instrumentos de participação popular na questão ambiental. Conforme Resolução 9/87 do CONAMA:

> Art. 2º Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o Órgão de Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública. [...] § 2º - No caso de haver solicitação de audiência

> pública e na hipótese do Órgão Estadual não realizá-la, a licença concedida não terá validade.

Dentro ainda do âmbito administrativo, é possível a utilização da auditoria ambiental, como demonstram ANJOS e SOLEDADE (2014, p. 93):

> A auditoria ambiental é outro procedimento administrativo que, através do exame e avaliação periódica ou ocasional do comportamento de uma empresa em relação ao meio ambiente. Também permite a participação popular através de pedido de certificados de qualidade ambiental, o que pode suscitar audiências públicas para a discussão de tais certificados de qualidade ambiental.

Ainda, para participar da proteção ambiental, o cidadão precisa ser bem informado da necessidade da preservação ambiental, razão pela qual a educação ambiental também é um instrumento de suma importância na efetivação da cidadania ambiental.

Deve-se destacar também que a participação do cidadão na implementação de politicas públicas voltadas ao meio ambiente se constitui uma etapa necessária para um desenvolvimento necessário.

A participação cidadã se estende ainda à atuação judicial, através das mais variadas ações, como se verá a seguir.

AÇÃO POPULAR

A ação popular foi a primeira ferramenta apta a proteger os interesses dos cidadãos com referência ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2014, p. 883) refere que esta ação foi a primeira surgida na seara do direito brasileiro com as características únicas que a difere das demais, pois nesta modalidade de ação o autor requer a prestação jurisdicional para defesa de interesse público, quando nas ações comuns o autor busca a satisfação de um direito subjetivo próprio.

O sujeito ativo legítimo a propor esta ação será apenas o cidadão, que comprovará esta qualidade por meio de sua inscrição eleitoral (título de eleitor válido).

No polo passivo do instituto deverá figurar um ente da administração pública direta, indireta, ou então pessoa jurídica que de alguma maneira administre verba pública, ou assuma esta prerrogativa (RODRIGUES, 2007, p. 203).

A lei nº 4.717/65, que regula o instituto, dispõe em seu Art. 1º, § 1º que "§1º Consideram-se patrimônio público para os fins referidos neste artigo, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico."

A Constituição Federal também disciplina o instituto no inciso LXXIII do Art. 5º, a saber:

> Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> [...]
> LXXIII. qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o

> Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência; Grifou-se
> [...]

Por conta de sua expressa previsão no bojo da Carta Magna, pode-se atribuir ao instituto o cunho de instrumento constitucional que se coloca à disposição dos cidadãos para proteção dos interesses da coletividade (MEIRELLES, 2000, p. 116), e dentre esses interesses, também o meio ambiente.

Como se verifica, a disposição constitucional de tutela do meio ambiente por meio da ação popular reconheceu o direito/dever do cidadão, como sujeito ativo titular da referida ação, de exercer o poder fiscalizador sobre os atos da administração pública que lesarem ou ameaçarem lesar o meio ambiente.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

A ação civil pública, assim como a ação popular, é um instrumento apto a proteger e tutelar os direitos coletivos, considerados em seu sentido amplo.

Está regulamentada na lei nº 7.347/85, e no Art. 129, III da Constituição Federal, a saber:

> Art. 1º. Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011).
> I - ao meio-ambiente;
> [...]
>
> Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:
> [...]
> III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; Grifou-se

A legitimidade ativa desta ação se encontra no Art. 5º da lei 7.347/85, que dispõe que caberá ao Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as Autarquias, Empresas Públicas, Fundações, Sociedades de Economia Mista, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, as Associações instituídas há pelo menos um ano, e as Entidades e órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, devidamente formalizadas com tal finalidade.

Já a legitimidade passiva se estenderá a todos aqueles que, de algum modo, concorreram ou foram responsáveis pelos atos geraram a ação, e podem ser pessoas físicas, jurídicas, de direito público ou privado (MARINELLA, 2011, p. 945).

Assim como a ação popular, também a ação civil pública é considerada instrumento constitucional que tutela os direitos coletivos, dentre eles, o meio ambiente.

MANDADO DE SEGURANÇA

O mandado de segurança é também remédio constitucional apto à proteção de direito líquido e certo contra abuso de poder ou ilegalidade perpetrada por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (Art. 5º, LXIX, CF/88).

Este remédio constitucional também pode ser impetrado em face de ilegalidades ou abusos de poder perpetrados em face da coletividade, consoante se denota da redação do inciso LXX do mesmo Art. 5º:

> LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:
> a) partido político com representação no Congresso Nacional;
> b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;
> [...]

Deste modo, de acordo com a extensão da ilegalidade ou lesão a direitos perpetrada, se têm a legitimidade ativa para proposição do mandado de segurança: se o direito lesado for individual, a legitimidade será do cidadão (Art. 5º, LXIX, CF/88); porém, se houver lesão ou ameaça a direitos coletivos, como se configura no caso de lesão ao meio ambiente, a legitimidade ativa caberá aos entes consignados no Art. 5º, LXX.

Insta ressaltar que tal rol não é taxativo, mas sim exemplificativo, pois não há restrição nos termos utilizados.

Quanto à legitimidade passiva, somente poderá ser sujeito passivo a autoridade pública ou pessoa física ou jurídica que esteja cometendo abusos ou ilegalidade contra o meio ambiente no exercício de atividade típica e delegada do Estado.

Deste modo, o mandado de segurança coletivo deverá ser impetrado também para proteção do meio ambiente.

MANDADO DE INJUNÇÃO

O Mandado de Injunção Ambiental está positivado na Constituição Federal (art. 5º, LXXI, LXXVII), sendo o mecanismo processual utilizado para garantir o exercício dos direitos dos cidadãos previstos na própria Constituição Federal, principalmente os previstos como fundamentais e sociais, elencados no art. 5º.

A Lei n. 8.038/90, parágrafo único dispõe que a aplicabilidade do instrumento depende edição de lei específica que regulamente este mandado, o que até hoje inexiste, carecendo este instrumento de definição de critérios para sua eficácia. Contudo, é importante frisar que o Supremo Tribunal Federal entende que o disposto no art. 5º, inciso LXXI é autoaplicável.

O Mandado de Injunção é de fundamental importância, pois algumas normas constitucionais que visam proteger o meio ambiente não vem sendo cumpridas devido à falta de regulamentação, justificando assim a utilização deste procedimento jurídico.

Verifica-se que a cidadania ambiental envolve ações de efetiva participação e de mobilização dos indivíduos na busca de soluções para os problemas na relação entre as pessoas e o ambiente, ou na prevenção de possíveis riscos ambientais a partir de comportamentos ecologicamente desequilibrados e que tal conceito permite o fortalecimento da gestão participativa e do compartilhamento de responsabilidades com o Estado no regramento do uso dos recursos finitos, de maneira a contribuir na estruturação do espaço territorial e populacional, o que traz impactos e resultados diretos no desenvolvimento econômico.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Como visto, o equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais depende da utilização de instrumentos tecnológicos e jurídicos eficazes que assegurem a construção e o exercício da cidadania, com papel ativo dos atores sociais em relação ao meio ambiente.

Essas estratégias, por fim, permitem um verdadeiro desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento econômico é um dos objetivos da sociedade brasileira, sendo assim exposto logo no preâmbulo da Carta Magna.

A mudança de paradigma da sociedade, ao incluir a temática ambiental como uma das suas maiores preocupações, e também como uma necessidade, fez com que o conceito de desenvolvimento ganhasse uma nova dimensão, ampliada, que envolve o desenvolvimento econômico, e a sustentabilidade.

Segundo Nobre (1999, p. 139)

> o desenvolvimento sustentável significa, de um lado, a concretização de alianças em tomo de um consenso mínimo a respeito da problemática ambiental, e, de outro, a arguta tentativa de aproveitar um ambiente mundial de relativa distensão e de intensa mobilização social em torno das questões ecológicas, para levar a questão ambiental para o primeiro plano da agenda política internacional.

p. 859

Pode-se dizer que o desenvolvimento sustentável é o uso racional dos recursos naturais em prol do bem-estar social, que ao mesmo tempo garanta o crescimento econômico necessário para suprir as demandas atuais e as necessidades das futuras gerações.

O conceito surgiu a nível mundial no relatório de Brundtland em 1987, com o propósito de desenvolver o crescimento econômico e superar a pobreza dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A ideia do desenvolvimento vai além da ideia de crescimento, uma vez que envolve ainda os conceitos de igualdade, justiça, e qualidade de vida.

De acordo com Mendes (apud Carvalho*et al*, 2015, p. 3), o desenvolvimento sustentável possui seis aspectos prioritários

> [...] que devem ser entendidos como metas: A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc.); A solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver); A participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e cada um a parte que lhe cabe para tal); A preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc.); A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo, os índios); A efetivação dos programas educativos.

Assim, o seu alcance depende de planejamento e utilização de estratégias e instrumentos multidisciplinares.

Para que o meio ambiente urbano seja sustentável, é preciso uma constante integração entre desenvolvimento e conservação ambiental, de maneira que as ações e os instrumentos existentes na legislação nacional almejem estes objetivos, afinal, como ensina Ferreira (apud Carvalho *et al*, 2015, p. 5) "o padrão de produção e consumo que caracteriza o atual estilo de desenvolvimento tende a consolidar-se no espaço das cidades e estas se tornam cada vez mais o foco principal na definição de estratégias e políticas de desenvolvimento".

CONCLUSÃO

Ao adotar uma nova postura em relação ao meio ambiente, com participação na busca de alternativas às problemáticas ambientais, desperta-se nos indivíduos o sentimento de pertencimento em relação aos ambientes onde estão inseridos, com resultados que impeçam injustiças ambientais.

A cidadania, de sua parte, significa uma condição de existência com dignidade.

Os estudos empreendidos levaram à compreensão do ordenamento jurídico relacionado ao direito ambiental, à cidadania e ao desenvolvimento econômico, e permitiram o desenvolvimento de teses e estudos auxiliadores na geração da consciência ambiental, econômica e social, para construir e consolidar o entendimento de que a coletividade tem o direito a um meio ambiente equilibrado e sadio, e o dever de defesa e preservação deste, através de ações de mobilização, e também com a busca de soluções para problemas socioambientais no ambiente urbano. Através de análise da legislação, pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, investigou-se os elementos da cidadania e da cidadania ambiental, bem como identificou-se os instrumentos participativos que permitem a efetivação do dever de defesa e preservação do meio ambiente pela coletividade, em conjunto com o desenvolvimento econômico, possibilitando impactos na estruturação territorial e populacional dos centros urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Brenda Reis dos; SOLEDADE; André Oliveira da. O conceito jurídico de coletividade em direito ambiental, em face da imposição constitucional de preservação do meio ambiente. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/ufsc/livro.php?gt=163>. Acesso em: 29. Out.2018.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 18. ed. rev., atual. eampl. São Paulo: Atlas, 2016.

ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger de. Algumas considerações sobre o Plano Diretor dos municipios e sua importância no processo de construção da cidadania e da democracia. In: REVISTA DE DIREITO PÚBLICO, LONDRINA, V. 1, N. 1, P. 45-62, JAN./ABR. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/11581>. Acesso em: 21 maio 2017.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é e o que não é. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> . Acesso em: 23.Nov.2018.
CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MORATO LEITE, José Rubens: Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. 4a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.
CARVALHO, Isabel. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: MMA/ Secretaria Executiva/ Diretoria de Educação Ambiental (Org.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004.
CARVALHO, Nathália Leal de; KERSTING, Cristiano; ROSA, Gilvan; FRUET, Lumar; BARCELLOS, Afonso Lopes de. Desenvolvimento sustentável x desenvolvimento econômico. Revista Monografias Ambientais Santa Maria, v. 14, n. 3, Set-Dez. 2015,p. 109−117.
DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 27 ed. São Paulo: Atlas. 2014.
FENSTERSEIFER, Tiago. Direitos fundamentais e proteção ambiental – A dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. Curso de Direito Ambiental. 5a ed rev., atual. e reform. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.
FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro. Belo Horizonte: Editora Fórum. Belo Horizonte, 2011.
GARCEZ, Gabriela Soldano. A participação popular como instrumento de cidadania ativa por meio da governança nas políticas públicas, a fim de garantir o direito ao meio ambiente como elemento do mínimo existencial.Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas. Salvador, v. 4, n. 1, p. 23 – 40, Jan/Jun. 2018.
GARCIA, Maria Angélica Momenso; NOVA, Carlos Gilberto. Desenvolvimento sustentável, ambientalismo e cidadania ambiental: conceitos e paradigmas do século XXI. Revista economia e pesquisa, v.6. n.6. p. 7 18. mar. 2004.
MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito à informação e meio ambiente. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.
MARINELA. Fernanda. Direito administrativo. Rio de Janeiro: Editora Impetus. 2011.
MATOS, Raimundo Giovanni França; SILVA, Ronaldo Alves Marinho da. Políticas públicas para uma efetividade da cidadania ambiental: desafios de uma participação ética e responsável nos problemas ambientais. Direito ambiental e socioambientalismo II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA; Coordenadores: Celso Antonio Pacheco Fiorillo, Felipe Franz Wienke, Vladimir Passos De Freitas – Florianópolis: CONPEDI, 2016. Disponível em <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/02q8agmu/skm17w50/0XysEZa2CtmJMFK6.pdf>. Acesso em 23.Nov.2018.
MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de segurança. 22. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.
MILARÉ, Edis. Direito do ambiente. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Participação, processo civil e defesa do meio ambiente. São Paulo: Letras Jurídicas, 2011.

PEREIRA, Diego Emmanoel Serafim. O dever de participação na proteção em matéria ambiental na legislação brasileira. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.10, n.1, edição especial de 2015. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.
RODRIGUES, Geisa de Assis. Ação Popular. In: DIDIER JR, Fredie. Ações constitucionais. 2. ed. rev., atual. - Salvador: Podivim, 2007.
RODRIGUES, Marcelo Abelha. Instituições de Direito Ambiental. Vol. 1. São Paulo: Max Limonad, 2002.
RODRIGUES, Horácio Wanderlei; DERANI, Cristiane. Educação ambiental: o direito, caminho para a consciência ambiental. In: CAÚLA, Bleine Queiroz et al. Diálogo ambiental, constitucional e internacional. Fortaleza: Premius, 2013.
SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
SILVA-SANCHEZ, Solange. Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2000.
TAZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação ambiental: natureza, razão e história. Campinas: Autores Associados, 2004.
VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável. O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CIDADES SUSTENTÁVEIS E DINÂMICAS ECONÔMICAS EM METRÓPOLES NORDESTINAS

Ana Célia Baía Araújo

Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, araujo.acba@gmail.com

Zoraide Souza Pessoa

Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, zoraidesp@gmail.com

INTRODUÇÃO

Alternativas de tornar as dinâmicas econômicas menos impactantes para o meio ambiente têm se baseado em propostas de modelos urbanos que usem da sustentabilidade e resiliência como soluções para o desenvolvimento urbano e metropolitano. Essas alternativas geralmente baseiam-se no "desenvolvimento sustentável" (DS), indo na contramão das análises críticas de estudiosos do desenvolvimento e das questões ambientais como Sachs (2008), Acserald (2014) e Porto-Gonçalves (2012), autores que discutem que essas propostas só tem validade se conseguirem promover uma ruptura de práticas da racionalidade econômica na gestão pública para uma práxis que vise medidas sustentáveis, social, econômica, ambiental e climaticamente.

A despeito dessas considerações acerca de uma quebra de paradigma para efetivamente alcançar uma sustentabilidade urbana, as propostas baseadas no Desenvolvimento Sustentável (DS), como a de Cidades Sustentáveis (CS), são as mais aceitas no momento atual da discussão ambiental. Aqui, as críticas ao DS, e consequentemente às Cidades Sustentáveis, constroem-se nas contradições e ambiguidades que esse discurso gera. Para Laschefski (2013, p. 147), que também recorre a Sachs (2008), as estratégias do Desenvolvimento Sustentável se tornam pouco efetivas porque "buscam consertar as falhas do modelo de desenvolvimento por intermédio do próprio desenvolvimento, desviando-se, assim, das contradições inerentes à sociedade urbano-industrial, principalmente no sistema capitalista".

Por um lado, a difusão do discurso do DS populariza a questão ambiental, fazendo com que instituições, corporações, empresas e governos levantem "a bandeira da sustentabilidade", por outro, essas organizações apenas maqueiam-se com ações do marketing verde como medidas de preocupação e sensibilidade ambiental, sem transformarem-se em suas cerne e cultura, arraigadas em princípios capitalistas da obtenção e acumulo de riquezas e ganhos, a exemplo de empresas cuja atividade-fim é altamente impactante mas que se diz sustentável pois executou uma ação de plantio de mudas, mitigação irrisória ante os impactos da sua atividade.

Todavia, apesar das contradições desse discurso, ele tem movido sobre as legislações brasileiras algumas considerações sobre meio ambiente, mudanças climáticas e questões das vulnerabilidade social, ambiental e climática que, de certa forma, mesmo com as dificuldades da gestão pública brasileira no cumprimento de alguns prazos ou deliberações, apresentam-se como avanço, o passo inicial para mais coerentes planejamentos, agendas e organização de territórios considerando aspectos ambientais e climáticos.

Nesse contexto de um DS que, na perspectiva brasileira, mesmo que paliativo de uma transformação mais profunda de sustentabilidade urbana consegue ainda promover um pontapé inicial nas questões de gestão e planejamento urbano que sejam ecorresponsáveis, os acordos e compromissos que o país assumiu com as propostas das Nações Unidas (ONU) também estão incluídos nessa dualidade contraditória de efetividade.

Sobre a aderência do Brasil em 2015 e em 2016 aos princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 e da Nova Agenda Urbana (NAU), aqui com enfoque ao ODS 11 de Cidades e Comunidades Sustentáveis, o Brasil

tenta se organizar a partir de seus instrumentos da gestão urbana, com o conceito de desenvolvimento sustentável como norteador de políticas urbanas e/ou metropolitanas. O conceito de CS utiliza o DS mas, principalmente, com uma interpretação dos ODS 11 e dos princípios da NAU e da Agenda 2030, tem a resiliência, a adaptação climática e a sustentabilidade urbanas como princípios para cidades e comunidades sustentáveis.

Mas na realidade brasileira, além dos desafios próprios das CS em romper com uma lógica econômica no desenvolvimento urbano e conseguir de forma efetiva implementar seus princípios no planejamento e gestão urbanos, a proposta das CS enfrenta dificuldades ao deparar-se com uma estrutura funcional da base produtiva focada em crescimento econômico em detrimento das condições socioambientais e da administração pública permeada de burocracia, falta de comunicação entre as esferas da administração pública e da precariedade e desvios de recursos: tudo isso faz com que questione-se se esses compromissos das agendas e dos ODS (como) estão sendo postos em prática.

Por isso, este artigo tem como objetivo investigar como se relacionam as dinâmicas econômicas e aspectos ambientais da gestão urbana, considerando a escala municipal do desenvolvimento urbano em municípios de Regiões Metropolitanas (RM) nordestinas, na perspectiva de internalização de princípios de Cidades Sustentáveis que estejam além do DS – considerando a sustentabilidade urbana, resiliência e adaptação climática como princípios das CS. O trabalho ainda procura compreender a seguinte pergunta-problema: “a leitura que se faz da relação entre as dinâmicas econômicas e a gestão ambiental intrametropolitanas no Nordeste aponta condições do desenvolvimento urbano se compatibilizar com princípios de Cidades Sustentáveis?”.

O campo empírico foi escolhido para representar o desenvolvimento metropolitano e urbano do Nordeste Brasileiro, marcado por suas questões históricas de desigualdades e que enfrenta questões no desenvolvimento regional em vários aspectos: econômico, social, ambiental e, nesse caso apesar de estar contido no meio ambiente destacam-se os aspectos climáticos (na conjuntura dos efeitos das mudanças climáticas no Nordeste brasileiro). O estudo tem como campo empírico os municípios de quatro regiões metropolitanas nordestinas: RM Fortaleza/CE (RMF, 19 municípios), RM Natal/RN (RMN, 15 municípios), RM Recife/PE (RMR, 15 municípios) e RM Salvador (RMS, 13 municípios), integradas pelos 62 municípios elencados conforme Quadro 01 abaixo.

Quadro 01 – Municípios que integram as RM de Fortaleza, Natal, Recife e Salvador.

RMF	RMN	RMR	RMS
Aquiraz, Cascavel	Arês, Bom Jesus	Abreu e Lima	Camaçari, Candeias
Caucaia, Chorozinho	Ceará-Mirim	Araçoiaba	Dias d'Ávila
Eusébio, Fortaleza	Extremoz, Goianinha	Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Goiana,	Itaparica
Guaiúba, Horizonte	Ielmo Marinho	Igarassu	Lauro de Freitas
Itaitinga, Maracanaú	Macaíba, Maxaranguape	Ilha de Itamaracá	Madre de Deus
Maranguape	Monte Alegre	Ipojuca, Itapissuma	Mata de São João
Pacajus, Pacatuba	Natal, Nísia Floresta	Jaboatão dos Guararapes	Pojuca
Pindoretama	Parnamirim	Moreno, Olinda	Salvador
São Gonçalo do Amarante	São Gonçalo do Amarante	Paulista, Recife	São Francisco do Conde
São Luís do Curu	São José de Mi u	São Lourenço da Mata	São Sebastião do Passé
Paraipaba	Vera Cruz		Simões Filho
Paracuru, Trairi			Vera Cruz

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A hipótese que se quer analisar é a de que as RM com maior quantidade de municípios com respostas positivas aos aspectos da gestão ambiental e princípios das cidades sustentáveis são também as com melhores indicadores de desenvolvimento urbano e econômico – a explicação para isso seria que os princípios de Cidades Sustentáveis podem ser encontrados parcialmente em municípios de RM nordestinas, devido à impregnação do DS nas agendas brasileiras devido aos ODS, Agenda 2030 e NAU, contudo, essa adequação de alguns parâmetros urbanos não significam que estes estejam promovendo, de fato, uma mudança de paradigmas na gestão e planejamento urbano para os princípios de adaptação climática, resiliência e sustentabilidade urbanas.

Este artigo, como produto parcial e inserido em uma pesquisa mais ampla da pesquisadora enquanto bolsista do Observatório das Metrópoles – INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia), Núcleo RM Natal, com apoio financeiro da CAPES, se caracteriza como pesquisa de natureza quantitativa, utilizando levantamento e análise de dados estatísticos e pesquisa bibliográfica para atingir seus objetivos. A discussão sobre a relação entre as dinâmicas econômicas de base produtiva dos municípios e RM do campo empírico com seus aspectos ambientais da gestão municipal, a discussão teórica e a análise dos dados, foram sistematizados nos seguintes tópicos: 2 OS PRINCÍPIOS CIDADES SUSTENTÁVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO-METROPOLITANO E ECONÔMICO; 3 UMA LEITURA DO NORDESTE: ANALISANDO PRINCÍPIOS DE CIDADES SUSTENTÁVEIS EM MUNICÍPIOS METROPOLITANOS; e 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

OS PRINCÍPIOS CIDADES SUSTENTÁVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO-METROPOLITANO E ECONÔMICO

Como resultado de várias reuniões e fóruns participativos entre vários países, a ONU elaborou em 2015 a proposta da Agenda 2030 e dos ODS, visando solucionar em todo o planeta grande parte dos problemas decorrentes do desenvolvimento, com metas de cumprimento de prazos de adequação dos países signatários, como o Brasil, para o intervalo entre 2015 a 2030. Nos ODS e, consequentemente, na Agenda 2030, estão contempladas várias questões como os problemas com a pobreza, desigualdade, problemas ambientais e das mudanças climáticas, enfim, as questões que envolvem diretamente a vida nas cidades e que influenciam as condições para o desenvolvimento regional e consequentemente influenciam as condições para o desenvolvimento sustentável proposto.

Dentre os 17 Objetivos, o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis se destaca devido a relação que guarda com o assunto de desenvolvimento, planejamento e gestão urbanos e metropolitanos. No sítio virtual dos ODS (ONU, 2015), discorre-se sobre a importância desse Objetivo pois “transformar significativamente a construção e a gestão dos espaços urbanos é essencial para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado”.

E considerando que essa transformação dos espaços urbanos deve ser possível para alcançar um desenvolvimento sustentável (ONU, 2015) e que possui grande influência em como o mundo urbano se organiza em cidades (desde o nível de comunidades até as megalópoles), o ODS 11 influenciou diretamente a elaboração de uma outra agenda mais específica para as demandas do planejamento urbano de cidades sustentáveis – a Nova Agenda Urbana (NAU). p. 867

Sendo o discurso de cidades sustentáveis o foco tanto da Nova Agenda quanto do ODS 11, discute-se aqui quais são os princípios para essas cidades. No documento da NAU da ONU-HABITAT (2016, p. 7-8) os princípios resumidamente são conforme apresenta-se no Quadro 02:

Quadro 02 – Princípios da Nova Agenda Urbana para Cidades Sustentáveis

(a) Não deixar ninguém para trás, por meio da eliminação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a erradicação da pobreza extrema, assegurando direitos e oportunidades iguais, diversidade socioeconómica e cultural, integração no espaço urbano, melhoria de habitabilidade, educação, segurança alimentar e nutrição, saúde e bem-estar, inclusive por meio da eliminação de epidemias de VIH/SIDA, tuberculose, e malária, promovendo segurança e eliminando a discriminação e todas as formas de violência; assegurando participação pública ao proporcionar acesso seguro e igualitário a todos; e proporcionando acesso igualitário para todos à infraestrutura física e social e aos serviços básicos, assim como à moradia adequada e economicamente acessível.	(b) Economias sustentáveis e inclusivas, por meio do aproveitamento dos benefícios de aglomeração da urbanização bem-planeada, incluindo alta produtividade, competitividade e inovação; promovendo emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, assegurando a criação de empregos decentes e acesso igualitário para todos a recursos e oportunidades económicos e produtivos; prevenindo a especulação fundiária; e promovendo a posse da terra segura e gerindo a perda de densidade urbana, quando cabível.	(c) Sustentabilidade ambiental, por meio da promoção de energia limpa e do uso sustentável da terra e dos recursos no desenvolvimento urbano, assim como por meio da proteção de ecossistemas e biodiversidade, incluindo a adoção de modos de vida saudáveis em harmonia com a natureza; promovendo padrões de consumo e produção sustentáveis; construindo resiliência urbana; reduzindo o risco de desastres; e mitigando e adaptando-se às alterações climáticas.

Fonte: Elaborado pela autora (2018); ONU-HABITAT (2016, p. 7-8).

Os princípios da Nova Agenda alinham-se com o tripé da sustentabilidade, contudo acrescentam algumas metas que devem ser atingidas para garantir os princípios de inclusão, sustentabilidade, resiliência, segurança e adaptação climáticas para garantir o desenvolvimento urbano sustentável e, aqui destacamos o princípio “b”

Economias sustentáveis e inclusivas, como uma tentativa de orientar as dinâmicas econômicas para uma perspectiva em que a qualidade de vida humana e a saúde ambiental possam ser respeitadas.

No ODS 11, em que o objetivo é "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" (ONU, 2015) observa-se que os princípios também estão contidos nas metas do Objetivo, conforme Quadro 03 abaixo.

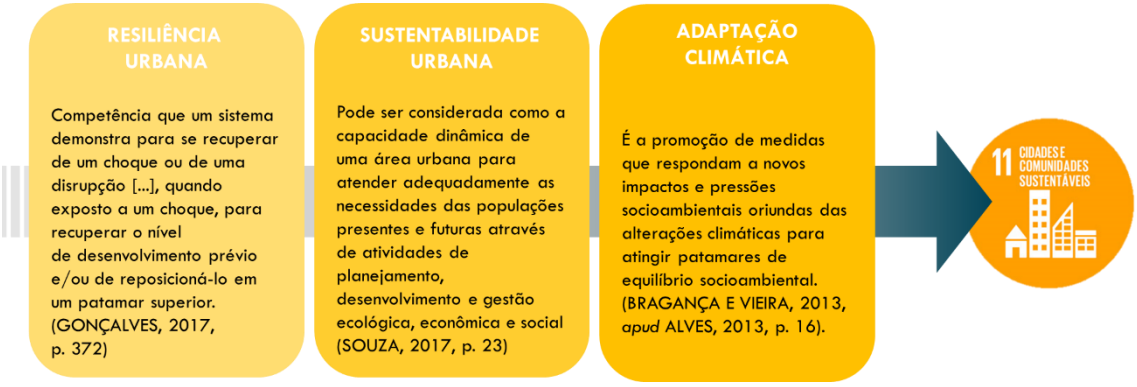
Quadro 03 – Metas do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas 11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos 11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo 11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade	11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros 11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência 11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis 11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, utilizando materiais locais

Fonte: Elaborado pela autora (2018); ONU (2015).

Por isso, considerando o conteúdo dos Quadros 02 e 03 anteriormente apresentados sobre os princípios da NAU e do ODS 11, para fins desse trabalho consideramos que os princípios de Cidades Sustentáveis podem ser resumidos em cidades cuja gestão urbana e planejamento consideram a sustentabilidade urbana, a resiliência urbana e a adaptação climática. Esses três conceitos, por estarem incluídos nas discussões ambientais estão em pauta e adequando-se nos discursos oficiais, com definições diferentes para vários autores. Entretanto, aqui definem-se esses conceitos com base em GONÇALVES (2017), SOUZA (2017) e BRAGANÇA e VIERA (2013), conforme a Figura 01 abaixo:

Figura 01 – Definições escolhidas para Sustentabilidade urbana, Resiliência urbana e Adaptação Climática como princípios de Cidades Sustentáveis.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A adesão brasileira ao discurso do DS acompanha uma onda internacional que desde a década de 1990 até a atualidade vêm impregnando a fala de diversos representantes políticos, institucionais e de corporações empresariais pelo mundo: a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável.

UMA LEITURA DO NORDESTE: ANALISANDO PRINCÍPIOS DE CIDADES SUSTENTÁVEIS EM MUNICÍPIOS METROPOLITANOS

p. 869

Buscando as palavras de Harvey (2004), as cidades são o espaço onde a acumulação de riquezas ocorre, e por isso se estruturam para tal, sendo o desenvolvimento daí distribuído desigualmente para camadas sociais no meio urbano. Para HARVEY (2004), parte-se do princípio de que as cidades reproduzem um modelo de desenvolvimento urbano pautado no capitalismo, ou seja, o desenvolvimento urbano e metropolitano se baseia na procura constante por acumulação de capital e na fixação de relações do mercado de trabalho e das bases produtivas que retifiquem essa lógica.

Segundo Sanfelici (2016, p. 625) as dinâmicas da base econômica têm grande impacto nas condições socioambientais, conforme trecho a seguir**:**

> A dinâmica de acumulação não é apenas responsável, contudo, por produzir níveis cada vez mais elevados de urbanização e de metropolização, mas igualmente por fomentar transformações de grande envergadura na estrutura espacial interna das cidades através da modificação dos usos do solo urbano.

Nesse aspecto, Porto-Gonçalves (2012, p. 24) esclarece o pano de fundo dessa ideologia capitalista, de que “ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é tudo aquilo que nos afaste da natureza e nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria”. Assim, a urbanização tornou-se um braço do desenvolvimento, trazendo em si a racionalidade capitalista e propagando por meio de novos mercados, novas áreas de ocupação para o mercado imobiliário, novas infraestruturas urbanas.

Por isso, o objetivo deste item é possibilitar a análise econômica e ambiental das RM a partir da etapa de caracterizar e analisar os principais aspectos econômicos (no item 3.1) e aspectos da gestão ambiental (no item 3.2)

dos municípios metropolitanos do campo empírico, para em um segundo momento esses dados sejam inter-relacionados e interpretados segundo os princípios das CS. Antes explica-se que os dados são referentes a **60 municípios metropolitanos do campo empírico, conforme Quadro 1 apresentado anteriormente, pois as** RM de Natal e Recife tiveram em 2018 o acréscimo de mais um município em suas regiões: a RMN foi acrescida da cidade de Bom Jesus e a RMR foi acrescida da cidade de Goiana, entretanto, para estas análises esses dois municípios não foram incluídos, considerando o período analisado.

Caracterização e análise de aspectos econômicos

A coleta de dados econômicos do campo empírico utilizou como fonte de dados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com os bancos de dados: Contas Regionais, CENSO 2010 e Contas Nacionais. Os Valores Adicionados ao Bruto, VAB, foram aqui utilizados como variáveis que possam expressar o desenvolvimento econômico dos municípios. Apresentam-se as variáveis da síntese da Plataforma Cidades – "O Brasil em Síntese" (sistema agregador de informações do IBGE sobre os municípios e estados do Brasil) além de utilizar mapas extraídos do **Portal de Mapas do IBGE**. Aqui organizamos em quadros por conjunto metropolitano, considerando o salário mínimo de 2016 como R$ 880,00, com os dados **dos municípios** das RMF, RMN, RMR e RMS, respectivamente nos Quadros de 04 a 07 a seguir.

p. 870

Quadro 04 – VAB (total e por setores 2015), Salário médio e População Ocupada - RMF

	MUNICÍPIOS	VAB Total	VAB Agropecuária		VAB Indústria		VAB Serviços		VAB Administração		Salário médio mensal trab. Formais	População ocupada 2016
		x R$1000		x R$1000		x R$1000	% no Total	x R$1000		x R$1000		
		2015	% no Total	2015	% no Total	2015		2015	% no Total	2015	2016	2016
RM FORTALEZA	Aquiraz	1484188	6,19	91821	25,82	383217,6	48,97	726771	19,03	282380	1.9 sal. mín.	21.5 %
	Cascavel	755853	9,17	69331	25,66	193928,14	38,49	290894	26,69	201700	1.6 sal. mín.	11.6 %
	Caucaia	4762782	1,07	51131	31,17	1484412,8	46,87	2232133	20,89	995105	2.1 sal. mín.	10.3 %
	Chorozinho	124459	9,37	11665	6,10	7592,93	36,51	45444	48,01	59756	1.7 sal. mín.	7.2 %
	Eusébio	2134263	0,82	17466	46,17	985458,75	42,12	899003	10,89	232336	2.1 sal. mín.	82.6 %
	Fortaleza	49477582	0,07	35669	17,85	8833629,5	66,50	32900261	15,58	7708023	2.7 sal. mín.	32.5 %
	Guaiúba	153233	9,76	14963	6,23	9553,76	31,05	47583	52,95	81133	1.4 sal. mín.	8.0 %
	Horizonte	1087103	8,25	89650	40,28	437878,13	30,93	336290	20,54	223286	1.9 sal. mín.	26.5 %
	Itaitinga	478623	1,39	6667	17,94	85870,56	52,95	253417	27,72	132669	1.7 sal. mín.	12.7 %
	Maracanaú	6400841	0,08	5137	41,32	2644828,2	46,09	2949867	12,51	801010	2.0 sal. mín.	26.1 %
	Maranguape	995382	3,96	39453	23,13	230262,6	38,43	382494	34,48	343172	1.5 sal. mín.	11.0 %
	Pacajus	841758	4,68	39370	32,04	269661,23	39,28	330622	24,01	202105	1.7 sal. mín.	11.2 %
	Pacatuba	777795	1,03	7981	34,56	268772,64	35,38	275147	29,04	225895	1.7 sal. mín.	8.8 %
	Paracuru	381073	12,40	47243	20,83	79371,92	35,91	136855	30,86	117604	1.6 sal. mín.	7.5 %
	Paraipaba	329065	25,64	84381	17,60	57916,52	26,94	88638	29,82	98129	2.3 sal. mín.	11.1 %
	Pindoretama	170101	11,90	20244	13,12	22324,52	39,12	66550	35,85	60983	1.5 sal. mín.	11.1 %
	São Gonçalo do Amarante	1449008	3,89	56412	53,33	772717,62	27,81	403037	14,96	216842	3.7 sal. mín.	24.9 %
	São Luís do Curu	84849	6,13	5201	8,77	7443,6	36,84	31262	48,25	40943	1.6 sal. mín.	6.7 %
	Trairi	542149	7,72	41832	38,07	206392,82	25,49	138176	28,73	155748	1.7 sal. mín.	6.8 %

OBS: o salário mínimo para trabalhadores formais em 2016 era de R$ 880

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Ao analisar os dados da RMF, percebe-se que há um destaque no município-sede da metrópole (Fortaleza) quanto a desempenho nos VAB total e por setor. Os setores econômicos de Indústria e de Administração Pública são, de forma geral, os que geram maiores recursos financeiros. A média salarial é maior também na capital cearense e observa-se que Eusébio (82%) e Fortaleza (32%), com grande diferença entre si, são os maiores percentuais de população ocupada em um quadro formal de

empregos, indicando possibilidades de altos quantitativos de desemprego e/ou trabalho informal e temporário.

Quadro 05 – VAB (total e por setores 2015), Salário médio e População Ocupada - RMN

	MUNICÍPIOS	VAB Total	VAB Agropecuári		VAB Indústria		VAB Serviços		VAB Administração		Salário médio mensal trab. Formais	Popu-lação ocupada
		x R$1000	% no	x R$1000	% no	x R$1000	% no	x R$1000		x R$1000		
		2015	Total	2015	Total	2015	Total	2015	% no Total	2015	2016	2016
RM NATAL	Arês	200746	18,40	36928	36,63	73541	11,60	23277	33,38	66999	2.0 sal. mín.	19.0 %
	Ceará-Mirim	656564	5,93	38908	9,89	64964	39,02	256195	45,16	296496	1.7 sal. mín.	8.6 %
	Parnamirim	4012379	0,77	30761	21,00	842707	53,00	2126575	25,23	1012336	1.7 sal. mín.	9.1 %
	Extremoz	270613	4,17	11283	15,46	41846	33,67	91118	46,70	126365	1.8 sal. mín.	12.8 %
	Goianinha	266319	8,52	22701	6,90	18372	38,02	101242	46,56	124004	1.7 sal. mín.	4.7 %
	Ielmo Marinho	89076	11,15	9929	3,94	3511	14,67	13063	70,25	62574	1.8 sal. mín.	13.6 %
	Macaíba	1233291	1,66	20457	36,59	451230	35,60	439076	26,15	322528	1.5 sal. mín.	6.9 %
	Maxaranguape	91538	7,94	7265	3,00	2748	29,66	27154	59,40	54371	1.8 sal. mín.	7.7 %
	Monte Alegre	164182	5,89	9669	8,47	13914	25,58	41999	60,06	98601	3.0 sal. mín.	37.0 %
	Natal	18348150	0,08	15289	16,48	3023332	63,65	11678503	19,79	3631027	1.5 sal. mín.	9.8 %
	Nísia Floresta	291847	22,23	64874	11,94	34834	25,82	75344	40,02	116794	2.0 sal. mín.	18.2 %
	São Gonçalo do Amarante	1421365	1,73	24647	31,43	446701	38,07	541146	28,77	408871	1.8 sal. mín.	15.7 %
	São José de Mipibu	593253	5,01	29725	21,02	124702	42,86	254259	31,11	184566	1.7 sal. mín.	12.8 %
	Vera Cruz	86983	6,10	5308	7,65	6650	25,41	22106	60,84	52918	1.6 sal. mín.	7.2 %

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na RM de Natal, percebe-se que o setor de serviços e da administração são os destaques quanto a contribuição para o VAB total, e que os salários médios mensais, até a maior média que é a de Monte Alegre, ainda são menores que na RMF. As condições de trabalho formal também se assemelham às condições para investigação da RMF.

p. 871

Quadro 06 – VAB (total e por setores 2015), Salário médio e População Ocupada - RMR

	MUNICÍPIOS	VAB Total	VAB Agropecuária		VAB Indústria		VAB Serviços		VAB Administração		Salário médio mensal trab. Formais	Popu-lação ocupada
		x R$1000	% no	x R$1000	% no	x R$1000		x R$1000		x R$1000		
		2015	Total	2015	Total	2015	% no Total	2015	% no Total	2015	2016	2016
RM RECIFE	Abreu e Lima	1148659	0,54	6221	28,28	324826,74	43,83	503452	27,35	314160	1.9 sal. mín.	11.9 %
	Araçoiaba	109236	3,72	4069	2,91	3174,06	30,46	33276	62,91	68717	1.7 sal. mín.	6.1 %
	Cabo de Santo Agostinho	6145379	0,60	36953	39,80	2445890,3	46,39	2850678	13,21	811858	2.5 sal. mín.	19.0 %
	Camaragibe	1255349	1,74	21873	6,11	76714,22	53,59	672781	38,55	483981	1.7 sal. mín.	8.1 %
	Igarassu	2205226	2,16	47536	50,50	1113660	30,93	681980	16,42	362050	2.2 sal. mín.	16.1 %
	Ipojuca	6287417	0,48	30070	45,54	2863194,2	45,48	2859766	8,50	534388	1.7 sal. mín.	8.4 %
	Ilha de Itamaracá	200684	2,78	5585	8,06	16177,17	43,41	87111	45,75	91811	3.4 sal. mín.	36.4 %
	Itapissuma	976547	1,78	17419	56,59	552659,51	30,29	295789	11,33	110679	3.1 sal. mín.	19.8 %
	Jaboatão dos Guararapes	11029868	0,30	33514	22,83	2517611,5	57,52	6344564	19,35	2134178	2.1 sal. mín.	16.2 %
	Moreno	521132	11,60	60452	18,13	94461,18	33,38	173976	36,89	192243	1.9 sal. mín.	9.8 %
	Olinda	4742075	0,06	2789	19,35	917773,25	55,12	2613997	25,46	1207516	1.7 sal. mín.	22.4 %
	Paulista	3547979	0,20	7012	23,21	823336,57	49,19	1745331	27,40	972298	1.9 sal. mín.	10.7 %
	Recife	40553124	0,08	32063	16,71	6776460,7	69,03	27995628	14,18	5748972	3.1 sal. mín.	44.8 %
	São Lourenço da Mata	884864	2,27	20115	15,49	137026,56	43,04	380851	39,20	346872	2.0 sal. mín.	9.5 %

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na RM do Recife, repete-se o padrão da RMF e da RMN quanto a serviços ser um setor expressivo e agropecuária ser o menos expressivo, porém nota-se uma diversidade maior na base econômica, tendo em vista que existe uma distribuição maior dos VAB quanto a indústria, serviços e administração, chegando a uma média salarial mais alta que as maiores médias da RMF e da RMN.

Quadro 07 – VAB (total e por setores 2015), Salário médio e População Ocupada - RMS

	MUNICÍPIOS	VAB Total	VAB Agropecuária		VAB Indústria		VAB Serviços		VAB Administração		Salário médio mensal trab. Formais	Popu-lação ocupada
		x R$1000	% no Total	x R$1000	% no Total	x R$1000	% no Total	x R$1000	% no Total	x R$1000		
		2015		2015		2015		2015		2015	2016	2016
RM SALVADOR	Camaçari	15237063	0,13	20187	55,02	8383136,73	38,08	5801684	6,77	1032055	4.1 sal. mín.	25.7 %
	Candeias	2864538	0,41	11814	48,05	1376521,68	39,92	1143604	11,61	332598	3.1 sal. mín.	16.9 %
	Dias d'Ávila	2786789	0,12	3350	58,27	1623861,06	33,02	920068	8,59	239510	2.8 sal. mín.	18.4 %
	Itaparica	185805	3,43	6379	7,44	13830,18	50,62	94063	38,50	71533	1.7 sal. mín.	9.0 %
	Lauro de Freitas	4836362	0,04	1907	23,01	1112629,78	63,54	3073235	13,41	648590	1.8 sal. mín.	64.0 %
	Madre de Deus	459714	0,47	2176	16,29	74909,54	54,06	248529	29,17	134099	3.7 sal. mín.	15.2 %
	Mata de São João	892577	1,40	12520	18,22	162634	60,44	539490	19,93	177934	2.1 sal. mín.	29.6 %
	Pojuca	833268	0,82	6872	53,39	444907,64	31,19	259910	14,59	121579	2.6 sal. mín.	17.3 %
	Salvador	50568970	0,08	41346	16,40	8292154,43	68,54	34661404	14,98	7574065	3.4 sal. mín.	28.7 %
	São Francisco do Conde	7081682	0,17	12059	56,09	3971909,9	38,59	2732857	5,15	364857	5.2 sal. mín.	25.0 %
	São Sebastião do Passé	593288	3,76	22288	34,18	202799,95	37,14	220370	24,92	147830	4.4 sal. mín.	12.5 %
	Simões Filho	3609442	0,22	7880	38,43	1387188,14	49,56	1788843	11,79	425530	2.5 sal. mín.	24.8 %
	Vera Cruz	456732	5,46	24946	10,65	48623,48	57,11	260855	26,78	122308	1.7 sal. mín.	10.6 %

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O Quadro 07 sobre a RMS expressa, assim como a RMF e a RMN, um destaque para os VAB referentes ao setor de serviços e administração. Destaca-se nesta RM maiores médias salariais e maiores níveis de população ocupada em 2016.

O Quadro 08 abaixo mostra informações quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e participação das RM quanto a seus Produtos Internos Brutos (PIB) de seus estados.

Quadro 08 - Dados gerais da RMF, RMN, RMR e RMS.

p. 872

RM	PIB total	PIB no total estadual	IDH
RMF	50,6 bilhões	64,9%	0,732
RMN	16,7 bilhões	52,2%	0,733
RMR	61,4 bilhões	64,6%	0,734
RMS	75,6 bilhões	49,1	0,743

Fonte: Elaboração própria (2018), dados extraídos de IPEAa (2014), IPEAb (2014), IPEAc (2014) e IPEAd (2014).

As quatro RM estão na faixa de IDH no intervalo categorizado como “Alto”, indicando alguma uniformidade em padrões do desenvolvimento humano nos municípios das RM nordestinas, caracterizados por melhores condições humanas nos centros metropolitanos. Ao observar os dados do PIB, observa-se que as quatro RM são de grande relevância econômica em seus estados e que movimentam grandes dinâmicas econômicas a nível regional, sendo a de menor expressividade nesse quesito a RMN.

Os dados coletados do campo empírico revelam uma realidade também desigual quanto às RMs do Nordeste, que apesar de dividirema necessidade de aprofundamento do estudo das causas para algumas discrepâncias enquanto valores de média salarial ou destaque de municípios de algumas RM em setores específicos enquanto o comportamento geral da Região Metropolitana aponta para outras atividades.

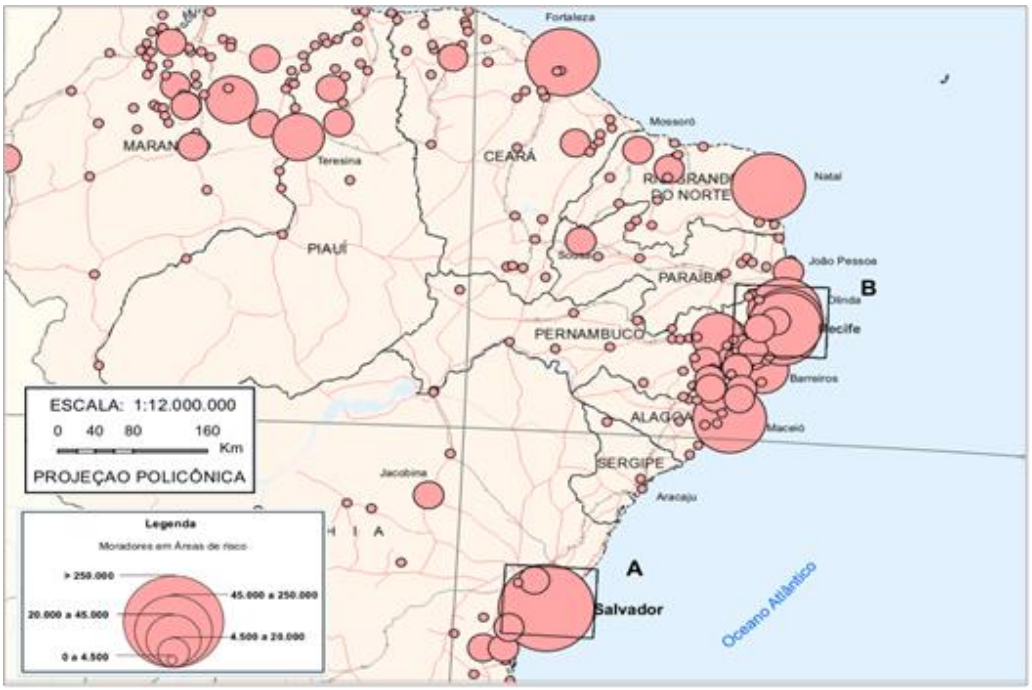
De forma geral, na perspectiva de CS e de seus princípios, a economia desses municípios para ser considerada “sustentável e inclusiva” precisa apresentar salários e oferta de trabalho suficiente para proporcionar às populações condições de vida saudáveis. Observa-se que numa perspectiva de cidades, o local, não há como trabalhar o desenvolvimento urbano sustentável desvinculado da análise regional de onde aquela

cidade se insere: a cooperação para as questões regionais comuns aos municípios daquela RM podem ser fator que contribuirá para os princípios de CS na questão econômica.

Caracterização e análise de aspectos ambientais

O IBGE foi a fonte dos dados levantados para a análise dos aspectos ambientais do campo empírico, utilizando o Portal de Mapas do IBGE que forneceu material cartográfico sobre riscos aqui serão utilizados. Ao observar o Mapa 1 abaixo que indica População em Risco nas áreas urbanas segundo mapeamento do IBGE em 2010, as quatro RM apresentam elevados quantitativos de moradores de áreas de risco.

Mapa 01 – Populações em áreas de risco (2010) na Região Nordeste.



Fonte: IBGE (2010).

A RMF, RMN e RMR estão inseridas na classe que caracteriza uma média entre 45 a 250 mil pessoas nessas condições, enquanto que a RMS demonstra mais de 250 mil pessoas residindo em áreas de risco socioambiental, conforme interpretação do Mapa 01 acima. Observando o Mapa, associa-se ainda o desenvolvimento urbano com as condições de riscos sociais e ambientais e da questão urbana, cujo déficit e problemas de moradia adequada são causa de grande parte das questões de populações residindo em áreas de risco, conforme podemos nos basear na análise de Laschefski (2013) a seguir.

> Por um lado, o discurso ambiental [...] é utilizado para destacar a situação de ilegalidade de moradores em áreas de sensibilidade ambiental ou de risco. Trata-se, então, da "ambientalização" de um problema social: o déficit habitacional. Oblitera-se, assim, outra ilegalidade: a negligência do direito constitucional à moradia digna, que, por sua vez, é baseado na Declaração Universal dos Direitos

> Humanos, de 1948. Por outro, o tratamento do déficit habitacional por meio de instrumentos do mercado impede que a parcela da população não integrada ou parcialmente integrada à economia formal usufrua o direito à cidade. Para além da garantia desse direito em consequência, entendemos que é preciso ampliar o Estatuto da Cidade com a especificação de um "Direito ao Território". (LASCHEFSKI, 2013, p. 162)

Sobre a visão dos aspectos ambientais do campo empírico, somam-se as questões locais em suas dinâmicas urbanas compartilhadas nas áreas metropolitanas e, devido ao pouco entrelaçamento das visões das mudanças climáticas, questões ambientais e socioeconômicas, resultam em abordagens deficitárias de políticas e estratégias no planejamento urbano e na gestão metropolitana que promovam sustentabilidade, resiliência e adaptação climática.

Aliado a esse contexto, Dias (2017, p. 25) ainda ressalta que "se quisermos acreditar que a nossa cidade é um bom lugar para se estar, precisamos lembrar que ela é uma construção coletiva", ou seja, devem ser consideradas e incluídas na gestão metropolitana e nas gestões municipais os problemas ambientais, climáticos e socioeconômicos para que as cidades possam proporcionar equilibrados níveis de qualidade de vida para a coletividade que as compõem.

A gestão urbana e um olhar para o espaço metropolitano urbano revelam que os problemas ambientais são estruturais e decorrentes do desenvolvimento econômico e urbano ali adotado. Acserald (2014, p. 34) afirma que "não há ambiente sem sujeito" e que considerar as questões do meio ambiente não poderiam dissociadas da configuração social "de supostas "crises ambientais". Acserald (2014, p. 34) afirma que:

> O conflito entre distintos modos de apropriação material e simbólica de um meio ambiente que é fisicamente "o mesmo" e culturalmente diverso. Essa seria a perspectiva apta a fornecer um quadro analítico para políticas ambientais que -apresentassem, ao mesmo tempo, atributos de efetividade e de legitimidade democrática em contraposição, por exemplo, ao panorama da "ambientalização truncada", que caracteriza o Estado brasileiro.

Por isso, a partir dessa perspectiva de que cidades e regiões são uma construção coletiva do espaço, observa-se que as desigualdades não podem estar desvinculadas das questões ambientais do desenvolvimento e crescimento das cidades em todo território nacional. São essas desigualdades que, acompanhadas da precariedade de assistência pública à coletividade como um todo, principalmente às populações vulneráveis, torna os impactos socioeconômicos nas condições de vida, moradia e acesso a saneamento básico problemas ambientais, como ilustra ainda Jesus (2017, p. 50) no trecho a seguir:

> As condições ambientais também interferem diretamente no nosso dia-a-dia. Moradias que são afetadas em dias de chuva, falta d'água, caminhão de lixo que não passa, esgoto sanitário que não é coletado e trabalho e/ou moradia próxima às fontes de riscos e poluição ambientais são algumas das condições de vulnerabilidades de muitas famílias e domicílios urbanos brasileiros.

Associa-se a questão da urbanização e desenvolvimento urbano com as questões ambientais. Jacobi (2014, p. 54) elucida essa associação ao discorrer sobre o desenvolvimento urbano e "sua insustentabilidade" nas regiões metropolitanas. Para Jacobi (2014, p. 54), esse problema ocorre devido a "prevalência de um processo de expansão e ocupação dos espaços intraurbanos que, na maior parte dos casos, configura uma baixa qualidade de vida para parcelas significativas da população". O Mapa 01 evidencia que os problemas descritos acima requerem uma visão de gestão de políticas públicas sustentáveis, de forma que possam minimizá-los por meio de alternativas resilientes, ambiental e socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas metropolitanas e urbanas precisam evoluir nas temáticas de sustentabilidade, adaptação e resiliência, apesar de tentativas nesse sentido já serem observadas aos poucos em documentos e legislações urbanas brasileiras, como os já mencionados Estatutos da Metrópole e da Cidade. Jacobi (2015, p. 56) complementa essa ideia ao compreender que:

> Os desafios metropolitanos [...] é que as cidades criem as condições para assegurar uma qualidade de vida que possa ser considerada aceitável, não interferindo negativamente no meio ambiente do seu entorno, mas agindo preventivamente para evitar a continuidade do nível de degradação, notadamente nas regiões habitadas pelos setores mais carentes. A tônica dominante de produção desses espaços urbanos irregulares decorre de omissões históricas do poder público, tanto no que tange às ações regulatórias e de fiscalização, quanto em relação à provisão de urbanização adequada. p. 875

Nesse aspecto, os desafios metropolitanos refletem-se na realidade local de cada município que constitui as RM brasileiras. Concordamos com Jacobi (2015, p. 56) no sentido de que é preciso que tanto a produção do espaço urbano, quanto o seu planejamento e gestão estejam alinhados a nível intrametropolitano e com uma racionalidade ambiental (aqui utilizando LEFF, 2000). Leff (2000, p. 228) afirma que essa racionalidade ambiental serviria "como princípio ético para preservação da identidade cultural e como princípio produtivo no uso racional e sustentável dos recursos".

Prado (2015, p. 95) ressalta que tanto o DS quanto as CS, mesmo que tidas como contraditórias ou utópicas, têm seu valor "na construção de um debate, nos níveis global e local, sobre o meio ambiente em relação à produção do espaço urbano" além de "ter influenciado diretamente na elaboração do arcabouço jurídico urbano no Brasil e em várias partes do mundo, o que representou enorme avanço".

Vivemos em um país cuja realidade socioeconômica ainda têm grande peso nas questões de gestão pública, pois os interesses políticos e econômicos permeiam ainda as agendas locais e as dinâmicas regionais de atividades econômicas, planejamento urbano territorial e a questão metropolitana. Os municípios aqui analisados pertencem à regiões metropolitanas de uma região cujos problemas de desenvolvimento regional conseguem atingir diversas escalas da gestão urbana. Os problemas dos efeitos das

mudanças climáticas nas cidades nordestinas, colocando grande parte das populações metropolitanas analisadas residindo em condições de riscos socioambientais são preocupações que atingem diretamente os governantes e o próprio desenvolvimento econômico local, metropolitano e regional.

> A cidade criada ou recriada hoje com o título de “cidade sustentável” pode até trazer alguns avanços ambientais, mas é essencialmente a mesma cidade de meio século atrás. Passado um quarto de século de sua criação, a noção de “desenvolvimento sustentável” mostra-se cada vez mais intangível e inatingível — deslocando esse conceito, no campo do planejamento urbano, da condição de paradigma para a posição de mito. PRADO (2015, p. 95)

Uma situação de desenvolvimento regional e urbano que, por si só já apresenta dificuldades para proporcionar as condições básicas de acesso a serviços, infraestrutura e qualidade de vida nas RM, dificilmente apresentará os princípios de Cidades Sustentáveis enquanto esses problemas continuam a existir. Os autores KLUG, MARENGO e LUEDEMANN (2016, p. 54-55) fazem uma análise do Brasil no Relatório que foi enviado na ocasião da Conferência Habitat III em que o Brasil tornou-se signatário da Nova Agenda Urbana. Nesse documento, destacamos o seguinte trecho:

p. 876

> Nos últimos anos, houve a incorporação dessas boas práticas municipais às políticas nacionais, o que, por um lado, reduz as assimetrias regionais, ampliando os resultados dessas políticas e universalizando direitos. Há, entretanto, dificuldades da Federação em ampliar mecanismos de inovação voltados ao planejamento e gerenciamento das questões urbanas. Embora os planos diretores tenham sido aprovados por leis municipais, a maioria dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade não foram implementados, com destaque especial àqueles relacionados ao cumprimento da função social da propriedade urbana. Os próprios investimentos e recursos federais e estaduais muitas vezes não foram articulados aos princípios dos instrumentos de planejamento territorial. (KLUG, MARENGO e LUEDEMANN, 2016, p. 54-55)

A partir desse trecho observa-se que as questões de financiamento, gestão e políticas públicas são grandes desafios para o desenvolvimento, gestão e planejamento urbanos no território brasileiro. Os instrumentos e mecanismos sistematizados pelas instituições e governos brasileiros ainda não são suficientemente efetivos para transformar a realidade de desigualdades em perspectivas mais resilientes e urbanamente sustentáveis para a sociedade e ambiente nas cidades.

KLUG, MARENGO e LUEDEMANN (2016, p. 55) destacam ainda que a questão da desigualdade é um grande problema para o país, e nesta análise para atingir um modelo de CS e de Desenvolvimento Urbano Sustentável, pois “os instrumentos e mecanismos de financiamento não se articulam a uma efetiva

política fundiária capaz de reverter a desigualdade de acesso aos bens e serviços públicos na cidade".

Os resultados demonstram que utilizar os princípios e a ideia de Cidades Sustentáveis só consegue ser válida e alcançar resultados positivos se estimular e promover, conforme expressa Jacobi (2014, p. 64) a ampliação de uma visão crítica sobre a "lógica de insustentabilidade", "expandindo o acesso aos canais que multiplicam ideias e práticas que apresentam visões alternativas e promovem a corresponsabilidade na sociedade" (JACOBI, 2014, p. 64)

O discurso do desenvolvimento sustentável tornou-se uma "obsessão generalizada" segundo afirma Limonad (2013, p. 126). A discussão ambiental envolve-se com um caráter polêmico e contraditório quando reveste-se de discursos como do desenvolvimento sustentável, da modernização ecológica e do desenvolvimento urbano sustentável, como ocorre com o conceito de Cidades Sustentáveis, pregado como solução para os problemas econômicos, urbanos, sociais e ambientais por Governos, Corporações e organizações de grande influência política como as Nações Unidas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Da desfetichização do ambiente à sociologia da desmobilização – trajetórias de pesquisa. (25-48). In: Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo. FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia (orgs.). Rio de Janeiro: Letra Capital, ANPUR, 2015.

ALVES, Vítor Emanuel Pinto. Estratégias para a Melhoria da Capacidade Resiliente das Cidades. Universidade do Minho/Escola de Engenharia. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/31155/1/Tese_V%C3%ADtor%20Emanuel%20Pinto%20Alves2013.pdf> Acesso em 15 jun. 2017

DIAS, Maria Clara. Direito à cidade: considerações teóricas. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos et al (Org.). Políticas públicas e direito à cidade: Programa Interdisciplinar de Formação de Agentes Sociais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 20-26. Caderno didático. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/caderno_direitocidade_2017.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

GONÇALVES, Carlos. Regiões, cidades e comunidades resilientes: novos princípios de desenvolvimento. Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 371-385, Mar-Ago 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s2175-33692017000200371&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 mai. 2017.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Perfil dos municípios brasileiros - MUNIC. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (a). Região Metropolitana de Fortaleza. In: IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas

Brasileiras. Brasília: Ipea, 2014. p. 45-50. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_fortaleza>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____ (b). Região Metropolitana de Recife. In: IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Brasília: Ipea, 2014. p. 77-82. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_recife>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____ (c). Região Metropolitana de Natal. In: IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Brasília: Ipea, 2014. p. 65-70. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_natal>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____ (d). Região Metropolitana de Salvador. In: IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Brasília: Ipea, 2014. p. 89-94. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_salvador>. Acesso em: 15 nov. 2017.

JACOBI, Pedro Roberto. Meio ambiente, reprodução social e consumo – mudanças climáticas. (49-68). In: Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo. FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia (orgs.). Rio de Janeiro: Letra Capital, ANPUR, 2015.

JESUS, Victor de. Justiça ambiental e o Direito à Qualidade de Vida. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos et al (Org.). Políticas públicas e direito à cidade: Programa Interdisciplinar de Formação de Agentes Sociais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 20-26. Caderno didático. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/caderno_direitocidade_2017.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

KLUG, Letícia; MARENGO, José; LUEDEMANN, Gustavo. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS DESAFIOS BRASILEIROS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA AGENDA URBANA. In: COSTA, Marco Aurélio (Org.). O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana. Brasília: Ipea, 2016. p. 303-322. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160920_estatuto_cidade.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2018.

LEFF, Enrique. Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Editora da FURB, 2000. 381 p. Tradução de Jorge Esteves da Silva.

LASCHEFSKI, Klemens. 500 anos em busca da sustentabilidade urbana. Cadernos Metropole, São Paulo, v. 15, n. 29, p.143-169, jun. 2013. Semestral. Disponível em: <http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/254/original/cm29_255.pdf?1474650656>. Acesso em: 05 ago. 2018.

LIMONAD, Ester. A insustentável natureza da sustentabilidade: da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 15, n. 29, p.123-142, jan/jun 2013. Semestral. Disponível em:

<http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/253/original/cm29_254.pdf?1474650656>. Acesso em: 23 dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). 17 objetivos para transformar o nosso mundo. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 23 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – HABITAT (ONU-HABITAT). NOVA AGENDA URBANA. Quito: ONU, 2016. 54 p. 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

PRADO, André Luiz. Desenvolvimento urbano sustentável: de paradigma a mito. Oculum Ensaios, Campinas, v. 12, n. 1, p. 83-97, 2015.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 1152 p.

SANFELICI, Daniel. A centralidade das aglomerações metropolitanas na economia globalizada: fundamentos econômicos e possibilidades políticas. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 623-646, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962016000300623&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 jan. 2018

DINÂMICAS TERRITORIAIS NO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO. UMA ANÁLISE DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NUM CONTEXTO DE DEPENDÊNCIA NACIONAL-ESTATAL

Vitor Vieira F. Boa Nova

Mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, e-mail vitorvboanova@gmail.com

Clarice Antoun Martinho

Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, e-mail clariceantoun@gmail.com

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo realizar uma investigação acerca da estrutura produtiva da Região Metropolitana do Rio de Janeiro no período compreendido entre os anos de 2002 e 2015, dando especial atenção para o que é considerado como sua *porção Leste*, com destaque para seus quatro municípios de maior relevância: Niterói, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí.

Este território da região metropolitana foi escolhido por ter apresentado, no período analisado, um crescimento de sua participação no valor adicionado industrial no contexto da região metropolitana e fluminense, e tendo em vista também sua importância econômica em meio à consolidação da indústria extrativa de petróleo e gás no Estado do Rio de Janeiro e seus encadeamentos, tanto a montante quanto a jusante, com destaque para o projeto de construção do Comperj no município de Itaboraí e da indústria naval em Niterói, além dos possíveis rebatimentos das atividades extrativas nessa região a partir da descoberta do pré-sal.

Para tanto, o conteúdo do artigo está dividido em cinco partes: introdução; contextualização a respeito da dinâmica industrial metropolitana e suas relações interescalares; análise da estrutura econômica fluminense e metropolitana e das participações no valor adicionado industrial; análise do emprego formal nos municípios do Leste Metropolitano e, por fim, considerações finais. Além dessa introdução, que apresenta a pesquisa em linhas gerais, na contextualização, procura-se realizar uma análise que considere a situação econômica e produtiva do país, atentando para as principais políticas adotadas nesse período que tenham impactado de alguma forma as atividades industriais localizadas no território metropolitano, chamando a atenção também para a situação do Estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas, de modo que assim se considere o contexto regional em que o Leste metropolitano se insere do ponto de vista da dinâmica industrial fluminense.

Utilizaram-se dados referentes aos PIBs municipais e Contas Regionais (IBGE), e indicadores a respeito do trabalho formal (RAIS/MTE). Pretende-se que dessa forma seja possível comparar o peso das participações dos municípios da Região Metropolitana com a situação do Estado do Rio de Janeiro e identificar possíveis alterações relevantes na dinâmica industrial metropolitana com foco em sua porção Leste.

Por fim, nas considerações finais, foram tecidos alguns comentários conclusivos a respeito da caracterização da dinâmica industrial verificada no Leste Metropolitano no período analisado, de modo que assim seja possível indicar seus aspectos fundamentais e eventuais condições em que possam se desdobrar num futuro próximo.

DINÂMICA INDUSTRIAL METROPOLITANA NUM CONTEXTO DE DEPENDÊNCIA NACIONAL-ESTATAL

Analisar a estrutura produtiva da RMRJ é uma tarefa que exige uma abordagem de caráter multiescalar, a fim de compreender em que contexto se insere essa região, tanto do ponto de vista nacional quanto estadual.

Com base nesse pressuposto, no que diz respeito ao ERJ, é possível afirmar que este, após uma década de crise nos anos 1980, experimentou a partir dos anos 1990 um momento favorável do ponto de vista de sua produção industrial com base

sobretudo nas atividades de extração de petróleo e gás – majoritariamente sediada em sua região Norte, onde está localizada a Bacia de Campos – que colaboraram diretamente para a reversão da tendência histórica de queda da participação fluminense na produção nacional (SIQUEIRA, 2015a) (SILVA, 2012).

Nesta mesma década, e intensificando-se a partir dos anos 2000, outra região que passou a se destacar do ponto de vista industrial foi a Sul Fluminense, com a chegada de indústrias do setor automobilístico que vieram a se somar às indústrias do setor sídero-metalúrgico, e que representou uma alteração significativa na estrutura produtiva estadual ao pautar-se em investimento privados estrangeiros por meio de empresas transnacionais – casos da Volkswagen, primeira a se instalar em 1995, da PSA Peugeot-Citroën em 2001, além da japonesa Nissan e da Land Rover, mais recentemente – alterando uma característica marcante da indústria fluminense de dependência de investimentos de origem estatal (OLIVEIRA, 2008).

Em contrapartida, a RMRJ não apresentou grandes transformações de caráter positivo. Nem de ordem quantitativa, como no caso do Norte Fluminense, pautado na indústria extrativa, nem de ordem mais qualitativa, caso do Médio Paraíba[14], com seu destaque na indústria de transformação. Embora apresente uma maior diversificação setorial do seu perfil industrial e concentre parcela predominante do parque industrial fluminense, a RM vem sofrendo nas últimas décadas perdas de forte conteúdo absoluto, com fechamento de unidades fabris e transferência de empresas para outras regiões do país – principalmente no grupo de bens de consumo não duráveis. Essa situação vem gerando uma tendência de aumento da taxa de ocupação da mão de obra no setor de serviços em detrimento do setor industrial (SILVA, 2012), inserida num contexto estadual em que “o elevado dinamismo da [indústria] extrativa mineral vem contrastando com o quadro de semiestagnação da indústria de transformação” (SOBRAL, 2013, p. 186).

Entretanto, em meio a esse cenário preocupante do ponto de vista da estrutura produtiva metropolitana fluminense, alguns segmentos industriais acabaram manifestando sinais de recuperação e intensificação de seu dinamismo, decorrentes, sobretudo, de ações promovidas pelo governo federal, através de uma reversão de sua política econômica a partir de meados dos anos 2000, vinculada a decisões provenientes de empresas estatais, em especial a Petrobrás, fazendo inclusive com que o ERJ viesse a ser alçado à “primeira posição no total de anúncios de projetos de investimentos em Unidades Federativas (UFs) brasileiras” (SIQUEIRA, 2015, p.80).

Destacaram-se nesse processo, principalmente, os municípios de Duque de Caxias, com a Reduc e seus efeitos de sinergia – por exemplo com a instalação da Riopol, que aproveita parte de sua infraestrutura –; Itaboraí, com base no início da implementação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj); e Niterói, a partir da recuperação da indústria naval e *offshore*, que tem neste município importante base nessa atividade, não apenas no cenário do ERJ como também do país[15] (SOBRAL, 2013).

[14] Região de governo do ERJ que se situa na mesorregião Sul Fluminense.
[15] Respondendo, em 2013, por cerca de 16% do emprego nesse setor no Brasil, sendo seu maior empregador a nível nacional (PREFEITURA DE NITERÓI, 2015).

Nesse sentido, duas decisões podem ser caracterizadas como as principais responsáveis por essa recuperação da indústria naval e *offshore* na RMRJ: a criação, em 2003, do Plano de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (Prominf), sob coordenação do Ministério de Minas e Energia em parceria com a Petrobrás, atuando no fomento da nacionalização da produção de estruturas e equipamentos para a produção do petróleo, incluindo plataformas; e, associado à Transpetro[16], o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), este dividido em duas fases, a primeira a partir de 2005, através de encomendas de renovação de navios-tanques, e a segunda fase a partir de 2008, com base na ampliação da política de compras da Petrobrás, ambas atuando no fomento à construção de navios de longo curso no país (SOBRAL, 2013).

Além disso, outro setor que experimentou um quadro significativo de recuperação na RM foi o da construção civil. Junto das obras para o início da implementação do Comperj, em Itaboraí – posteriormente paralisada –, este movimento se explicou, sobretudo, pela política de ampliação do crédito imobiliário, pelas diversas obras provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pelo projeto de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro (Porto Maravilha), pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e os sucessivos megaeventos sediados pelo município carioca (SOBRAL, 2013), desde os jogos Pan-Americanos de 2007, até a Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016.

Desse modo, como dito anteriormente, pode-se inferir que a dinâmica industrial da RMRJ esteve fortemente associada a decisões provenientes do governo federal, estando o período aqui analisado (2002-2015) inserido num contexto de "reversão do quadro macroeconômico [até então] desfavorável" (SIQUEIRA, 2015b, p. 263), e, portanto, de reaquecimento da economia nacional. Isso fica claro inclusive nas características dessa "recuperação" pautada em grande medida pelos encadeamentos intersetoriais, a montante e a jusante, decorrentes da indústria de extração de petróleo, como é o caso do refino representado pela Reduc; da petroquímica, através do projeto do Comperj; e da indústria naval e offshore, que teve sua produção induzida pela demanda do setor extrativo, orientada pelos investimentos da Petrobrás.

Vale também ressaltar a descoberta do pré-sal que se deu nesse contexto, gerando expectativas bastante promissoras para a economia fluminense no sentido de indicar possibilidades de maior verticalização de seu complexo industrial, o que poderia auxiliar no rompimento com a excessiva dependência da produção de *commodities* – caso do petróleo –, característica marcante da própria recuperação econômica nacional, que se deu pautada, sobretudo, na acentuação de uma condição de reprimarização econômica (SIQUEIRA, 2015b), e que se refletiu abertamente no ERJ.

De uma perspectiva territorial, outra conclusão a que podemos chegar é de que, com exceção dos fatores de aglomeração representados pela Reduc em Duque de Caxias, parcela significativa das atividades industriais que vivenciaram esse

[16] "Empresa de logística e transporte subsidiária da Petrobrás e maior armadora naval da América Latina" (SOBRAL, 2013, p. 131-2)

reaquecimento induzido por decisões de caráter nacional-estatal se encontram no que podemos identificar como *Porção Leste* da RM[17].

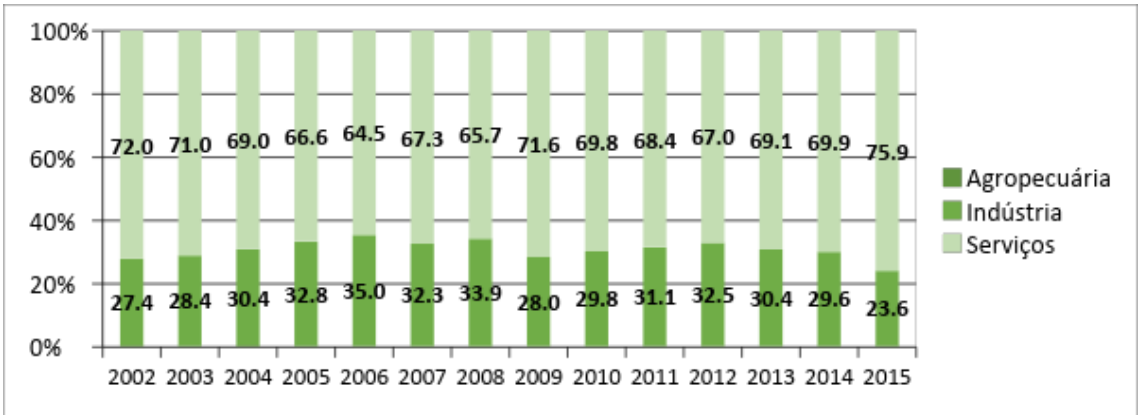
A própria localização geográfica dessa área metropolitana, junto de questões infraestruturais – como a ligação rodoviária representada pelo eixo norte da BR-101, além de conexões ferroviárias –, faz com que esta se apresente como território potencialmente em melhores condições de se valer de fatores de sinergia a partir das atividades extrativas localizadas, sobretudo, nas regiões Norte e das Baixadas Litorâneas, justamente aquelas que mais têm se valido do protagonismo da extração de petróleo e gás no estado fluminense, com as quais inclusive compartilha sua faixa litorânea, fazendo com que, diante dessa proximidade, parte de seus municípios se encontre entre os que mais recebem royalties do petróleo, casos de Maricá e Niterói.

É com base nessas condições que a investigação que se segue tem como foco a porção Leste da RMRJ, atribuindo atenção aos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá. Para isso, foram utilizadas análises das Contas Regionais e PIBs Municipais (IBGE) e dos indicadores de Emprego Formal (RAIS/MTE) a fim de identificar as principais características da dinâmica produtiva verificada nesse território entre os anos de 2002 e 2015.

ESTRUTURA ECONÔMICA E PARTICIPAÇÕES NO VA INDUSTRIAL

No que se refere à estrutura econômica do ERJ no período entre 2002 e 2015, o setor de serviços respondeu por parcela majoritária do valor adicionado, enquanto que a indústria variou entre 23,6% em 2015 e 35% em 2006, apresentando dois períodos de crescimento de participação – entre 2002 e 2006 e entre 2009 e 2012 (Gráfico 1[18]).

Gráfico 1 – Participações na Estrutura Econômica do ERJ (2002-2015)



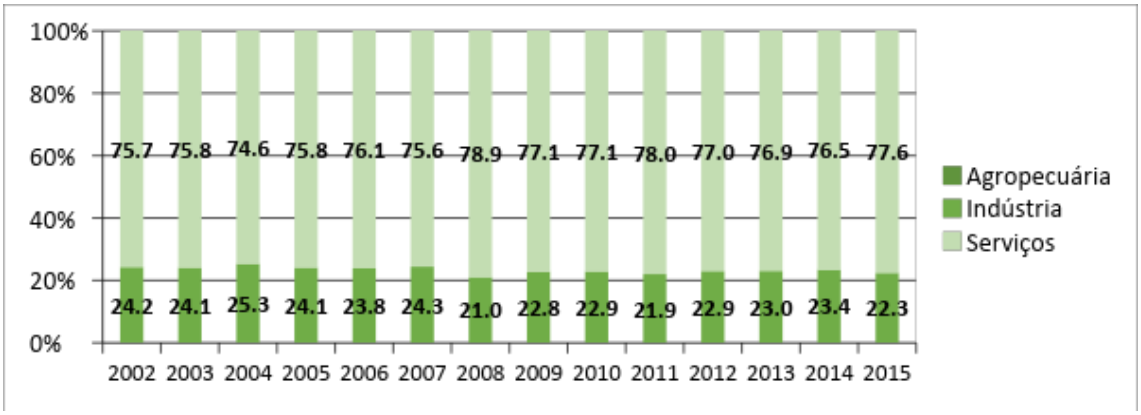
Fonte: Contas regionais, IBGE.

Porém, se analisarmos a situação da RMRJ nesse mesmo período, percebemos que a participação da indústria foi ainda menor. Variando entre 28% em 2008, e 25,3% em 2004, não apresentou períodos consideráveis de crescimento de participação (Gráfico 2). Ao contrário, se caracterizou muito mais por uma constante oscilação em meio a um peso maior dos serviços em relação ao ERJ, sinalizando que as atividades

[17] Formada pelos municípios de Niterói, São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Guapimirim e Tanguá. Por não apresentar relevância do ponto de vista da atividade industrial, esses dois últimos não foram objeto de análise.
[18] A participação da agropecuária não chega a 1%, variando entre 0,4% e 0,6% nesse período.

industriais têm sido mais consideráveis em termos proporcionais no interior fluminense do que na RM.

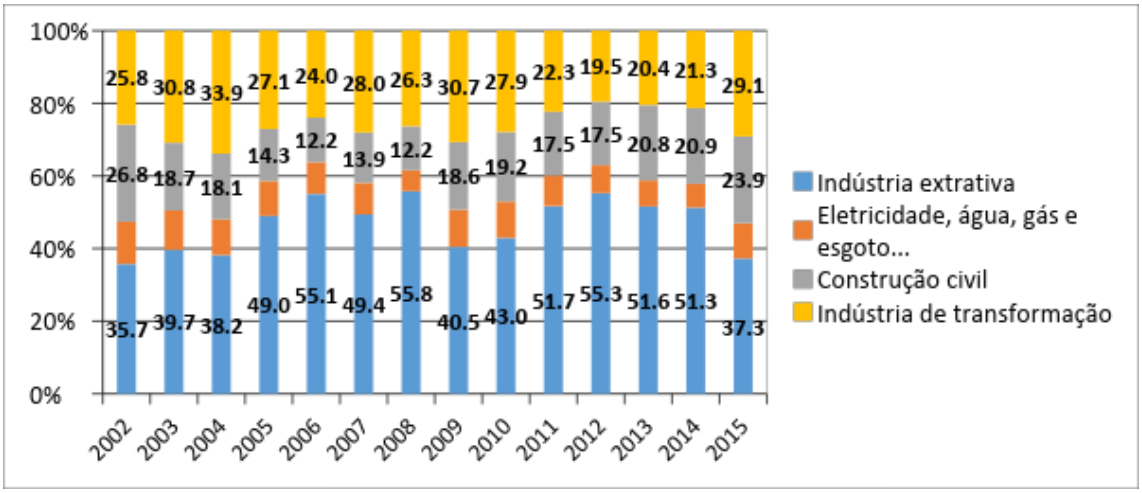
Gráfico 2 – Participações na Estrutura Econômica da RMRJ (2002-2015)



Fonte: PIB Municipal, IBGE.

Analisando apenas a indústria no âmbito do ERJ, fica claro o predomínio das atividades extrativas em relação à indústria de transformação. No período observado, a menor participação da primeira se deu no ano de 2002 (35,7%), com seu auge sendo atingido em 2008 (55,8%), enquanto que a segunda teve sua maior participação em 2004 (33,9%) e a menor em 2012 (19,5%). Importante destacar também a construção civil, que após um período de queda no início da série, cresceu a partir de 2009, ainda que com oscilações (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Participações no VA[19] Industrial do ERJ (2002-2015)



Fonte: Contas regionais, IBGE.

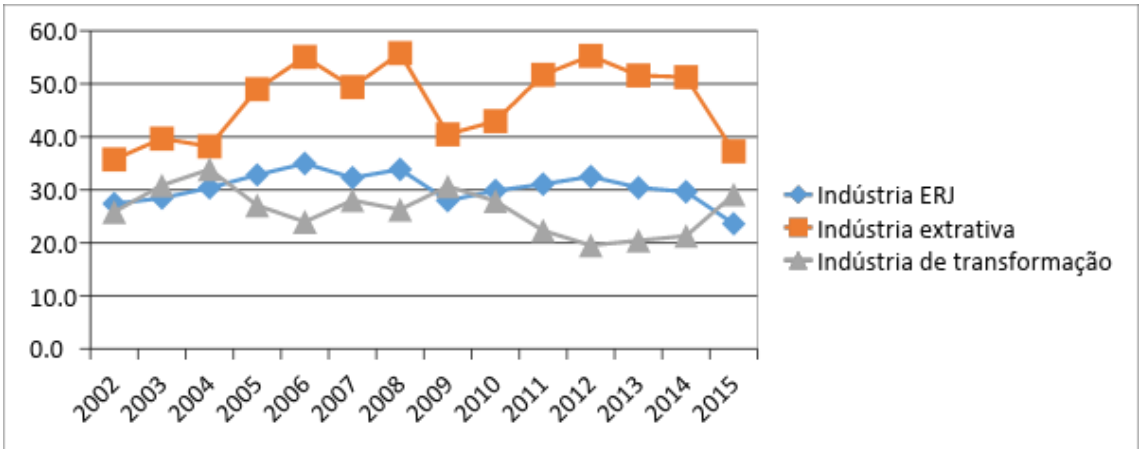
Um ponto importante a ser destacado nessas informações é que, com exceção dos anos 2002 e 2003, em todos os anos restantes as participações da indústria extrativa e de transformação oscilaram em sentido inverso. Movimento semelhante ocorreu com relação à participação da indústria na estrutura econômica do ERJ e a de transformação no VA industrial fluminense – com exceção do período entre 2002 e 2004,

[19] Valor adicionado.

quando ambas aumentaram suas participações, no restante da série a oscilação de ambas também se deu em direções opostas. De outro lado, os períodos de crescimento da participação da indústria na estrutura econômica do ERJ coincidiram com os períodos de crescimento da participação das atividades extrativas no VA industrial (Gráfico 4).

Isso demonstra que a indústria extrativa foi o fator preponderante tanto para determinar o nível de participação da indústria de transformação quanto para condicionar o desempenho da indústria fluminense, evidenciando o protagonismo da extração de petróleo e gás para a economia do estado.

Gráfico 4 – Participações na Estrutura Econômica e no VA Industrial



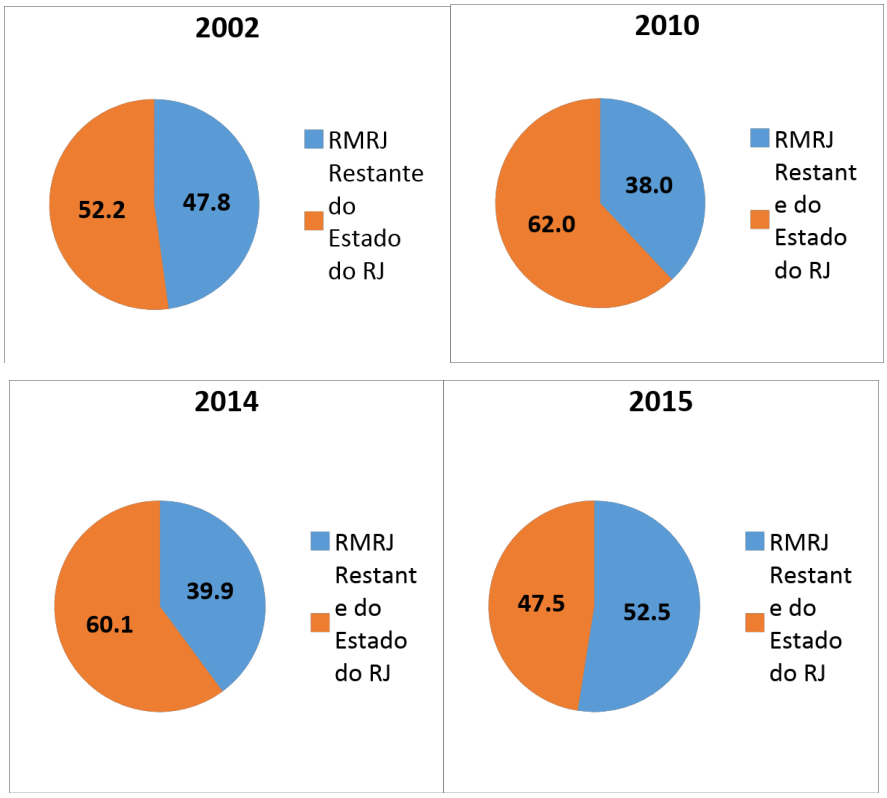
Fonte: Contas Regionais, IBGE.

O peso da RMRJ em relação à participação no VA industrial do estado também oscilou. Caiu entre 2002 e 2010, mantendo-se até 2014, quando então teve forte crescimento – passando de 39,9% para 52,5% (Gráfico 5). Essa alteração brusca também se explica com base na indústria extrativa, que entre 2014 e 2015 teve uma forte queda, afetando a participação do VA industrial proveniente do interior fluminense, automaticamente conferindo mais peso à RM.

Passando para uma análise mais detida à RMRJ, no que se refere à participação dos municípios no VA industrial para o mesmo período, as maiores alterações se deram nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Niterói e Maricá. Enquanto o MRJ[20] sofreu ao longo desse período com uma constante redução em sua participação, Duque de Caxias oscilou, ao passo que Niterói, e sobretudo Maricá, foram os que apresentaram os resultados mais surpreendentes (Gráfico 6), configurando um quadro de desconcentração industrial na RM em relação ao MRJ, ao mesmo tempo em que a porção Leste – somando-se Itaboraí e São Gonçalo[21] – passou a uma condição de maior relevância no cenário não apenas metropolitano (Gráfico 7) como também fluminense (Gráfico 8[22]).

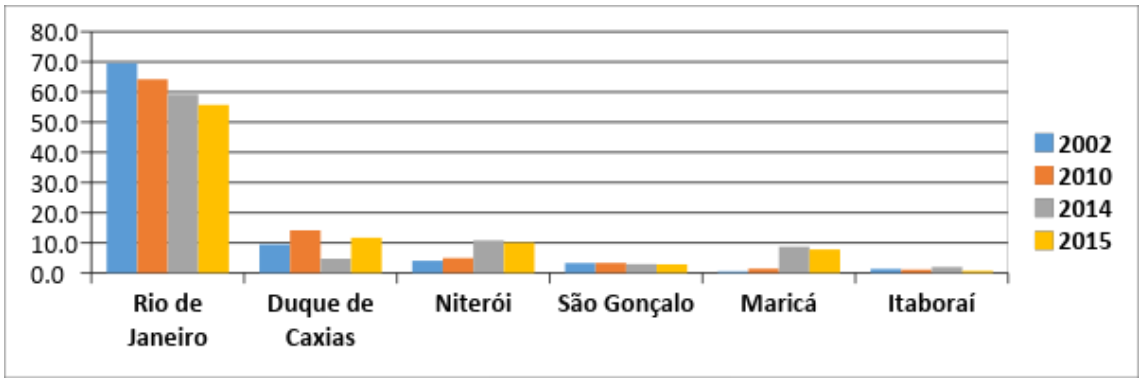
[20] Município do Rio de Janeiro.
[21] Itaboraí teve crescimento considerável de sua participação do ponto de vista interno, porém com pouca alteração em relação à RMRJ; enquanto que São Gonçalo, ao contrário dos demais municípios da porção Leste aqui analisados, se manteve estável.
[22] Neste caso preferiu-se focar apenas nos municípios de Niterói, Maricá e Itaboraí pelo fato de São Gonçalo pouco ter variado, e portanto não ter colaborado na alteração a ser demonstrada.

Gráfico 5 – Participações da RMRJ no VA Industrial Fluminense



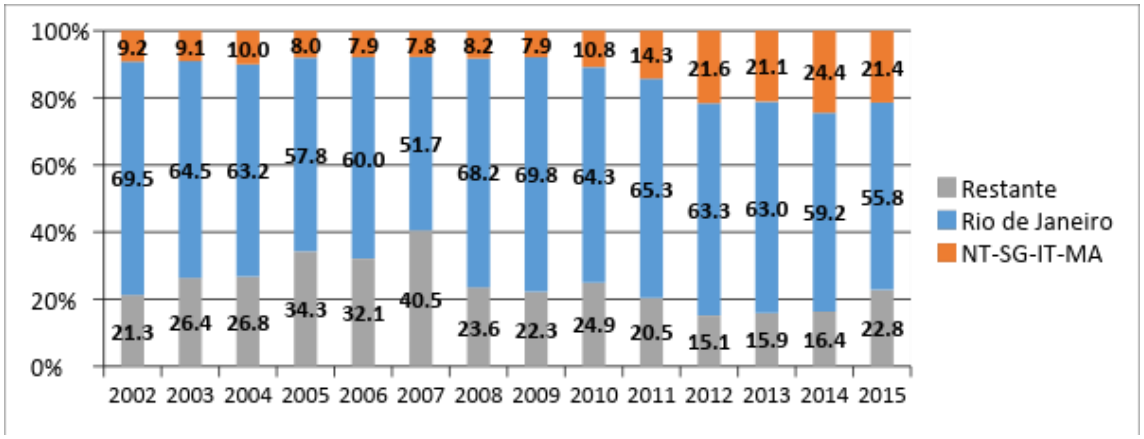
Fonte: Contas regionais e PIB municipal, IBGE.

Gráfico 6 – Participações municipais no VA Industrial da RMRJ



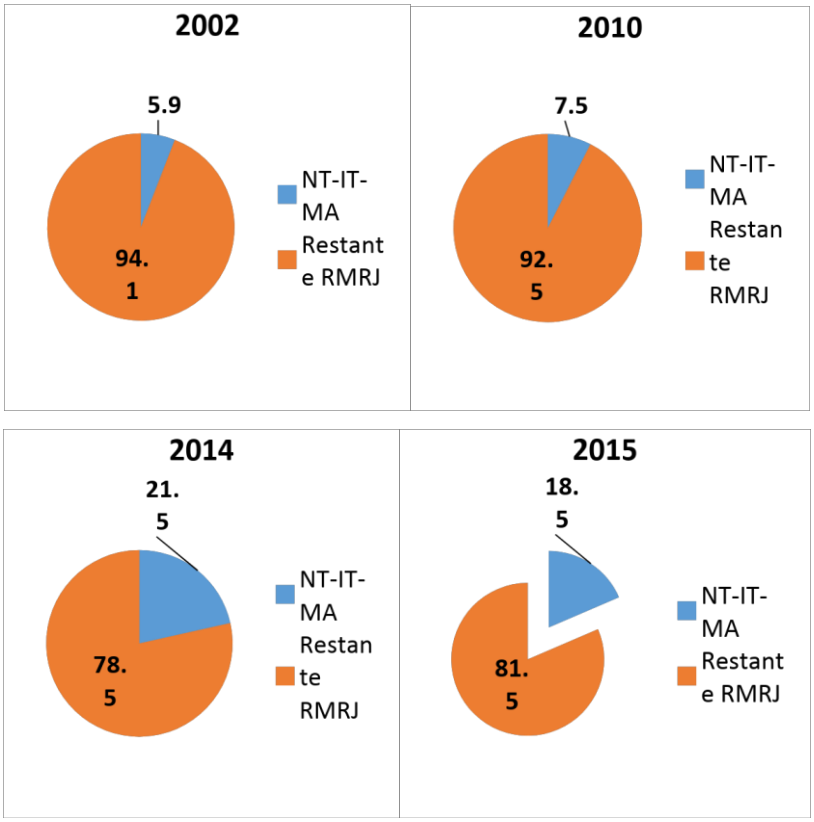
Fonte: PIB municipal, IBGE.

Gráfico 7 – Participações no VA Industrial da RMRJ



Fonte: PIB municipal, IBGE.

Gráfico 8 – Participação de NT-IT-MA[23] no VA Industrial Fluminense



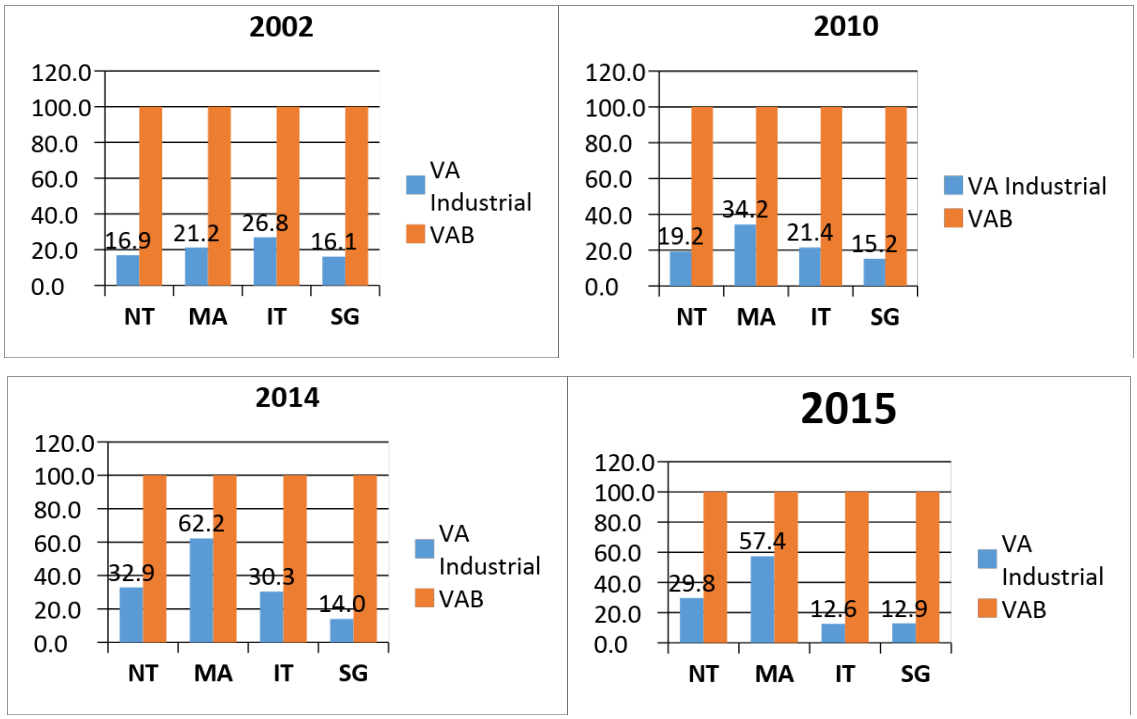
Fonte: Contas regionais e PIB municipal, IBGE.

Seguindo essa mesma periodização, o crescimento da participação de Niterói, Maricá e Itaboraí se refletiu inclusive na participação do VA industrial no VAB[24] destes municípios. Enquanto que São Gonçalo, da mesma forma que não apresentou grandes alterações no que diz respeito à sua participação no VA industrial metropolitano,

[23] Niterói, Itaboraí e Maricá.
[24] Valor adicionado bruto.

também se manteve estável em relação à participação de sua indústria no VAB municipal (Grafico 9).

Gráfico 9 – Participação do VA industrial no VAB dos municípios



Fonte: PIB municipal, IBGE.

Portanto, até aqui, podemos concluir que: (1) a porção Leste da RM elevou consideravelmente sua participação industrial, principalmente por conta de Niterói e Maricá; (2) Itaboraí ensaiou um crescimento ainda que mínimo em sua participação, porém a paralisação das obras do Comperj em 2015 parece ter interrompido essa tendência; e (3) esse crescimento da participação do LM se deu no período entre 2010-2014, diminuindo em 2015 – em meio à crise econômica que viria a se instalar tanto no cenário estadual quanto nacional.

Cabe agora avançar a investigação deste território com base na análise do comportamento do emprego formal neste mesmo período histórico.

EMPREGO FORMAL NO SETOR INDUSTRIAL DO LESTE METROPOLITANO

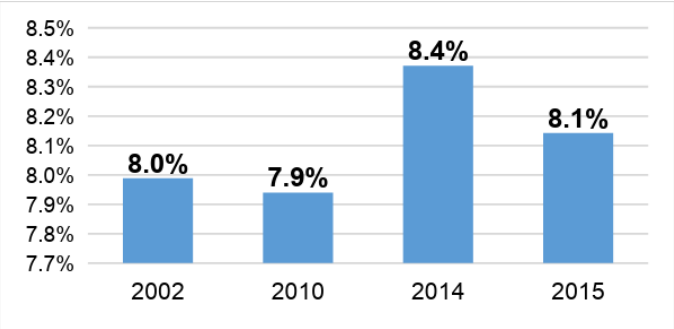
Selecionaram-se dados da RAIS que contabilizam o total de postos de trabalho formais no período de 2002 a 2015 para incrementar a análise do PIB municipal, visto que, para efeitos da indústria, o trabalho formal tem maior aproximação com o emprego, ao contrário do setor de serviços e do setor agropecuário, onde há incidência maior de regimes de informalidade[25].

No período de 2002 a 2015 a participação do total de postos formais de trabalho do Leste Metropolitano, em relação ao ERJ, se manteve estável. Esta correspondia a

[25] Em termos metodológicos, o total de postos formais de trabalho é tomado como uma aproximação do emprego formal, uma vez que este registro feito pelo Ministério do Trabalho é declarado pelos estabelecimentos, não incluindo o trabalho informal.

8,0% do total em 2002, passando a 7,9% em 2010, atingindo a maior participação em 2014 (8,4%), regredindo a 8,1% em 2015 (gráfico 10).

Gráfico 10 – Participação do Leste Metropolitano no Estado do RJ no total de postos formais de trabalho

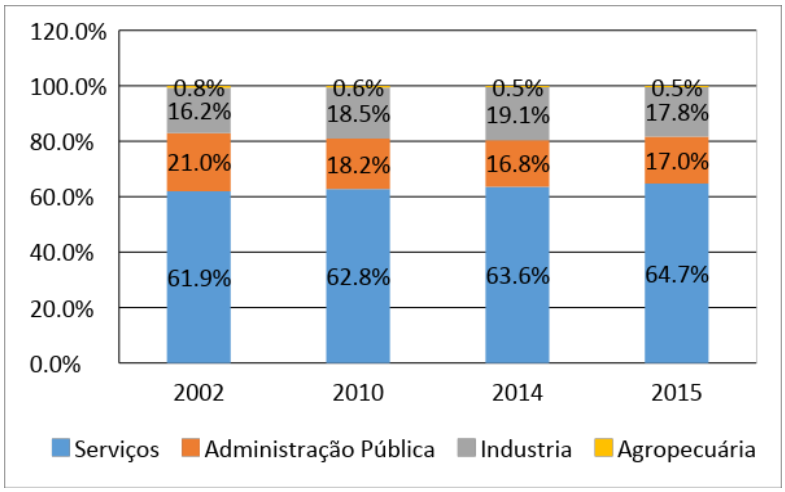


Fonte: RAIS/MTE.

Em termos setoriais, no ERJ, a participação do Setor de Serviços foi crescente, saindo de 61,9% em 2002 para 64,7% em 2015. A participação da Administração Pública cresceu de 2002 a 2010, decaindo de 2010 a 2014, vindo a subir em seguida, porém a um patamar inferior ao início da série. A participação da Indústria cresceu entre 2002 e 2014, vindo a cair em 2015. Pode-se dizer que o ápice foi a série de 2010 a 2014, quando representou de 18,5% a 19,1% do total do emprego formal. A participação do setor Agropecuário foi irrisória, variando de 0,8% a 0,5% (gráfico 11).

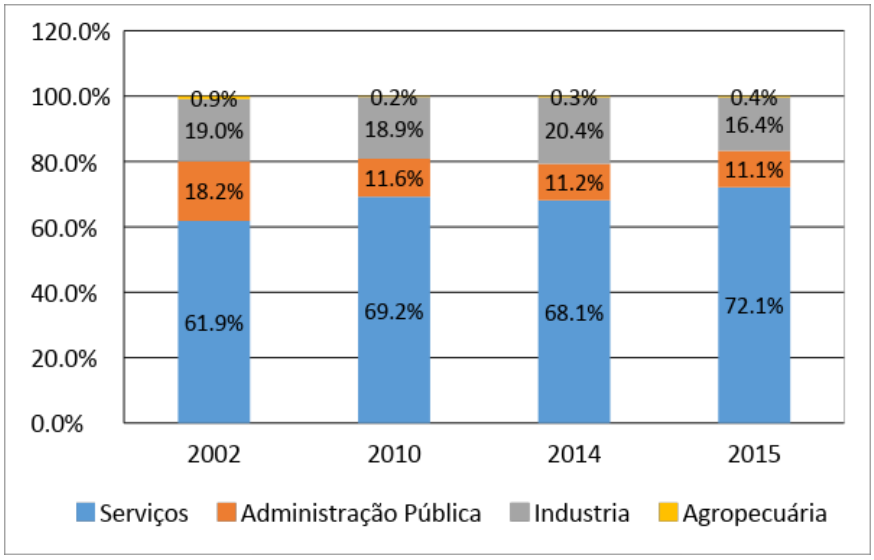
No LM, o setor de serviços foi o que mais cresceu ao longo da série, aumentando sua participação de 61,2% em 2002 para 69,2% em 2010, até atingir 72,1% em 2015. A Administração Pública perdeu participação de 18,2% em 2002 para 11,1% em 2015. A Indústria manteve sua participação estável em 19% de 2002 a 2010, ganhou participação de 2010 a 2014 para 20,4% e perdeu de 2014 para 2015, tornando-se menor do que no Estado 16,7%. A Agropecuária foi irrisória, com menos de 1% de participação (Gráfico 12).

Gráfico 11 – Participação Setorial no Emprego Formal (ERJ)



Fonte: RAIS/MTE.

Gráfico 12 – Participação Setorial no Emprego Formal (LM)



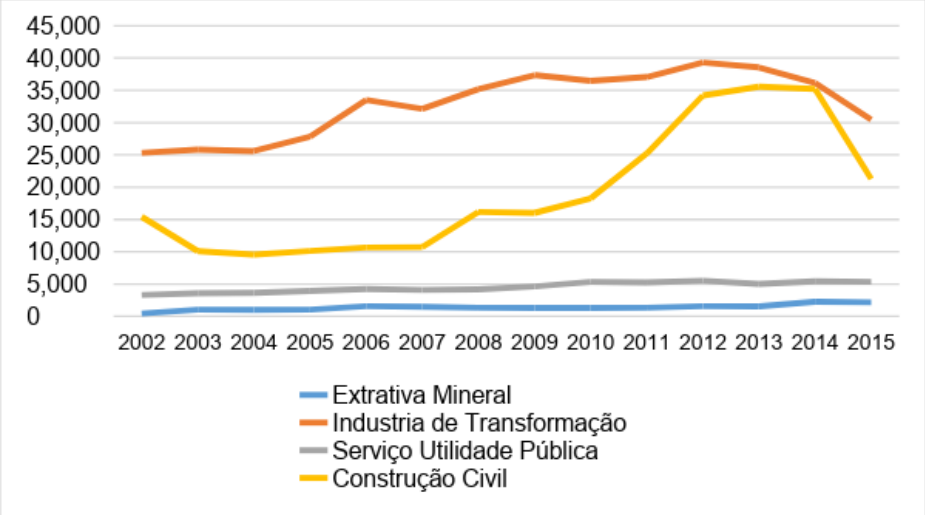
Fonte: RAIS/MTE.

Dessa forma, pode-se dizer que, com relação aos Serviços, a participação do LM e do ERJ saíram de um mesmo patamar em 2002 (61,9%), crescendo significativamente mais no primeiro que no segundo ao longo da série. A fase de maior crescimento de participação da Indústria do LM se deu entre 2010 e 2014, acompanhando o crescimento no ERJ, este em proporções menores. A queda de 2014 para 2015 foi maior no LM que no estado.

A fim de dar continuidade à investigação acerca do crescimento do setor industrial no LM, analisaram-se os dados de evolução dos postos formais de trabalho de 2002 a 2015 em números absolutos.

Observa-se (gráfico 13) que: (i) a Indústria de Transformação foi a que empregou o maior número de pessoas, seguida pela Construção Civil, pelos Serviços Industriais de Utilidade Pública e pela Extrativa Mineral; (ii) de uma maneira geral, com algumas oscilações, há uma trajetória de crescimento, sendo 2012-2013 o ápice para todos os segmentos, à exceção da Extrativa Mineral que tem seu ponto alto em 2014-2015; (iii) há uma queda significativa em 2015 na Construção Civil e na Transformação.

Gráfico 13 – Evolução dos Postos Formais de Trabalho de 2002 a 2015 na Indústria do Leste Metropolitano

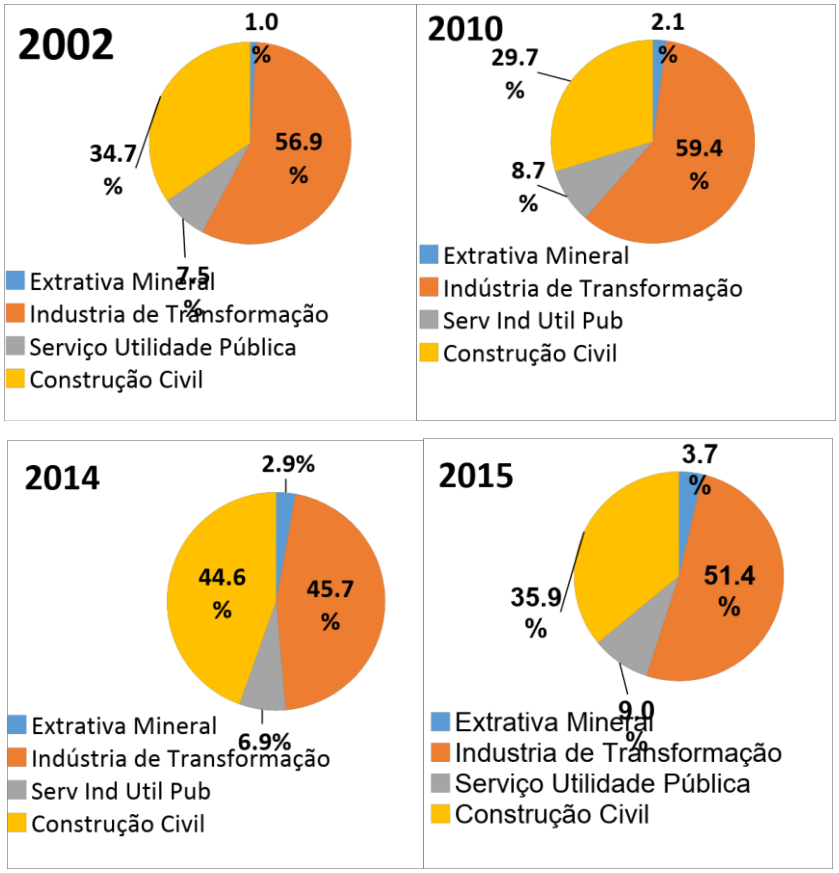


Fonte: RAIS/MTE.

A Indústria Extrativa Mineral apresentou o menor número de postos formais de trabalho, porém ganhou participação no total da Indústria ao longo da série. Se em 2002 esse segmento foi responsável por 1% do emprego formal da indústria, em 2012 seu peso na indústria subiu para 3,7%. Quem perdeu participação foi a Indústria de Transformação, de 56,9% em 2002 para 51,4% em 2015 (gráfico 13).

Em termos proporcionais, verifica-se que a Indústria de Transformação foi predominante nos postos de trabalho formais, representando mais da metade na maior parte da série, com exceção de 2014, quando a Construção Civil aumentou consideravelmente (gráfico 14).

Gráfico 14 – Evolução da participação dos segmentos da Indústria no LM



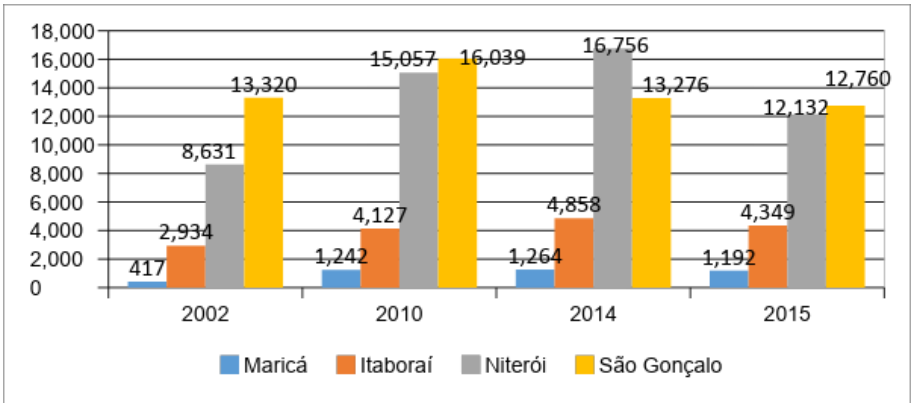
Fonte: RAIS/MTE.

Em termos absolutos, nota-se que Niterói e São Gonçalo apresentaram o maior número de empregos formais na Indústria de Transformação, sendo que em 2002, São Gonçalo foi responsável pela maior parte, deixando de ocupar essa posição em 2014, mas recuperando em 2015. Itaboraí se manteve constantemente em terceiro lugar, seguido por Maricá (gráfico 15).

Na Construção Civil, de 2002 a 2014, houve uma trajetória de crescimento, interrompida em 2015. Niterói se manteve em primeiro lugar, apresentando seu auge em 2014. São Gonçalo a maior parte do tempo foi o segundo município do LM em número de postos formais, no entanto, em 2014 esta posição foi ocupada por Itaboraí. Esse último teve um desempenho extraordinário em 2014, acompanhado de uma queda brusca no ano seguinte de 2015 – claramente provocados pela paralisação das obras do Comperj (gráfico 16).

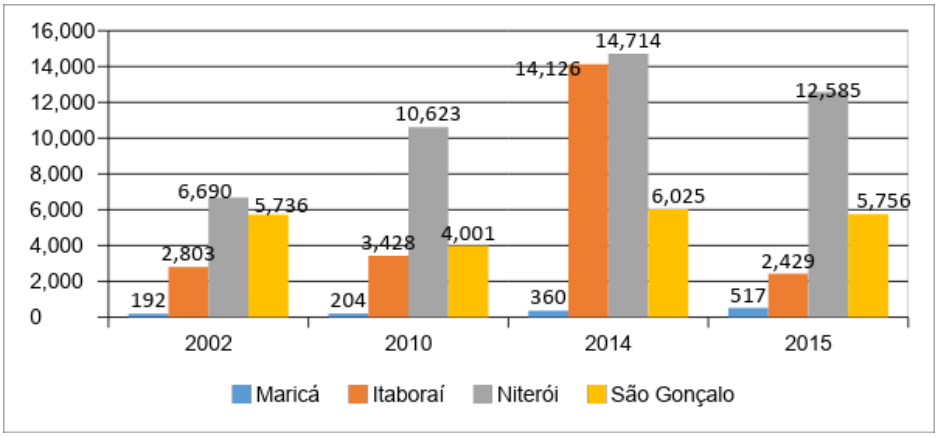
Na extrativa mineral, embora tenha importância relativa bem menor quando considerado todo o setor industrial, apresentou crescimento considerável em Niterói, a partir de 2010, vindo a cair um pouco em 2015 (gráfico 17).

Gráfico 15 – Número de Postos de Trabalho Formais na Indústria de Transformação



Fonte: RAIS/MTE.

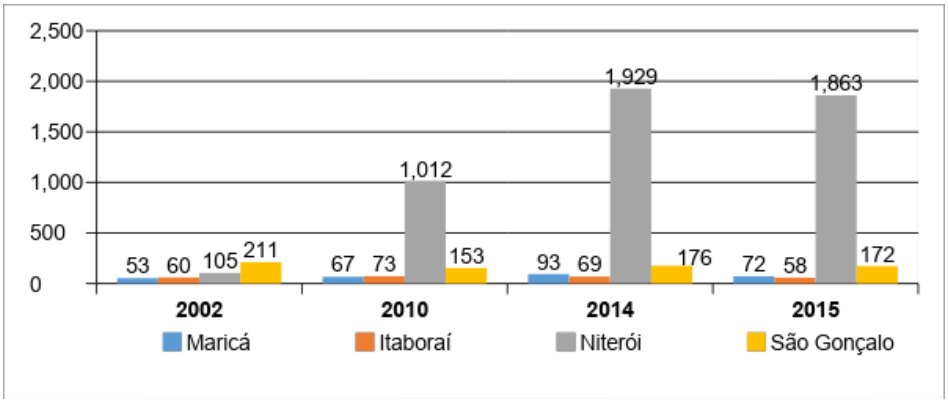
Gráfico 16 – Número de Postos de Trabalho Formais na Construção Civil



Fonte: RAIS/MTE.

Com relação aos subsetores da Indústria por município, nota-se (Tabelas 1 e 2) que dos segmentos da indústria de transformação destacaram-se: Material de Transporte, Indústria Química e Alimentos e Bebidas. A Indústria Têxtil, em contraposição reduziu à metade o seu número de postos de trabalho formais. Observa-se que, em 2002, São Gonçalo liderava o total de postos de trabalho formais na indústria (44,1%), estando acima de Niterói (41,3%), dado que se alterou em 2015. Os setores que contribuíram para a melhora de Niterói foram Extrativa Mineral, Construção Civil, Utilidade Pública e Material de Transporte. Itaboraí perdeu participação e Maricá dobrou, conforme detalhamento a seguir.

Gráfico 17 – Número de Postos de Trabalho Formais na Extrativa Mineral



Fonte: RAIS/MTE.

Tabela 1 - Distribuição municipal dos postos formais de trabalho para cada segmento da Indústria (2002 - Indústria LM = 100%)

Peso dos Subsetores 2002	Itaboraí	Maricá	Niterói	São Gonçalo	LESTE
Indústria Extrativa	0,1%	0,1%	0,2%	0,5%	1,0%
Prod. Mineral não Metálico	4,3%	0,3%	0,4%	1,8%	6,9%
Indústria Metalúrgica	0,2%	0,1%	0,7%	1,5%	2,5%
Indústria Mecânica	0,0%	0,0%	0,4%	0,3%	0,7%
Elétrico e Comunic	0,0%	0,0%	0,6%	0,1%	0,7%
Material de Transporte	0,1%	0,0%	7,7%	0,1%	8,0%
Madeira e Mobiliário	0,0%	0,0%	0,3%	1,0%	1,4%
Papel e Gráf	0,4%	0,0%	1,8%	0,8%	3,0%
Borracha, Fumo, Couros	0,2%	0,0%	0,2%	0,8%	1,3%
Indústria Química	0,2%	0,0%	2,3%	8,3%	10,8%
Indústria Têxtil	0,3%	0,1%	2,1%	8,8%	11,3%
Indústria Calçados	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Alimentos e Bebidas	0,7%	0,3%	2,9%	6,4%	10,3%
Serviço Ind Util Pub	0,0%	0,0%	6,6%	0,8%	7,5%
Construção Civil	6,3%	0,4%	15,0%	12,9%	34,7%
Indústria Total	13,1%	1,5%	41,3%	44,1%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de RAIS/MTE.

Tabela 2 - Distribuição municipal dos postos formais de trabalho para cada segmento da Indústria. (2015 – Indústria LM = 100%)

Peso dos Subsetores 2015	Itaboraí	Maricá	Niterói	São Gonçalo	LESTE
Extrativa Mineral	0,1%	0,1%	3,1%	0,3%	3,7%
Prod. Mineral não Metálico	2,5%	0,6%	0,4%	1,1%	4,6%
Indústria Metalúrgica	0,3%	0,1%	0,8%	1,6%	2,8%
Indústria Mecânica	0,5%	0,1%	0,8%	0,8%	2,1%
Elétrico e Comunic	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,4%
Material de Transporte	0,3%	0,0%	10,2%	1,8%	12,3%
Madeira e Mobiliário	0,1%	0,1%	0,4%	0,7%	1,2%
Papel e Gráf	0,7%	0,1%	1,2%	1,7%	3,7%
Borracha, Fumo, Couros	0,0%	0,0%	0,2%	0,5%	0,7%
Indústria Química	1,1%	0,2%	2,6%	6,2%	10,2%
Indústria Têxtil	0,3%	0,0%	1,4%	2,5%	4,2%
Indústria Calçados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Alimentos e Bebidas	1,4%	0,8%	2,3%	4,7%	9,2%
Serviço Utilidade Pública	0,2%	0,0%	7,2%	1,7%	9,0%
Construção Civil	4,1%	0,9%	21,2%	9,7%	35,9%
INDÚSTRIA	11,7%	3,0%	52,1%	33,2%	**100,0 %**

Fonte: Elaboração própria a partir de RAIS/MTE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, ao confrontar as conclusões obtidas a partir das análises das participações do VA industrial e dos postos de emprego formal do LM, considerando também o contexto apresentado no início deste artigo, podemos chegar a algumas considerações que nos permitem identificar alguns aspectos da dinâmica industrial verificada nesse território e seus respectivos municípios.

Niterói foi o município que mais se destacou, tanto do ponto de vista do VA da indústria quanto dos postos de trabalhos. Nesse sentido, o crescimento de sua participação no VAI pode ser explicado pelo crescimento da contratação da sua indústria de transformação, com destaque para o segmento de material de transporte[26], acompanhado pela construção civil e extrativa mineral.

Não parecem ter ocorrido alterações significativas na estrutura produtiva de São Gonçalo, com exceção da queda de empregos na indústria têxtil, e de que Niterói lhe ultrapassou na condição de maior empregadora industrial do LM. As alterações verificadas em Itaboraí se restringiram basicamente ao setor da construção civil, com forte dependência das obras do Comperj. Em contrapartida Maricá se mostrou o caso mais curioso. Embora tenha saltado exponencialmente sua participação no VAI entre 2010 e 2014, não demonstrou, a partir dos dados dos empregos formais, nenhum eventual dinamismo de alguma atividade econômica. Nesse sentido, é possível que esse crescimento tenha se dado com base nos efeitos da extração do petróleo e gás, cabendo maior investigação.

[26] Produção de embarcações e plataformas se encontra nesse segmento.

Por fim, pode-se afirmar que a dinâmica industrial do LM esteve fortemente associada a investimentos provenientes da Petrobrás e pelos efeitos de encadeamento da indústria extrativa. No entanto, esse quadro não foi suficiente para reverter a fragilidade da indústria de transformação metropolitana, evidenciada inclusive pelos impactos causados em sua estrutura produtiva a partir da crise instalada na economia nacional e estadual a partir de 2014, somados aos efeitos da Operação Lava Jato que paralisaram os investimentos da Petrobrás na região – caso do Comperj – e enfraqueceram a indústria naval, além da forte participação da construção civil no emprego formal.

Desse modo, embora a participação do VA industrial dos municípios do Leste Metropolitano tenha aumentado significativamente nos últimos anos, esse movimento não significou uma dinamização industrial sólida e com expectativas de se tornar uma tendência a curto e médio prazo. Fica clara portanto a dependência da indústria e consequentemente da economia metropolitana do RJ em relação às políticas promovidas pelo governo federal através da Petrobrás e das atividades geradas a partir da extração de petróleo e gás. Desse modo, eventuais políticas liberais e desincentivos a esse setor por parte do governo federal e da administração da estatal citada podem trazer graves consequências para a indústria metropolitana, em especial à de sua porção Leste, vindo a acentuar seu quadro de desindustrialização já histórico no que se refere, sobretudo, à indústria de transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

NITERÓI, Prefeitura Municipal. Apoio à revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município de Niterói. FGV, 2015.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. Metrópole do Rio e projeto nacional. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2013.

SILVA, Robson Dias da. Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SIQUEIRA, Hipólita. Estrutura produtiva e divisão espacial do trabalho no Estado e na metrópole. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. (org.). Metrópoles: Território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/INCT, 2015a, p. 79-116.

_____. Novo desenvolvimentismo e dinâmica urbano-regional no Brasil (2004-2012). EURE: v. 41, n. 122, 2015b.

A INSTALAÇÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E APUCARANA COMO UM ESPAÇO ECONÔMICO RELEVANTE

Renata Adriana Garbossa Silva

Doutoranda Programa de Pós Graduação em Geografia – UFPR. Professora Ensino Superior pelo Centro Universitário Internacional – Uninter – renata.g@uninter.com; renatagarbossa@gmail.com

INTRODUÇÃO

O final do século XX e início do século XXI foram marcados por uma reestruturação das escalas espaciais no planeta, inaugurando, sobretudo, uma nova fase na sociedade brasileira, em que, somados a globalização como fenômeno contemporâneo vem alterando, não só as estruturas produtivas, mas as relações técnicas e sociais de produção, bem como, os padrões organizacionais e locacionais, provocando rápidas, profundas e aceleradas mudanças em diversos campos, quer sejam, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, tecnológicos e educacionais. O Brasil nas duas últimas décadas do século XX passou por mudanças significativas denominadas por Benko (2001), como “deslizamento de escala”, e ocorrendo, portanto, uma recomposição espacial dos espaços.

As tão propagadas recomposições espaciais dos lugares, defendidas por Benko (2001), mostra o esforço de unidades territoriais em nível local e regional que podem ser caracterizadas como o planejamento governamental sendo uma experiência recente nas economias capitalistas e no pós Segunda Guerra Mundial vivida em países em desenvolvimento como o Brasil.

Contudo, nos últimos anos, o Brasil vem passando por mudanças tidas como significativas em vários campos, podendo destacar-se na área da educação com o aumento significativo da instalação de universidades, fora das metrópoles alcançando cidades interioranas alterando a dinâmica do território e contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento local, conforme preconizam teóricos como Rollim e Serra (2009), Araújo (2000), Vieira (2017), Milone (2005), Oliveira (2001), Raiher (2015), Carleial (2014) entre outros.

Tais mudanças foram verificadas em solos paranaenses, uma vez que, o estado do Paraná, a partir da década de 1990, passou por mudanças significativas que alteraram o padrão de produção e acumulação, passando de um Estado fundamentalmente agrícola para um Estado marcadamente urbano e industrializado. Essa alteração no perfil econômico e no modelo de produção regional requer alterações em diversas áreas e, sobretudo, no modelo de educação superior.

Dessa forma, é possível afirmar que, diante de tal evidência, o Estado do Paraná não ficou imune às mudanças ocorridas no final do século XX e início do século XXI. De acordo com o discurso neoliberal, presente nos formuladores da política econômica do Estado, esse processo de alteração do modelo agroexportador para um modelo industrial promoveu o desenvolvimento econômico, impulsionou o avanço dos negócios em diversas cidades do Estado, que passaram a ser referência como polos territoriais de comercialização e industrialização de bens e serviços e ao mesmo tempo carecem de qualificação e especialização da mão-de-obra, principalmente de formação técnica buscando nas instituições de nível superior formas de atender as demandas do próprio mercado e contribuir para que o desenvolvimento de uma região local e regional possa ser alcançado. Para Araújo (2000) os espaços locais tem ganhado crescente relevância e, ao mesmo tempo, tendem a constituir, cada vez mais em novos polos de articulação de interesses.

Entre os anos de 2000 a 2015 o Paraná vivenciou um processo de interiorização, capilarização e expansão, com a instalação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR, em seus treze Câmpus, distribuídos nas mesorregiões paranaenses,

além da instalação de mais um segundo Câmpus em Curitiba. Desta forma, o objetivo do trabalho é compreender como a instalação da UTFPR na metrópole de Curitiba e no município de Apucarana[27], classificada como um Espaço Econômico Relevante contribuíram para o desenvolvimento local e regional e para alterações na dinâmica no território, uma vez que, no Brasil, nos últimos anos o interesse pelo desenvolvimento local e regional vem crescendo acompanhando a retomada da problemática do desenvolvimento econômico - não apenas como objeto de pesquisa, mas igualmente como campo de políticas públicas. Com efeito, para Breitbach (2012) a bibliografia especializada mostra que, ao mesmo tempo em que o processo de globalização se expande, emerge - de forma combinada - uma tendência a revalorizar o espaço local, reconhecendo-se as capacidades de comunidades, de municípios e de regiões em engendrar seu próprio desenvolvimento com base em particularidades sócio-econômicas, históricas e culturais.

Para o desenvolvimento da pesquisa sobre "a instalação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná: o caso da Região Metropolitana de Curitiba e Apucarana como um espaço econômico relevante", as principais fontes de dados utilizadas, foram de cunho bibliográfico e documental. Enquanto a bibliográfica auxiliou, sobretudo, na fundamentação teórica, tendo como base livros, artigos científicos, pappers, teses e dissertações, a pesquisa documental contribuiu, com técnica de coleta de dados, a partir de dados secundários obtidos em anuários, livros e sites sobre os principais indicadores econômicos e sociais para se analisar o aumento do Produto interno Bruto com a instalação da Universidade. A análise dos Planos de Desenvolvimento institucional (PDI) dos anos de 2009/2013; 2013/2017; 2018/2022 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, documentos das prefeituras dos dois municípios pesquisados, site e órgãos de pesquisa, como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão do Ministério da Educação (MEC), Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana, Associação Comercial do Paraná, Anuário Estatístico do Estado do Paraná, dados municipais onde se encontram tais Instituições de Ensino Superior, como também, livros e artigos publicados por instituições governamentais federais, estaduais e municipais, auxiliaram nas respostas tanto da problemática da pesquisa quanto do objetivo.

AS UNIVERSIDADES E O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

O papel das universidades no desenvolvimento local e regional tem sido ao longo dos últimos anos, uma temática fortemente debatida em diversas áreas do conhecimento por ser um elemento chave no processo de desenvolvimento das regiões em que são instaladas, pois, a moderna concepção considera que as regiões com maior possibilidade de desenvolvimento são aquelas que conseguem estabelecer um projeto político de desenvolvimento congregando seus diferentes atores.

[27] Conforme Censo (2010) a população de Apucarana totaliza 120.919 pessoas. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/apucarana

A preocupação com o desenvolvimento não é recente, e de maneira geral, possui suas raízes na ciência econômica. Desde o século XVIII, de forma preliminar, o desenvolvimento como um fenômeno importante para a consolidação do capitalismo aparece nos trabalhos de teóricos como Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867), entre outros. Mas, é na década de 1940 que o desenvolvimento recebe o status de objeto de pesquisa científica, sendo desta forma, importante e fundamental para construir o arcabouço tanto de cunho metodológico quanto teórico cujo objetivo era descrever e promover o desenvolvimento como algo próximo a uma sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza, por meio de acúmulo de renda monetária (SANTOS, *et al,* 2012).

Desta forma, além da importância dos clássicos para o entendimento do desenvolvimento alguns autores contemporâneos como Sen (2015), destaca que o desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto (PIB) e de outras variáveis relacionadas à renda. Para Sen (2015) a análise de desenvolvimento considera as liberdades dos indivíduos e seus elementos constitutivos básicos. Portanto, perceber o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas tem implicações muito abrangentes para a compreensão do processo de desenvolvimento e também para os modos e meios de promovê-lo. Para o autor a liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões: primeiro faz referência à razão avaliatória – que consiste na avaliação do progresso, considerando-se se houve, primordialmente, aumento das liberdades das pessoas e, em segundo a razão da eficácia – referindo-se que a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição das pessoas agirem.

Seguindo a mesma linha defendida por Sen (2015) Marcelo Lopes de Souza (2015), irá conceituar o desenvolvimento, como um cômodo substituto da fórmula transformação social, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social. Já de acordo com Furtado (2000), a ideia de desenvolvimento fez com que o homem passasse a ser visto com um agente de transformação do mundo, muito em função da sua participação no processo de invenção cultural, interagindo com o meio para atingir suas potencialidades. Desse modo, a ideia de desenvolvimento associou-se à de transformação, realização de potencialidades, satisfação de necessidades, adquirindo um sentido positivo.

Na concepção de Mészáros (2001) só faz sentido se falar em desenvolvimento se ele for sustentável, pois de outra forma não existirá um desenvolvimento que possa ser significativo. Tal afirmação resulta da constatação do fracasso das tentativas de desenvolvimento realizadas nas últimas décadas, que em nome da modernização aplicaram nos países em desenvolvimento, a contar a própria América Latina o receituário prescrito pelas grandes potências. Para o autor, a busca do desenvolvimento sustentável só é possível com uma efetiva cultura da igualdade substantiva, bem diferente da cultura que tem prevalecido até nossos dias, que é da desigualdade substantiva.

Exemplos de desenvolvimento local em países como nos Estados Unidos, Itália, Alemanha, França e Japão, entre outros, corroboram com Pecqueur (1989, p. 19, tradução nossa), ao afirmar que [...] as experiências de desenvolvimento local demonstram a capacidade das coletividades locais de se adaptarem às imposições da internacionalização da concorrência a partir do potencial próprio de organização.

Existem organizações localizadas que respondem à uniformização dos comportamentos, provocada pela mundialização das trocas, e que possibilitam o surgimento de formas mais intensas de valorização de riquezas.

Para Breitbach (2012) Inúmeros estudos realizados em diferentes países, a partir dos anos 80, constataram que as vantagens da proximidade entre empresas de um mesmo setor e entre essas e seus fornecedores e/ou distribuidores exercem papel importante no desempenho econômico. Algumas experiências, como a dos distritos industriais italianos que surgiram nos anos 1970 na região da Emília Romana, abriram espaço para digressões sobre esse tipo de estratégia de desenvolvimento. No caso dos distritos italianos, assim como no caso do Vale do Silício (Califórnia, EUA), a cooperação dos agentes foi considerada como elemento fundamental da competitividade. Essa abordagem permitiu relacionar os fatores de competitividade com a localização da produção em determinada região, bem como a relação existente entre empresas, instituições e o apoio do governo.

Assim como as experiências nos países citados, no Brasil as políticas de desenvolvimento local e regional nos últimos anos sofreram grandes transformações, de um lado provocadas pela crise e pelo declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e, de outro, pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais. A partir da década de 1950 desenvolveram-se conceitos e estratégias de desenvolvimento regionais aparentemente mais atraentes, os quais chamaram a atenção dos sistemas de planejamento nos anos de 1960. Igualmente, várias são as teorias que buscam explicar a dinâmica regional, entre elas, aquelas desenvolvidas por François Perroux (1955), Gunnar Myrdal (1957), Albert Hirschman (1958), que enfatizavam o desenvolvimento através da industrialização e, Jacques Boudeville (1961), Douglass C. North (1959) e a Teoria Cepalina de Raul Prebisch e Celso Furtado (1950).

Para além das teorias clássicas que buscaram explicar à dinâmica regional, no Brasil a década de 1950 é considerada como data norteadora da adoção de políticas regionais no país, coordenada pelo Governo Federal. Para Araújo (2001), a questão regional brasileira, surge, de fato, e se coloca com força, no século XX, uma vez que é neste século que surgem mudanças importantes e significativas na vida do país. Uma das alterações consideradas importantes é a mudança do Brasil da condição de primário-exportador para um país de base industrial. E, sobretudo, a principal e mais profunda foi o mercado interno que passou a comandar a dinâmica econômica do país, ocasionando assim uma variável estratégica de comando, projetando o futuro do país.

Nessa linha, é possível, com base na literatura, conforme apresenta Araújo (2001), distinguir dois momentos sobre a questão regional brasileira. Portanto, um período entre os anos de 1920 até aproximadamente os anos 1970, quando se inicia um movimento de desconcentração que se estendeu até pelo menos 1985, já no bojo da profunda crise que se abateu sobre o “Estado Desenvolvimentista” (Diniz, 2001), e um segundo período entre os anos de 1970 até 1990. Desta forma, a crise do Estado desenvolvimentista contribuiu para que algumas mudanças ocorressem, dentre elas, os aspectos negativos do modelo de planejamento regional somados com a redução da capacidade de investimento do Estado, privilegiando as políticas de curto prazo, e à progressiva desarticulação e perda da eficiência das agências de planejamento.

O desenvolvimento regional, principalmente entre a segunda metade da década de 1970 e primeiro dos anos 80, caracterizado, sobretudo, na fase de desconcentração, reforçou a heterogeneidade do território nacional e o território de cada macrorregião, tornando mais nítidas e mesmo maiores as diferenças entre as sub-regiões e áreas (ARAÚJO, 1999).

Contudo, Araújo (1999) demonstra a necessidade de tratar a questão regional brasileira, em geral, e cada região, de modo específico, e não de forma genérica, através de estímulos universais, levando em consideração as especificidades e distintas realidades e potencialidades, ameaças ou entraves de cada sub-região ou macrorregião. Isso se faz mandatório muito em função da rápida inserção da economia brasileira numa economia mundial extremamente competitiva e complexa. Alguns critérios precisam ser levados em consideração, como formas de atuação específicas, medidas diferenciadas e um cronograma diferente de exposição dessas áreas e de suas estruturas produtivas.

No Brasil durante os anos de 1990, ocorreu a deterioração técnica, política e econômica de órgãos regionais de fomento, tais como, a SUDAM e a SUDENE, que acabaram extintos em 2001 e só recriados em 2007, mesmo que em bases precárias (CANO, 2011). Ainda para Cano (2011), no ano de 1995, o governo federal, criou a política dos “Grandes Eixos”, os quais ao mesmo tempo que ligariam zonas produtivas a portos de exportação, receberiam grandes investimentos para que houvesse um aumento na eficiência e na competitividade exportadora. O que chama atenção, contudo, é que apenas ligariam pontos de origem-destino, e pouco ou nada fariam em prol dos maiores espaços regionais em que estivessem inseridos, tão pouco, tratariam de questões como, por exemplo, problemas de cunho urbanos e sociais das cidades maiores por ele envolvidos.

Ao mesmo tempo, alguns planos de desenvolvimento regional foram elaborados e suas principais concepções teóricas e políticas serviram de base para que o planejamento regional fosse desenhado a partir desses planos. Para Diniz (1999), os planos estaduais tendem a seguir as mesmas diretrizes teóricas e políticas que servem de base aos planos federais, conforme constatado em estudos anteriores. Segundo Diniz (1999), fazendo uso do Conselho de Política Regional argumenta que:

> A principal característica da fase recente – anos 90 – no que se refere à dinâmica da organização territorial do Brasil e à questão das desigualdades regionais é a inexpressiva presença de políticas regionais explícitas do Governo Federal, associada a uma atomização de esferas de tratamento do regional, o que provoca, no pouco que sobrou do passado, superposição de esforços, desconexão de iniciativas, e revela, ao final, falta de prioridade (CNI/Conselho de Política Regional, 1997, 15 – GA).

Na mesma linha de pensamento Araújo (1999), comunga com Carleial (2000) ao defenderem que no tange à dinâmica da organização territorial do Brasil e a questão das desigualdades regionais, uma das principais características dos nos 90, é a inexpressiva presença de políticas regionais explicitas do Governo Federal.

Pórem, a década de 1990 é considerada como um novo paradigma de planejamento regional, principalmente em função de tentar superar os problemas da

década de 1980 e incoporar os novos condicionantes políticos, econômicos e culturais do desenvolvimento. Já no início do século XXI (década de 2000), algumas mudanças econômicas foram sentidas no Brasil, momento que as perspectivas para a economia brasileira tornaram-se, sobretudo, positivas. Neste sentido, as economias brasileiras e mundiais tiveram um crescimento, o que permitiu a retomada da capacidade de intervenção do Estado brasileiro em políticas de desenvolvimento, inclusive as regionais. Uma nova proposta de política de desenvolvimento regional passou a ser construída a partir do ano de 2003. O objetivo do governo federal era de certa forma, superar algumas das principais limitações das políticas realizadas nas décadas anteriores relacionadas, conforme citada conforme o IPEA (2017):

- Às dificuldades para a efetivação de um processo de convergência das rendas per capita estaduais;
- À recorrente concentração dos recursos da política regional nas grandes áreas metropolitanas das regiões Norte e Nordeste;
- À incapacidade de atender adequadamente às necessidades de desenvolvimento das populações do semiárido nordestino;
- À reconhecida inadequação das propostas de industrialização para as sub-regiões da Amazônia brasileira.

Entretanto, no ano de 2007, implantou-se no Brasil a Política Nacional de Desenvolvimento Regional I (PNDR I), com inspiração na experiência regional da União Europeia. Segundo a norma que a instituiu, o Decreto n° 6.047/2007[28], tem como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no território nacional (atendendo ao disposto no inciso III do art. 3° da Constituição). Já em seu Art. 2° a PNDR I mostra a redução das desigualdades regionais se norteia pelas seguintes estratégias:

I - estimular e apoiar processos e oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas;

II - articular ações que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no Território Nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária.

Além disso, em seu parágrafo único, apresenta que as estratégias da PNDR devem ser convergentes com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica.

A PNDR foi apresentada para a sociedade brasileira em 2003 e somente em 2007, por meio do Decreto n° 6.047/2007, acabou sendo instituída como uma política de governo, que buscou responder às inconsistências relacionadas ao modelo anterior. No entanto, pode-se afirmar que entre os anos de 2003 a 2006, não houve qualquer avanço significativo na proposta original. De fato, conforme IPEA (2017), o texto do decreto n° 6.047/2007 que institucionalizou a política representou uma síntese do documento discutido em 2003.

[28] DECRETO Nº 6.047, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6047.htm. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.

Para o IPEA (2017), no início do século XXI, a capacidade de intervenção governamental do Brasil, foi fortemente modificada, principalmente a partir de 2007, momento em que o governo federal instituiu e passou a executar o Plano de aceleração do crescimento (PAC). O principal argumento do governo naquele momento era de aumentar a taxa de acumulação da economia nacional por meio da elevação do investimento público em infraestrutura (rodovias, portos, aeroportos), comunicações e habitação.

Em razão da crise financeira mundial, momento considerado de desaceleração da economia mundial, entre os anos de 2008 e 2009, o PAC ganhou uma importância maior como elemento da estratégia nacional de crescimento (IPEA, 2017). Na última década, o dinamismo econômico, tem sido superior nas localidades de mais baixo nível médio do PIB per capita. Conforme dados do IPEA, as taxas de expansão do PIB em todas as regiões na década de 2000 foram superiores àquelas dos anos de 1990.

No Brasil, a discussão sobre a necessidade, a possibilidade e a pertinência de se formular e retomar uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional desde a década de 1990 foi fomentado por Araújo (2005). Neste sentindo, a formulação da PNDR, vai ao encontro e ao esforço de retomada em nosso país, do planejamento em geral de políticas regionais em particular. Tal retomada em particular no Brasil, em sua fase inicial, se dá em um quadro de abertura comercial e de integração competitiva comandada pelo mercado.

Sendo assim, a PNDR pode ser dividida em duas fases, enquanto a PNDR I vigorou entre os anos de 2003 e 2011 e teve como principais objetivos reduzir as desigualdades regionais e ativar as potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras, atuando nos territórios que interessam menos aos agentes do mercado, valorizando as diversidades locais, a segunda PNDR II, consolidou-se desde 2012, incluindo melhorias da experiência anterior tendo como principais objetivos sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais e criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e aos serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia.

DESENVOLVIMENTO LOCAL E EDUCAÇÃO: UMA INTER-RELAÇÃO IMPERATIVA - O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E APUCARANA COMO UM ESPAÇO ECONÔMICO RELEVANTE

A constituição da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) é evento atual, ponderando os marcos legais que a legitimaram nesse nível de ensino. Entretanto, a sua história, é centenária[29], percorrendo um longo caminho que atravessou o século XX passando por inúmeras transformações até se apresentar no

[29] Em 2010, foi lançado o livro comemorativo do centenário da UTFPR, denominado de "**UTFPR história de 100 anos"**. A publicação conta a trajetória da UTFPR desde sua criação em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, até sua transformação em Universidade Tecnológica, em 2005. Todos os principais acontecimentos da instituição, incluindo as programações do seu centenário, comemorado no ano de 2009, estão no livro. São 170 páginas de histórias, acontecimentos e imagens que marcaram alunos, professores, técnicos-administrativos e comunidade externa.
http://portal.utfpr.edu.br/comunicacao/produtos/livro-100-anos-da-utfpr/livro_centenario_utfpr_site-1.pdf/view

formato atual. A criação da instituição que no ano de 2005, se transformou na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), ocorreu no ano de 1909, a partir da política implementada pelo Governo de Nilo Peçanha, que instituiu a Rede Nacional de Escolas de Aprendizes e Artífices. O Decreto n° 7.566, de 23 de setembro de 1909, estabeleceu a criação, em cada uma das capitais dos Estados brasileiros, de uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário, sendo que as mesmas seriam mantidas com recursos do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (BRASIL, 1909).

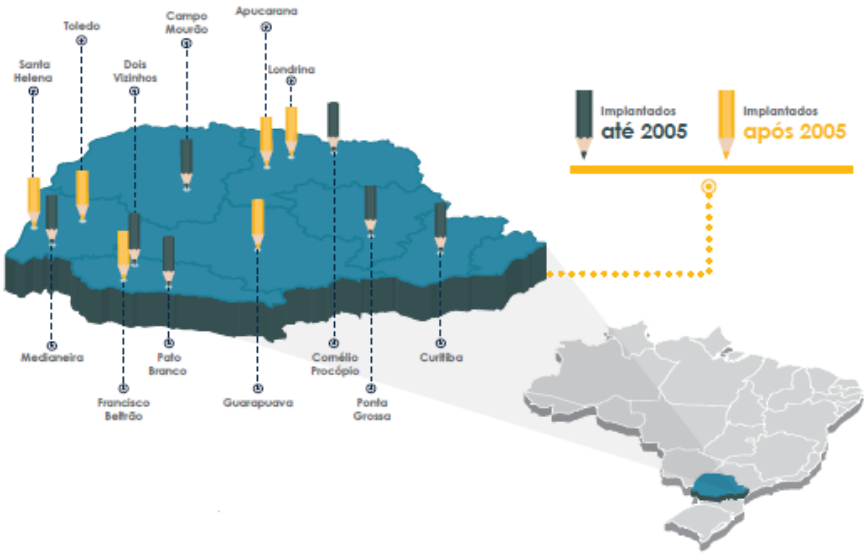
Nesse mesmo ano, as primeiras unidades das novas escolas começaram a surgir cumprindo a determinação do Decreto Presidencial, período em que o Paraná experimentava fortes mudanças em seu perfil a partir de um processo de intensa urbanização, impulsionado por dois fatores preponderantes. De um lado, a economia da erva mate e, de outro, o incentivo à imigração visando à ocupação do solo, processo que começara a partir de 1870. Some-se ainda a construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, em 1885. O intenso movimento migratório em direção a Curitiba fez com que num período de apenas duas décadas – de 1890 a 1910 – a população da cidade mais que duplicasse, passando de 24.453 habitantes para 60.800.

O inchaço populacional não apenas potencializou os problemas de infraestrutura como fez multiplicar as questões sociais com a chegada de operários oriundos de todas as regiões do Interior do Estado, elevando o número de desempregados e a disseminação de doenças a partir da ocupação de áreas insalubres. Para as crianças e jovens, pouco restava senão circular sem destino pelas ruas da cidade de Curitiba, por vezes cometendo pequenos delitos – um quadro que se repetia em outras capitais. Não por acaso, a chegada da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná foi acompanhada com especial interesse pela sociedade paranaense, pois representava uma tentativa, senão para sanar, ao menos para amenizar os problemas com as crianças e adolescentes.

Ao longo de seus mais de 100 anos, a instituição passou por diversas transformações. Se nasceu em 1909 como Escola de Aprendizes Artífices, daria o passo seguinte em 1937 quando foi transformada em Liceu industrial do Paraná e em 1942 com a mudança denominada para Escola Técnica de Curitiba. Novo capítulo seria escrito em 1959, com o nascimento da Escola Técnica Federal do Paraná (ETFPR). Em 1978, seria transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-PR) e, finalmente, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) foi criada oficialmente pela Lei nº 11.184[30], sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 7 de outubro de 2005, trazendo, mas autonomia para criar e extinguir cursos e programas de ensino superior, na emissão de diplomas de cursos superiores, ter mais facilidades no acesso a órgãos de pesquisa, e na ampliação de recursos tanto humano quanto financeiros.

[30] LEI Nº 11.184, de 07 de outubro de 2005 - dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11184.htm

Mapa 01 - Campi da UTFPR localizados nas Mesorregiões Paranaenses



Fonte: UTFPR 10 ANOS, 2015.

Até o ano de 2005, a atuação da UTFPR estava concentrada em apenas sete Câmpus, além de Curitiba os outros seis estavam localizados no interior do Estado[31]. Com o Plano de Reestruturação e expansão das Universidades Federais e do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), foram criados a partir do ano de 2006 outros seis novos Câmpus com a autorização do MEC[32], totalizando 13 (treze) Câmpus (mapa 01). Conforme o PDI 2018/2022[33], a interiorização do ensino superior no Estado do Paraná contribuiu no processo de crescimento e desenvolvimento econômico, mudança social, econômica, política e territorial, em praticamente todas as mesorregiões paranaenses.

No ano de 2008, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, ofereceu outro passo importante ao obter do Ministério da Educação a aprovação para aderir ao REUNI[34] do Governo Federal. O programa de expansão das universidades, que está alicerçado entre outros princípios, na democratização e na inclusão, contribuiu para a configuração de uma nova realidade da educação superior no país, principalmente pela implantação de novas universidades, novos Câmpus universitários e aumento no número de matrículas.

Somado ao Câmpus existente, no ano de 2011 foi inaugurado o novo Câmpus curitiba[35], Sede Ecoville[36], que abrigará, primeiramente, as atividades do Departamento

[31] Dois Vizinhos, Medianeira, Pato Branco, Campo Mourão, Cornélio Procópio e Ponta Grossa e Curitiba.
[32] Apucarana, Londrina, Toledo, Francisco Beltrão; Guarapuava, Santa Helena.
[33] http://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/pdi/pdi-2018-2022
[34] Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm
[35] Assim, a UTFPR passa a partir de 2011 a ter dois Câmpus em Curitiba, o primeiro Câmpus que é a sede Central dos demais campi existentes no Estado do Paraná.
[36] A Sede Ecoville foi viabilizada com recursos da própria universidade e do Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), programa do Governo Federal

Acadêmico de Construção Civil (Dacoc), seguidos do Departamento Acadêmico de Química e Biologia, visando aumentar a sinergia entre seus grupos de pesquisa e a integração dos processos de disseminação do conhecimento. O Dacoc também está firmando convênios em parceria com a iniciativa privada e entidades da área, para a realização de projetos de pesquisas de novos materiais, tecnologias e sistemas produtivos.

Nos últimos anos o desenvolvimento local vinculado à instalação e ao papel das universidades ganhou espaço em diversas áreas do conhecimento e, sobretudo, no campo da geografia. Neste sentido, a instalação da UTFPR em Curitiba, localizado na mesorregião de Curitiba e o município de Apucarana na mesorregião Norte Central Paranaense apresentam alguns elementos que contribuem para responder a problemática de pesquisa que aborda "como a instalação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná contribui para o desenvolvimento local e regional da Região Metropolitana de Curitiba e Apucarana como um Espaço Econômico Relevante".

De todos os Câmpus da UTFPR, Curitiba é o que mais possui cursos e alunos matriculados atendendo a demanda de todos os municípios da RMC, apresentando segundo Estimativa Populacional do IBGE/2018, uma população de 3.224.443 habitantes. Conforme dados do IPARDES (2016 c), a RMC é a maior do estado, devido ao seu dinamismo da indústria e dos serviços, possuindo o PIB mais representativo do Paraná. Espacialmente, o PIB[37] do estado é concentrado na mesorregião Metropolitana de Curitiba (RMC) – participação de 41,9% em 2015 – localização do distrito industrial, refinaria da Petrobrás e parque automotivo, uma vez que desde os anos 70 a mesorregião Metropolitana de Curitiba é a mais urbanizada entre as mesorregiões paranaenses.

Considerando a hierarquia definida pelo IBGE (2000)[38], nos anos 90, Curitiba destacava-se pelo nível máximo de centralidade no conjunto de cidades do Paraná, ou seja, como o principal polo de irradiação de uma ampla gama de serviços que atendem a um também amplo conjunto de municípios. A análise da abrangência dessa polarização mostra o significativo alcance de Curitiba no território da Região Sul, sendo considerada polo de um dos sistemas urbanos identificados no Brasil e classificada como "metrópole nacional".

A Região Metropolitana de Curitiba participa de forma integrada, nacional e internacionalmente de um conjunto de atividades econômicas diversificadas, concentrando os principais constitutivos da sociedade paranaense, no que refere ao poder econômico, político e ideológico. Desta forma, em função da grande gama de serviços, ampla parte dos egressos da UTFPR é absorvida nos diversos setores econômicos, uma vez que conforme Castells (2000), apud Alves et al (2018, p. 86) "em um mundo mais competitivo, sobressaem-se os indivíduos com melhor preparo para o desempenho das funções necessárias sob a nova ótica informacional".

iniciado em 2007, que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

[37] Dados de PIB municipal são divulgados pelo IBGE exclusivamente em termos nominais e assinalam crescimento médio de 8,3% no estado, em 2015, ante o ano anterior (Boletim Regional do Banco Central do Brasil – Julho de 2018).

[38] Hierarquia organizada em oito classes de centros – máximo, muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco e muito fraco –, estabelecidas por níveis de centralidade medidos pelo desempenho de funções urbanas (IBGE, 2000).

Diferentemente da UTFPR de Curitiba o Câmpus de Apucarana, considerado como um Espaço Econômico Relevante apresenta algumas características distintas por não fazer parte de uma Região Metropolitana. Conforme classificação do Ipardes (2004) o município de Apucarana, possui um grau de centralidade considerado de forte para médio, o que demonstra a influência que o município possui na mesorregião. Dados apresentados pelo Ipardes (2017) demonstram que o Segundo Espaço Relevante, obteve um aumento na participação do PIB de 15,04% e continuou ocupando a terceira posição em número de ativos no Estado. No ano de 2003 destacou-se em relação à infraestrutura técnico-científica, por concentrar o terceiro maior número de ativos, ou seja, 14,81% e a segunda posição em relação às instituições de ensino superior. Cabe destacar, no entanto, que esse espaço historicamente sustenta uma matriz produtiva diversificada, que se assemelha ao da RMC mantendo, contudo, uma grande distância nos volumes de geração de riqueza, ativos institucionais e na diversidade de opções produtivas.

Desta forma, com a instalação do Câmpus da UTFPR no ano de 2007, algumas alterações a curto, médio e longo foram verificadas, como por exemplo, o aumento da ocupação urbana no entorno da universidade, em função do número de alunos, professores e administrativos vindos de outros estados e regiões brasileiras, o aumento da sua área física que em 2007, era 11.816 m², e já na primeira expansão em 2008, passou para 70.575 m², com a doação da área realizada pela Associação Comercial e Industrial de Apucarana - ACIA.

Na concepção do professor Ivan José Coser[39] os empresários, as associações, o comércio, os segmentos hoteleiro e gastronômico, as ações de infraestrutura realizadas pelo poder público, tudo contribuiu para o pleno sucesso do Câmpus Apucarana da UTFPR, o que se reverte também em benefícios para toda a coletividade, lembra o professor. Ainda para o professor “a abertura do Câmpus de Apucarana foi um grande avanço para a cidade, pois possibilitou a vinda de muitos servidores de outras regiões que aqui vieram desenvolver suas atividades, aumento no número de cursos e vagas ofertadas, mais serviços à comunidade, além da expansão física da instituição”.

“A vinda dos alunos de outras regiões do Paraná e de diversos estados, trás uma nova dinâmica para Apucarana”, que, como lembra “não estava preparada num primeiro momento para receber tantos estudantes”. Ele cita a diversidade étnica e cultural, potencializada por essa migração estudantil como um fator altamente positivo. “Apucarana ficou mais cosmopolita, com mais diversidade, integração e convivência e vai quebrando aos poucos eventuais barreiras inerentes a uma cidade de médio porte”, avalia o professor Oscar Jussato Nakasato. Comungando com os professores citados, o diretor da imobiliária J. Marese Cearini, João Eduardo Prado Mareze, também ressalta que “a instalação do Câmpus contribuiu para o desenvolvimento de toda a cidade, começando pelas vias de acesso entre esses locais e a universidade”. Destaca, portanto, que “desde a instalação do Câmpus já foram construídos 03 condomínios e que muitos dos alunos do Câmpus foram morar nos apartamentos, assim como em outras regiões da cidade”.

[39] O professor José Ivan Coser, acompanhou o nascimento do Campus de Apucarana, como parte do primeiro grupo de servidores encarregado de fazer a instituição iniciar suas atividades em 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como principais resultados, nota-se com base nos principais teóricos que debatem a temática que a relação existente entre as universidades e o desenvolvimento local e regional é estreita, podendo ser endossada pela literatura econômica, em que sustenta ser a educação um fator de extrema relevância para se alavancar o desenvolvimento de um país. Corroborando com autores como Serra e Rollim (2013), Vieira (2017), evidencia que as universidades desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico do país. Vieira (2017) mostra alguns estudos realizados por Mille (2004), que são importantes para entendermos a contribuição de caráter estritamente econômico das IES ao desenvolvimento de seus Territórios podem ser distinguidos dois tipos básicos de impactos, o “encadeamento para trás” (backward linkages) e o “encadeamento para frente” (foward Linkages), o que pode ser comprovado ao longo da pesquisa. Além disso, verificou-se que o Produto interno Bruto e os demais indicadores sofreram alterações significativas em ambos os municípios. Portanto, outro resultado verificado mostrou que as Universidades contribuem para a transformação econômica e social, influenciando no desenvolvimento regional, pois passam a ser uma força de atração de consumidores, atividades e empresas, contribuindo no crescimento econômico local alterando a dinâmica territorial, estimulando a demanda efetiva local, bem como, aprimorando o mercado de trabalho, a diversificação produtiva em direção a segmentos intensivos em tecnologia e incrementando a atratividade da região com a construção de vias de acesso, infraestrutura, condomínios, aumento das atividades comerciais tanto em relação ao fluxo de indivíduos quanto ao de capitais.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento de uma região está diretamente vinculado aos investimentos locais e muitas são as formas para alcançá-lo, sendo inquestionável a importância das universidades tanto na produção da ciência, no processo de inovação tecnológica e também na formação de capital humano. Desta forma, é convergente que o incentivo à educação, acelera o processo de crescimento e desenvolvimento local e regional, em que a interiorização das IES contribuiu para um maior crescimento e desenvolvimento das regiões, e uma diminuição das assimetrias regionais existentes no país e no Estado do Paraná, objeto de estudo. Conclui-se, portanto, que neste início do século XXI, ao se pesquisar o desenvolvimento local e regional, tendo como principal elemento a universidade, existe uma relação estreita entre o progresso social, o avanço da democracia, melhor distribuição de renda, o desenvolvimento local e as alterações nas dinâmicas do território, ocorrendo uma evolução, embora que ínfima das políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alceli Ribeiro [et al]. Perspectivas e abordagens geográficas contemporâneas. Curitiba: Intersaberes, 2018.

ARAÚJO, T. B. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva. In: CASTRO, Iná Elias; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio A. G. Redescobrindo o Brasil: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ FAPERJ, 1999. p. 73-91.

ARAÚJO, T. B. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30 n. 2, p. 144-161, abri-jun- 1999.

ARAÚJO, T.B. Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: fase, 2000.
BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 1, N. 2, p. 7-12, Mar. 2001.
BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. Os desafios do desenvolvimento local [livro eletrônico] / organizado por -- Porto Alegre: FEE, 2012.
CARLEIAL, Liana. O desenvolvimento regional brasileiro ainda em questão. Revista Política e Planejamento Regional (PPR), Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2014.
DECRETO Nº 6.047, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6047.htm Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.
FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
IBGE. Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2001.
GARBOSSA, Renata Adriana. O processo de produção do espaço urbano. Impactos e desafios de uma nova urbanização. InterSaberes, 2016.
MÉSZÁROS, I. O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva. Conferência proferida na Cimeira dos “Parlamentos Latino-Americanos” sobre a “dívida social e integração latino-americana”. Caracas, 10-13 jul. 2001.
OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.
Os desafios do desenvolvimento local [livro eletrônico] / organizado por Áurea Corrêa de Miranda Breitbach.-- Porto Alegre : FEE, 2012.
RAIHER, Augusta Pelinski (Org). As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná. Editora UEPG. 2015.
ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. Universidade e desenvolvimento regional: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional. Curitiba: Juruá, 2009.
SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

A REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO:

PRIMEIROS PASSOS

Erasmo Gomes

erasmo@fearp.usp.br
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto | Universidade de São Paulo (FEA-RP | USP)

A REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO (RMRP): ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) foi instituída pela Lei Complementar Estadual nº 1.290, de 06 de julho de 2016. Segundo a Lei que a institui (SÃO PAULO, 2016), a Região Metropolitana de Ribeirão Preto tem por objetivo promover:

> I - o planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida; II - a cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados; III - a utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região; IV - a integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região; V - a redução das desigualdades regionais (SÃO PAULO, 2016, Art. 2º).

Integram a Região Metropolitana de Ribeirão Preto 34 municípios, distribuídos segundo quatro sub-regiões, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1- Sub-regiões da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e respectivos municípios integrantes.

Sub-região	Número de Municípios	Municípios Integrantes
I	15	Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumont, Guatapará, Jardinópolis, Luis Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Serrana, Serra Azul e Sertãozinho
II	6	Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Pitangueiras, Taiúva e Taquaral
III	6	Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Mococa, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo e Tambaú
IV	7	Altinópolis, Batatais, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira e Santo Antônio da Alegria

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Emplasa (2018)

O processo de tramitação legislativa para criação da RMRP

Os esforços legislativos para a instituição da RMRP remontam à primeira metade dos anos 2000, quando da tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 17, de 15.08.2003, de autoria do Deputado Adilson Barroso, que “Cria a Região Metropolitana de Ribeirão Preto". O projeto de Lei tramitou por cerca de três anos e meio, até 25.04.2007, quando foi enviado para arquivo nos termos do artigo 177, que trata da retirada de proposições, da XIV Consolidação do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Em 2012 o tema retorna à pauta da Assembleia, sob a forma de Projeto de Lei Complementar nº16 de 10.05.2012, de autoria dos Deputados Estaduais Pedro Bigardi e Leci Brandão, que "Cria a Região Metropolitana de Ribeirão Preto". Quase três anos depois, em 27.03.2015, o mesmo foi encaminhado para arquivo nos termos do artigo 177, que trata da retirada de proposições, da XIV Consolidação do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Novamente, em 2014 o tema volta para discussão, sob o Projeto de Lei Complementar nº 16, de 16.04.2014, de autoria dos Deputados Estaduais Rafael Silva e Welson Gasparini, que "Cria a Região Metropolitana de Ribeirão Preto e o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e autoriza o Poder Executivo a instituir entidade autárquica e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Ribeirão Preto". Mais uma vez, após cerca de um ano de tramitação na casa legislativa, o Projeto de Lei foi enviado para arquivo em 27.03.2015, nos termos do artigo 177, que trata da retirada de proposições, da XIV Consolidação do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Finalmente, o Projeto de Lei complementar 16 de 07.06.2016, de autoria do Governador do Estado, transformado em Lei Complementar nº 1.290/2016, "Cria a Região Metropolitana de Ribeirão Preto e dá outras providências". O Projeto de Lei tramitou na Assembleia Legislativa de 07.06.2016 à 15/06/2016, ou seja, cerca de uma semana, quando foi aprovado em Plenário e publicado em 07.07.2016 na forma da Lei Complementar nº 1.290, de 06.07.2016.

Estrutura organizacional formal da RMRP

A estrutura organizacional da RMRP está formalizada pela Lei Complementar nº 1.290, de 06.07.2016, sendo composta pelas seguintes instâncias: Conselho de Desenvolvimento, Conselho Consultivo, Câmaras Temáticas, Entidade Autárquica e Fundo de Desenvolvimento.

O Conselho de Desenvolvimento é o órgão central de decisões da RMRP. Tem a atribuição de deliberar sobre planos, projetos, programas, serviços e obras a serem realizados com recursos financeiros do Fundo de Desenvolvimento. O Conselho é composto, de forma paritária, pelo Prefeito de cada Município integrante da RMRP e por representantes do Estado (SÃO PAULO, 2016, Art. 6º e 7º).

O Conselho de Desenvolvimento especificará, ainda, as funções públicas de interesse comum ao Estado e aos Municípios da RMRP, dentre os seguintes campos funcionais: planejamento e uso do solo; transporte e sistema viário regional; habitação; saneamento ambiental; meio ambiente; desenvolvimento econômico; atendimento social; esportes e lazer; e turismo (SÃO PAULO, 2016, Art. 12).

Já, o Conselho Consultivo da RMRP será composto por representantes do Poder Executivo dos Municípios que integram a RMRP, do Poder Legislativo dos Municípios que integram a RMRP, do Poder Executivo Estadual e da sociedade civil (SÃO PAULO, 2016, Art. 14). Cabe ao mesmo elaborar propostas representativas da sociedade civil, do Poder Executivo Estadual e do Poder Executivo Municipal dos municípios que integram a RMRP, propor a constituição de Câmaras Temáticas e de Câmaras Temáticas Especiais e opinar sobre questões de interesse da região (SÃO PAULO, 2016, Art.15).

Com relação às Câmaras Temáticas, o Conselho de Desenvolvimento poderá constituir Câmaras Temáticas, para as funções públicas de interesse comum, e Câmaras Temáticas Especiais, voltadas a um programa, projeto ou atividade específica, como subfunção entre as funções públicas definidas pelo Colegiado (SÃO PAULO, 2016, Art.16). No tocante à entidade autárquica de caráter territorial, a mesma tem por finalidade integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum da RMRP e deverá ser criada pelo Poder Executivo estadual, mediante lei complementar (SÃO PAULO, 2016, Art.17). Caberá à mesma arrecadar as receitas próprias ou as que lhe sejam delegadas ou transferidas, inclusive multas e tarifas relativas a serviços prestados; elaborar planos, programas e projetos de interesse comum e estratégico, estabelecendo objetivos e metas, bem como fiscalizar e avaliar sua execução; promover a desapropriação de bens declarados de utilidade pública, quando necessários à realização de atividades de interesse comum (SÃO PAULO, 2016, Art.17, § 2º).

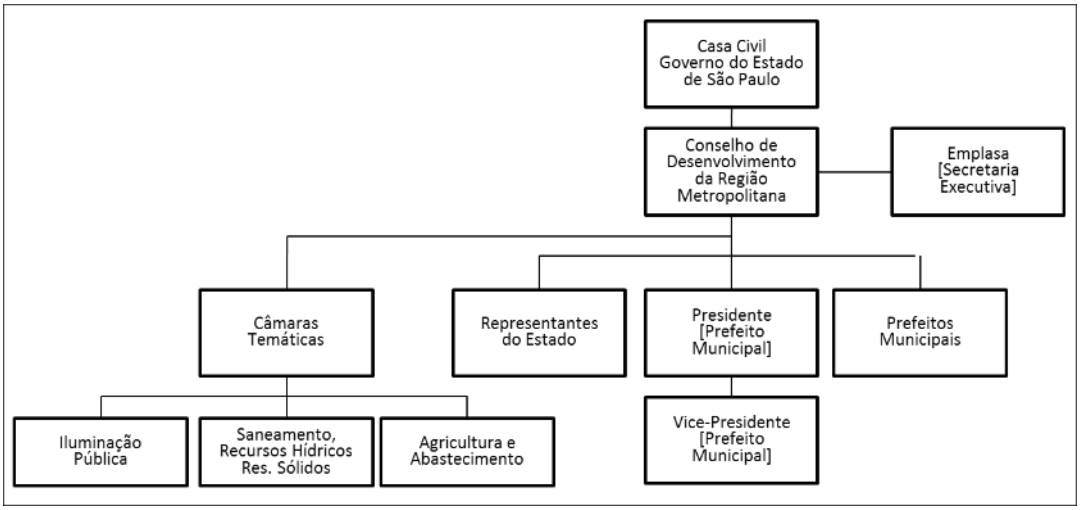
Por seu turno, com relação ao Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão, fica o Poder Executivo autorizado a institui-lo vinculado à entidade autárquica (SÃO PAULO, 2016, Art.21). O Fundo terá a finalidade de dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios metropolitanos (SÃO PAULO, 2016, Art.21, § 1º). São objetivos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto: I - financiar e investir em planos, projetos, programas, serviços e obras de interesse da Região Metropolitana de Ribeirão Preto; II - contribuir com recursos técnicos e financeiros para: a) melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico da Região; b) a elaboração de estudos, pesquisas e projetos, objetivando a melhoria dos serviços públicos municipais considerados de interesse comum; c) redução das desigualdades sociais da Região (SÃO PAULO, 2016, Art. 22).

Estrutura organizacional atual da RMRP

Atualmente, encontra-se em funcionamento o Conselho de Desenvolvimento da RMRP, formalmente instalado em 27 de março de 2017, tendo se reunido ordinariamente oito vezes desde sua criação[40]. Nesse período, o Prefeito de Ribeirão Preto, eleito o primeiro presidente do Conselho, foi reconduzido ao cargo para mais um mandato, de 12 meses. Também foram instituídas três Câmaras Temáticas, a saber: i) Agricultura e Abastecimento, ii) Saneamento, Recursos Hídricos e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e iii) Iluminação Pública. Na Figura 1 é apresentada a estrutura organizacional atual da Região Metropolitana de Ribeirão Preto com as instâncias existentes.

[40] Em 27/03/2017, 10/05/2017, 30/06/2017, 04/09/2017, 13/11/2017, 29/01/2017, 26/03/2018 e 12/06/2018.

Figura 1- Estrutura organizacional atual da Região Metropolitana de Ribeirão Preto



Fonte: Elaboração própria com base em São Paulo (2016)

BREVE CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICO-PRODUTIVA DA RMRP

Estudo conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), denominado “Regiões de Influência das Cidades (REGIC 2007)”, referindo-se à hierarquia dos centros urbanos e suas regiões de influência, propõe uma classificação segundo a intensidade das ligações entre as cidades. As cidades foram classificadas em cinco grandes níveis, que se subdividem em dois ou três subníveis. São eles, da maior para a menor hierarquia: (i) Metrópoles, (ii) Capital regional, (iii) Centro sub-regional, (iv) Centro de zona e (v) Centro local. De acordo com IBGE (2008), “Capital Regional” possui área de influência de âmbito regional, sendo referida como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Já “Centro de Zona” possui atuação restrita à sua área imediata e exercem funções de gestão elementares e “Centro Local” são cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes. No Quadro 2 são relacionados os municípios integrantes da RMRP, classificados segundo níveis de centralidade por sub-região.

Quadro 2 - Níveis de Centralidade dos municípios integrantes da RMRP, segundo sub-região.

Sub-região	Nível de Centralidade	Município
I	Capital Regional B	Ribeirão Preto
	Centro Local	Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumont, Guatapará, Luís Antônio, Pontal, Pradópolis, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Serra Azul
II	Centro de Zona B	Monte Alto
	Centro Local	Guariba, Jaboticabal, Pitangueiras, Taiúva, Taquaral
III	Centro de Zona B	Mococa
	Centro Local	Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Tambaú
IV	Centro de Zona B	Orlândia
	Centro Local	Altinópolis, Batatais, Morro Agudo, Nuporanga, Sales Oliveira, Santo Antônio da Alegria

Fonte: elaborado pelo autor a partir de IBGE (2008)

Conforme pode ser observado, a RMRP conta com uma “Capital Regional B” (Ribeirão Preto), três “Centros de Zona B” (Monte Alto, Mococa e Orlândia), sendo os demais 27 municípios[41] classificados como “Centros Locais”. Capital Regional, segundo IBGE (2008), dentre outras características, possui área de influência de âmbito regional, sendo referida como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios.

A RMRP possui uma economia robusta e diversificada, com empresas agrícolas, industriais, de alta tecnologia, comércio e serviços, além de ser destaque nos sistemas logísticos em transportes, comunicação e segurança. Abriga grandes empresas de alta capacidade para atender o mercado interno e externo de alimentos, além de sediar importante evento no setor do agronegócio, a Agrishow, em Ribeirão Preto. Polo na indústria sucroalcooleira pela sua posição estratégica em relação aos maiores centros consumidores de etanol. A RMRP reúne aproximadamente 1,7 milhão de habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, e produziu 2,84% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista em 2015 (EMPLASA, 2018). Na Tabela 1 apresenta-se o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes de 2015 dos municípios da RMRP.

[41] Três municípios não foram classificados pelo estudo (Jardinópolis, Serrana, Sertãozinho).

Tabela 2- Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes - RMRP 2015

Município	PIB 2015 (mil R$)	Part. Rel. (%)	Part. Acum. (%)
Ribeirão Preto	27.809.706	55,2	55,2
Jaboticabal	2.434.057	4,8	60,0
Mococa	1.802.064	3,6	63,6
Monte Alto	1.615.405	3,2	66,8
Batatais	1.513.698	3,0	69,8
Orlândia	1.482.382	2,9	72,7
Luís Antônio	1.443.264	2,9	75,6
Morro Agudo	1.062.318	2,1	77,7
Demais 26 municípios	11.256.397	22,3	100
Total RMRP	**50.419.291**	**100**	**-**
Média RMRP	**1.482.920**	**-**	**-**
Mediana RMRP	**497.441**	**-**	**-**
Mínimo (Taquaral)	28.367	0,1	-

Fonte: IBGE (2018)

Ribeirão Preto é o município com maior PIB dentre os municípios integrantes da RMRP, atingindo, aproximadamente, 28 bilhões de reais, o que representa 55,2% do total. Ademais, destaca-se que juntos, sete municípios, incluindo Ribeirão Preto, respondem por 75,6% do PIB regional, que é de 50 bilhões de reais, aproximadamente. O PIB médio da RMRP é de 1,4 bilhão de reais, aproximadamente, a mediana é de 497 milhões de reais e o menor valor de PIB é de 28,3 milhões de reais, do município de Taquaral.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto (PIB) per capta a preços correntes - RMRP 2015.

Município	PIB 2015 Per Capta (R$)
Luís Antônio	107.883
Nuporanga	55.663
Ribeirão Preto	41.736
Cássia dos Coqueiros	41.169
Sertãozinho	39.478
Orlândia	34.734
Morro Agudo	33.596
Monte Alto	32.663
Jaboticabal	32.103
Santa Rosa de Viterbo	30.773
Cravinhos	28.094
Média RMRP	**27.542**
Mediana RMRP	**21.913**
Mínimo (Serra Azul)	9.528

Fonte: IBGE (2018)

Verifica-se que, embora Ribeirão Preto detenha o maior PIB dentre os municípios da RMRP, com aproximadamente, 28 bilhões de reais, quando se trata de PIB per capta, a situação se altera. Nesse caso, Ribeirão Preto passa a ocupar a terceira posição, atrás de Nuporanga, com 55,6 mil reais, per capta, na segunda posição, e de Luís Antônio com, cerca de, 108 mil reais per capta, na primeira posição. Os 11 municípios relacionados na Tabela 6 encontram-se acima da média da RMRP, que é de 27,5 mil reais. A mediana é de 21,9 mil reais e o menor PIB per capta identificado é de 9,5 mil reais, em Serra Azul.

Tabela 4 - Número de estabelecimentos, segundo porte por faixa de empregados (dez. 2016)

Classificação Sebrae		Faixa de Empregados	Freq.	Part. Rel. (%)
Comércio e Serviços	Indústria			
Micro	Micro	0 Empregado	5.418	11,7
		De 1 a 4	26.367	56,7
		De 5 a 9	7.442	16,0
Pequena	Pequena	De 10 a 19	3.897	8,4
		De 20 a 49	2.221	4,8
Média		De 50 a 99	589	1,3
Grande	Média	De 100 a 249	346	0,7
		De 250 a 499	104	0,2
	Grande	De 500 a 999	51	0,1
		1000 ou Mais	39	0,1
-	-	**Total**	**46.474**	**100**

Fonte: Elaborado a partir de MTE (2018)

Em termos de número de estabelecimentos, por porte (em número de funcionários), tem-se a expressiva liderança de estabelecimentos na faixa de 1 a 4 empregados, com, aproximadamente, 26 mil estabelecimentos na RMRP, ou 56,7% do total. Seguem-se estabelecimentos na faixa de 5 a 9 empregados, com 7,4 mil estabelecimentos, ou 16% do total. Na terceira posição tem-se estabelecimentos com zero empregados, com 5,4 mil estabelecimentos, ou 11,7% do total. Juntas, as três categorias de empresas, classificadas como microempresas pelo Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), sejam de comércio e serviços ou da indústria, somam 39 mil estabelecimentos, representando 84,4% do total de estabelecimentos presentes na RMRP.

Tabela 5 - Vínculos ativos por estabelecimento e porte, segundo faixa de empregados (dez. 2016)

Classificação Sebrae		Faixa de Empregados	Vínculos Ativos	Part. Rel. (%)
Comércio e Serviço	Indústria			
Micro	Micro	De 1 a 4	50.134	10,9
		De 5 a 9	48.774	10,6
Pequena		De 10 a 19	52.180	11,4
	Pequena	De 20 a 49	65.448	14,2
Média		De 50 a 99	40.588	8,8
Grande	Média	De 100 a 249	52.889	11,5
		De 250 a 499	34.937	7,6
	Grande	De 500 a 999	36.545	8,0
		1000 ou Mais	77.982	17,0
-	-	**Total**	**459.477**	**100**

Fonte: Elaborado a partir de MTE (2018)

De modo geral, observa-se uma relativa homogeneidade na distribuição dos empregos segundo porte dos estabelecimentos de acordo com a faixa de empregados dos estabelecimentos. Ainda assim, cabe destaque para as grandes empresas (com 1000 ou mais empregados) na geração de postos de trabalho na RMRP, respondendo por cerca 78 mil vínculos ou 17% do total. Seguem-se estabelecimentos na faixa de 20 a 49 empregados, com 65,5 mil vínculos, ou 14,2% do total. Esses estabelecimentos são considerados, pelos critérios do Sebrae, quanto ao porte, como sendo pequenas empresas. Destacam-se, portanto, as categorias “grande empresa” e “pequena empresa” para a RMRP, respondendo pela geração de, cerca de, 143 mil vínculos ativos, ou 31% do total.

Tabela 6 - Estabelecimentos por atividade econômica (dez. 2016)

CNAE 2.0 Divisão	CNAE 2.0 Divisão	Estabelec.	Part. Rel. (%)	Part. Acum. (%)
47	Comércio Varejista	14.018	30,2	30,2
01	Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados	3.883	8,4	38,5
56	Alimentação	2.865	6,2	44,7
45	Comércio e Reparação Veic. Aut. e Motocicletas	2.723	5,9	50,5
86	Atividades de Atenção a Saúde Humana	2.252	4,8	55,4
49	Transporte Terrestre	1.975	4,2	59,6
46	Comércio por Atacado, Exc. Veic. Aut. e Motocicl.	1.645	3,5	63,2
-	Demais 78 setores	17.113	36,8	100
	Total	**46.474**	**100**	**-**

Fonte: Elaborado a partir de MTE (2018)

Observa-se que sete setores econômicos, representando 8,2% de um total de 85, respondem por 63,2% do total de estabelecimentos existentes na RMRP. A liderança absoluta é exercida por “Comércio Varejista”, com, cerca de, 14 mil estabelecimentos,

representando 30,2% do total. Destaca-se a ausência da indústria de transformação nessa listagem dos setores mais expressivos em termos de número de estabelecimentos.

Tabela 7 - Vínculos ativos por atividade econômica (dez. 2016)

CNAE 2.0 Divisão	Descrição	Total de Vínculos	Part. Rel. (%)	Part. Acum. (%)
47	Comércio Varejista	76.899	16,7	16,7
10	Fabricação de Produtos Alimentícios	40.380	8,8	25,5
84	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	38.782	8,4	34,0
86	Atividades de Atenção à Saúde Humana	23.864	5,2	39,2
01	Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados	21.058	4,6	43,7
85	Educação	20.969	4,6	48,3
46	Comércio por Atacado, Exc. Veíc. Autom. e Motoc.	18.035	3,9	52,2
-	Demais 82 setores	219.490	47,8	100
	Total	**459.477**	**100**	**-**

Fonte: Elaborado a partir de MTE (2018)

Observa-se que sete setores econômicos, representando 7,9% de um total de 89, respondem por, cerca de, 52% do total de empregos da RMRP. O principal deles é "comércio varejista", responsável por aproximadamente 77 mil postos de trabalho, ou 16,7% do total, seguido por "Fabricação de Produtos Alimentícios", que gera, aproximadamente, 40 mil postos de trabalho, ou 8,8% do total. Não menos importante na geração de postos de trabalho para a Região é o setor "Administração Pública, Defesa e Seguridade Social", na terceira posição, responsável por, cerca de, 39 mil vínculos, ou 8,4%.

Comércio Exterior: panorama da RMRP em 2017

Na Tabela 7 são apresentados o número de empresas exportadoras, número de embarques para exportação, valor US$ FOB exportações, valor US$ FOB por embarque, valor US$ FOB por empresa exportadora para a segundo município da RMRP para o ano de 2017.

Tabela 8 - Número de empresas exportadoras, número de embarques para exportação, valor US$ FOB exportações, valor US$ FOB por embarque, valor US$ FOB por empresa exportadora RMRP 2017.

Município RMRP	Empresas Export. (a)	Pos.	Embarq. (b)	Pos.	US$ 2017 (FOB) (c)	Pos.	US$ / Embarq. (d)	Pos.	USS / Empresa (e)	Pos.
Ribeirão Preto	127	1	5.357	1	184.731.626	4	34.484	17	1.454.580	13
Sertãozinho	64	2	1.960	2	726.003.669	1	370.410	6	11.343.807	5
Jaboticabal	19	3	589	7	68.655.124	7	116.562	11	3.613.428	11
Cravinhos	18	4	862	3	25.396.549	11	29.462	19	1.410.919	14
Mococa	15	5	270	10	14.282.873	12	52.900	16	952.192	17
Monte Alto	14	6	649	4	9.894.607	14	15.246	27	706.758	18
Batatais	11	7	576	8	97.218.727	5	168.783	9	8.838.066	7
Dumont	7	9	95	13	32.465.727	10	341.744	8	4.637.961	9
Cajuru	7	8	622	5	11.672.351	13	18.766	25	1.667.479	12
Orlândia	6	11	423	9	64.463.496	8	152.396	10	10.743.916	6
Brodowski	6	10	19	22	1.212.823	21	63.833	15	202.137	23
Jardinópolis	4	12	25	21	2.765.022	18	110.601	12	691.256	19
Pradópolis	3	15	70	14	313.528.630	2	4.478.980	1	104.509.543	1
Luís Antônio	3	14	590	6	208.927.307	3	354.114	7	69.642.436	2
Barrinha	3	13	42	17	3.654.051	17	87.001	13	1.218.017	16
Sales Oliveira	3	16	33	19	1.033.517	22	31.319	18	344.506	22
Serrana	3	18	31	20	580.794	24	18.735	26	193.598	24
Santa Rita do Passa Quatro	3	17	25	21	241.746	25	9.670	28	80.582	26
Santa Rosa de Viterbo	2	20	134	12	9.627.314	15	71.846	14	4.813.657	8
Tambaú	2	21	56	15	1.215.225	20	21.700	22	607.613	20
Pontal	2	19	36	18	714.782	23	19.855	23	357.391	21
Nuporanga	1	26	152	11	68.871.065	6	453.099	5	68.871.065	3
Pitangueiras	1	27	45	16	39.213.166	9	871.404	4	39.213.166	4
Altinópolis	1	22	1	24	4.004.256	16	4.004.256	2	4.004.256	10
Morro Agudo	1	25	1	24	1.287.304	19	1.287.304	3	1.287.304	15
São Simão	1	28	5	23	98.857	26	19.771	24	98.857	25
Cássia dos Coqueiros	1	23	2	23	45.120	27	22.560	21	45.120	27
Guariba	1	24	1	24	25.040	28	25.040	20	25.040	28
Total	**329**	**-**	**12.671**	**-**	**1.891.830.768**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Média	12	-	452	-	67.565.385	-	473.280	-	12.199.095	-
Mediana	3	-	63	-	9.760.961	-	67.839	-	1.349.112	-
Mínimo	1	-	1	-	25.040	-	9.670	-	25.040	-

Fonte: Elaborado a partir de MDIC (2018)

Empresas Exportadoras por Município da RMRP

Em 2017, 329 empresas localizadas em 28 municípios, o que representa 82% do total de municípios da RMRP, realizaram exportações de seus produtos. Ribeirão Preto liderou o número de empresas exportadoras, com 127 empresas ou 38,6% do total, seguida por Sertãozinho, com 64 empresas, ou 19,5%. Juntos, ambos os municípios foram sede de 58% das empresas exportadoras em 2017. Segue-se na terceira posição o município de Jaboticabal, com 19 empresas exportadoras (ou 5,8% do total) e na quarta posição, Cravinhos, com 18 empresas (ou 5,5% do total). Na quinta posição tem-se o município de Mococa, com 15 empresas (ou 4,6%) e na sexta posição, Monte Alto, com 14 empresas exportadoras. A média de empresas exportadoras por município da RMRP é 12 e a mediana igual a três. Sete municípios da RMRP (Altinópolis, Cássia dos Coqueiros, Guariba, Morro Agudo, Nuporanga, Pitangueiras e São Simão) contam com apenas uma empresa exportadora, cada. Já, em outros seis municípios da RMRP (Guatapará, Santa Cruz da Esperança, Santo Antônio da Alegria, Serra Azul, Taiuva e Taquaral) não foram registradas empresas com atividade de exportação no ano de 2017.

2.3 Número de Embarques para exportação

As 329 empresas localizadas em 28 municípios da RMRP realizaram durante o ano de 2017, 12.671 embarques de mercadorias para o Exterior, perfazendo, aproximadamente, 35 embarques diários. O município da RMRP, cujas empresas realizaram o maior número de embarques, foi Ribeirão Preto, com 5.357, o que representou 42,3% do total de embarques para exportação. Na segunda posição, encontram-se as empresas localizadas no município de Sertãozinho, com 1.960 embarques, ou 15,5% do total. Juntas, as empresas desses dois municípios responderam por 57,7% do total de embarques para exportação da RMRP. A média da de embarques por município da RMRP foi de 452 embarques. Já, a mediana foi de 63 embarques, ou seja, metade dos municípios realizou mais de 63 embarques e metade menos de 63 embarques. Por sua vez três municípios (Altinópolis, Morro Agudo e Guariba) realizaram apenas um embarque de mercadorias para o Exterior durante o ano de 2017.

Valor Exportado US$ FOB 2017

Em 2017, as 329 empresas localizadas em 28 municípios da RMRP exportaram aproximadamente, 1,89 bilhão de dólares, na modalidade *Free on Boad* (FOB). As empresas de Sertãozinho lideraram o *ranking* com, aproximadamente, 726 milhões de dólares em exportações, o que representou 38,4% do valor total exportado pela RMRP, seguido por Pradópolis, com 313 milhões de dólares, ou 16,6%. O município de Luís Antônio encontra-se na terceira posição, com 209 milhões de dólares exportados, ou 11% do total. Na quarta posição encontram-se as empresas de Ribeirão Preto, com cerca de 185 milhões de dólares e, na quarta posição, as empresas de Batatais, com um volume exportado de 92 milhões de dólares. Seguem-se Nuporanga e Jaboticabal, ambos com, aproximadamente, 69 milhões de dólares. Juntas, as empresas desses sete municípios responderam por 88,2% do total exportado pela RMRP. O menor valor exportado foi registrado por uma única empresa do município de Guariba com, cerca de, 25 mil dólares. A média observada da RMRP foi de 67,5 milhões de dólares. Já, a

mediana foi de 9,7 milhões de dólares. Ou seja, metade dos municípios realizaram exportações acima desse valor e metade, abaixo do mesmo.

Valor Médio (US$) por Embarque

O maior valor médio por embarque foi registrado pelas três empresas exportadoras de Pradópolis, com 4,5 milhões de dólares. Na segunda posição, tem-se uma empresa de Altinópolis, com um único embarque de 4 milhões de dólares e na terceira, uma empresa de Morro Agudo, também com um único embarque de 1,3 milhão de dólares. A quarta posição é ocupada por uma única empresa exportadora de Pitangueiras, com um valor médio por embarque de 871 mil dólares. Considerando todos os embarques, o valor médio foi de 473 mil dólares e a mediana, 68 mil dólares. Ou seja, metade dos embarques apresentou um valor médio acima de 68 mil dólares e metade abaixo desse valor. Já o menor valor médio por embarque observado foi de 9,7 mil dólares, das empresas exportadoras de Santa Rita do Passa Quatro. Chama atenção o valor, relativamente modesto, apresentado pelas empresas de Ribeirão Preto, com 34,5 mil dólares por embarque, colocando a cidade na 17ª posição.

Valor Médio Exportado por Empresa

O maior valor exportado por empresa foi observado no município de Pradópolis, com 104 milhões de dólares. A segunda posição é ocupada por uma empresa de Luís Antônio, com 69,6 milhões de dólares e na terceira posição encontra-se uma empresa de Nuporanga, com 68,8 milhões de dólares. Na quarta posição tem-se uma empresa de Pitangueiras, com 39,2 milhões de dólares. A média observada foi de 12 milhões de dólares e a mediana de 1,4 milhão de dólares. O menor valor médio foi observado em uma empresa localizada em Guariba, com 25 mil dólares exportados em 2017.

p. 924

Tabela 9 - Número de empresas exportadoras segundo setores econômicos (Divisão CNAE 2.0) – 2017.

Divisão CNAE 2.0	Empresas	Part. Rel. (%)	Part. Acum. (%)
Indústrias de transformação	235	71,4	71,4
Comércio; reparação de veíc. automotores e motocicletas	67	20,4	91,8
Agricultura, pecuária, prod. florestal, pesca e aquicultura	11	3,3	95,1
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7	2,1	97,3
Transporte, armazenagem e correio	4	1,2	98,5
Atividades administrativas e serviços complementares	2	0,6	99,1
Construção	1	0,3	99,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1	0,3	99,7
Saúde humana e serviços sociais	1	0,3	100
Total	**329**	**100**	-

Fonte: Elaborado a partir de MDIC (2018)

Em termos de número de empresas, empresas da Indústria de Transformação, com 235 empresas, representando 71,4% do total de empresas exportadoras da RMRP. Seguem-se empresas do Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas,

com 67 empresas, representando 20,4% do total de empresas exportadoras. Juntos, esses dois setores representam 91,8% do total de empresas exportadoras da RMRP.

Tabela 10 - Número de empresas exportadoras da Indústria de Transformação RMRP 2017

Divisão CNAE 2.0	Indústria de Transformação - Descrição	Freq.	Part. Rel. (%)	Part. Acum. (%)
28	Fabricação de máquinas e equipamentos	62	26,4	26,4
10	Fabricação de produtos alimentícios	29	12,3	38,7
20	Fabricação de produtos químicos	26	11,1	49,8
26	Fabricação de equip. informática, produtos eletrônicos e ópticos	21	8,9	58,7
32	Fabricação de produtos diversos	15	6,4	65,1
21	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	13	5,5	70,6
25	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	13	5,5	76,2
22	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	10	4,3	80,4
24	Metalurgia	8	3,4	83,8
27	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8	3,4	87,2
29	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	6	2,6	89,8
33	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	5	2,1	91,9
23	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	4	1,7	93,6
15	Preparação de couros e fabr. artef. couro, artigos viagem e calçados	3	1,3	94,9
17	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3	1,3	96,2
31	Fabricação de móveis	3	1,3	97,4
11	Fabricação de bebidas	2	0,9	98,3
14	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2	0,9	99,1
19	Fabricação de coque, de prod. deriv. Petr. e de biocombustíveis	2	0,9	100
	Total	**235**	**100**	**-**

Fonte: Elaborado a partir de MDIC (2018)

p. 925

De um total de 329 empresas exportadoras da RMRP em 2017, 235 delas, ou 71,4% do total, pertenciam à “Indústria de Transformação”. Desse montante, a maior participação relativa refere-se à empresas do setor de “Fabricação de máquinas e equipamentos”, com 52 estabelecimentos exportadores, ou 26,4% do total. Em segundo lugar estão as empresas de “Fabricação de produtos alimentícios”, com 29 estabelecimentos (ou 12,3%), seguido, na terceira posição, por empresas de “Fabricação de produtos químicos”, com 26 empresas (ou 11,1%), e de “Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos” em quarto lugar, com 21 empresas (ou 8,9%). Juntas, as 138 empresas desses quatro setores responderam por, aproximadamente, 58,7% do total de empresas exportadoras da “Indústria de Transformação” da RMRP. As demais 97 empresas, distribuídas em 15 setores industriais distintos, responderam por 47,3% do total.

Tabela 11 - Classificação dos produtos exportados da indústria de transformação segundo Intensidade

Intensidade Tecnológica	Freq.	Part. Rel. (%)	Pos.	US$ FOB	Part. Rel. (%)	Pos.
Produtos de Media-Alta Tecnologia	4.689	37,0	1	132.927.787	7,0	3
Produtos de Media-Baixa Tecnologia	2.944	23,2	2	101.455.925	5,4	4
Produtos de Baixa Tecnologia	2.558	20,2	3		67,4	1
Produtos de Alta Tecnologia	1.946	15,4	4	43.114.316	2,3	5
Produtos Não Classificados na Indústria de Transformação	534	4,2	5	339.463.763	17,9	2
Total	**12.671**	**100**	**-**	**1.891.830.768**	**100**	**-**

Fonte: Elaborado a partir de MDIC (2018)

Observa-se que os produtos exportados com maior frequência em 2017 pelas empresas da RMRP foram de média-alta intensidade tecnologia, respondendo por 37% dos embarques. Seguem-se exportação de produtos de média-baixa intensidade tecnológica (23,2%) e baixa intensidade tecnológica (20,2%). Já, com relação ao valor exportado, constata-se que os maiores valores estão associados a produtos classificados como de baixa intensidade tecnológica, totalizando, aproximadamente, 1,3 bilhão de dólares ou 67,4% do valor total exportado pelas empresas da RMRP em 2017. Por sua vez, produtos classificados como de alta intensidade tecnológica encontram-se na quinta, e última, posição com 43 milhões de dólares, representando apenas 2,3% do valor total exportado pela RMRP em 2017.

BREVE PANORAMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA RMRP

A presente seção apresenta uma breve panorama acerca da educação superior na RMRP, relacionado ao número de instituição de educação superior e número e área dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Tabela 12 - Número de instituições de ensino superior, de cursos de graduação e de pós-graduação estrito senso, reconhecidos pela CAPES, presentes na RMRP.

Município	IES	Part. Rel. (%)	Cursos de Graduação[42]	Part. Rel. (%)	Cursos de Pós-Graduação Estrito Senso[43]	Part. Rel. (%)
Ribeirão Preto	12	44,4	223	64,8	98	82,4
Jaboticabal	5	18,5	42	12,2	11	17,6
Sertãozinho	4	14,8	20	5,8	-	-
Mococa	2	7,4	10	2,9	-	-
Batatais	1	3,7	40	11,6	-	-
Monte Alto	1	3,7	4	1,2	-	-
Orlândia	1	3,7	3	0,9	-	-
Santa Rita do Passa Quatro	1	3,7	2	0,6	-	-
Total	**27**	**100**	**344**	**100**	**119**	**100**

Fonte: Elaboração própria a partir de MEC (2018)

Como é de se esperar, o município de Ribeirão Preto reúne o maior número de instituições de ensino superior de toda RMRP, com 12 ou 44,4% do total, seguido por Jaboticabal e Sertãozinho, com cinco (18,5%) e quatro (14,8%), respectivamente. Também com relação ao número de cursos de graduação, Ribeirão Preto se destaca, com 223 ou 64,8% do total da RMRP, seguido por Jaboticabal, com 42 cursos, ou 12,2% e Batatais, com 40 cursos, ou 11,6% do total. Já, com relação a cursos de pós-graduação estrito senso, reconhecidos pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ribeirão Preto se destaca mais uma vez, com 98 cursos, ou 82,4%, seguido por Jaboticabal, com 11 cursos ou 17,6%. Tanto em relação aos cursos de graduação quanto de pós-graduação, que o destaque desses dois municípios deve-se à presença de duas universidades públicas estaduais de excelência, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Nos demais municípios da RMRP não há oferecimento de cursos de pós-graduação estrito senso reconhecidos pela CAPES. Na Tabela 12 é apresentada a oferta de cursos de graduação na RMRP, segundo grandes áreas de formação OCDE.

[42] Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Educação São Luís, Faculdade de Jaboticabal, Faculdade de Tecnologia de Jaboticabal, Centro Universitário Moura Lacerda (Jaboticabal), Universidade de São Paulo, Centro Universitário Moura Lacerda, Centro Universitário Barão de Mauá, Universidade de Ribeirão Preto, Universidade Paulista, Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, Faculdade de Ribeirão Preto, Faculdade Reges de Ribeirão Preto, Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto, Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo, Faculdade de Tecnologia de Ribeirão Preto, Faculdade de Tecnologia em Saúde, Faculdade Filadélfia (Ribeirão Preto), Faculdade Anhanguera de Sertãozinho, Faculdade de Sertãozinho, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Faculdade de Tecnologia de Sertãozinho (Sertãozinho), Faculdade de Santa Rita do Passa Quatro, Faculdades da Fundação de Ensino de Mococa, Faculdade de Tecnologia de Mococa (Mococa), Faculdade de Monte Alto (Monte Alto), Faculdade de Orlândia (Orlândia), Centro Universitário Claretiano (Batatais).

[43]Universidade de São Paulo, Universidade de Ribeirão Preto, Centro Universitário Moura Lacerda, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Tabela 13 - Oferta de cursos de graduação na RMRP, segundo grandes áreas de formação OCDE.

Área	Total	Part. Rel. (%)
Ciências sociais, negócios e direito	106	31,0
Educação	78	22,8
Saúde e bem estar social	51	14,9
Engenharia, produção e construção	43	12,6
Ciências, matemática e computação	39	11,4
Agricultura e veterinária	9	2,6
Serviços	9	2,6
Humanidades e artes	7	2,0
Total	**342**	**100**

Fonte: Elaboração própria a partir de MEC (2018)

Observa-se que de 342 cursos de graduação, classificados segundo grandes áreas de formação da OCDE, oferecidos por instituições de ensino superior presentes na RMRP, 106 ou 31% do total, pertencem a área de "ciências sociais, negócios e direito". Na segunda posição encontram-se 78 cursos de graduação relacionados à área de "educação", o que representa 22,8% do total. Juntas, essas duas áreas compreendem mais da metade (53,8%) dos cursos de graduação oferecidos na RMRP. Chama atenção o fato de a RMRP, de maneira geral, ser reconhecida pela pujança do agronegócio a oferta de cursos na área "agricultura e veterinária" contar com apenas nove cursos ou 2,6% do total.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região Metropolitana de Ribeirão Preto é a mais recente das RMs do estado de São Paulo, sendo formalmente instituída em julho de 2016. Portanto, tem cerca de dois anos e meio de existência. Nesse sentido, é compreensível que ainda não haja resultados concretos. A própria estrutura organizacional e de governança ainda está em processo de formação. No entanto, decorrido esse período inicial, de estruturação, de reconhecimento mútuo entre os participantes, doravante, as autoridades metropolitanas serão, cada vez mais, instadas dar mostras concretas a que veio a Região Metropolitana - ou seja, promover ações que afetem positivamente a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Com efeito, a trajetória (virtuosa, espera-se!) da RMRP está para ser construída. Sua conformação produtiva, econômica e social é diversa, assim como o é na maioria das RMs do País. Isto pode ser considerado uma vantagem, apesar dos enormes desafios a serem enfrentados até sua consolidação, o que, certamente, não será um processo de curto prazo, tampouco linear, como nos mostra a experiência internacional e a brasileira.

O desafio de todas as RMs é fazer com que os benefícios da atuação metropolitana atingiam diretamente o chamado "cidadão metropolitano" - ainda, conforme análise de Costa (2013), uma "abstração", uma figura de linguagem -, de forma a melhorar, ao fim e ao cabo, sua qualidade de vida. Da perspectiva das políticas e da gestão pública, o objetivo-desafio é imprimir maior racionalidade a o planejamento

das ações e, consequentemente, na utilização dos recursos. Já da perspectiva político-institucional, o desafio que se coloca é o de promover a coordenação e o entendimento entre os atores municipais, além de instituir canais efetivos de participação da sociedade nas decisões metropolitanas, associado à transparência e acesso à informação.

A RMRP, pela sua condição de recém-criada, poderá aproveitar a experiência brasileira acumulada desde a década de 1970, além da internacional, já há mais tempo, para aprender com os erros e acertos das iniciativas anteriores, buscando, assim, abreviar a entrega dos benefícios decorrentes dessa forma de organização politico-territorial para a sociedade e tornar realidade, e não mais uma figura de linguagem, o chamado “cidadão metropolitano”.

REFERÊNCIAS

COSTA, M. A. Quarenta anos de regiões metropolitanas no Brasil: um breve balanço exploratório. In: COSTA, M. A.; TSUKUMO, I. T. L. (Org.). 40 anos de regiões metropolitanas no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. cap. 16, p. 323-336 (Série Rede Ipea. Projeto Governança Metropolitana no Brasil, v. 1)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Brasil em Síntese. Municípios. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 jul. 2018.

IBGE (instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Regiões de influência das cidades (REGIC 2007). Brasília: IBGE. 2008. 201 p.

EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano). Planejamento Regional. Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMRP>. Acesso em: 29 jul. 2018.

_____. Estudo Comparativo em Governança Metropolitana. Relatório 2014. Barcelona: Metropolis, 2014a, 89 p. Disponível em < https://bibliotecavirtual.emplasa.sp.gov.br/CatalogoEmplasa.aspx>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MDIC (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços). Estatísticas de Comércio Exterior. 2018. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>. Acesso em: 29 jul. 2018.

MEC (Ministério da Educação). Cadastro e-MEC de instituições e cursos de educação superior. Consulta Avançada. 2018. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2018.

MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Bases Estatísticas RAIS e CAGED. 2018. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em 29 jul 2018.

SÃO PAULO (Estado). Lei complementar nº 1.290, de 06 de julho de 2016. Cria a Região Metropolitana de Ribeirão Preto e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 7 jul. 2016. Seção 1, p. 1. Disponível em: < https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2016/executivo%2520secao%2520i/julho/07/pag_0001_2E2EUM1D9O9STe05PO83P43O3SP.pdf&pagina=1&data=07/07/2016&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100001>. Acesso em: 25 jul. 2018.

CIRCUITOS DE RESISTÊNCIA SOB AS LUZES DA METRÓPOLE NEOLIBERAL: ANÁLISE SOCIOESPACIAL DA FRAGMENTAÇÃO E DISPERSÃO URBANOS NA PERIFERIA BELO-HORIZONTINA

Patrícia Silva Gomes

Profa. da FAU UnB
e-mail: patriciasgomes@unb.br

INTRODUÇÃO

Vista por suas luzes noturnas iluminando o espaço disperso e fragmentado, a metrópole neoliberal parece encerrar a metrópole fordista como ponto luminoso saturado que se dilui do core sobre a periferia contígua.

Buscando explicar uma espécie de ossatura do arranjo econômico neoliberal, as teorias da economia espacial reforçam que as cidades continuam sendo o *lócus* da produção e do trabalho, contudo, em contornos fundamentalmente diferentes daqueles que conformaram o arranjo fordista, definindo, perversamente, de forma espraiada e seletiva, os espaços mais dinâmicos e competitivos, enquanto exclui imensos territórios. A posição relativa de cada lugar é então determinada pelas técnicas (trabalho) e vantagens comparativas (recursos) que dispõem.

Essas mudanças econômicas vieram acompanhadas de alterações demográficas e sóciourbanísticas. Em uma análise diacronia da teoria urbana ortodoxa da cidade fordista e neoliberal, grandes *gaps* se formam na compreensão de urbanismos mais cosmopolitas, incorporando a forma urbana do sul global, e as possibilidades de articulação dos circuitos globais de emancipação e resistência, pelo comum urbano (Dardot; Laval, 2014).

Esses espaços, definidos por uma globalização de cima e por uma globalização de baixo, geram um emaranhado de fluxos – materiais e imateriais – que ligam os fixos – pontos dispersos, elitizados, fragmentados, precários –, resultando em um choque de forças centrípetas e centrífugas estruturadoras do território. p. 931

Frente a esses contornos fazem-se os seguintes questionamentos: i) qual o arranjo intra-urbano e inter-regional que emerge na cidade latino-americana nessa fase neoliberal? ii) Quais as possibilidades de este arranjo fortalecer os circuitos urbanos e econômicos de resistência ao projeto neoliberal? iii) O que muda nos padrões locacionais da produção, das formas de moradia e da mobilidade na periferia da metrópole belo-horizontina nessa fase neoliberal?

A hipótese sustentada é o fortalecimento das possibilidades emancipatórias de uma globalização de baixo para cima, fortalecendo os debates teóricos não-ortodoxos da economia espacial e urbana da metrópole na América Latina, a partir das contribuições do caso belo-horizontino.

Para tanto, o trabalho tem por objetivo refletir sobre as mudanças no arranjo produtivo e sociourbanístico da metrópole belo-horizontina das últimas décadas, forjadas, sobretudo, a partir e em sua periferia, identificando as possibilidades para o fortalecimento dos circuitos inferiores de resistência e de contribuições às teorias da economia espacial e urbana não-ortodoxas.

O método de trabalho constitui-se no mapeamento analítico dos seguintes dados: i) grandes projetos urbanos/produtivos implantados ou previstos para a metrópole nas últimas décadas, sobrepostos às centralidades e às redes macroviárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), ii) densidades demográficas por setores censitários da RMBH, conforme dados do Censo do IBGE (2010); iii) renda do chefe de família por setores censitários da RMBH, conforme dados do Censo do IBGE (2010); iv) origem e destinos de viagens por transporte coletivo e individual, conforme os dados da Pesquisa Origem e Destino (2012).

ECONOMIA ESPACIAL E SUAS IMPLICÂNCIAS À CIDADE NEOLIBERAL

As teorias clássicas da economia espacial buscariam explicar os fatores determinantes da escolha locacional das empresas no território[44], o que levaria a constituir economias de aglomeração nas (grandes) cidades, verificadas no ciclo de acumulação fordista.

Esses fatores influenciaram a condução de um conjunto de políticas do tipo Keynesiano de tentativa de equilíbrio das forças desenvolvimentistas pelo território, a partir dos anos 1950, buscando a formação de polos de desenvolvimento locais, conforme as ideias de Perrox (1955). Para o autor, algumas empresas, denominadas motrizes, teriam por função acelerar o desenvolvimento de outras, denominada movidas, induzindo a formação de novas localizações industriais pela criação de distritos industriais fordistas.

No país, a rede urbana forjada no período de 1930 a 1980, por meio de políticas desenvolvimentistas de tentativa de direcionamento das condições gerais de produção (CGP) pelo território, tais como o Plano de Metas, o Plano de Integração Nacional, o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento, resultou na interiorização e concentração urbana nas metrópoles regionais, onde a localização industrial foi incentivada por estímulos fiscais, baixo custo da mão de obra e formação de mercado consumidor (Brandão, 2016; Monte-Mór, 2006). O que não foi suficiente para reverter, contudo, a forte polarização da rede urbana na região de industrialização mais antiga, o Sudeste, que concentra no período 43% da população brasileira, dos quais quase um terço em suas duas principais regiões metropolitanas (BRANDÃO, 2016. p. 1108). p. 932

Santos (1998) observa que se forma no país nesse período o meio técnico-científico (MTC), isto é, a concentração de objetos técnicos que se estenderiam sobre a natureza e o campo, artificializando-os.

No campo dos debates da economia espacial, as teorias da competição e inovação tecnológica de Schumpeter (1911) ofereceriam limites à essas teorias e práticas de estímulo à formação de economias de aglomeração, vez que defendia que sempre que as empresas tivessem que escolher sua localização, não haveria equilíbrio competitivo entre os espaços, sugerindo daí o teorema da impossibilidade espacial.

Com efeito, as sucessivas crises do fordismo nas economias centrais, a partir dos anos 1970, deram origem à reestruturação produtiva da indústria, fazendo com que os princípios de integração vertical e divisão técnica do trabalho da grande empresa fordista fossem substituídos por uma organização produtiva mais horizontalizada e flexível (Harvey, 1992).

A especialização flexível (Piore; Sabel, 1984) resultaria no agrupamento de empresas em rede (*clusters*) distribuídas no espaço regional (Castells, 1999), o que foi colocado em prática não apenas por pequenas firmas, em produções mais artesanais, como na Terceira Itália, mas também por grandes corporações, que passaram a subcontratar etapas do processo produtivo a uma série de fornecedores situados ao seu

[44] Dentre eles destaca-se o *trade-off* proposto por Thünen (1966) entre economias de escala da produção e o custo da mobilidade, cujo *bid rent* definiria um padrão de ocupação em formato de anéis concêntricos; o modelo de hierarquia de cidades de Christaller (1966); a relação triangular proposta por Weber (1909) entre transporte, mão de obra e o "fator local"; o padrão de hierarquias locacionais baseada em pressupostos microeconômicos do consumo de Lösch (1940).

redor e por ela controlados, como no caso das aglomerações tecnológicas como o Vale do Silício.

O que resultaria na formação de cadeias produtivas comandas por consumidores, como nos setores de vestuário, calçados, brinquedos e utilidades domésticas, ou por produtores, como nos setores de automóveis, computadores, aeronaves, máquinas e equipamentos elétricos (Matteo, 2011). Tais ideias da aglomeração produtiva regional derivam das teorizações marshallianas do tipo distritos industriais.

A nova divisão social do trabalho pauta-se na diminuição dos empregos industriais formais, mediante enxugamento (*downsizing*), por automação e/ou eliminação, de tarefas e aumento do número de profissionais empregados no setor de serviços, marcando assim uma forte polarização entre empregos estáveis e bem-remunerados e informais, precários e sub-remunerados.

A mudança de uma economia de bens para outra de serviços resulta na formação de novos nichos de serviços avançados – do terciário superior – em funções de consultorias, finanças, assistência jurídica, publicidade, contabilidade, projetos, seguros, distribuição de vendas por atacado, serviços de limpeza, segurança, bancários, imobiliários, produção de pesquisa e inovação, entre outros.

Nas palavras de Santos (1998), forma-se o meio técnico-científico-informacional (MTCI), com a diversificação do número de objetos técnicos (fixos) e das ações (fluxos materiais e imateriais) que os atravessam, facilitados pelas novas tecnologias informacionais.

Desse modo, do ponto de vista funcional, enquanto a produção se espalha pelo território regional, seguindo os principais eixos de transporte, em diversos tipos de arranjos, as funções especializadas de comando e controle da economia tendem a permanecer no *core* urbano, articulando, pelas telemáticas, os circuitos locais de produção aos circuitos globais de circulação e consumo. Numa abordagem tautológica, atuam forças centrífugas de dispersão, que não são congregadoras do território, porque seletivas e especulativas, e forças centrípetas, pela polarização nas áreas centrais.

Nos espaços sub e transnacionais também se configuram corredores de produção e, sobretudo, de circulação, ao longo das principais redes e *hubs*, definindo áreas mais dinâmicas e competitivas, enquanto deixam áreas inteiras desintegradas.

Nesse prisma, os termos cidade-região e cidade-global foram cunhados nos anos 1990 no intuito de explicar esses novos arranjos da globalização econômica.

O primeiro diz respeito aos espaços com mais de milhão de habitantes do planeta que conformam uma extensa, densa e polarizada (ou multipolarizada) aglomeração de capital e trabalho, integrada ao sistema mundial (SCOTT, 2000); se referem às principais plataformas de inserção das economias nacionais à economia global (Scott, 2000),

O segundo se refere a uma categoria especial de cidades-alfa que assumem a função de coordenação de blocos, são, portanto, espaços seletos da globalização *top-down* dos mercados. Deve-se a Hall (1966) as primeiras referências a uma cidade mundial, em sequência, Friedmann (1986) estabeleceu uma hierarquia mundial de cidades, a partir da localização das sedes e centros de decisão das principais empresas internacionais. Todavia, foi a obra seminal de Sassen (1991) que melhor definiu as cidades-globais, como um tipo urbano diferente, que se volta mais para o exterior do

que para sua hiterlândia imediata, que atrai e nega mão de obra migrante e desqualificada, resultando num contraste explosivo com cargos seletos e bem remunerados, a tal ponto que sua arrogância vira seu motivo de queda.

Igualmente, a rede urbana brasileira passa a mostrar os sinais da desconcentração produtiva, em meados da década de 1980, sobretudo a partir da criação de deseconomias de aglomeração em São Paulo (Diniz, 1993).

Brandão (2016) observa que, no primeiro momento, esse processo de desconcentração reversa esteve contido no próprio interior do estado de São Paulo e depois espalha-se por um polígono mais dinâmico do país, pela criação de economias de aglomeração em alguns polos com maior capacidade tecnológica e mão de obra qualificados, bem como de novas fronteiras de *commodities* minerárias e agrícolas, que articularam junto a si indústrias de apoio.

O autor lembra que, presente desde os "corredores de exportação de 1972" do governo militar, foi o governo Fernando Henrique Cardoso, no programa dos Eixos Nacionais para a Integração e Desenvolvimento, que deu essa orientação macroestratégica por *commodities*, talvez como tentativa de reduzir as contradições geradas pela fase dura de neoliberalização, aliado ao interesse do capital internacional na abertura globalizada (Brandão 2016).

Brandão (2016) observa que a abertura do país à globalização, nos anos 1990, inaugura uma ação do Estado *roll-back*, em que a guerra fiscal, o desmonte das estruturas Keynesianas e os incentivos diretos atuam na criação de ilhas de produtividade pelo território nacional, apesar de as condições de competitividade reter a produção nas áreas mais dinâmicas do país. Esse ciclo de competição interurbana e interregional para atrair investimentos tem sido chamado de Regime Schumpeteriano de Workfare Pós-Nacional (Jessop, 2006; Brandão, 2016). São Paulo, por exemplo, que até o final da década de 1960 chegou a participar com 44% da produção industrial do país, reduziu-a para 26%, em 1990[45].

O neoliberalismo parece se firmar, na virada da década de 2000, como palavra-chave da "pós-globalização" (Peck, 2012), desvelando não se tratar de um "projeto de tamanho único" (Peck, 2012), mas conformado por "paisagens regulatórias" distintas, resultantes das diversas construções ideológico-políticas e macroeconômicas por onde se infiltrou. Vale ressaltar que enquanto a lógica territorial do Estado direciona-se para escalas fixas, a lógica dos mercados é o espaço dos fluxos, dos movimentos (Harvey, 2004).

Jessop (2018) aponta que o espaço dos Estados Nacionais (Estados Unidos, China, Alemanha, Índia) e de suas ideologias políticas (livre mercado, social democracia, estado planificado socialista, industrialização por substituição de importações) conforma um mosaico – ou caleidoscópio – de políticas públicas vitoriosas ou fracassadas, como medidas de austeridade, de desregulamentação, de flexibilização e diminuição dos direitos trabalhistas, etc.

Todavia, a ortodoxia do Estado neoliberal revela que não se trata de um recuo do Estado em prol do livre mercado, mas da constituição de um Estado forte neoliberal,

[45] Com a abertura comercial no início da década de 1990, toda a rede de proteção à indústria nacional até então existente foi retirada, afundando setores como o de eletroeletrônicos, outros mais competitivos (automotivo e aeronáutico) se modernizaram e conseguiram sobreviver, outros ainda que desfrutavam de vantagens comparativas naturais (mineração e alimentos) não tiveram problemas para se adaptar.

que protege e socorre capitais (produtivos e financeiros) nesse exercício de mercado (sociabilização das perdas), enquanto transfere paulatinamente à iniciativa privada a gestão sobre serviços coletivos, para além daqueles não incluídos na cartilha de privatizações do Consenso de Washington, dos quais se inclui a privatização de espaços públicos.

Jessop (2018) observa que os Estados definem também as relações diplomáticas entre os blocos – União Europeia, Área de Livre Comércio da América do Norte, Comunidade Econômica Ásia Pacífico – conformando uma tectônica de continentes e oceanos que territorializa as alianças, os conflitos, bem como as áreas tampões para a ligação de potenciais parceiros ou para proteção de frente à ameaças.

O autor observa que a metagovernança adotada pela União Europeia adota medidas de integração e austeridade – sobre as finanças públicas e os mercados –, como estratégia de saída da crise ("Método de União", Jessop, 2018). Ao passo que os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que busca medidas *roll-out* de interferência no livre comércio e de salvaguarda de Wall Street, tentando evitar a inevitável hegemonia econômica pela China, enfraquecendo os acordos ocidentais do pós-guerra, que justamente asseguraram a *pax* americana e que justamente aceleraria o enfraquecimento do Atlântico Norte.

Enquanto o pêndulo econômico do globo se desloca gradativamente para a China, que parece adotar na região do Leste Asiático e do Pacífico em geral um modelo do regionalismo aberto (Jessop, 2018). O autor observa que esse *Open Method of Coordination* engendraria formas de cooperações mais superficiais, menos institucionalizadas e mais vulneráveis a um esgarçamento em contextos de crise.

Ao passo que o espaço dos mercados define um sem número de fluxos ao redor do planeta, dos quais se incluem relações horizontais, isto é, de mesmo nível, formadas em torno de áreas inovadoras, produtivas, de aprendizagem, articulando redes urbanas subnacionais, transfronteiriças, ou mesmo por alianças entre regiões distantes ("regiões virtuais") (Boisier, 1994); bem como espaços para atuação de serviços específicos, por exemplo, de *swaps* de taxa de juros, de fluxos hiper-rápidos (Jessop, 2018).

Forma ainda arranjos hierárquicos verticais, a partir das cidades e regiões seletivamente mais dinâmicas e competitivas do que outras. No caso europeu, o estabelecimento de uma "Europa de Regiões" acabou determinando as áreas mais dinâmicas e estagnadas do bloco, nas palavras de Jessop (2018) uma Europa de "duas velocidades", a partir da atuação de uma gama de atores – parceiros públicos, privados, terceiro setor – num modelo de governança em rede.

O resultado desses processos é uma progressiva re-regionalização em direção a uma área cada vez mais alargada.

Nos escombros dessas redes iluminadas do poder e do dinheiro da pós-globalização *top-down* começam a efervescer uma série de circuitos de resistência à neoliberalização, que mostram o poder da fábrica social (Dardot; Laval, 2014) e dos patrimônios naturais e socioculturais compartilhados como alternativas bastante potentes de emancipação e desenvolvimento local.

Inclui ainda movimentos de contestação ao regime, entre eles o levante zapatista, as primaveras do mundo, os *occupy*, que eclodem, a partir dos anos 1990, do abismo formando entre o projeto neoliberal e os outros, tendo em vista suas

ambiguidades, assimetrias e incapacidade de incluir as minorias e os conflitos que crescem na esteira dos hibridismos socioculturais.

A esses ecos se unem aqueles que emergem no bojo dos questionamentos do projeto pós-colonial, no qual a coroa de perdedores da geopolítica do mercado buscam estruturar diálogos mais horizontais, do sul global, frente aos projetos totalizantes econômicos e sociais que comprometem os patrimônios e espaços comuns desses países e povos, na busca de traduções mais cosmopolitas do mundo, bem como de soluções não-ortodoxas para os problemas dos seus espaços não-excepcionais.

No caso brasileiro, a rede urbana atual (2000 até o presente) parece refletir o acirramento desse projeto neoliberal, com a integração do país pela via da comoditização, o que vem acentuando a dispersão da rede urbana nacional, com significativo crescimento populacional e produtivo do centro-oeste e norte do país. O que foi reforçado, conforme observa Brandão (2017), por uma política *roll-out* desencadeada pelos governos Lula e Dilma, por meio da política de transferência de renda (via expansão do ensino superior, valorização do salário mínimo, expansão do crédito, agricultura familiar, etc.), valorização de *commodities* (puxadas pelo câmbio, demanda chinesa e corredores logísticos e informacionais conduzidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento, apesar dos projetos inconclusos). Todavia, a crise política e econômica dos últimos anos acentua o quadro de desindustrialização no epicentro mais dinâmico do país.

É nesse espectro que a economia popular e solidária se apresenta como alternativa potente ao desemprego e à economia, sobretudo no contexto brasileiro e latino-americano, no qual o subemprego, a precariedade e a informalidade do trabalho – os chamados procariados – atingem cerca de 43% da população; o que leva Coraggio (1994) a considerar a economia do continente como uma economia mista sob a dominância capitalista (Coraggio, 1994).

A economia popular diz respeito aos trabalhos voltados para a microeconomia local ou para a sobrevivência doméstica, podendo ser considerada como parte integrante do circuito inferior (Santos, 2008). Já a economia solidária[46] é o braço da economia popular que busca organizar arranjos econômicos de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito de forma coletiva, cooperativa e autogestionária, fornecendo alternativas de inclusão social pelo trabalho, para grupos socialmente vulneráveis. A economia popular pode estar articulada à economia do setor público ou do setor formal, que, ao inseri-la em sua cadeia, funcionariam como catalisadores dessa.

Essas atividades sustentam uma invisibilidade política, social e territorial, o que torna o mapeamento de suas redes e estratégias socioespaciais de atuação bastante difícil, ainda que fundamental para compreender o seu papel no combate à pobreza, rural e urbana, e, por tabela, no fornecimento de condições para a qualificação dos tecidos de moradia, oportunidades de profissionalização e ascensão social de lumpen.

[46] Surge no país anos 1990, a partir de projetos alternativos comunitários da Cáritas (órgão da Igreja Católica), de iniciativas dos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Sem Terra (MST) e de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, inseridas nas Universidades.

Vale destacar que a economia solidária incorpora outras pautas importantes como a inclusão de mulheres, a prestação de serviços ambientais, o comércio justo, as trocas, a produção agroecológica.

Todavia, os circuitos inferiores da economia são ainda limitados a áreas menores e precárias do território, definindo-se como "espaços opacos" frequentemente intra-urbanos e fragmentados, ao passo que os circuitos superiores (Santos, 2008) conformam-se como "espaços luminosos", em espaços exclusivos, dispersos e segregados.

TEORIAS URBANAS E SUAS IMPLICÂNCIAS À CIDADE NEOLIBERAL

A ascensão do capitalismo industrial, desde a Revolução Industrial, com a desinstalação do campo e concentração da produção em torno da força motriz e mão de obra, significou a aglomeração em torno das (grandes) cidades. A mesma avança como "mancha de óleo" sobre sua área rural e atrai a periferia, estruturando um mosaico de subúrbios dormitórios e/ou industriais, como no caso das *outer cities* norte-americanas, da suburbanização europeia e da produção de periferias no Brasil.

Berry (1973), investigando o perfil demográfico das cidades norte-americanas, foi o primeiro a detectar a diminuição do ritmo de crescimento do núcleo e mesmo da periferia das grandes cidades daquele país, em contraposição a um crescimento mais acelerado daquelas pequenas e médias; por ser um caminho contrário à urbanização verificada nas décadas anteriores, foi denominada "contraurbanização".

Seria o início do processo de desconcentração produtiva pós-fordista (Piore; Sabel, 1984), que depois iria se alastrar, de diferentes modos, pelos vários países. As visões mais alarmistas iriam falar de um processo de "dissolução da metrópole" Secchi (2009) morte ou necrópole da cidade (Munford, 1982).

A metrópole explode, a partir do seu *core* urbano, em múltiplos fragmentos pelo espaço regional mais amplo, levando consigo, a partir das principais redes de transportes, a economia e sociedade urbanos, aglomerando, de forma descontínua, pequenos núcleos urbanos, conjuntos residenciais, áreas industriais, centros logísticos, complexos de serviços, ilhas de ruralidade, núcleos tradicionais, unidades protegidas. De tal modo que o "urbano" se alastra real ou virtualmente por todo o espaço (Monte-Mór, 2006) rompendo as antigas dicotomias centro-periferia, cidade-campo, natural-urbano.

Indovina (2004) denomina "urbanização difusa" o processo de transbordamento da população para tecidos residenciais de baixa densidade associado à dispersão da indústria, resultando, no caso italiano, em uma rede urbana alargada, ramificada e dispersa, formada por pequenas polinucleações autônomas, mas com integração dos locais de trabalho e residência, facilitados pela mobilidade.

No caso francês, a dispersão demográfica e produtiva resultou na redução tendencial dos núcleos centrais e dilatação progressiva das áreas periféricas em ramificações radiais dos sistemas urbanos, que foi denominado de "periurbanização", isto é, ao redor do urbano, dando lugar a uma vasta região com mistura de usos rurais e urbanos.

Ascher (1995) denomina "metacidade", a cidade que se estende além (meta) daquela que costumamos considerar cidade, mudando de forma e dimensão; o que é

possibilitado pelas tecnologias informacionais que promovem o fluxo de massas (de mercadorias e pessoas) e fluxo de potência (de informações).

Nessa perspectiva, o progressivo alargamento, ramificação e densificação da rede urbana, tenderia a aglomerar diversos arranjos funcionais regionais, organizados seja na escala metropolitana, seja na escala da rede urbana regional, e que formariam, no conjunto, uma mega-região; é o que vai assumindo a rede urbana nos países mais avançados como parte da modernização capitalista. Sieverts (2007) elaborou o conceito de "*zwischenstadt*" para referir-se à cidade entre cidades, ou cidade que não cabe na região.

Vale ressaltar que por mais que esteja concentrada em grandes cidades, a rede urbana brasileira começa a se dispersar inter-regionalmente, por desconcentração e interiorização, e intra-regionalmente por dispersão periférica, que não se restringe só às grandes cidades, também às médias e pequenas.

É sobre as periferias urbanas que o projeto neoliberal delineia as mudanças mais significativas, a partir dela o "urbano" vira ao avesso e volta-se para fora (Soja, 1993); de tal modo que a periferia fordista, como lugar da população de baixa renda, passa a receber uma série de grandes projetos realizados pela fusão de capitais financeiro e imobiliário. Implantados como *collage cities*, os mesmos resultam na fragmentação e autosegregação do tecido urbano.

Esses espaços podem configurar, em seu conjunto, centralidades terciárias periféricas ou mesmo acolher a migração do centro principal (agora pós-fordista), recrutando, ao seu redor, usos parecidos, já que são moldados por consumidores universais, tais como – condomínios fechados, telemáticas, *shoppings centers*, e, no limite, os serviços públicos privatizados (de vigilância, mobilidade, limpeza). Ademais, possuem uma paisagem que se parece mais com os espaços de mesma função ao redor do mundo (tratam-se das fachadas da nova economia), do que às identidades da cidade; são a cristalização da cidade genérica Koolhaas (1994).

Enquanto persistem na periferia os tecidos precários, das rodadas anteriores, como espaços fractais, introversos, não integrados à cidade. Os mesmos tendem a permanecer como "cidade-dormitório", dependendo das áreas centrais para acesso ao trabalho, apesar da criação de centralidades de empregos nessas áreas periféricas, bem como da imobilidade dessas populações, pelo desemprego e informalidade do trabalho. Registra-se também que os tecidos populares tendem a se expandir, pela construção de conjuntos mais distantes.

MAPEANDO ESSAS MUDANÇAS PARA O CASO DA METRÓPOLE BELO-HORIZONTINA

Objetiva-se neste item analisar como se configuram os arranjos produtivo e sociourbanístico do circuito superior da economia na metrópole belo-horizontina nesta fase neoliberal, como eles articulam as centralidades e os tecidos sociourbanísticos, a partir da periferia, bem como as rupturas e permanências na periferia tradicional e o modo de articulação dessas aos espaços-tempos dos circuitos superior e inferior da economia.

A metrópole fordista apresentou, nos anos 1990, características de desconcentração produtiva, em virtude da dinimanização da atividade minerária alavancada pela demanda chinesa; contudo, o exaurimento das minas levou à

exploração de minérios de baixo teor, em plantas mais dispersas e fragmentadas e o reprocessamento de estéreis e rejeitos dos ciclos anteriores, ao passo que as maiores empresas mantém a extração em reservas minerárias de mais alto teor.

Articula-se, a partir dela, uma rede mais policêntrica de microrregiões minerárias, que recebem pequenas indústrias de apoio operacional às plantas minerárias, bem como os serviços terciários gerados por ela. Essa atividade forma, tacitamente, o arranjo produtivo mais diversificado do conjunto metropolitano, que seleciona, como pontos iluminados, os espaços mais competitivos da inserção metropolitana por dilapidação dos seus recursos coletivos (figura 1).

Figura 1 – Grandes projetos imobiliários/produtivos e centralidades da RMBH.

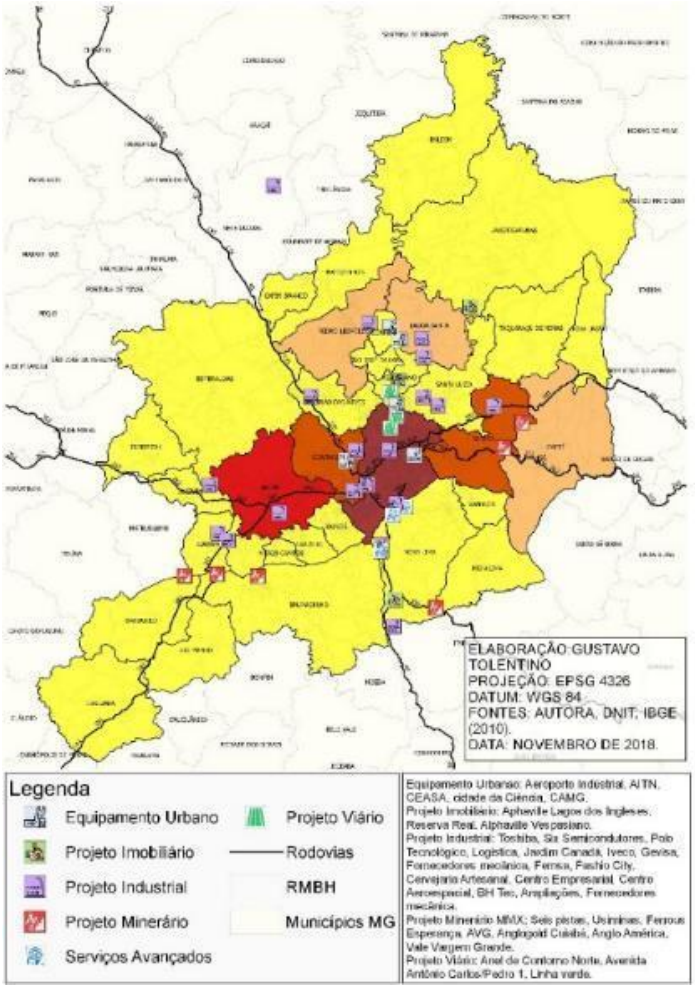
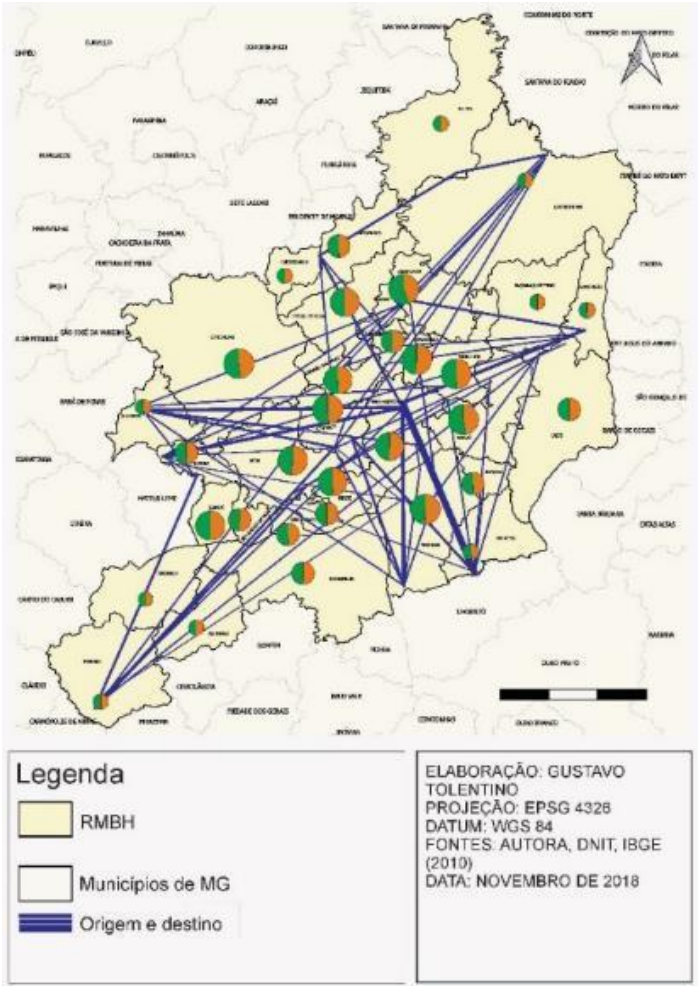


Figura 2 – Geração e atração de viagens por transporte individual e coletivo na RMBH.



Fonte: elaboração pela autora.

Todavia, o comando e controle da articulação dessa produção ao mercado global é assumido pelo *core* urbano, notadamente pelo centro expandido e pela migração de serviços avançados e sedes corporativas para a região das “Seis Pistas” e do Alphaville Lagoa dos Ingleses. Esse local tem constituído uma centralidade no vetor sul, a partir do transbordamento dos locais de moradia das elites e do acesso rodoviário às regiões minerárias mais dinâmicas, notadamente, as plantas da Vale, Anglogold e Ferrous. Situado entre espaços, o “Jardim Canadá” firma-se como centralidade local, com a atração de pequenas indústrias e serviços de apoio à atividade minerária. O centro urbano de Nova Lima e os pequenos núcleos tradicionais se inserem como estruturas fractais nesse arranjo produtivo, ao passo que *clusters* de população trabalhadora se inserem próximos às regiões de condomínios fechados em Brumadinho e Nova Lima. As figuras 3 e 4 trazem as densidades demográficas e a renda do chefe de família por setores censitários.

Novos projetos minerários transbordam pelo vetor oeste, nas minas da Anglogold, AVG e Vale, em Sabará e Caeté (figura 1).

Outro arranjo produtivo reestruturado em rede é o do complexo minero-metal-mecânico em torno da FIAT Automóveis, que passa a controlar uma série de

fornecedoras ao seu redor, concentradas em municípios como Juatuba, Mateus Leme, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Sarzedo, Ibirité; o setor passou por expansão na última década, pela política de redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI). O município de Betim configura-se como centralidade regional importante, que organiza não apenas a polinucleação industrial, mas também a densificação e expansão dos locais de moradia populares, reforçada pela proliferação de conjuntos do Programa Minha Casa, Minha Vida, das faixas 2 e 3. Forma ainda, com Contagem, uma centralidade maior, popular, já bastante articulada entre si e com Belo Horizonte.

Figura 3 – Dados de densidades demográficas por setores censitários da RMBH.

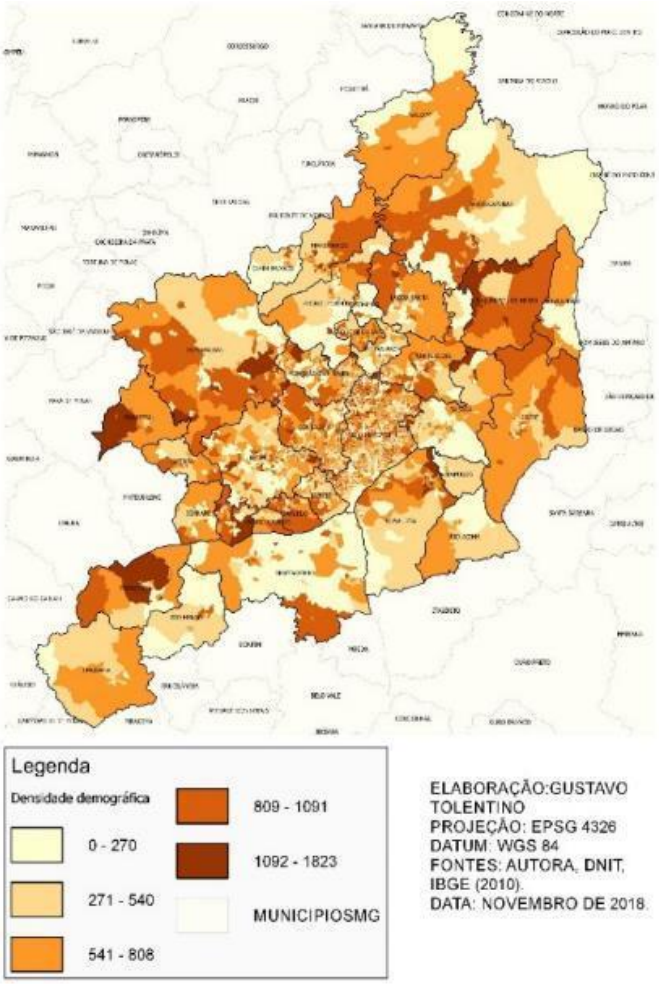
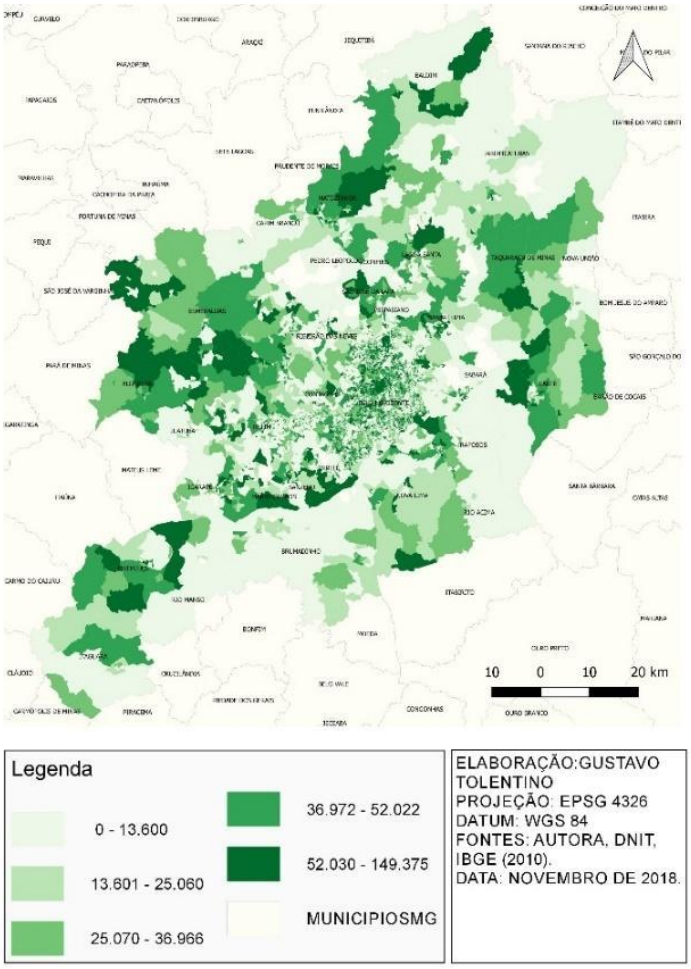


Figura 4 – Dados de rendas do chefe de família por setores censitários da RMBH.



Fonte: elaboração pela autora, a partir dos microdados do IBGE (2010).

Nos últimos anos, alguns novos projetos industriais se diversificam nas áreas industriais de Contagem, Santa Luzia e Sabará (Distrito Industrial de Ravena), reafirmando as centralidades existentes nesses locais; destaca-se ainda a ampliação do Centro de Distribuição da CEASA-MG.

Novos projetos industriais de intensidade tecnológica se implantam a partir das vantagens competitivas abertas pelo projeto de dinamização do Vetor Norte, dentre elas a diversificação do Parque Industrial de Vespasiano, a atração da Six Condutores para Ribeirão das Neves, a implantação do Centro de Capacitação Aeroespacial em Lagoa Santa, do Fashion City em Confins; complementado pelo Parque Tecnológico BH-Tec, na região da Pampulha.

O projeto do Vetor Norte, coordenado pelo governo estadual com forte protagonismo dos agentes privados, tinha por objetivo dinamizar a economia metropolitana, estagnada de uma rodada modernizante fazia anos, investindo em um conjunto de infraestruturas viárias econômicas no seu eixo mais precário, tais como a Linha Verde, o corredor de ônibus nas Avenidas Antônio Carlos/ Pedro I e Cristiano Machado, a Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG), a ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN); bem como a previsão do Anel Viário de Contorno Norte e a implantação do Aeroporto Indústria. Essa intenção de implantação de

indústrias motrizes pós-fordistas foi chamada, no Plano Metropolitano da RMBH (2011), como “novíssima economia mineira”.

Forma-se na região uma centralidade que articula à concentração industrial ao longo da Linha Verde (Rodvia MG-030) aos núcleos maiores como Lagoa Santa, que atrai serviços terciários e condomínios fechados, e de núcleos dispersos, como Jaboticatubas, que recebe empreendimentos imobiliários complexos. Forma-se, pela concentração de conjuntos do MCMV na Rodovia MG-020, *clusters* de moradia da população trabalhadora. Os tecidos populares e precários parecem não se costurar a esses projetos modernizantes do Vetor Norte, conquanto consolidam-se centralidades populares em Venda Nova e São Benedito.

Uma força centrífuga atua a partir do vetor norte em direção à região minero-metalúrgica de Sete Lagoas e outra em direção ao projeto da Angloamérica em Conceição do Mato Dentro.

Na sombra desses arranjos do circuito superior, parte do circuito inferior da economia metropolitana, avaliado pelos arranjos de economia solidária da RMBH cadastrados no Sistema de Informações em Economia Solidária do Ministério do Trabalho, situam-se nos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Ribeirão das Neves e Sabará, conforme dados referentes à 2007 compilados por Monte-Mor e Diniz (2013). Os mesmos abrangem os segmentos de produção artesanal, seguidos da produção têxtil, de alimentos, reciclagem, produtos fitoterápicos e agropecuária. Vale ressaltar ainda que a maioria dos empreendimentos cadastrados no SIES (129 ou 49,8%) declarou que o principal motivo de criação foi a busca de alternativa ao desemprego.

Destaca-se como principais ações na produção de hortifrutigranjeiros os municípios de Contagem, Capim Branco, Matozinhos, Ravena e Jaboticatubas (Plano Metropolitano da RMBH, 2011). Para tanto, faz-se necessário o fortalecimento dos arranjos da Economia Popular e/ou Solidária, com articulação em redes dos atores e setores envolvidos, linhas de financiamento, capacitação, e fortalecimento da circulação, envolvendo à economia do setor privado e público.

A pesquisa origem e destino da RMBH (2012) (figura 2) mostra que apesar da tendência de descentralização e complexificação das viagens, levadas a cabo pela desconcentração produtiva e populacional das últimas décadas, há ainda forte concentração das viagens, sobretudo pelo transporte coletivo para o núcleo principal. Belo Horizonte era o destino de 63% das viagens metropolitanas em 2002, proporção que passa para 53% em 2012, sendo 38% não motorizado, 31% coletivo, 31% individual.

No sentido da concentração, cerca de 20 a 16% da população metropolitana trabalha no núcleo, destancando os deslocamentos originados nos municípios do eixo norte (Vespasiano, Ribeirão das Neves e Santa Luzia), dos vetores oeste e sudoeste (Contagem, Betim e Ibirité), do vetor leste (Sabará) e do eixo sul (Nova Lima).

No sentido da desconcentração, o vetor norte aumentou a participação no número de viagens, mas de forma embrionária, passando de 7% para 9% do total das viagens motorizadas atraídas na RMBH entre 2002 e 2012. A centralidade oeste aumentou de 9% para 16% o total de viagens motorizadas atraídas, com crescimento do número de viagens com origem e destino no próprio vetor, além de concentrar 43% do total das viagens de transporte coletivo na RMBH. Os vetores oeste e sul apresentam-se relativamente isolados dos demais vetores.

CONCLUSÕES

A periferia da RMBH modifica-se bastante na última década, como resultado da neoliberalização, o que leva a um arranjo espacial mais alargado e policêntrico, nos vetores industrial oeste e minerário sul/oeste. Alguns tecidos sociourbanísticos de moradia, serviços e apoio operacional se integram a esses espaços do tericiário superior, outros, contudo, mantêm-se desarticulados.

Apesar do baixo grau de articulação política, social e territorial, a economia solidária apresenta-se como uma solução potente para os territórios populares. A mesma deve articular-se aos demais projetos socioculturais e sociourbanísticos de ativismo e urbanismos colaborativos nos territórios populares, a adesão de mais agentes financiadores para além do Estado e entidades (em ações de *crowdfunding*, por exemplo) poderia promover o ganho de escala das propostas.

Por fim, a teoria da economia espacial e urbana precisa estruturar diálogos mais horizontais, do sul global, frente aos projetos totalizantes econômicos e sociais que comprometem os patrimônios e espaços comuns desses países e povos, na busca de traduções mais cosmopolitas do mundo, bem como de soluções não-ortodoxas para os problemas dos seus espaços não-excepcionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCHER, F. Métapolis ou l'avenir des villes. Paris: Editions Odile Jacob, 1995.

BERRY, B. J. L. Growth centers in the American urban system. Cambridge: Ballinger, 1973.

BRANDÃO, C. Espaços da destituição e as políticas urbanas e regionais no Brasil: uma visão panorâmica, Nova Economia, v. 26, Número Especial, Belo Horizonte, UFMG, 2016, p. 654-671.

CHRISTALLER, W. Die zentralen orte in süddeutschland. Jena: Gustav Fischer Verlag, 1933. Translation: The central places of southern Germany. Englewood Cliffs-NJ: Prentice-Hall, 1966.

CORAGGIO, José Luis. Economia Urbana: La Perspectiva Popular. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Commun. Essai sur la Revolutión au XXe siècle. Paris: La Découverte, 2014

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. Nova Economia, v.3, n.1, 1993.

DINIZ, S.; MONTE-MÓR, R.L. M.. A pequena produção popular e solidária como instrumento de fortalecimento e reorganização metropolitana: a visão do PDDI-RMBH. In: XV Encontro da ANPUR. ENANPUR, 2013, Recife, PE. Anais do XV ENANPUR, 2013.

FRIEDMANN, J. The World City Hypothesis. Development and change, v. 1, n. 17, p. 69-83, 1986

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

JESSOP, B. ¿Narrando el futuro de la economía nacional e el estado nacional? puntos a considerar acerca del replanteo de la regulação e la re-invenção de la gobernancia.

Documentos y Contribuições en Administração Pública y Gestão Estatal, v. 6, n. 7, p. 7-44, 2006.
JESSOP, B. Dinâmica do regionalismo e do globalismo: uma perspectiva de economia política crítica. In: BRANDÃO, C.A.; Fernández, V.R.; Ribeiro, L.C.R. Escalas espaciais, reescalonamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.
KOOLHASS, R. Três textos sobre a cidade. Barcelona: G.G, 2010.
LÖSCH, A. The economics of location. New Haven: Yale University Press, 1954. Edição original de 1940.
MATTEO, M. Uma Breve Incursão em Aspectos Regionais da nova Geografia Econômica. In: CRUZ, B.O. (org.) Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.
MINAS GERAIS. Pesquisa origem e destino da RMBH. 2012. Disponível em www.agenciarmbh.gov.br
MONTE-MÓR, R. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. (Texto para discussão nº 281). Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2006.
MUMFORD, L. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
PECK, J.Mal-Estar no Pós-Ne oliberalismo. In. Novos Estudos, 2012.
PERROUX, F. O conceito de pólo de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, p.145-156, 1977. Edição original de 1955.
PIORE, M. J.; SABEL, C. F. The second industrial divide: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.
SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.
SASSEN, S. As cidades na economia global. São Paulo: Studio Nobel, 1991.
SCOTT, A. J. Global city-regions and the new World System. In: YUSUF, S., WU, W. EVENETT, S. (Orgs.). Local Dynamics in na Era of Globalization: 21st Century Catalysts for Development. New York: OxfordUniversity Press, 2000. p. 84-93. Hall (1966)
SECCHI, B. cidade do século vinte. São Paulo: Perspectiva, 2009.
SIEVERTS, T. Do transbordamento entre cidades (zwischenstadt) às cidades regionais. In: REIS, Nestor G.; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta Soban. Dispersão urbana. Diálogos sobre pesquisa / Brasil – Europa. São Paulo: FAU-USP, 2007.
SOJA, E. W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH): Relatório Final. 6 vls. Belo Horizonte, 2011. Disponível em www.rmbh.org.br
VON THÜNEN, J. H. Der isolierte staat in beziehung auf landwirtschaft und nationalökonomie. Hamburg: Perthes, 1826. Translation: The isolated state. Oxford: Pergammon Press, 1966.

WEBER, A. Theory of location of industries. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1957. Edição original de 1909.

SEGREGAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO NAS CIDADES DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE

Ana Paula Vasconcelos Gonçalves

Doutoranda IESP/UERJ (anapaulavasconcelos@gmail.com)

RESUMO

As desigualdades e a diferença no acesso as oportunidades influenciam o processo de segregação das cidades. Os municípios da Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, situada ao sul do Estado do Rio de Janeiro tem se destacado economicamente devido à recente industrialização local. O desenvolvimento trazido pelas indústrias gera um crescimento populacional e também intensifica as desigualdades acentuando a segregação social da população. Assim, o objetivo deste trabalho é verificar a relação entre a industrialização e a segregação nas cidades que compõem o Vale do Paraíba Fluminense. Para alcançar este objetivo serão utilizadas as variáveis de cor e/ou raça e renda do domiciliar oriundas do Censo de 2010, para a confecção do índice de segregação. E a variável relacionada com a industrialização será obtida a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Palavras Chaves: Segregação, desigualdade, industrialização, Vale do Paraíba Fluminense, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Inequalities and differences in access to opportunities influence the process of segregation of cities. The cities of the Paraíba Fluminense Valley, located in the south of the State of Rio de Janeiro, stands out economically important due to the recent local industrialization. This development generates population growth and intensifies inequalities, accentuating the social segregation of the population. Thus, the objective of this paper is verify the relationship between industrialization and segregation in the cities that are part of Paraíba Fluminense Valley. To achieve this goal, the variables of color and /or race and household income from the 2010 Census going to use to calculate the segregation index. The variable related to industrialization going to obtain from the Annual Ratio of Social Information (RAIS).

Key words: Segregation, Inequality, industrialization, Vale do Paraíba Fluminense, Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A desigualdade é um fenômeno multidimensional, pois é ocasionada por diferentes fatores, como renda, educação, raça, religião, ocupação, entre outros. Desta forma as pesquisas nesta área abarcam distintos temas e podem ter enfoques diferentes, para tentar compreender as discrepâncias existentes em uma sociedade e como isso afeta a população.

Neste sentido, as desigualdades de oportunidade no que tange o acesso de educação, lazer, moradia adequada, emprego e outros aspectos que possibilitem meios de ascensão social está intimamente ligada a estratificação, mobilidade e a segregação social dos indivíduos, pois são formas relativas de mensurar as desigualdades. Assim, a segregação não é somente uma discussão relacionada com o território, sobre a distribuição dos indivíduos no espaço, é uma questão de como as oportunidades que as pessoas têm influenciam no seu modo de vida, na circulação pela cidade, no acesso a serviços públicos e no seu local de residência.

A definição do termo segregação promove um grande debate entre os pesquisadores, porque para explicá-lo é possível mobilizar distintas áreas de conhecimento. No entanto, para este artigo tal fenômeno será compreendido como a

distância entre os grupos socais, considerando a localização de suas moradias no espaço urbano, ou seja, é agrupamento ou a separação territorial entre determinados grupos sociais ou étnicos (MASSEY & DENTON, 1988). Esta é uma maneira de relacionar parte da cidade com o todo. Neste sentido, também é importante associar a escala geográfica na análise da segregação para tornar o estudo mais robusto, pois

> Cada parcela do espaço urbano em comparação com todas as outras, para compreender a distribuição das condições socioeconômicas num dado conjunto espacial e, ainda, muitas vezes, comparam com os mesmos indicadores em várias cidades, trabalhando na escala interurbana (Sposito, 2013. p. 63)

São distintas as pesquisas que demonstram a presença de segregação residencial nas grandes metrópoles do Brasil, inclusive no Rio de Janeiro, principalmente nas grandes metrópoles (RIBEIRO & CORREA,2010; RIBEIRO & LAGO, 2001; SMOLKA, 1992), entretanto nas cidades pequenas e médias, tanto no Estado do Rio de Janeiro quanto em outras regiões, são poucos os trabalhos existentes. Há alguns estudos que se destacam neste sentido. Os trabalhos de Jakob (2002, 2003) sobre o uso da *Krigagem* para mensurar a segregação na Baixada Santista em São Paulo. Carmo e Costa (2012) que pesquisaram a segregação por meio dos condomínios fechados na região de Caçapava em São Paulo. Feitosa *Et Al* (2012) que utilizou modelos de sistemas complexos para explorar o impacto de políticas públicas na segregação na cidade de São José dos Campos. Motta (2016) também buscou compreender quais os principais agentes da segregação em Uberlândia – Minas Gerais.

Diante do que foi exposto, é possível afirmar que o processo de segregação não acontece somente nas grandes metrópoles, portanto a dinâmica das cidades pequenas e médias também devem ser estudadas para verificar como o fenômeno em questão ocorre nestes locais. Por isso, este artigo busca compreender a segregação, no que tange cor e/ou raça e renda, nas cidades que compõem a microrregião do Vale do Paraíba Fluminense e como a segregação pode estar associada a industrialização que vem ocorrendo no Vale do Paraíba Fluminense.

ÁREA DE ESTUDO

Na cidade do Rio de Janeiro a segregação é um fenômeno antigo. Um marco histórico importante foi a reforma urbana realizada por Pereira Passos que ocorreu no início de século XX e teve como principal objetivo a remodelação do centro da cidade. Foram derrubados antigos casarões e cortiços para dar lugar a vias mais amplas e passeios públicos. Estas edificações destruídas serviam de moradia para a população mais pobre que foi obrigada a sair do centro da cidade e ir para outras áreas mais afastadas.

As indústrias que também surgiram no Rio de Janeiro e nas outras metrópoles do país também tiverem influencia na segregação da população mais pobre. Elas tendiam a se instalar ao longo de importantes vias de transportes, excluindo os indivíduos desses lugares, impelindo a viverem em outras éreas mais afastadas e com menos equipamentos urbanos (Villaça, 1998), principalmente o transporte.

Diante das mudanças urbanas ocorridas e do deslocamento espacial diferenciado dos setores sociais o padrão de segregação socioespacial do Rio de Janeiro foi se alterando ao longo do século XX. O interesse do capital em geral somado

aos interesses específicos dos incorporadores, ao determinarem as condições de reprodução dos trabalhadores e da própria elite, também nortearam as trajetórias espaciais dos diferentes segmentos sociais no interior da metrópole (LAGO, 2015).

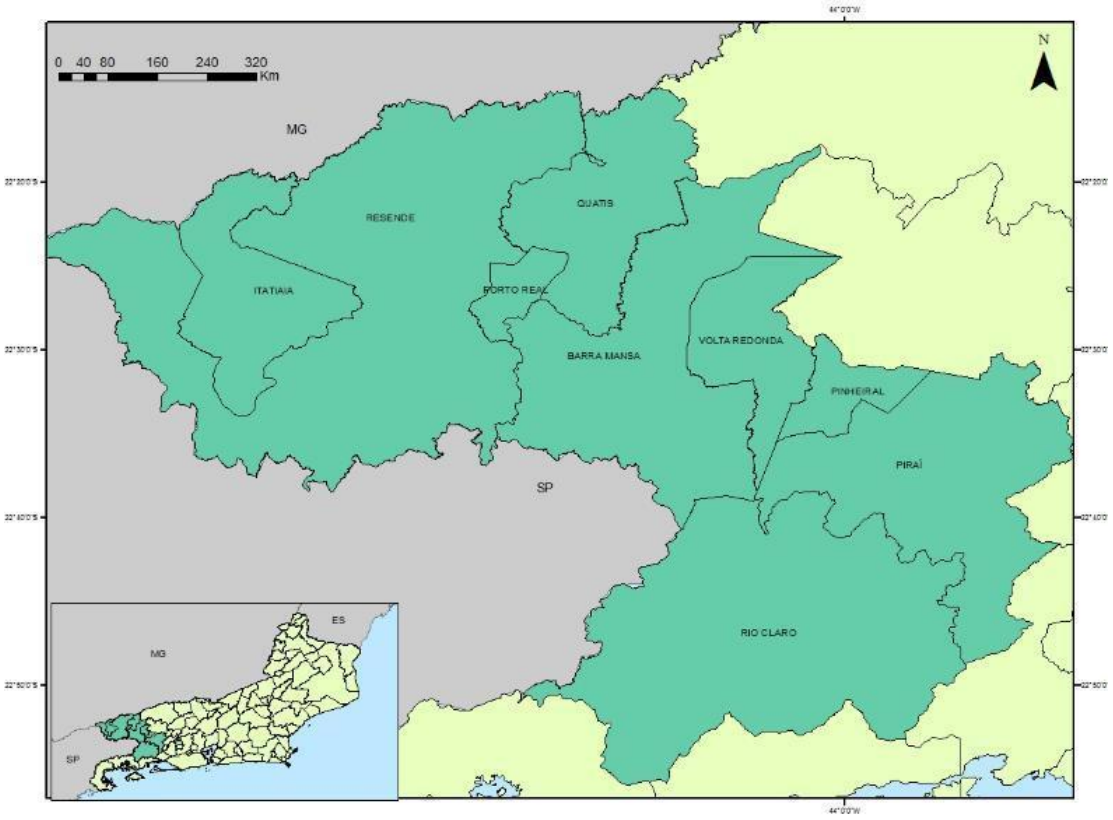
As desigualdades habitacionais no Rio de Janeiro estão marcadas pela centralidade na metrópole, e com isto aprofundam-se as desigualdades sociais entre o centro e sua periferia. A segregação entre os ricos e pobres é fisicamente delimitada, seja ocupações ilegais ou por condomínios horizontais ou verticais dispersos no espaço metropolitano.

A produção de condomínios de classe média também é um atributo marcante da cidade. Eles estão presentes não só no centro, mas também na periferia, assim como a proliferação de assentamentos populares por toda a metrópole, marcam o novo padrão e a nova escala da segregação, sem, romperem com o binômio centro–periferia (LAGO, 2015).

As desigualdades pulsantes no Rio de Janeiro, também podem ser observadas em outras cidades do Estado. No final do século XX até os dias atuais muitos municípios vem passando por um processo de crescimento ocasionados por diversos fatores. A industrialização é um deles e pode ser tomado como exemplo. No Norte e Noroeste do Estado o crescimento é motivado pelo petróleo e no Sul Fluminense por causa das fábricas automobilísticas.

No caso do Sul Fluminense, se destaca a microrregião do Vale do Paraíba Fluminense que faz divisa com os estados de São Paulo e Minas Gerais e possui 9 municípios: Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda, conforme ilustrado na Figura 1. Sua população é de aproximadamente 680 mil habitantes e sua área é de 3.828,702 km² (IBGE, 2011). Esta região se destaca devido sua importância histórica em escalas estadual e nacional vinculada ao ciclo econômico cafeeiro e atualmente ao crescimento industrial.

Figura 1 – Área de Estudo – Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense



Fonte: IBGE, 2011

No final da década de 90, em função dos novos investimentos da indústria automobilística e no setor de serviços, o Vale do Paraíba Fluminense inicia um novo processo de industrialização em seu território. As principais cidades beneficiadas por este desenvolvimento foram Resende, Itatiaia e Porto Real, que se tornaram um novo polo industrial e logístico.

De 2000 até 2010, Resende e outras cidades da região intensificaram sua industrialização. A instalação da Volkswagen Caminhões e Ônibus (hoje MAM Latin América) em Resende em 1996 e da fábrica da Peugeot-Citroën no município de Porto Real em 2001 redefiniram uma “região sem qualquer tradição industrial no setor de veículos, [que] passou a ser anunciada por empresários, políticos e administradores como vocacionada para a produção metalmecânica" (RAMALHO & SANTANA, 2001, p. 2). Após a chegada destas fábricas citadas, outras também começaram a se fixar na região, impulsionadas principalmente por benefícios fiscais concedidos pelo Estado às empresas. A localização estratégica da região, que está no eixo Rio de Janeiro - São Paulo e ainda próximo de Minas Gerais também contribuiu para este fenômeno.

Vale ressaltar, que Volta Redonda não está inserida diretamente neste novo processo de industrialização, mas ainda possui grande importância no Vale do Paraíba. Entretanto, com a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional- CSN em 1993, a cidade sofreu diversos impactos socioeconômicos negativos, contribuindo para a estagnação da economia local. Desse modo, o município tem observado a redução da

participação da indústria em questão em sua economia e, progressivamente, vem se convertendo em um centro regional de serviços (LIMA, 2010).

As transformações econômicas acarretadas pelo processo de industrialização da região trouxeram consequências para a população e para o território. A economia foi dinamizada, atraindo pessoas de distintos lugares em busca de empregos e melhores condições de vida. Contudo, nem todos foram beneficiados por esta aparente prosperidade, acentuando assim o processo de segregação socioespacial da população já em curso.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para mensurar a dimensão econômica e racial da segregação na Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense foram utilizadas as seguintes variáveis do universo do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011):

- Pessoas Residentes de cor ou raça – branca;
- Pessoas Residentes de cor ou raça – negra;
- Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de até 1 salário mínimo[47];
- Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 10 salários mínimos.

A variável negros é composta pela categoria preto e pardo. Este é um recurso metodológico utilizado para estudar cor e raça no Brasil, pois comumente há subnotificação na categoria preto. Os indivíduos tendem a não se autodeclararem pretos por diferentes motivos atrelados a questões culturais e sociais.

Neste trabalho os dados utilizados para mensurar a industrialização nas cidades pesquisadas foi quantidade de indústrias no território. Estas informações foram retirados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do ano de 2010, fornecidas pelo Ministério do Trabalho. Como esta informação possui valores muito elevados e dispares entre as observações, foi utilizada sua proporção. Desta forma, esta variável ficou com valores entre 0 e 1, na mesma escala do índice de segregação.

Para criar o Índice de Segregação foram utilizadas os *shapefiles*, provenientes do Censo de 2010, dos nove municípios da microrregião. Neles contêm as informações georreferenciadas dos setores censitários da área de estudo. Também foi preciso realizar algumas transformações nas bases de dados: 1) criar um *shapefile* para cada município. 2) incluir todos os dados das variáveis oriundas do Censo nos *shapefiles* das cidades. Após as devidas transformações utilizou-se o software Geo-Segregation Analyzer (APPARICIO, *Et Al,* 2014) na confecção índices.

O Índice de Segregação utilizado neste trabalho foi proposto por Duncan e Duncan (1955) para medir a dispersão em único grupo. Ele mede a proporção da população no grupo que deveria se mudar para outras áreas para que a composição populacional fosse homogênea. Ele varia de 0 até 1, sendo zero a ausência de segregação. Quanto maior for seu valor, menor será a dispersão da população, ou seja, maior a segregação.

Seu cálculo é feito através da seguinte fórmula:

[47] O valor de um salário mínimo vigente em 2010 era de R$510,00.

$$IS = \frac{1}{2}\sum_{i=1}^{n} \left|\frac{x_i}{X} - \frac{t_i - x_i}{T - X}\right|$$

Onde x_i é o total da população do grupo X na unidade i; t_i corresponde ao total da população na unidade i; T refere-se ao total da população; X é o total da população no grupo X.

Visando verificar a relação entre os índices de segregação com a quantidade de indústrias nos municípios do Vale do Paraíba Fluminense foram elaborados os gráficos de dispersão para os índices e a proporção de indústrias. Os diagramas de dispersão permitem realizar uma análise exploratória e verificar se há indícios de relacionamento entre as variáveis, assim como verificar a existência de valores atípicos na distribuição dos dados.

Como o interesse principal do trabalho é saber se a segregação está relacionada com a industrialização, foi calculada a correlação dos índices de segregação em relação a proporção de indústrias. Como o número de observações é pequeno e a distribuição não é normal, o Teste de Pearson não será aplicado e sim o Coeficiente de Correlação de Spearman, que é dado por:

$$r = 1 - \frac{6\sum \quad i\, d_i^2}{(n^3 - n)} x_{i,}$$

Onde n é o número de pares $x_{i,}$, y_i; d_i é igual ao posto de $x_{i,}$ dentre os valores de x menos o posto de y_i nos valores de y. p. 953

Este é um método não-paramétrico que usa somente os postos, e não faz quaisquer suposições. Tudo que ele faz é calcular o coeficiente de correlação de Pearson nos postos. Este teste pode ser utilizado para amostras pequenas e exige apenas que as variáveis tenham mensuração pelo menos ordinal, para que se possa ordenar. Seus valores vão de -1 até 1, sendo que -1 indica correlação negativa, 1 correlação positiva e 0 inexistência de tal atributo (FIELD, 2009).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os índices de segregação gerados para as cidades da área estudada estão descritos na Tabela 1. Nela observa-se que a segregação racial não é tão forte no Sul Fluminense. Todos os municípios possuem indicadores abaixo de 0.3 para a variável negro. Porto Real é a menos segregada em relação a este atributo, pois apresenta o valor mais baixo. Os municípios de Quatis, Resende, Barra Mansa e Volta Redonda apresentam os resultados mais elevados.

Em relação a cor ou raça, nota-se algumas diferenças de uma cidade para outra. A segregação relacionada com esta variável pode ser considerada baixa. A categoria branco apresenta maior índice em Quatis de 0.3, demonstrando que para ter uma distribuição homogênea desta população, em média, 30% dos brancos precisariam mudar para outros setores. Barra Mansa, Volta Redonda e Resende possuem valores acima de 0.2 para a variável em questão, enquanto nas demais cidades os resultados foram menores.

Tabela 1 – Índices de Segregação para os Municípios do Vale do Paraíba Fluminense

Cidade	Branco	Negro	Até um 1 s.m.	Mais de 10 s.m.
Barra mansa	0,263	0,265	0,161	0,658
Itatiaia	0,198	0,194	0,240	0,459
Pinheiral	0,180	0,184	0,224	0,517
Pirai	0,176	0,175	0,192	0,537
Porto Real	0,156	0,152	0,084	0,518
Quatis	0,303	0,297	0,192	0,484
Resende	0,269	0,270	0,281	0,637
Rio Claro	0,178	0,176	0,225	0,468
Volta Redonda	0,237	0,235	0,286	0,618

As pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de até 1 salário mínimo também têm os indicadores de segregação de baixo para moderado, porque nenhum valor ultrapassa 0.3, ou seja, estas pessoas estão bem distribuídas ao longo do território. Porto Real precisaria que somente 8,4% das pessoas com esta característica mudasse de local de moradia para ter uma distribuição homogênea, o valor mais baixo entre as 9 cidades da região. Os lugares mais segregadas nesse aspecto são Volta Redonda e Resende com índices de 0.286, 0.281 respectivamente.

A variável pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 10 salários mínimos é a única que apresenta os índices de segregação alto para todas as cidades, com as respectivas diferenças de um local para o outro. Este fato pode ocorrer porque as pessoas mais ricas tendem a viver nos mesmos bairros, principalmente aqueles que as ofereçam melhores condições de vida. Os indivíduos com melhor poder aquisitivo, também estão inclinados a optar por morar nas cidades mais industrializadas e que oferecem melhores condições de moradia e serviços.

Os índices de segregação mais altos são de Barra Mansa de 0.658, Resende de 0.637 e Volta Redonda de 0.618. Elas são as maiores cidades da microrregião e se destacam também por abrigar faculdades, ter uma diversidade de comércio, possuir linhas rodoviárias que as interligam com as grandes capitais e amplos serviços de saúde. Os menores índices são de Itatiaia com 0.459, Rio Claro com 0.468 e Quatis com 0.484. A amplitude nesta variável é de 0,199, ou seja, é a diferença do índice de segregação de Barra Mansa e Itatiaia.

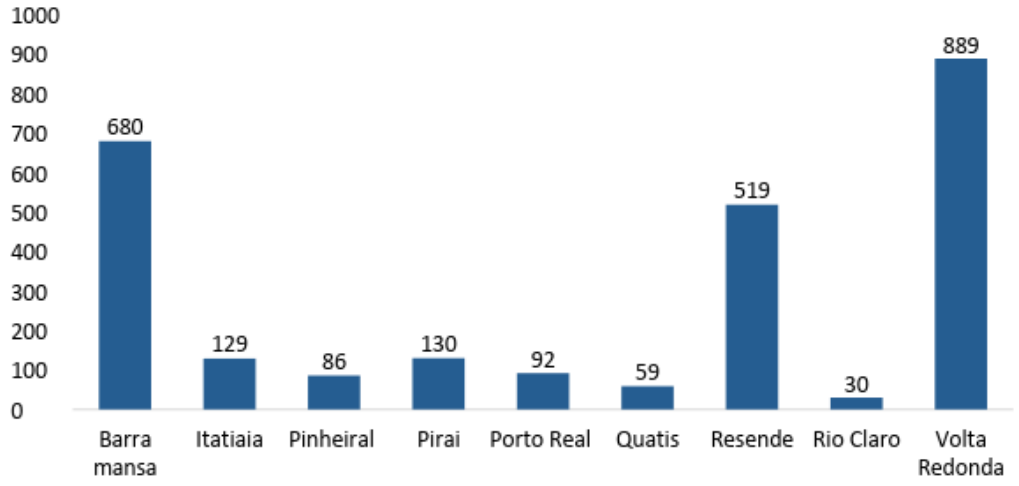
Vale destacar, que Itatiaia é a única cidade que está imersa no recente processo de industrialização que afeta a microrregião e apresenta índice de segregação das pessoas mais ricas menos elevando. Indicado que a segregação dos indivíduos com melhores condições financeiras é menor, ou seja, elas tendem a conviver mais com quem é mais pobre.

Nos municípios cujos índices de segregação para os rendimentos mais elevados são mais altos, a quantidade de indústrias no território é maior, como nota-se no Gráfico 1. Volta Redonda, Barra Mansa e Resende são mais segregadas em relação as pessoas que ganham mais de 10 salários mínimos e juntas abrigam 79,8% das fábricas da região. Dentre estas três cidades Volta Redonda têm mais indústrias em seu território são 889 no total, Barra Mansa possui 680 e Resende 519.

É importante destacar que as três cidades com mais fábricas em seu território são também as mais populosas e com maior diversidade de serviços, como escolas, médicos, comércio, linhas de ônibus, oferta de empregos e etc. Por isso, a parcela mais rica da população da região tende a optar por residir neste locais. Ocorre também, dos indivíduos trabalharem em cidades menores, como Porto Real que abriga uma grande montadora, e morarem em Barra Mansa, Resende ou Volta Redonda, por causa das condições de infraestrutura e serviço.

Dentre os três municípios somente Resende está inserido diretamente neste novo processo de industrialização alavancada pela indústria automobilística. Volta Redonda foi a primeira cidade industrial da região devido a instalação da CSN em 1946. Já Barra Mansa foi a primeira cidade criada no Sul Fluminense e sempre teve um desenvolvimento econômico e social a frente dos outros municípios da região. Sua economia e o interesse das fábricas em se instalar no local ocorre, dentre outros motivos, pela proximidade com Volta Redonda.

Gráfico 1 – Quantidade de Indústrias nos Municípios do Vale do Paraíba Fluminense



Fonte: RAIS, 2010

Já Piraí possui 130 indústrias em seu território e Itatiaia 129. Embora os demais municípios tenham poucas fábricas, a importância delas pode ser grande, como por exemplo, Porto Real e Itatiaia que abrigam a PSA Peugeot Citroën, Galvasud, Michelin, Xerox e Hyundai que tem grande importância econômica para o Vale do paraíba Fluminense por gerar muita renda e também empregos diretos e indiretos à população.

O porte das indústrias também influi na importância para a região. Embora Porto Real tenha um quantitativo pequeno de fábricas em seu território 3 delas são consideradas de grade porte. Esse é o mesmo valor encontrado para Volta Redonda, o município mais industrializado da microrregião. Já Barra Mansa possui somente 2 empresas deste porte e Resende tem 4, o maior quantitativo entre todos os municípios estudados (RAIS, 2010).

Os gráficos de dispersão foram confeccionados para observar se há alguma tendência entre os índices de segregação e a variável relacionada com a industrialização. Os Gráficos 2 e 3 são bem parecidos e relacionam a segregação racial com a proporção de indústria. Eles não possuem *ouliers* e também não há uma

tendência expressiva. As cidades com menos indústrias tem índices entorno de 0,2 quando a proporção de fábricas aumenta o índices sobem um pouco, mas não ultrapassam 0,3. Quatis é um ponto no gráfico cujo índice de segregação está em torno de 0,3 e tem somente 59 indústrias em seu município,

Na segregação econômica as diferenças são maiores em relação as pessoas mais pobres e as mais ricas quando comparamos os índices com a industrialização. O Gráfico 4 relaciona os índices para o rendimento nominal mensal de até um salário mínimo com a proporção de indústrias. Nele é possível perceber que não existe uma tendência na distribuição dos pontos e não há presença de valores discrepantes. Existe somente um pequeno agrupamento de cidades com poucas empresas e índices por volta de 0,2.

Gráfico 2 – Negros X Proporção de indústria

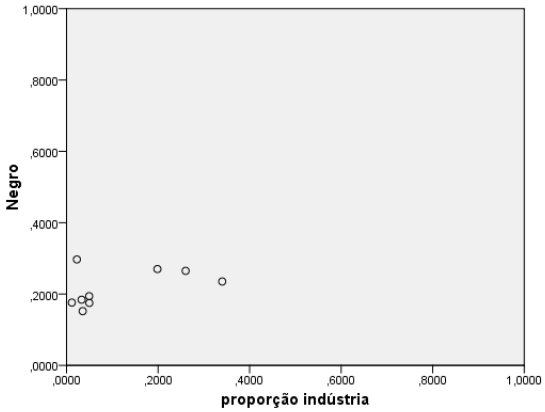


Gráfico 3 – Brancos X Proporção de indústria

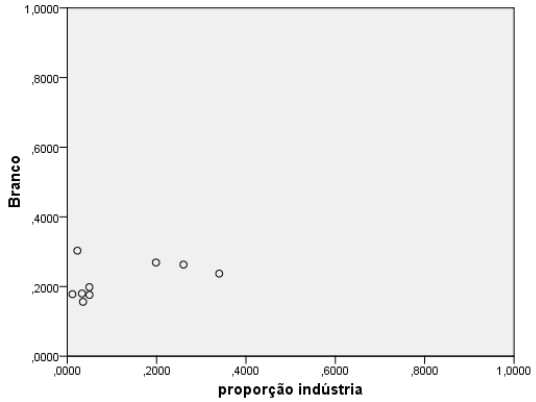


Gráfico 4 – Rendimento até 1 s.m X Proporção de indústria

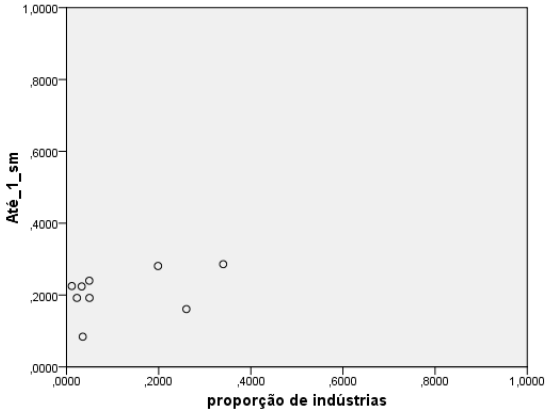
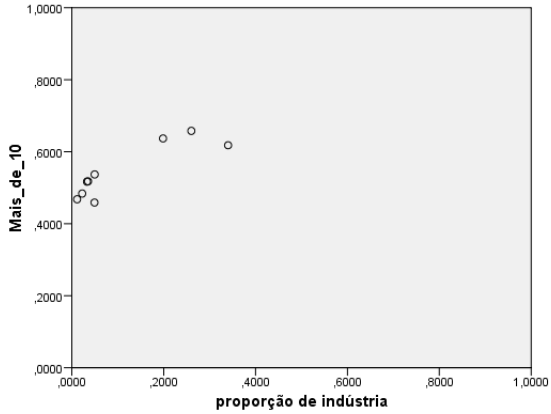


Gráfico 5 – Rendimento mais de 10 s.m X Proporção de indústria



O Gráfico 5 sobre a segregação oriunda das pessoas que recebem mais de 10 salários mínimos nominais mensais também não tem *outliers*. Os índices são mais elevados mesmo nas cidades com poucas indústrias. Entretanto é possível verificar uma leve tendência positiva, pois quanto mais indústrias, maior tende a ser o índice de

segregação. Vale ressaltar que 2 pontos destoam ligeiramente desta tendência, que são Volta Redonda e Piraí.

O número pequeno de observações é um fator que dificulta a visualização de tendências. Mesmo assim os gráficos de dispersão indicam que o único índice que aparentemente possui alguma relação com a industrialização é aquele relacionado com os rendimentos mais elevados, cuja segregação é mais forte em todos os municípios do Vale do Paraíba Fluminense. Para verificar esta tendência o teste de correlação de Spearman foi aplicado para todos os índices relacionando os com a variável proporção de indústrias. Abaixo, na Tabela 2, estão os resultados.

A segregação racial que aparece menos intensa no Vale do Paraíba Fluminense, não apresentou significância estatística para o teste de correlação, pois os valores encontrados foram superiores a 0,05. O índice de segregação para pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de até 1 salário mínimo e proporção de indústrias no território também não teve significância para afirmar a existência de correlação entre estas variáveis.

O índice relacionado com as pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal acima de 10 salários mínimos obteve p<<00,5, indicando que há significância estatística na correlação com a variável proporção de fábricas. Dito isto, é possível prosseguir a análise de correlação somente para a relação destas duas variáveis.

O coeficiente de correlação de Spearman para a relação destas variáveis é de 0,745, indicando correlação positiva entre industrialização e a segregação das pessoas mais ricas, confirmando a tendência do gráfico de dispersão. Esta relação pode estar acorrendo porque nas cidades mais industrializadas, há maior quantidade de moradores com melhores condições financeiras que vivem somente nos bairros com boas condições de infraestrutura urbana e lazer, cujas pessoas mais pobres não tem condições para residir. Condomínios fechados também é uma forma de moradia que está em ascendência em algumas cidades como Resende e Volta Redonda, que contribui para o incremento da segregação dos mais ricos. Os indivíduos mais pobres, provavelmente estão mais espalhados por todo território da microrregião, assim como os indivíduos que se auto declaram pretos ou negros.

Tabela 2 – Teste de Correlação de Spearman

		Branco	Negro	Até_1_sm	Mais_de_10
Proporção de indústrias	**Coeficiente de correlação**	,276	,276	,298	,745*
	Significância	,472	,472	,436	,021

A análise das informações oriundas do teste de correlação de Spearman sugere que a industrialização tem somente relação com a segregação das pessoas mais ricas que vivem na região. As demais formas de segregação, possivelmente são influenciadas por outros fatores que merecem ser investigados e talvez conjugados com a industrialização possam fornecer explicações mais substanciais sobre a segregação racial e econômica na área de estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foi possível verificar que há segregação nas cidades do Vale do Paraíba Fluminense, ou seja, o fenômeno em questão também ocorre fora das grandes metrópoles, em cidades pequenas e médias. Por isso, as pesquisas sobre este tema nos municípios que não estão localizados nos grandes centros urbanos se torna importante.

Em relação as cidades estudadas neste trabalho, o índice de segregação forneceu informações que indicam a existência de segregação mais forte em relação a renda, principalmente dentre as pessoas mais ricas. Indicando que os indivíduos com poder aquisitivo mais elevado tendem a viver juntos. A segregação racial é mais fraca, ou seja, em relação a este atributo as pessoas residem de forma mais dispersa na região sem grandes concentrações.

Dentre os municípios que passam por este novo processo de industrialização, somente Resende apresenta índices de segregação mais elevados das pessoas mais ricas. Volta Redonda, ainda é a cidade com mais indústrias e com grande propensão a segregação no seu território, possivelmente por conta de sua importância regional que ainda é forte e também ao seu planejamento urbano promovido pela CSN que ainda faz parte da paisagem na cidade.

A respeito da correlação existente entre a segregação espacial no Vale do Paraíba com a processo recente de industrialização que vem ocorrendo desde os anos 2000, é possível concluir com as análises feitas que somente a segregação das pessoas mais ricas tem relação direta com a industrialização. Um aspecto que deve ser verificado nos próximos estudos é a influência do porte das fábricas no efeito da relação segregação/ industrialização. Como foi brevemente descrito há cidades que a quantidade de indústrias no território não é elevada, mas há estabelecimentos de grande porte que possivelmente tem um peso muito relevante na economia local e no processo de segregação.

Por ser um fenômeno multidimensional, a segregação também é influenciada por outros fatores que merecem ser estudados e analisados conjuntamente com a industrialização, e, possivelmente fornecerá explicações mais contundentes sobre as características do fenômeno em questão nas cidades estudadas, assim como a respeito da segregação racial e da segregação econômica relacionada com as pessoas mais pobres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIELD; A.Descobrindo a Estatística utilizando o SPSS. 2 ed. Editora Artmed, 2009.

APPARICIO, P., MARTORI, J.C.artori., PEARSON, A.L., FOURNIER, E., APPARICIO, D. An open-source software for calculating indices of urban residential segregation. Social Science Computer Review 32: 117–128, 2014.

CARMO, M. B. S. ; COSTA, S. M. F. Expansão Urbana e Segregação SocioEspacial no Município de Caçapava: Estudo dos Condomínios Horizontais Fechados e Loteamentos Fechados, 2012. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de Lindóia, São Paulo.

DUNCAN, O. D.; DUNCAN, B. A methodological analysis of segregation indexes. American Sociological Review, n. 20, p. 210-217, 1955.

IBGE. Sinopse do Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011.

FEITOSA FF; LE, QB; Vlek, P; MONTEIRO, AMV; ROSEMBACK, R. "Countering Urban Segregation in Brazilian Cities: Policy-oriented Explorations Using Agent-based Simulation." Environment and Planning B: Planning and Design, 2012.
JAKOB, A.A.E. A Krigagem como método de análise de dados demográficos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto, MG, 2002. Anais..., ABEP.
JAKOB, A.A.E. A Krigagem como método de análise de segregação espacial da população. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ANPUR.
LAGO, L. C. Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Letra Capital, Rio de Janeiro, 2015.
LIMA, Raphael J. A reinvenção de uma cidade industrial: Volta Redonda e o pós-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). 277 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
MASSEY, D. S.; DENTON, N. A. The dimensions of residential segregation. Social Forces, n. 67, p. 281-315, 1988.
MOTTA, G. A. S. Fragmentos Urbanos: Segregação socioespacial em Uberlândia-MG. In: IV Colóquio Brasil –Portugal Estratégias de Projeto e Intervenção nas Metrópoles Contemporâneas: experiências e Perspectivas, São Paulo, 2016.
RAIS. Relação Anual de Informações Sociais, 2010. Disponível em http://www.rais.gov.br/
RAMALHO, J.R.; SANTANA, M.A. Promessas e Efeitos Práticas da Implantação da Indústria Automobilística no Sul Fluminense. In: XXV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, 2001.
RIBEIRO, L.C.Q. CORREA, F.S. As Cores das Fronteiras Urbanas. Segregação residencial e Desigualdades "Raciais" na região Metropolitana do Rio de Janeiro, In: Olhares sobre a Metrópole do Rio de Janeiro – economia sociedade e território. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2010.
RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. C. A Oposição Favela –Bairro no Espaço Social do Rio de Janeiro. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 15, n. 1, p. 144-154, 2001.
SMOLKA, M. O. Mobilidade intra-urbana no Rio de Janeiro: da estratificação social à segregação residencial no espaço. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP. Anais do VIII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP, 1992. Brasília, v. 3, p. 331-350.
SPOSITO, M.E.B..Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M (Orgs.). A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 61-93.
VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. (1998) São Paulo: Studio Nobel.

100 ANOS DE UMA "CIDADE PARTIDA": ANÁLISE DE CAUSALIDADES DA SEGREGAÇÃO SÓCIO ESPACIAL DO RIO DE JANEIRO PELA TÉCNICA DELPHI

Jorge A. Martins

Universidade Federal do Rio de Janeiro/Mobile-LAB
jorgeamartins@gmail.com

RESUMO

O autor apresenta neste artigo os resultados da pesquisa realizada por formandos[48] do curso de graduação em Gestão Pública do IPPUR/UFRJ no primeiro semestre de 2016, no âmbito da disciplina Teoria do Planejamento, que visou analisar um século de segregação sócio espacial da cidade do Rio de Janeiro e a perspectiva que se tem para o futuro em razão dos fatos mais recentes. O produto da pesquisa foi apresentado em seminário no evento "Jornada de Lutas", em agosto de 2016, organizado pelo IPPUR/UFRJ.

A pesquisa baseou-se na técnica *delphi* de consulta a especialistas, tendo sido abordados 31 professores-pesquisadores com doutorado e registrados na Plataforma Lattes do CNPq na área "Planejamento Urbano" e que conheciam o objeto de estudo (em algum momento de suas carreiras trataram da Cidade do Rio de Janeiro).

Em uma primeira bateria de formulários eletrônicos, procurou-se identificar no último século (do governo de Pereira Passos ao governo de Eduardo Paes) os nexos de causalidade da segregação sócio espacial do Rio. Assim, primeiramente, com fundamento em pesquisa bibliográfica, foram identificados onze notórios processos ou fatores históricos (variáveis contextuais) e quinze fatos, políticas e governos (variáveis independentes), submetidos à análise dos especialistas no primeiro formulário, que deveriam opinar sobre os nexos de causalidade, pontuando-os em uma escala de 1 (mínima influência) a 5 (máxima influência), facultando-lhes, ainda, alternativamente, apresentarem tantos outros fatores, fatos, políticas ou eventos e respectivas influências que entendessem pertinentes.

Apenas seis processos ou fatores históricos entre aqueles apresentados no primeiro formulário foram considerados influentes da segregação sócio espacial do Rio de Janeiro por mais de 80% dos especialistas e outros seis processos ou fatores foram apontados. Com uma segunda bateria de formulário eletrônico conseguiu-se obter consenso mínimo de 80% com taxa de retorno final de 39% dos participantes.

Com relação ao futuro, 100% dos participantes consideram que a tendência da segregação sócio espacial do Rio não é diminuir, sendo que 33% consideram que tende a manter-se com os mesmos indicadores e aparência atuais, porém a maioria significativa, de 67%, considera que já podem ser observados indícios de aumento.

Palavras-chaves: Segregação sócio espacial; Causas; História; Rio de Janeiro; *Delphi*.

INTRODUÇÃO

Investigar as causas da segregação sócio espacial do Rio de Janeiro ao longo do último século, mais precisamente entre os governos de Pereira Passos (1902/1906)

[48] O autor agradece e registra o nome dos monitores dos oito grupos de estudos montados no âmbito da disciplina Teoria de Planejamento do curso de graduação em Gestão Pública do IPPUR/UFRJ, no primeiro semestre de 2016, que ficaram incumbidos, sob a orientação do autor, do levantamento dos dados, da aplicação da técnica de pesquisa e da organização do seminário "100 anos de uma cidade partida" no evento "Jornada de Lutas(*)", por ordem alfabética: Adriano Aguiar, Amanda Sabbas, Daniela Louback, Fernando Dias, Hannah Luz, Marcela Santos, Miriam Maia, Rayane Floriano.
(*)https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1407358395957692&set=gm.1773507439595573&type=3&theater

e o primeiro governo de Eduardo Paes (2009/2013)[49], a partir da opinião consensual de especialistas em urbanismo e conhecedores da realidade urbana carioca, é o tema deste trabalho.

A complexidade do tema consiste na identificação de variáveis contextuais e independentes; as primeiras compreendendo desde fatores culturais (referentes ao nosso *ethos*), até fatores sociais, econômicos, de gestão pública, etc.; as segundas, os fatos, as políticas e os governos específicos.

O trabalho, realizado em apenas quatro meses em oficina com alunos do curso de gestão pública da UFRJ, mostrou que a técnica adotada é ferramenta relativamente de fácil aplicação para obtenção de consensos e aprendizado sobre assuntos complexos e/ou sobre os quais não se tem conhecimento, permitindo a ampliação das hipóteses inicialmente formuladas com base na pesquisa bibliográfica, o que denota a objetividade e a eficácia da técnica.

INDÍCIOS DE QUE O ETHOS DO CARIOCA DO SÉC. XIX MANTÉM-SE NO SÉC. XXI.

Schwartz (1992) cunhou a expressão “ideias fora do lugar” para caracterizar a independência entre o que era do plano das ideias e o que se referia à práxis, ao discutir o liberalismo no Brasil do séc. XIX. Ao fazer parte das ideias e das práticas que regulam as relações entre os homens livres, o liberalismo seria incorporado a uma política de favor. Esse seria o importante traço cultural do brasileiro – e do carioca em especial – na chegada do séc. XX. A burguesia que enviara seus filhos para estudar na Europa, já passava a contar aqui mesmo com a possibilidade de adquirir um diploma (título). Mas o perfil ideológico da elite que preferencialmente buscava a carreira jurídica marcou-se por um bacharelismo liberal e legalista que conjugava ideias liberais e conservadoras, não chegando a destruir o legado de cunho burocrático-patrimonial, ao contrário: os ideais liberais foram usados para legitimar privilégios herdados da cultura patrimonialista colonial.

Assim é que no conto “Teoria do Medalhão”, Machado de Assis apresenta as regras dessa cultura patrimonialista para que um jovem burguês da classe média urbana que se desenvolvia no Rio de Janeiro no Segundo Império pudesse ascender socialmente a ponto de, por volta dos 50 anos de idade, tornar-se um modelo para sua própria classe (um “medalhão”). Para isso, através de seu protagonista, e com muita ironia, mostra que para galgar aquela posição social um jovem precisava, antes de tudo, aprender a ser um conformista, absolutamente acrítico, de modo a não suscitar oposições ao longo de suas trajetórias social e profissional, para não ferir interesses de ninguém, principalmente dos próprios membros da classe. Para trilhar o caminho da ascensão social interessava muito mais projetar uma imagem de típico e ordinário membro da classe, do que exibir um conteúdo original, legítimo, inovador. Faz-lhe, então, recomendações de como representar socialmente o papel de “aspirante a medalhão”, a *mise-en-scène* para manter-se em evidência social, que envolvia desde a compra de títulos acadêmicos (substitutos dos títulos de nobreza), a cópia de hábitos

[49] O segundo governo de Paes não foi considerado na pesquisa pelos seguintes motivos: (i) quando a pesquisa iniciou ainda havia 1/4 do governo a ser concluído e (ii) interessava abordar os projetos (suas características) e a forma como foram implantados. Portanto, o primeiro governo de Eduardo Paes já era suficiente, tendo em vista que o segundo foi apenas continuidade das obras de implantação dos projetos desenvolvidos nos primeiros 4 anos.

de vida estrangeiros (principalmente franceses) e investir na autopromoção (ASSIS, 1994).

Depreende-se da leitura de Machado de Assis que a urbanidade vivida pelo carioca de então pudesse ser um processo de condicionamento comportamental, um processo de endoculturação ou, para ser fiel ao tom da sua narrativa: de "domesticação".

Esse caráter falso, de parecer ser o que não é, possuidor de uma "malandragem" que servia para ludibriar os outros, já teria aparecido na expressão popular "para inglês ver" ainda na primeira metade do século XIX, cujo sentido o dicionário Houaiss define como "*para efeito de aparência, sem validez*". Dentre as teses para explicar a origem dessa expressão, a mais aceita é a de Ribeiro (1921): em 1831, o Governo Regencial do Brasil, para atender as pressões da Inglaterra, promulgou lei proibindo o tráfico negreiro – declarando livres os negros que aqui chegassem com punição severa para importadores de escravos. Contudo, o sentimento geral era de que a lei não seria cumprida e que estava sendo promulgada apenas "para inglês ver". Esse caráter dissimulado escondia uma vergonha e reforçava o preconceito racial.

Em Macunaíma, Mário de Andrade, também cria o protagonista como o herói de nosso povo, sem nenhum caráter, porquanto nasce "*preto e retinto e filho do medo da noite* [...] *uma criança feia.* [Mas depois de ter crescido e se transformado num príncipe lindo,] *o herói saiu do banho e estava branco louro e de olhos azuizinhos, a água lavara o pretume dele*" (ANDRADE, 1997, pp. 9 e 28).

É de se notar, contudo, que a noção de "vergonha" ou "complexo de inferioridade" associada à necessidade de preocupação com a autoimagem (de "parecer ser o que não é", para o homem da classe média;, de esconder os pobres e pretos, para a cidade) também está presente cem anos depois, no discurso do próprio chefe do Executivo Municipal, quando respondendo às críticas que recebe sobre o calendário de execução e o legado de sua gestão, acusa a existência de um "complexo de vira-lata" do povo e assume sua necessidade de se mostrar para o mundo, tal como Macunaíma quando se transforma em louro de olhos azuis após se banhar em águas mágicas:

> Não é tudo uma desgraça, tenho orgulho da minha cidade. Não pode ficar com esse complexo de vira-lata. A cidade está preparada para receber os Jogos Olímpicos. Ninguém quebrou por causa de Olimpíada. A prefeitura do Rio paga seus salários em dia, tem uma avaliação maior que qualquer ente da Federação. A Olimpíada foi uma oportunidade de melhorar a cidade, de o Brasil se mostrar[50].

Identificar as variáveis contextuais que interagem na constituição desse *ethos* da sociedade carioca – de há mais de um século querer se mostrar para o mundo – é atividade que se fez no trabalho ora relatado, com base em pesquisa bibliográfica.

100 ANOS DE SEGREGAÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO DE PASSOS A PAES.

É ampla a bibliografia sobre a reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro no governo de Pereira Passos (1902/1906). Nesse período, ocorreram duas ações, a saber: a primeira, projetada pelo governo federal, visou à modernização do Porto do Rio

[50] Vide: https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2016/07/27/paes-critica-complexo-de-vira-lata-e-diz-que-rio-16-foi-bem-organizada.htm.

de Janeiro; a segunda, planejada pela prefeitura, anunciou-se buscar a integração das diversas regiões da cidade ao centro urbano, pensado como lugar privilegiado da difusão da civilização.

A reforma urbana federal tinha o propósito de saneamento urbano, desenvolvimento comercial, ampliação da arrecadação fiscal e captação de mão-de-obra estrangeira. A obra do porto mecanizado e eletrificado foi anunciada pelo governo federal como referência da ideia de progresso.

Com o Prefeito Pereira Passos nomeado pelo Presidente e com a Câmara Municipal fechada, caberia ao governo do Distrito Federal, sob o signo do autoritarismo, que estará presente ao longo da política urbana do séc. XX, implantar a modernização urbana de modo a readequar o novo porto à cidade, que precisava também modernizar-se. Para Pereira Passos, que vivera em Paris quando Haussmann iniciou sua reforma, no Rio de Janeiro esta teria o caráter civilizatório: era preciso acabar com alguns hábitos e costumes à força[51].

Ressalte-se que a reestruturação urbana na gestão de Pereira Passos não se ateve somente à Cidade Velha. O Prefeito urbanizou Leme e Copacabana e abriu o hoje denominado "túnel velho", ligando Botafogo a Copacabana, através da concessão da exploração imobiliária e de transporte pela Companhia de Carris do Jardim Botânico (ROCHA, 1995, p. 52).

Para explorar a energia elétrica e o serviço de bondes elétricos, foi fundada, em Toronto, em 09/06/1904, a *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd*., que recebeu autorização para funcionar no Rio de Janeiro em 30/05/1905. Nesse mesmo ano adquiriu o controle acionário da concessionária de iluminação a gás, a empresa belga *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro*, serviço que foi controlado pela Light até 1969, quando foi transferido para o governo estadual. O advento da luz elétrica justificou a inauguração dos chamados cinematógrafos, salas de projeção, que chegaram a 145, de 1907 a 1911[52].

Pode-se, pois, resumir a renovação promovida nos governos Rodrigues Alves e Pereira Passos com as seguintes características principais: (i) Parceria entre os governos federal e municipal; (ii) Pacote de intervenções com captura de capital internacional, em troca da oferta de serviços a serem explorados; (iii) Plano de Saneamento (instituição da coleta regular de lixo e implantação de rede de esgotos); (iv) Plano Energético (implantação de rede elétrica e de gás canalizado); (v) Plano Viário (abertura de eixos viários para integrar a cidade, passando pelo Centro, com vistas a criar aí economias de escala e de localização no contesto municipal); (vi) Plano de

[51] Nesse sentido, destacam-se: (i) os decretos de 9 de janeiro de 1902 que proibiram, no Centro da Cidade, o comércio ambulante de leite, a venda de miúdos e a venda de bilhetes lotéricos em ruas, praças e bondes e suspendeu construções e obras de reforma, em 15 freguesias da cidade, sem licença da Prefeitura; (ii) o decreto de 11 de abril de 1903 regulou a "apanha e extinção de cães vadios", com a captura de 2.212 cães em apenas dois meses, chegando a mais de 20 mil cães, dois anos depois. (ii) outras proibições decretadas: esmola nas ruas, pingentes dos bondes, cuspidura no assoalho dos bondes, andar descalço e sem camisa e criação de porcos no Distrito Federal, etc (Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Pereira Passos, vida e obra. Rio Estudos n. 221. Agosto de 2006. p. 5. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2376_Pereira%20Passos%20vida%20e%20obra.pdf. Acessado em 23/01/13).

[52] Light. Disponível em: http://www.light.com.br/web/institucional/cultura/seculolight/teseculo.asp. Acessado em 23/01/2013.

Transporte (implantação e consolidação de diversas linhas de bondes elétricos de configuração rádio-concêntrica); (vii) Plano Habitacional (construção de vilas operárias nos arredores do Centro e urbanização de Copacabana para a burguesia); (viii) Plano Cultural (construção de equipamento cultural no Centro e proibição de práticas e hábitos considerados não civilizados); (ix) Plano de Remoção (o "bota abaixo", como ficou conhecida a prática de desapropriação e derrubada de imóveis sem oferta de moradia alternativa aos desabrigados).

Há que se ressaltar também que a modernização da cidade assumiu ares conservadores, visto que se adiou a industrialização e, do ponto de vista urbanístico, não se ter previsto que a estrutura radial-concêntrica do sistema viário construído tenderia a viabilizar outras centralidades no espaço urbano, porém, induzindo pesado tráfego de passagem na área central e com forte segregação sócio espacial, concentrado população de maior renda no eixo Área Central – Copacabana.

O fato é que a reforma urbana de Pereira Passos se, por um lado, marca positivamente a imagem da cidade e imprime nova funcionalidade ao espaço urbano, por outro lado, marcou negativamente a população no tocante à forma autoritária, desumana e servil ao grande capital como se procedeu com a remoção de famílias.

Ao longo desse século, outras intervenções ocorreram na cidade e que marcaram também positivamente a imagem da cidade e imprimiram nova funcionalidade, como a abertura da Av. Presidente Vargas e a Av. Brasil, na década de 1940; a política de remoção de favelas e o aterro do Flamengo, na década de 1960; a construção do metrô, na década de 1970, dentre outras.

A partir daí, remoção e autoritarismo em política urbana passaram a ser os dois principais pontos atacados pelos movimentos sociais que reivindicavam a reforma urbana como necessidade para se implantar uma cidade menos injusta, menos segregada sócio espacialmente, tendo influenciado, inclusive, a Assembleia Constituinte de 1987/1988 no capítulo da Reforma Urbana (vetado à época). Dois ideários influenciaram a política urbana desde a década de 1960 e o debate social, a saber:

a) Da academia e das entidades de classe como IAB, OAB e outros conselhos profissionais, vinha a noção de "direito à cidade", originalmente formulado na década de 1960 pelo filósofo francês Henry Lefèbvre, tendo no conceito da "função social" da cidade e da propriedade o aspecto principal a ser explorado pela legislação e, sobretudo, pela política urbana, de modo a diminuir-se a segregação sócio espacial, promovendo-se maior acesso às oportunidades urbanas a todos;
b) Do mercado, vinha a noção de "marketing urbano", segundo a qual a "cidade mundial" era a mais alta categoria do sistema hierarquizado de cidades, exercendo papel fundamental na definição dos fluxos financeiros internacionais da economia global, por constituírem os pólos de blocos econômicos cada vez mais dependentes de indicadores de competitividade e produtividade, o que passava a implicar para a política urbana a adoção de técnicas de gestão estratégica empresarial com a meta de "vender" a cidade como seu maior produto – a "cidade-mercadoria" –, capaz de atrair

investimentos externos diretos e, assim, consolidar seu papel hegemônico em seu *hinterland*.

Desde o final dos anos 80, equipes internacionais de consultoria passaram a ter como alvo orientar planos estratégicos de grandes cidades com potencial para constituírem-se cidades mundiais que, como estratégia para aumentarem competitividade no contexto global, passaram a perseguir a atração desses grandes eventos internacionais, como o Rio de Janeiro, que em 1995, em complementação ao Plano Diretor, elaborou, sob consultoria de planejadores ligados à experiência olímpica de Barcelona, o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, visando consolidar a cidade como uma metrópole empreendedora e competitiva, com capacidade para ser centro de negócios para o país e o exterior. Somente em 2010 o Rio de Janeiro é selecionado para ser a sede dos Jogos Olímpicos de 2016 também com fundamento em outro plano estratégico, elaborado, dessa vez, com a consultoria de planejadores da experiência olímpica londrina de 2012.

O Rio de Janeiro no início do séc. XXI passaria a ser, então, mais uma vez, a oportunidade para o Brasil despontar na economia globalizada, “mostrar-se ao mundo”, nas palavras do prefeito. Para isso deveria promover outra reforma urbana no mesmo cenário, no Porto do Rio de Janeiro, não mais devido às questões de logística que suscitaram a reforma de Rodrigues Alves e Pereira Passos, mas tão somente pelo aspecto simbólico, do poder da imagem para o sucesso de venda do empreendimento que se quer promover: a própria cidade, tratada como empreendimento urbanístico do qual os pobres não fazem parte, mera mercadoria vendida pela elite carioca associada ao capital internacional.

O Rio de Janeiro seguiu plenamente as cartilhas do Banco Mundial e da ONU: elaborou um plano de requalificação urbana da área portuária na forma de operação urbana consorciada, espécie de “parceria público-privada das cidades”, copiando exatamente o modelo de Docklands de Londres dos anos 80, ao mesmo tempo em que implantou programas de marketing social capazes de dar plena visibilidade ao choque de ordem que passou a promover, desviando a atenção dos processos de absoluta segregação sócio-espacial e de gentrificação (expulsão branca) que haviam no bojo de sua intervenção. A primeira experiência de operação urbana consorciada aos moldes de uma parceria público-privada, ocorreu também na renovação urbana das docas de Londres, na década de 1980, quando se verificou o processo de gentrificação (SMITH, 1979 e SMITH, 2002).

Três programas, então, caracterizaram a ação urbanificadora de Eduardo Paes: (i) a Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha, (ii) o Programa Morar Carioca e (iii) as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e Unidades de Polícia Pacificadora-Social (UPP-Social). Esses três eixos estruturadores baseiam-se na parceria com os governos federal e estadual, sem a qual seus planos não seriam viáveis, eis porque todos os recursos que viabilizaram as obras do porto vieram da Caixa Econômica Federal – que comprou todos os certificados de potencial construtivo para dar ares de viabilidade e interesse do mercado – e o governo do Estado - que criou o Bilhete Único de integração modal, que, juntamente com a redução do tempo de viagem nos corredores de BRT implantados pelo município, permitia empurrar para a periferia

parte da população que deixaria de poder arcar com os custos do centro metropolitano que se pretendia valorizar, mantendo-se as oportunidades de emprego aí concentradas.

Já o programa Morar Carioca foi divulgado como o legado da Prefeitura para realização das Olimpíadas e tinha como meta investir R$ 8 bilhões, sendo 2 bilhões até 2012. O Morar Carioca é um plano municipal de integração de assentamentos precários informais. Anunciado com foco na inclusão social e no respeito ao meio ambiente, o programa envolvia um processo de planejamento urbano. Visava a instalação de Postos de Orientação Urbanística e Social (Pouso), espécie de "repartição" da Prefeitura nas comunidades, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). O Pouso exerce o poder de polícia do Município. Para ampliar e consolidar o universo de atuação, o programa também busca parcerias com os governos federal e estadual, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil[53]. Na prática, o Morar Carioca veio impor limites à construção em favelas, que ficaram de fora do uso dos certificados de potencial adicional construtivo. Se este tivesse sido igualmente distribuído na área da operação urbana, poderia conferir renda mensal familiar nas favelas da ordem de mais de R$ 2.000,00, considerando-se o potencial construtivo total, a área ocupada nas favelas e o aluguel médio mensal em 2014.

Já a Unidade de Polícia Pacificadora, UPP, de inspiração na experiência de Medelín, na Colômbia, é uma pequena força da Polícia Militar com atuação exclusiva em uma ou mais comunidades urbanas. As UPPs trabalham com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que se fundamenta na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. A atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o surgimento de lideranças comunitárias. O narcotráfico, que antes ocupava a comunidade, mantinha aí rede de crimes e contravenções, não apenas em relação ao tráfico, ao comércio de drogas e às milícias armadas, mas também ao contrabando de infraestrutura urbana (gás, eletricidade e televisão por assinatura), com as UPP são mostrados pela televisão, ao vivo para todo o planeta, saindo pela porta dos fundos, sem confronto com a polícia, que ocupa as favelas entrando pela porta da frente. De fato, como noticiado na imprensa, o número de ligações clandestinas de luz caiu de 70% para 5% nas comunidades "pacificadas"[54] e as empresas que oferecem tv por assinatura passaram a trocar ligações clandestinas ("gatonet") por serviços oferecidos a preços promocionais.

Uma vez que o mercado subiu o morro com a polícia, a alta de preços também chegou. Isso foi verificado sobretudo no mercado imobiliário, no qual se constatou em 2012 valorização de 74% a 200% nos aluguéis. (FLEURY e OST, 2012, p.11). Começou-se a ouvir falar na perspectiva de "remoção branca", isto é: a expulsão da comunidade local de forma "não-violenta" e "não-impositiva", mas por pressão do mercado, atraindo especuladores (MATTAR, CHEQUER e DIAS, 2010).

Fleury e Ost (2013) argumentam também:

> Outros entrevistados demonstram inquietude e insegurança ao falar da atuação do Estado e do mercado na comunidade. Para alguns, a favela

[53] Fonte: http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=1451251.
[54] http://extra.globo.com/casos-de-policia/gatos-de-luz-em-favelas-cairam-de-70-para-5-apos-implantacao-de-upp-7285468.html.

> está sendo oprimida e até expulsa pelas ações do governo, que atuaria somente para construir conjuntos habitacionais distantes da área central, ou seja, o processo de gentrificação.
> Ressalte-se que a exploração econômica dessas novas praças e a expulsão branca são socialmente aceitáveis e até estimuladas por serem percebidas como um processo "natural" da renovação urbana, contrariando-se, portanto, os próprios princípios do instituto da OUC (p.12).

Segundo levantamento da consultoria britânica *Global Property Guide*, só Hong Kong e Singapura tiveram, em 2009, valorizações no mercado imobiliário superiores às do Brasil, que passou a ser apontado como um dos destinos obrigatórios dos investidores. Foi a primeira vez que o mercado brasileiro assumia uma posição de destaque no cenário global (Revista Exame. Edição N. 971, 30/06/2010). De fato, em 2012, a *Association of Foreign Investors in Real Estate* (AFIRE) divulgou que o Brasil manteve-se na segunda posição, pela segunda vez, dos mercados emergentes considerados pelos investidores do mercado imobiliário para os próximos anos, estando São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, na quarta e vigésima primeira colocação no ranking mundial[55].

A atual reforma urbana que está sendo promovida na área portuária do Rio de Janeiro já vendeu 6,44 milhões de m^2 na forma de certificados de potencial construtivo para a Caixa Econômica Federal, mas oito anos depois menos de 20% foram executados (o esperado era de 40%). Divulgou-se na imprensa que teria atraído investidores como *Abu Dhabi Investment Authority*, o maior fundo imobiliário do mundo, e as Organizações Trump, que pretendiam construir o "maior centro empresarial do país" com mais de 300 mil m^2 e a Holding EBX do ex-bilionário brasileiro Eike Batista, dentre outros. Um dos ativos financeiros que mais tem interessado aos fundos imobiliários é a aquisição de certificados de potencial construtivo emitidos em Operações Urbanas Consorciadas (OUC). Estas teriam se tornado, então, um meio para especulação financeira e potencialmente interessante a esquemas internacionais de lavagem de capitais. Afinal, as primeiras emissões de certificados de potencial construtivo em uma operação urbana consorciada tendem a ser adquiridas em poucos lotes a preços mínimos para, futuramente, adquirirem-se poucos títulos a preços muito maiores, apenas como estratégia para inflar o valor do patrimônio dos fundos e o valor de venda das unidades a serem comercializadas. Assim, vendendo-se pequena parcela de um empreendimento a preços superestimados, pagar-se-ia todo o empreendimento, sem precisar se desfazer dele integralmente, mantendo-se as unidades vinculadas àqueles que investiram no fundo imobiliário como produto final da lavagem.

Esses lançamentos acabam impactando todo o mercado, inclusive o de usados. Segundo o índice FipeZap, que calcula o preço médio do metro quadrado de apartamentos prontos em seis municípios brasileiros e no Distrito Federal com base em anúncios da internet, o preço médio dos imóveis anunciados no Rio de Janeiro subiu 191% entre janeiro de 2008 e novembro de 2012, ou seja, quase triplicaram em menos de cinco anos, chegando a R$ 8.527,00. Na média das sete regiões, o preço do

[55]http://afire.org/sites/default/files/pdf/AFIRE%202012%20Foreign%20Investment%20Survey%20Results_0.pdf

metro quadrado foi de R$ 6.980,00[56]. Mas no Porto Maravilha, os imóveis comerciais já estavam sendo vendidos nesse ano em torno de R$ 20.000,00/m^2, a preços da área mais valorizada da cidade (Leblon-Ipanema). A alta do preço de venda dos imóveis no Rio de Janeiro não é resultado do aumento do custo de produção/construção, pois o Custo Unitário Básico da construção residencial no Rio de Janeiro partiu de R$ 857,37 em setembro de 2005 para R$ 1.057,13 em dezembro de 2012, aumento de apenas 23%.

Admitindo-se a hipótese de que o mercado imobiliário teria passado a ser boa oportunidade para lavagem e aceleração da acumulação capitalista, um indício de sua ocorrência seria um significativo número de unidades imobiliárias fechadas, não disponibilizadas no mercado, pois se as unidades permanecem fechadas, verificar-se-ia incompatibilidade com uma suposta demanda por novos espaços a justificar a produção na escala em que está (a produção retida e não dirigida ao mercado é que justificaria o aumento de preços). O IBGE, nesse sentido, já constatara no último censo a existência de em torno de 10% de imóveis fechados. Tem-se tornado relativamente comum a divulgação de que grandes empreendimentos imobiliários teriam sido vendidos pela internet em até 120 minutos no lançamento, porém, depois de concluídas as obras, o empreendimento permanece vazio anos a fio, apenas parcialmente ocupado (poucas unidades). Atualmente, depois dos últimos quatro anos de crise financeira (2014/2018), a taxa de ocupação dos empreendimentos do Porto Maravilha é de apenas 25% (75% permanecem vazios).

METODOLOGIA

A primeira parte do trabalho consistiu na revisão bibliográfica de autores clássicos a partir dos quais poderiam ser observadas principais causas hipotéticas da segregação sócio espacial do Rio de Janeiro. Para isso, tais hipóteses foram organizadas em variáveis independentes e contextuais, agrupadas em fatores diversos. Algumas dessas variáveis poderiam servir para caracterizar a influência de nosso *ethos* (fator político-cultural) na estruturação da segregação sócio espacial, mas também dos fatores político-administrativo, econômico-social e político-burocrático, assim como de fatos, políticas e governos específicos.

Soares et ali (2001) definem que a técnica é para a metodologia o meio instrumental que serve de apoio às normas e aos processos estabelecidos pelo método. Assim, se este é gênero, aquela é espécie. Dentre várias técnicas disponíveis para se gerar, em caráter exploratório, conhecimento de uma situação pouco clara, obscura, ou, ainda, a fim de se investigar a origem de problemas, destaca-se já há meio século a técnica *delphi*.

Linston e Turoff (2002) definem a técnica *delphi* como estruturação de um processo de comunicação grupal, que é efetivo na hora de tratar um problema complexo. Originalmente, a técnica foi idealizada no começo dos anos 50 nos Estados Unidos, no Centro de Investigação RAND Corporation, por Olaf Helmer e Theodore J. Gordon, como ferramenta para elaborar cenários e realizar predições sobre a hipótese de catástrofe nuclear.

[56] Fonte: http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/12/preco-de-imovel-no-rio-quase-triplica-em-menos-de-5-anos-diz-fipezap.html.

A *delphi* é técnica de prospecção por sistematização de análise e julgamento de informações, com fundamento em consenso de especialistas (também chamados de peritos ou juízes) sobre determinado tema por meio de validações articuladas em rodadas ou ciclos de questionários, enviados eletronicamente conforme se mostrar necessário. A cada nova rodada de questionário, os participantes recebem o feedback da rodada anterior com os valores paramétricos de "Média" e "Mediana" (tendência central) e "Máximo" e "Mínimo" (para respostas extremas), de modo que possam reavaliar suas respostas em razão de como se situam no contexto de respostas e justificativas dadas pelos demais participantes. Pode ser aplicada a dados quantitativos e qualitativos.

São quatro as etapas da técnica *delphi*: i) formulação do problema, ii) seleção dos especialistas participantes, iii) elaboração e lançamento dos questionários e iv) interação, desenvolvimento e resultados. O objetivo é produzir consenso dos especialistas com opiniões e argumentações, até não se conseguir mais revisá-las porquanto gerado o consenso mínimo (geralmente até três rodadas).

São três as condições básicas da *delphi*: (i) o anonimato dos participantes (as identidades dos especialistas não são reveladas nem entre si), (ii) a representação estatística da distribuição dos resultados, (iii) o retorno (*feedback*) de respostas do grupo para reavaliação nas rodadas subsequentes. As taxas de retorno dos questionários apontadas por Van Hoek, 1999; Sampaio, M., 2003 e Palvia, P. C., 1997, variam de 14% a 18%.

Quanto ao número de especialistas participantes, não há na literatura definição de um número mínimo ou ideal, conforme Castro, A. V. e Rezende, M., 2009. Quanto ao nível mínimo de consenso, Wright, J.T.C. e Giovinazzo R.A. (2000) mostram que na literatura varia entre 50% e 80%. Na investigação sobre as origens da segregação sócio espacial do Rio de Janeiro, definiu-se como meta final na última rodada ou interação a participação de pelo menos dez especialistas (professores-pesquisadores com título de Doutor e conhecimento do objeto – Cidade do Rio de Janeiro) para os 31 convidados e consenso mínimo de 80%. Mediante formulários eletrônicos, os especialistas manifestaram-se acerca do peso que atribuíam a cada variável apresentada como influência da segregação sócio espacial do Rio, adotando-se uma escala linear que variou de 01 (muito pouco influente) a 05 (bastante influente).

AS VARIÁVEIS CONSIDERADAS.

Foram selecionadas para análise algumas variáveis observáveis nesse período, considerando a tipologia proposta por Oliven (2010): a cidade como variável dependente e contextual[57].

Mereceram, destaque na análise das condicionantes estruturais do objeto, porquanto observáveis já mesmo no Brasil Colônia e no Império, os seguintes fatores:

[57] Não se aplica aos propósitos deste trabalho i tratamento da cidade como variável independente.

A. Variáveis Contextuais

Fator político-cultural

1. **Patrimonialismo –** histórica confusão do administrador público no Brasil entre interesses públicos e privados;
2. **Autoritarismo –** o poder exercido com arbitrariedade e desconsideração ou censura a opiniões e oposições que marca a chegada da República e manifesta-se ao longo do século;
3. **Populismo –** o poder exercido com apoio popular obtido por relação direta entre as massas e um líder carismático, sentido comum quando as elites políticas encontram-se distante das massas. Compreende o período a partir dos anos 1930 e entre 1945 e 1964 ("república populista") e na política estadual fluminense entre 1982 a 1986 e 1990 a 1994;

Fator econômico-social

4. **Sociedade escravocrata –** a permissão do trabalho escravo por muito mais tempo do que nos outros países do continente seria a causa de uma vergonha e de um preconceito racial dissimulados de nossa sociedade,
5. **Imigração e migração –** chegada de estrangeiros e de retirantes do campo e de cidades do interior antes mesmo da chegada do séc. XX e que permanece até meados do século;
6. **Inflação crescente –** principalmente entre as décadas de 1950 e 1990, de 19% a 764%, impedindo a poupança dos segmentos mais pobres e acirrando a concentração de renda.

Fator gestão de políticas (tecnoburocracia e falta de política urbana continuada)

p. 971

7. **Tecnoburocracia** (administração pública executada a partir da perspectiva de servidores especializados, legitimados por autoridade, hierarquia e tecnicismo, característica do Estado Novo e do período militar);
8. **Histórica falta de cultura de planejamento e de gestão integrados** (como condição para promoção de políticas públicas continuadas);
9. **Histórica concentração de empregos no núcleo metropolitano** (e em poucos centros regionais que polarizam uma população cada vez mais espraiada e periférica);
10. **Histórica falta de integração entre as políticas de uso e ocupação do solo e de transporte/mobilidade** (com predominância de investimentos no modo rodoviário depois da quinta década do séc. XX);
11. **Histórico financiamento do transporte a cargo do usuário e do contribuinte, dispensando-se beneficiários indiretos** - como o capital imobiliário, o comércio e os serviços - de promoverem subsídio intersetorial cruzado entre as políticas de uso & ocupação do solo e de transportes.

B. Variáveis Independentes (Fatos, políticas e governos específicos)

1. **Reforma do Porto do Rio de Janeiro** (com saneamento da área central e abertura de grandes eixos viários na cidade pelo presidente Rodrigues Alves e prefeito Pereira Passos, na primeira década do século XX);
2. **Demolição do Morro do Castelo** (para aterros na Baía de Guanabara e na Zona Sul no governo do prefeito Carlos Sampaio - 1920/22);
3. **Abertura da Avenida Presidente Vargas e Avenida Brasil em 1944/46** (na gestão do prefeito Henrique Dodsworth);
4. **Abertura de eixos viários, túneis e remoção de favelas para Cidade de Deus** (entre 1958 e 1960 na gestão do prefeito Negrão de Lima);

5. Remoção de favelas para grandes conjuntos habitacionais na periferia (Cidade de Deus e as Vilas Kennedy, Aliança e Esperança, entre 1962 e 1965, na gestão do Governador Carlos Lacerda);
6. **Remoção de 62 favelas promovida pela Chisam** (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana, entre 1968 e 1973, transferindo seus habitantes para conjuntos habitacionais nas zonas Norte e Oeste, nos governos de Negrão de Lima e Chagas Freitas);
7. **Política promovida pelo Banco Nacional de Habitação** (de 1964 a 1986, com construção de grandes conjuntos habitacionais e saneamento na periferia metropolitana, prioritariamente, em tese, para famílias de 1 a 3 salários mínimos, porém, com modelagem financeira que induzia à inadimplência desse segmento);
8. **Extinção dos serviços de bondes a partir de 1963 e transformação dos serviços de lotação em empresas de ônibus em 1964** (por decretos do Governador Carlos Lacerda);
9. **Política de remuneração das empresas de transporte de ônibus** (baseado na expansão contínua da frota e da quilometragem percorrida, com aferição de custos pela planilha Geipot para transferência ao usuário, desde a década de 1980 até 2010);
10. **Traçado e construção do metrô em linha singela com dois trechos e tecnologias diferentes** (Linha 1- Estácio-Botafogo - metrô subterrâneo - e Linha 2 - Estácio-Pavuna - pré-metrô de superfície);
11. **"Porto Maravilha"** (projeto de Operação Urbana Consorciada do governo Eduardo Paes, que fixou potencial adicional construtivo de até 12 vezes a área do lote para investidores adquirentes de Cepacs, mas excluindo sua aplicação em território de favelas da própria área de intervenção);
12. **Desapropriações e remoções para construção de equipamentos públicos no governo do prefeito Eduardo Paes** (BRTs e complexos esportivos para a Copa 2014 e Olimpíadas 2016);
13. **Construção, pelo Governo do Estado (Sérgio Cabral), de trecho de 71 km do "Arco Metropolitano" em grande vazio** (ligando o porto de Itaguaí a Duque de Caxias, sem plano de ocupação e sem recepção nos planos diretores dos municípios);
14. **"Bilhete Único Intermunicipal", de iniciativa do Governo do Estado Sérgio Cabral** (associado aos corredores de BRT, de iniciativa do atual governo municipal, que permitem economia de gastos e de até 50% do tempo de transporte, justificando, assim, viagens mais longas e espraiamento da ocupação para a periferia metropolitana).

A CONSULTA DE ESPECIALISTAS (APLICAÇÃO DA DELPHI).

Foram necessárias duas rodadas de questionários ou interações para se chegar ao consenso mínimo de 80% com 39% de taxa de resposta final.

Das onze variáveis contextuais (processos ou fatores históricos) que foram submetidos à análise dos participantes, facultando-lhes apresentarem tantos outros que entendessem pertinentes, apenas cinco processos ou fatores históricos foram considerados influentes da segregação sócio espacial do Rio de Janeiro por mais de 80% dos especialistas e outros seis processos ou fatores foram apontados pelos participantes, mas em cinco destes houve consenso mínimo de 80%.

Das quinze variáveis independentes (fatos, políticas e governos específicos) apresentados como causas possíveis da segregação sócio espacial do Rio, não foram sugeridos outros, apenas em sete houve consenso de 80%.

O resultado final é apresentado a seguir, por grau de importância das variáveis/fatores e os itens sublinhados foram apontados pelos especialistas e não constavam no formulário original.

A. Variáveis Contextuais

Bastante Influente (Grau 05)

Fator econômico-social

- *O papel dos agentes econômicos (incorporadores, empreiteiras e concessionárias);*

Entre Bem e Bastante Influente (Graus 04/05)

Fator econômico-social

- *Mercado fundiário/ imobiliário oligopolizado;*

Fator gestão de políticas

- *Política de incentivo à especulação imobiliária;*
- *Política de infraestrutura urbana concentrada nas áreas valorizadas;*

Bem Influente (Grau 04)

Fator gestão de políticas

- *Histórica falta de integração entre as políticas de uso/ocupação do solo e transporte/mobilidade, com predominância de investimentos no modo rodoviário;*

Fator político-cultural

- *Patrimonialismo;*
- *Autoritarismo;*

Fator econômico-social

- *Sociedade escravocrata;*

Entre Razoável e Bem Influente (Graus 03/04)

Fator gestão de políticas

- *Setorização administrativa e das próprias políticas públicas (com pouca integração ou transversalidade);*

Fator político-cultural

- *O imaginário social que confere diferentes distinções aos espaços urbanos.*

B. Variáveis Independentes (Fatos, políticas e governos específicos)

Bastante Influente (Grau 05)

- *Política promovida pelo Banco Nacional de Habitação de 1964 a 1986;*
- *Remoção de 62 favelas pela Chisam entre 1968 e 1973, nos governos de Negrão de Lima e Chagas Freitas.*

Bem Influente (Grau 04)

- *Financiamento do transporte a cargo do usuário e do contribuinte, dispersando-se beneficiários indiretos de promoverem subsídio inter-setorial cruzado (entre as políticas de uso e ocupação do solo e de transporte);*
- *Abertura de eixos viários e túneis e remoção de favelas na gestão do prefeito Negrão de Lima;*
- *Remoção de favelas para grandes conjuntos habitacionais na periferia (Cidade de Deus e as Vilas Kennedy, Aliança e Esperança) entre 1962 e 1965, na gestão do Governador Carlos Lacerda;*
- *Desapropriação e remoções para construção de equipamentos públicos (BRTs e complexos esportivos para a Copa 2014 e Olimpíadas 2016) no governo do prefeito Eduardo Paes.*

C. Tendências para a segregação sócio espacial

100% dos participantes consideraram que a segregação sócio espacial do Rio de Janeiro não diminuiria, sendo que:

- 33% consideram que tende a manter-se com os mesmos indicadores e aparência, pois não são observados aspectos hoje suficientes para cogitar-se alguma inflexão na curva de tendência;

- 67% consideram que tende a aumentar, visto serem observados aspectos atualmente que sugerem inflexão da linha de tendência, em uma trajetória ascendente, com pior distribuição do excedente social entre diferentes classes sociais e bairros.

CONCLUSÕES

O uso da técnica *delphi* por alunos do curso de gestão pública demonstrou grande eficácia para geração de informação útil acerca de investigação de problemas complexos em relação aos quais os interessados não têm conhecimento específico, visto que do total de onze variáveis histórico-contextuais estabelecidas a partir da revisão bibliográfica como hipóteses de causas do problema investigado (segregação sócio espacial), apenas cinco foram corroboradas pelos especialistas, que apontaram outras cinco, destacando-se entre elas variáveis relativas aos **fatores econômico-social** (O papel dos agentes econômicos – incorporadores, empreiteiras e concessionárias – e Mercado fundiário/imobiliário oligopolizado) e d**e gestão de políticas (**Política de incentivo à especulação imobiliária e Política de infraestrutura urbana concentrada nas áreas valorizadas). Interessante notar que os especialistas consideraram também importantes aspectos referentes ao nosso *ethos* (patrimonialismo, autoritarismo e sociedade escravocrata), hipótese levantada inicialmente.

Já com relação aos principais fatos, políticas e governos causadores de segregação sócio espacial, destaque para:

- Política promovida pelo Banco Nacional de Habitação de 1964 a 1986;
- Remoção de 62 favelas pela Chisam entre 1968 e 1973, nos governos de Negrão de Lima e Chagas Freitas.
- Financiamento do transporte a cargo do usuário e do contribuinte, dispensando-se beneficiários indiretos de promoverem subsídio inter-setorial cruzado (entre as políticas de uso e ocupação do solo e de transporte);
- Abertura de eixos viários e túneis e remoção de favelas na gestão do prefeito Negrão de Lima;
- Remoção de favelas para grandes conjuntos habitacionais na periferia (Cidade de Deus e as Vilas Kennedy, Aliança e Esperança) entre 1962 e 1965, na gestão do Governador Carlos Lacerda;
- Desapropriação e remoções para construção de equipamentos públicos (BRTs e complexos esportivos para a Copa 2014 e Olimpíadas 2016) no governo de Eduardo Paes.

Opinião unânime: não há indício algum de tendência de diminuição da segregação sócio espacial; 33% consideram que o atual quadro tende a se manter e 67% consideram que já há indícios de tendência de aumento.

Curioso observar que no início do século XXI o Governo de Pereira Passos, conhecido como o primeiro a implantar uma política de reurbanização radical e

autoritária, não aparece entre as principais causas da segregação sócio espacial do Rio de Janeiro, mas, sim, fatos ocorridos nas décadas de 60, 70 e 80 – política do BNH e os governos de Carlos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas – e no governo de Eduardo Paes, todos por promoverem remoções consideradas arbitrárias, seja para implantar eixos de transporte, seja para implantar equipamento urbano (habitação social e complexos esportivos).

Ressalte-se ainda, por fim, a importância que os especialistas apontam acerca da falta de participação de beneficiários indiretos no financiamento do transporte urbano na consolidação de um espaço desigual – aspecto que deveria ter sido considerado no financiamento do VLT do Porto Maravilha, nas transações de potencial adicional construído, dado que esse modo foi tratado no licenciamento ambiental como medida mitigadora de potencial impacto viário no longo prazo. Preferiu-se transferir ao contribuinte o subsídio de R$ 6 milhões/mês, subvertendo-se o princípio "poluidor-pagador"[58] para promover-se transferência geográfica de valor direta na compra de potencial construtivo por incorporadores imobiliários e isso é, por si, indício de que a segregação sócio espacial tenderia mesmo a aumentar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. 30. ed. Belo Horizonte: Villa Rica Editoras Reunidas Ltda.,1997.

ASSIS, Machado de. Obra Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994.

CASTRO, A. V. e REZENDE, M. A Técnica Delphi e seu Uso na Pesquisa de Enfermagem: Revisão Bibliográfica. Revista Mineira de Enfermagem. 13(3): 429-434, jul./set., 2009.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FLEURY, S. OST, S. O Mercado Sobe o Morro. A Cidadania Desce? Efeitos Socioeconômicos da Pacificação no Santa Marta. 56(3) · September 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263147177_FLEURY_S_OST_S_O_Mercado_Sobe_o_Morro_A_Cidadania_Desce_Efeitos_Socioeconomicos_da_Pacificacao_no_Santa_Marta. Acesso em: 21/11/2018.

GOMES, Ângela de Castro. A República, a história e o IHGB. Belo Horizonte: Argentum, 2009.

LINSTONE, H. A e TUROFF, M. The Delphi Method: Techniques and Applications. Murray Turoff and Harold A. Linstone, Editors. Portland. 2002.

MARTINS, J.A.; CHACUR, M.R.P e NUNES, N.L.N.A. Análise Estratégica de Alternativas de Localização e Tecnologia no Licenciamento Ambiental da OUC Porto Maravilha/RJ. Economic Analysis of Law Review. N. 1, Brasília, 2016.

MATTAR, Flávia; CHEQUER, Jamile e DIAS, Mariana. UPP: Tecendo Discursos. Democracia Viva, no 45, pp. 72-81. 2010.

OLIVEN, R. G. Urbanização e mudança social no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. 146 p.

[58] Análise completa em Martins et ali. (2016).

PALVIA, P. C. Developing a model of the global and strategic impact of information technology. Information and Management, 32, 1997, p.229-244.
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Pereira Passos, vida e obra. Rio Estudos n. 221. Agosto de 2006. p. 5. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2376_Pereira%20Passos%20vida%20e%20obra.pdf. Acessado em 21/11/2018.
RIBEIRO, J. A Língua Nacional. São Paulo: Edição da Revista do Brasil - Monteiro Lobato e Companhia, 1921.
ROCHA, Osvaldo Porto. A era das demolições. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.
SAMPAIO, M. O Poder estratégico do Postponement. São Paulo: EAESP/FGV, 2003. 189 p.
SCHWARZ, R. (org.). Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades. 1992.
SMITH, Neil. Toward a Theory of Gentrification: A Back to the City Movement by Capital, not People. Journal of the American Planning Association. n. 45. p. 538-547. 1979.
———. New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy. Graduate Center. City University of New York, New York. Editorial Board of Antipode. Blackwell Publishers. 2002.
SOARES, V.M.S.; CONSENZA, O.N., GOMES, C.F.S. Técnicas qualitativas e softsystems methodology aliadas ao enfoque sistêmico. Revista de Administração, São Paulo v.36, n.3, p.100-107, jul./set. 2001.
UOL. São Paulo. Disponível em: https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2016/07/27/paes-critica-complexo-de-vira-lata-e-diz-que-rio-16-foi-bem-organizada.htm. Acessado em 21/11/2018.
VAN HOEK. Postponement and the reconfiguration challenge for food supply chains. Supply Chain Management. v.4, n. 1, p. 18-34, 1999.
WRIGHT, J.T.C. e GIOVINAZZO R.A. Delphi – Uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. Cad. Pesquisa Adm. São Paulo. 2000; 12(12):54-65.

DINÂMICA ECONÔMICA E PERFIL PRODUTIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)
Observatório das Metrópoles – Núcleo Curitiba
wilhelm.meiners@pucpr.br

Fernanda Cristina de Oliveira Rodrigues

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)
ferdeoliveiraa@yahoo.com.br

RESUMO

As mudanças estruturais ocorridas ao longo da última década, na Região Metropolitana de Curitiba, têm como um dos principais aspectos o processo de desconcentração das atividades econômica, do polo Curitiba para os munícipios de sua Concentração Metropolitana. A maneira como essa região se organiza é marcada por sua heterogeneidade, em que poucos munícipios participam efetivamente das relações econômicas metropolitanas mais dinâmicas. O deslocamento da indústria e serviços (novos investimentos e relocalização) para os territórios mais adequados para o capital produtivo, como a disponibilidade de infraestrutura (mobilidade e conectividade), densidade empresarial prévia e capacitação da força de trabalho, promove uma seletividades espacial. Tal seletividade é ainda mais restrita (desconcentração concentrada) para atividades industriais e terciárias com maior intensidade tecnológica. O objetivo do trabalho é investigar a dinâmica econômica recente da Região Metropolitana de Curitiba, a partir de uma análise das transformações ocorridas em sua estrutura produtiva, avaliando o perfil e o grau de especialização da indústria e serviços segundo atividades classificadas por intensidade tecnológica, percebendo as principais desigualdades e hierarquias intra-metropolitanas, a partir da seletividade espacial da indústria e serviços. Os resultados permitem inferir o padrão de distribuição espacial da indústria e serviços, e as desigualdades espaciais promovida pela localização dos setores de maior intensidade tecnológica configurando a heterogeneidade e hierarquia na Região Metropolitana de Curitiba.

Palavras-Chave: Desconcentração Econômica Metropolitana; Seletividade Espacial; Heterogeneidade; Hierarquia; Região Metropolitana de Curitiba

ABSTRACT

The structural changes that have taken place, over the last decade, in the Metropolitan Region of Curitiba, have as one of the main aspects the process of deconcentration of the economic activities of the Curitiba pole to the municipalities of its Metropolitan Concentration. The way in which this region is organized is marked by its heterogeneity, in which few municipalities effectively participate in the most dynamic metropolitan economic relations. The shift of industry and services (new investments and relocation) to the most suitable territories for productive capital, such as the availability of infrastructure (mobility and connectivity), previous entrepreneurial density and capacity building of the workforce, promotes spatial selectivity. Such selectivity is even more restricted (concentrated deconcentration) for industrial and tertiary activities with greater technological intensity. The objective of this study is to investigate the recent economic dynamics of the Metropolitan Region of Curitiba, based on an analysis of the transformations occurring in its productive structure, evaluating the profile and degree of specialization of the industry and services according to activities classified by technological intensity, main inequalities and intra-metropolitan hierarchies, from the spatial selectivity of industry and services. The results allow us to infer the spatial distribution pattern of the industry and services and the spatial inequalities promoted by the location of the sectors with the highest technological intensity, thus configuring the heterogeneity and hierarchy in the Metropolitan Region of Curitiba.

Keywords: Metropolitan Economic Deconcentration; Spatial Selectivity; Heterogeneity; Hierarchy; Metropolitan Region of Curitiba

INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação atual do capitalismo, com a emergência da IV Revolução Industrial, predomínio das Tecnologias de Informação e Comunicação, a globalização e os processos de liberalização, conforma uma nova divisão internacional do trabalho e especialização produtiva regional, em que há os países e regiões que produzem conhecimento (centro) e os que usam conhecimento para produzir (nova periferia). Nesse processo, a periferia recebe plantas produtivas industriais sem o domínio completo do ciclo tecnológico (internalização do know-how, mas não do know-why, característica do processo de aprendizado passivo ou pouco ativo), permanecendo sua dependência tecnológica e financeira, e assim, subordinação às regras impostas pelo capital financeiro, comercial e produtivo do centro.

A conformação das metrópoles periféricas, conduzidas pelo processo de industrialização, promoveu centros de rápida e intensa urbanização, decorrente dos processos demográficos de grande atração de força trabalho, com funções de centros de serviços, comerciais e financeiros, de comando nacional e regional e com conexão e articulação às redes internacionais.

É nesse novo padrão de inserção dos países periféricos que se conformaram as novas articulações urbanas entre centro e periferia industrial, com uma nova dinâmica de periferização metropolitana homogeneizante, hierárquica e fragmentada (LEFÈBVRE, 2013). Homogênea enquanto processo de valorização comandado pelo capital comercial, produtivo e industrial, conformando centros urbanos e metrópoles de rápido crescimento, com deslocamentos expressivos de força de trabalho, promovendo sua expansão territorial indelimitável da "metrópole líquida". Hierárquica pois reproduz no espaço nacional uma rede urbana articulada à inserção internacional, disposta em centro, centro ampliado/periferia dinâmica, periferia agrícola integrada e periferia marginalizada, compondo na metrópole a relação centro-periferia entre a cidade polo (útero) e seus satélites (filhotes), dispostos em uma hierarquia intra-metropolitana. Fragmentada, pois as metrópoles periféricas, com rápida e intensa urbanização, conformadas pelo liberalismo desarticulador das estruturas sociais e por estados, com capacidade fiscal limitada na promoção do bem-estar social e sem forças para conduzir ordenadamente o processo de metropolização, acaba por engendrar espaços de distensão social, com grandes desigualdades sociais no prisma territorial, adensando os interstícios e levando a questões críticas no provimento de serviços urbanos comuns de habitação, mobilidade, segurança, sustentabilidade, acesso a serviços sociais básicos e limitações do direito à cidade.

Segundo Ana Fani Carlos (2011) na metrópole, vai se produzindo novos espaço à medida que o capital financeiro torna-se hegemônico e ampliam-se as estratégias de acumulação dos setores imobiliário, do turismo e do lazer, indicando um novo momento em que “a reprodução do capital se realiza através do espaço, que também é mercadoria como extensão do mundo da mercadoria”. (CARLOS, 2011, p. 87). Ana Fani explica que a produção do espaço em três planos: o econômico - a racionalidade da busca do lucro e do crescimento; o político - racionalidade do planejamento, da normatização e da instrumentalização; e o social - racionalidade da vida e do cotidiano. No nível econômico, a metrópole é o espaço é da integração: da infraestrutura - sistema de transporte, logística e armazenagem (os canais e fluxos do capital mercadoria) e as

instalações (locais) de produção; da concentração e justaposição de atividades econômicas relacionadas (fornecedores, usuários, consumidores, instituições de apoio) nas cadeias produtivas e elos (nódulos) das cadeias; mercado de trabalho - concentração de bolsões de força de trabalho qualificado e não qualificado e instituições de desenvolvimento de pessoas; matéria-prima - insumos, peças e componentes para a atividade predominante da indústria e serviços; e mercado - espaço de circulação do capital, de realização (venda) da produção e da mais-valia (centros de consumo e negócios, centros de intercâmbio e serviços).

A metrópole conforma o *locus* especializado da produção capitalista, onde conformam-se o capital fixo (infraestrutura, concentração e matéria-prima), o capital variável e os mercados entrelaçados nas cadeias produtivas. A cidade, e em especial a metrópole, se conforma como o espaço-cidade circulação: espaço fluido, espaço dos fluxos – cidade como canal integração dos mercados (internos e externos); e espaço-cidade força produtiva: lugar da produção e da divisão social, técnica e espacial do trabalho.

Assim completam-se as formas que o espaço torna-se produtivo, gera valor:

(1º) Espaço (proprietário) obtém parte do excedente gerado na forma de renda da terra – herança da análise ricardiana (arrendamento da terra)

(2º) Espaço como local que se amplia a possibilidade de geração de excedente (mais-valia): localizado em concentrações, dotado de infraestrutura, justaposto a centros de comercialização, centos produtores de matérias-primas e mercado de trabalho (fatores que ampliam a renda da terra)

(3º) Espaço como mercadoria a ser adquirida-valorizada-vendida (especulação imobiliária), como ativo financeiro objeto de valorização, inclusive decorrente de localizações privilegiadas, maior adensamentos de infraestrutura, concentrações, mercado de trabalho, matéria-prima e centros comerciais e com melhor inserção no processo de circulação de capital

(4º) Espaço produzido: espaço transformado pelo homem para produção-circulação-consumo (produção imobiliária e de infraestruturas)

A metrópole, como aglomeração que privilegia seus sistema produtivos, ou seja, centros de decisão, centros de criatividade, centros comerciais e financeiros, compreende o conjunto de externalidades ou economias de aglomeração, as vantagens obtidas pela redução de custos ou aumento do valor decorrente da concentração espacial de atividades econômicas correlatas favoráveis ao processo de valorização do capital. De acordo com Lemos, Santos e Crocco (2005, p. 188-200) e revisada por Macedo e Meiners (2017) , destacam-se na metrópole as diferentes externalidades promovidas pela concentração de empresas, infraestruturas, mão-de-obra, capacidades inovadoras e criativas, ambiente urbano e institucional:

– Externalidades perrouxianas (custos de transporte, interdependências setoriais e complementariedades produtivas da rede urbana regional);

– Externalidades marshallianas (ganhos de proximidade geográfica (encadeamentos produtivos nas trocas Inter-setoriais, mercado de trabalho qualificado e ganhos tecnológicos via transbordamentos de conhecimentos relevantes),

– Externalidades schumpeterianas (disposição de redes locais de inovação, informação e conhecimento e a busca inovativa das aglomerações, cooperações tecnológicas, elevado número de pessoas enganjadas em P&D&I),

– Externalidades jacobianas (economias de urbanização – diversidade produtiva urbana, escala econômica do centro urbano, burburinho da cidade),

– Externalidades transacionais (redução dos custos de transação – custos da informação, negociação e do contrato) e

– Externalidades institucionais (redução da assimetria de informação, apoio institucional a parcerias, proximidade com instituições de ensino, pesquisa e agentes econômicos)

As metrópoles conformam espaços preferenciais para as indústrias de grande porte que necessitam das concentrações, da mão de obra e da infraestrutura, mas também constitui em espaço de preferência para a reconversão produtiva e para empresas em rede de integração quase-vertical, aos padrões do paradigma tecnológico da III Revolução Industrial: justaposição a centros de pesquisa, serviços de TIC, assistência tecnológica, metrologia, centros de informação e referência.

Por sua vez são as metrópoles os espaços mais aptos para atender as novas exigências e condições espaciais para a reprodução do capital, como os novos fatores locacionais para a atração, manutenção e ampliação de capital e talentos. Exigências para redução de custos de produção e de transação, exigências para fluidez do espaço e redução de tempos, exigências para ampliação do excedente e exigências para valorização do capital (homogeneidades de regras e condições de operação do capital).

Nesse processo de produção do espaço, segundo Lencione:

> Sob o império dessa dispersão e dessa transição, a lógica metropolitana recombina as dinâmicas de concentração e dispersão, intensificando a fragmentação do urbano. Não é demais lembrar que a constituição de uma região metropolitana é ao mesmo tempo decorrente da combinação de processos concentradores e dispersores. Se assim não o fosse, não seria possível compreender a concentração de atividades econômicas, nem o adensamento do espaço construído e nem a lógica de expansão territorial da metrópole. (LENCIONE, 2017, p. 212-213). p. 981

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC), ao longo dos últimos anos, sobremaneira após os investimentos automotivos na década de 1990, observa um processo de dispersão e concentração das suas atividades, com deslocamento do polo Curitiba para alguns municípios da coroa metropolitana, mantendo uma forte concentração econômica e ocupacional no município polo, sobretudo nos segmentos mais dinâmicos, intensivos em conhecimento e tecnologia.

Os munícipios mais integrados que compõe a Área de Concentração Metropolitana (ACM[59]), representavam 97% do PIB (2015) e 95% da população (2017) da RMC, conforme já destacado por Olga Firkowiski e Rosa Moura (2014, p. 30) com dados entre 2000 e 2011. Dentro da ACM, as seis maiores economias municipais (G6[60]), por sua vez, representavam, em 2015, 93% do PIB da ACM (e 90% do PIB da RMC), e

[59] Adota-se como referência para definir a Área de Concentração Metropolitana de Curitiba, ou a Metrópole de Curitiba, os municípios que compõe a Concentração Urbana definida pelo IBGE (2016, p.78), composta por Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

[60] G6: Araucária, Campo Largo, Colombo, Curitiba, Pinhais e São José dos Pinhais.

84% da população da ACM (e 80% da RMC), sendo que Curitiba representava 58% do PIB e 56,3% da população da ACM. Além disso, a população ocupada formal, em 2017 (dados RAIS/MTE), da ACM também é fortemente concentrada no G6 (93,7% do total), e ainda mais em Curitiba, que participa com 73,4% da ACM. Pelos dados de ocupação, disponibilizados pelo IBGE na PNAD Contínua Trimestral, no final de 2017 Curitiba participava com 56,2% da força de trabalho total e 57% da força de trabalho ocupada, da RMC. Essa parcela de emprego formal superior à população ocupada em Curitiba revela a concentração de geração de postos de trabalho formais, um aspecto presente em regiões metropolitanas em que a centralidade econômica do município polo é mais proeminente do que sua condição demográfica, subsistindo municípios satélites dormitórios.

Em vista disso, torna-se relevante analisar qual o comportamento da do espraiamento das atividades econômicas, avaliado pelo Valor Adicionado e , emprego formal, nos municípios da Metrópole de Curitiba, como processo transformador de sua metropolização.

Curitiba exerce um papel fundamental para as regiões e municípios do seu entorno, estabelecendo conexões de mobilidade de bens, informações e pessoas - mobilidade BIP (ARCHER, 2010), ocupação, educação, serviços, ciência e tecnologia, entretenimento, além da centralidade política e do capital financeiro, imobiliário e comercial. Tais relações intra-metropolitanas espelham a dinâmica econômica da metrópole.

METODOLOGIA

O artigo utiliza fontes secundárias de informações e através da análise de dados das Contas Regionais, do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE); da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com dados de vínculos empregatícios formais por município e atividade econômica (CNAE 2.0 Divisão) e dados de Valor Adicionado Fiscal da Indústria, obtidos junto a base de dados do Estado do Paraná , fornecidos pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

Os dados serão sistematizados em uma matriz SECRE (Setor-Região) e tratados por técnicas de análise regional (BOISIER, 1980 e COSTA, DENTINHO e NIJKAMP, 2011), como a análise shift-share, quociente locacional (QL) e coeficiente de mudança estrutural (CME). Para avaliação da estrutura e dinâmica econômica as informações setoriais foram reclassificadas de acordo com o *High-tech industry and knowledge-intensive services* .(HTEC) da Eurostat, promovendo a conversão da CNAE 2.0 Divisão para o NACE Rev. 2, no nivel 2 dígitos.

Procura-se investigar o padrão de distribuição e concentração espacial das atividades industriais e de serviços entre Curitiba e os municípios metropolitanos. Também procura-se perceber como o deslocamento, dos setores mais dinâmicos e de maior intensidade tecnológica, é espacialmente restrito e seletivo.

ANÁLISE DO PERFIL PRODUTIVO E DINÂMICA DA ECONOMIA METROPOLITANA

A especialização industrial da metrópole de Curitiba apresentado na tabela a seguir foi elaborado com os dados de Valor Adicionado Fiscal, coletados pela Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná – SEFA e disponibilizados na BDE IPARDES.

Os dados analisados permitem perceber a composição setorial fortemente dominada pela presença da Indústria de derivados de petróleo (Refinaria de Petróleo de Araucária – REPAR), que participa com 30,4% do valor adicionado da indústria de transformação. É um setor com QL relevante, (QL = 1,58), com referência à base industrial do Paraná. Também a composição da atividade é crescente, resultante de importantes investimentos realizados na REPAR, que permitem seu desdobramento em materiais petroquímicos. O segundo setor em importância é a indústria de veículos e equipamentos de transporte, representada pelas montadoras de automóveis, caminhões, tratores e motores localizadas em Curitiba (Volvo e CNH), São José dos Pinhais (Renault/Nissan e VW/Audi) e Campo Largo (Caterpillar e Motores Fiat/Chrysler), além dos sistemistas e produtores de autopeças localizados na região. Em conjunto representam cerca de 28% da indústria da ACM. Também o setor conta com um QL em expansão e expressivo (QL=2,35) reafirmando sua especialização regional no estado.

Outros setores, de maior densidade tecnológica, como de Máquinas e Equipamentos (Mecânica), Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos e Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos, mantiveram sua participação relativa no período, revelando uma dinâmica superior à média regional, Em conjunto mantém uma participação entre 9,4% (2007) e 9,4% (2016), com QL mais expressivos nos equipamentos de informática e eletrônica, revelando a especialização regional nesse segmento. Já a indústria pesada de bens intermediários (exceto petróleo) – produtos químicos, minerais não metálicos, plástico e borracha e metalurgia, em conjunto passaram de 14% (em 2007) para 12,2%. (em 2016), com QL significativo apenas para a metalurgia (influência da indústria de material de transporte).

Tabela 1: Especialização Industrial da Área de Concentração Metropolitana de Curitiba com base no valor adicionado da Indústria de Transformação, principais atividades, 2007 e 2016

Divisão de Atividade da Indústria de Transformação	Composição Setorial		Quociente Locacional	
	2007	2016	2007	2016
C19 - Derivados do Petróleo e Biocombustíveis	31,0%	30,4%	1,40	1,58
C29 - Veículos Automotores e Equipamentos de Transporte	28,3%	27,8%	1,47	2,35
C10 – Produtos Alimentícios e Bebidas	8,8%	11,0%	0,49	0,43
C24 – Metalurgia e Produtos de Metal	5,5%	5,2%	1,24	1,42
C20 - Produtos Químicos	4,2%	4,2%	0,98	0,61
C28 - Máquinas e Equipamentos	3,8%	3,7%	1,10	0,69
C26 - Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos	3,0%	2,9%	1,39	1,96
C27 - Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	2,6%	2,6%	1,09	1,05
C22 - Produtos de Borracha e de Material Plástico	2,4%	2,4%	0,87	0,70
C23 - Produtos de Minerais Não-Metálicos	1,9%	1,9%	1,29	0,65
Outras Divisões Industriais	8,5%	7,9%		

Fonte de Dados Brutos: BDE/IPARDES
Elaboração Própria

Finalmente, a quinta indústria em importância relativa, de alimentos e bebidas, ainda que represente 11% do valor adicionado industrial na ACM, possui uma especialização regional reduzida em relação ao Paraná (QL=0,43). Configura-se assim a especialização produtiva da Metrópole de Curitiba em cinco complexos industriais: Petróleo, Material de Transporte, Bens de Capital, Bens Intermediários e Alimentos.

Nesse período, para o conjunto do municípios da ACM de Curitiba, a indústria observou um Coeficiente de Mudança Estrutural de apenas 3%, revelando grande estabilidade na estrutura industrial composta, ainda que tenha oscilado significativamente durante o período, com os reflexos da crise no setor automotivo, variações do preço do petróleo e investimentos da REPAR, crise na construção civil (afetando indústria fornecedora) e movimentos cambiais afetando a competitividade relativa da indústria.

A análise das ocupações formais da RMC, como proxy da concentração regional da atividade produtiva, especialmente da indústria e serviços, foram classificados de acordo com o grau de intensidade tecnológica e conhecimento (EUROSTAT, 2009) e estão apresentados nas tabelas a seguir.

Tabela 2 - Vínculos de emprego formal da indústria e serviços na Região Metropolitana de Curitiba por intensidade de conhecimento e tecnologia, 2006 e 2016

Classificação/Setor	2006		2016		Variação 2006-16
	Empregos	%	Empregos	%	
Indústria de baixa tecnologia	58.226	7,67	56.764	5,87	-2,51%
Indústria de média baixa tecnologia	44.021	5,80	48.986	5,06	11,28%
Indústria de média alta tecnologia	51.980	6,85	54.405	5,62	4,67%
Indústria de alta tecnologia	6.337	0,84	6.213	0,64	-1,96%
Total Indústria	160.564	21,16	166.368	17,19	3,61%
Serviços menos intensivos em conhecimento	344.364	45,38	469.944	48,57	36,47%
Serviços intensivos em conhecimento	175.325	23,11	212.470	21,96	21,19%
Serviços intensivos em conhecimento e alta tecnologia	16.504	2,18	27.813	2,87	68,52%
Total Serviços	536.193	70,67	710.227	73,40	32,46%
Total Geral	758.766	100,00	967.606	100,00	27,52%

Fonte de Dados Brutos: RAIS/MTE. Elaboração Própria

Considerando a totalidade da RMC, verifica-se para o período, uma menor participação da indústria de média-alta e alta tecnologia, seguindo o comportamento desaquecimento cíclico da atividade industrial. Assim amos segmentos perderam participação relativa nos empregos formais da região, de 7,7% em 2006 para 6,3% em 2016, mesmo que em conjunto os seguimentos observassem um pequeno incremento no emprego em 2.301 postos, ou 3,95% no período de 10 anos. Já os serviços intensivos em conhecimento e alta tecnologia, que representam pouco menos de 3% do emprego na região, observaram um incremento expressivo de 68,5%, o segmento de maior dinâmica no período.

Em 1990, Curitiba concentrava 83% dos empregos formas na RMC. Na indústria de transformação participava com 64,3% dos postos de trabalho e nos serviços (terciário) com 87,2%. Até 2017, resultado de um processo de maior espraiamento populacional, condutor de serviços pessoais, sociais e de distribuição para o entorno metropolitano, acompanhando as demandas da população, bem como com a localização industrial (novos investimentos e relocalização) privilegiando a coroa metropolitana, observou-se um processo de desconcentração do emprego, com a menor participação de Curitiba. Em 2016, Curitiba reduziu sua participação na ocupação

total da RMC para 69,5% (queda de 11 p.p), na indústria de transformação para 41,3% (queda de 23 p.p.) e nos serviços para 77,6% (queda de 9,6 p.p.). Nesse mesmo período, Curitiba reduziu sua participação na população da RMC de 62,4% para 53,7% (queda de 8,7 p.p.), revelando que a intensidade da desconcentração produtiva foi mais expressiva que a desconcentração populacional, ainda que persista uma maior concentração relativa das atividades econômicas e do emprego.

Mas, para segmentos de maior densidade tecnológica, o polo metropolitano respondeu por 48% dos empregos na indústria de média-alta e de alta tecnologia da RMC, em 2016. Em relação ao Paraná, Curitiba responde por 11,6% dos empregos na indústria e atinge 25% na indústria de média-alta e de alta tecnologia. Esta participação indica que a indústria de mior densidade tecnológica foi para o entorno metropolitano, resultado dos investimentos observados nas últimas 3 décadas. Somente entre 2006 e 2016 a participação de Curitiba nos segmentos de alta e média-alta tecnologia na indústria metropolitana encolheu 8,7 p.p.

Mas em serviços intensivos em conhecimento e de alta tecnologia o município concentrava, em 2016, 90,4% dos empregos, com uma expansão de 74,3% em 10 anos, o mais dinâmico do município. Em relação ao Paraná, Curitiba responde por 32% dos empregos em serviços e 52,2% nos serviços intensivos em conhecimento e de alta tecnologia. Isso revela o perfil concentrado dos serviços superiores, mais dependentes das externalidades e da infraestrutura de C&T&I e de TIC observadas em Curitiba. Bem como cabe destacar os projetos de desenvolvimento de territórios de inovação em Curitiba, que privilegiam serviços de alta tecnologia, como o Parque de Software, o Tecnoparque da PUCPR e o Ecossistema de Inovação do Vale do Pinhão.

Tabela 3 - Vínculos de emprego formal da indústria e serviços em Curitiba por intensidade de conhecimento e tecnologia, 2006 e 2016

Classificação/Setor	2006		2016		Variação 2006-16
	Empregos	%	Empregos	%	
Indústria de baixa tecnologia	29.953	5,47	24.575	3,65	-17,95%
Indústria de média baixa tecnologia	13.445	2,46	15.766	2,34	17,26%
Indústria de média alta tecnologia	30.130	5,50	25.554	3,80	-15,19%
Indústria de alta tecnologia	3.961	0,72	3.506	0,52	-11,49%
Total Indústria	77.489	14,16	69.401	10,32	-10,44%
Serviços menos intensivos em conhecimento	264.902	48,39	337.233	50,14	27,30%
Serviços intensivos em conhecimento	147.780	27,00	176.886	26,30	19,70%
Serviços intensivos em conhecimento e alta tecnologia	14.427	2,64	25.148	3,74	74,31%
Total Serviços	427.109	78,02	539.267	80,17	26,26%
Total Geral	547.386	100,00	672.593	100,00	22,87%

Fonte de Dados Brutos: RAIS/MTE. Elaboração Própria

Considerando as cinco principais economias municipais, além do polo, na RMC (Araucária, Campo Largo, Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais), e para avaliar a seletividade espacial da desconcentração de atividades econômicas, e perceber o

processo de desconcentração “concentrada”, agrupamos os dados do emprego nas atividades de indústria e serviço por intensidade de conhecimento e tecnologia.

Os cinco municípios mais dinâmicos da coroa metropolitana de Curitiba observaram um incremento expressivo no emprego formal nos dez anos, cerca de 40%. Em que pese representar apenas 1,13% de sua estrutura produtiva, a indústria de alta tecnologia cresceu 56,15% no período. Mas nos serviços, o destaque fica por conta de atividades menos intensivas em conhecimento, que observaram uma expansão de 67,6% , ou aproximadamente 40 mil novos postos de trabalho - mais de 2/3 dos 62 mil postos de trabalho gerados nesses municípios no período.

Tabela 4 - Vínculos de emprego formal da indústria e serviços em municípios selecionados da Região Metropolitana de Curitiba por intensidade de conhecimento e tecnologia, 2006 e 2016

Classificação/Setor	2006		2016		Variação 2006-16
	Empregos	%	Empregos	%	
Indústria de baixa tecnologia	16.485	10,64%	19.588	9,03%	18,82%
Indústria de média baixa tecnologia	24.999	16,13%	23.788	10,97%	-4,84%
Indústria de média alta tecnologia	19.587	12,64%	25.421	11,72%	29,79%
Indústria de alta tecnologia	1.576	1,02%	2.461	1,13%	56,15%
Total Indústria	62.647	40,43%	71.258	32,86%	13,75%
Serviços menos intensivos em conhecimento	60.039	38,74%	100.611	46,39%	67,58%
Serviços intensivos em conhecimento	20.198	13,03%	27.138	12,51%	34,36%
Serviços intensivos em conhecimento e alta tecnologia	1.212	0,78%	1.551	0,72%	27,97%
Total Serviços	81.449	52,56%	129.300	59,62%	58,75%
Total Geral	154.966	100,00%	216.866	100,00%	39,94%

Fonte de Dados Brutos: RAIS/MTE. Elaboração Própria
Nota: Os municípios selecionados são: Araucária, Campo Largo, Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais

Em conjunto os cinco municípios representavam 20,4% do emprego metropolitano, em 2006, e 22,4% em 2016, um incremento de 2 p.p. em 10 anos. Na indústria de alta e média-alta tecnologia os cinco municípios ganharam participação de 26,3% para 46%, no período, liderando o processo de desconcentração da atividade industrial. Nos serviços de baixa intensidade tecnológica, a participação dos cinco saiu de 17,4% para 21,4%, no período, mostrando também maior dispersão dessas atividades, que acompanham a expansão populacional (serviços pessoais, administração pública, serviços sociais e comércio varejista e atacadista). Mas entre os serviços intensivos em conhecimento e de alta tecnologia, a participação dos cinco municípios na RMC foi reduzida de 7,3%, em 2006, para 5,6%, em 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As avaliações baseadas nas análises regionais identificam a continuidade do processo de deslocamento da indústria (decorrente de novos investimentos e relocalização de plantas), e dos serviços não especializados, para os municípios metropolitanos mais adequados para o capital industrial, como a disponibilidade de infraestrutura (transporte, TIC, equipamentos sociais e urbanos), densidade industrial

prévia e capacitação da força de trabalho, dando continuidade aos reflexos de periferização sócio-ocupacional (FORKOWISKI; MOURA, 2014, p. 33).

Porém trata-se, na lógica da dispersão-concentração, um deslocamento seletivo e restrito (desconcentração concentrada) sobretudo para atividades industriais e de serviços com maior intensidade tecnológica. Para as atividades terciários o deslocamento para os municípios metropolitanos foi puxado por serviços pessoais, sociais e de distribuição, acompanhando o espraiamento metropolitano - população e da estrutura industrial. Mas, da mesma forma, os serviços de maior densidade tecnológica são ainda mais seletivos espacialmente, reforçando sua concentração intra-metropolitana no polo, predominando o movimento centrífugo, pela busca de externalidades das economias de urbanização, que permite maior fertilização cruzada dos empreendimentos, e pelos incentivos territoriais presentes em Curitiba,.

REFERÊNCIAS

ARCHER, François. Os novos princípios do urbanismo. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BOISIER, Sergio. Técnicas de análisis regional con información limitada. Santiago de Chile: CEPAL/ILPES, Cadernos ILPES n. 27, 1980.

CARLOS, Ana Fani A. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, J.; DENTINHO, T.; KIJKAMP, P. (coord.). Compêndio de economia regional – Volume II: métodos e técnicas de análise regional. Cascais: Princípia, 2011.

EUROSTAT. Eurostat indicators on high-technology and knowledge intensive services. Annex 3. Luxembourg: EUROSTAT, January 2009. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/Annexes/htec_esms_an3.pdf. Acesso em: 16 mai. 2018.

FIRKOWSKI, Olga; MOURA, Rosa. (orgs.). Curitiba: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios: 2002-2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: < https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic>. Acesso em: 10 abril 2018.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral – PNADC/T. . Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct>. Acesso em: 10 abril 2018.

IBGE. Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, 2016. 2 ed.

IPARDES. Base de Dados do Estado. Curitiba: IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 10 abril 2018.

LEFÈBVRE, Henri. La producción del espacio. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LEMOS, M.; SANTOS, F; CROCCO, M. Condicionantes territoriais das aglomerações industriais sob ambientes periféricos in DINIZ, C.C. e LEMOS, M.B. (Orgs.) Economia e território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005

LENCIONE, Sandra. Metrópole, metropolização e regionalização. Rio de Janeiro: Conseqência Editora, 2017.

RIBEIRO, Luiz. Transformações na ordem urbana das metrópoles brasileiras: 1980/2010. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2013.

MACEDO, Mariano; MEINERS, Wilhelm. Estratégias de desenvolvimento regional: arranjos produtivos locais ou sistemas territoriais de produção?. In: Anais do XII ENANPEGE. Porto Alegre: ENANPEGE, 2017, p. 8373 a 8386. Disponível em www.enanpege.ggf.br/2017.
MTE. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Brasília: MTE. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 15 agosto 2018.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, AGROINDÚSTRIA E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO METROPOLITANO DE FORTALEZA

Alexsandra Maria Vieira Muniz

Profa. Dra. do departamento de Geografia vinculada a rede de pesquisas do observatório das metrópoles-núcleo Fortaleza;geoalexsandraufc@gmail.com

INTRODUÇÃO

O debate sobre o conceito de reestruturação produtiva já foi desenvolvido por estudiosos de diversas áreas do conhecimento como pode ser visto em GOMES (2011). Entretanto, para os objetivos deste artigo faz-se mister tecer algumas considerações acerca do conceito de reestruturação no âmbito da ciência geográfica, suas características e ocorrências, assim como algumas de suas consequências.

O objetivo maior deste estudo é analisar a territorialização do capital agroindustrial e as transformações na Região Metropolitana de Fortaleza no contexto de reestruturação maior do capitalismo que tem como uma das facetas a reestruturação da produção e do território.

Assim, esta pesquisa constitui a análise de uma das dimensões das mudanças implementadas dentro do paradigma de produção flexível, característico da atual fase do capitalismo, qual seja, a de delinear as principais alterações que ocorrem no espaço metropolitano de Fortaleza, notadamente no que tange às questões atinentes ao capital agroindustrial com a reestruturação produtiva e territorial em curso.

A escolha do espaço metropolitano de Fortaleza como recorte de análise decorre do seu destaque, no que se refere às metamorfoses na estrutura produtiva e territorial em curso nas últimas décadas no Estado do Ceará, reflexo das políticas públicas e privadas que criam as condições favoráveis para a reprodução ampliada do capital.

Dessa forma, a abrangência temporal da análise é, sobretudo, a ultima década, quando se impulsiona a reestruturação produtiva.

Para tanto, a metodologia organizou-se em torno de três eixos principais, a saber: a pesquisa documental e bibliográfica sobre a temática em análise, a busca estatística com a consequente seleção de variáveis, tais como os estabelecimentos agroindustriais e a representatividade do emprego por setor produtivo. Na organização dos dados estatísticos trabalhamos com os anos de 2006 e 2016, que datam do ultimo anuário estatístico do Ceará, do IPECE e o comparativo no intervalo de 10 anos. Ademais, tivemos a investigação de campo, com a consequente sistematização e análise do material coletado.

Buscando sistematizar nossas ideias organizamos o texto da seguinte forma: Reestruturação Produtiva e Territorial: Contextualização e Consequências em que tecemos algumas considerações acerca do conceito de reestruturação produtiva e territorial, bem como suas características, ocorrências e consequências; Região Metropolitana de Fortaleza e a Agroindústria de Alimentos em que buscamos de forma breve analisar o conceito de agroindústria e como o capital agroindustrial vem se desenvolvendo neste território e na sequencia temos as Considerações Finais.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TERRITORIAL: CONTEXTUALIZAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS

Para Soja (1993:193) o conceito de reestruturação

> [...]em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma 'freada', senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação seqüencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas

> deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem então suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural.

Nesta mesma linha de análise, coadunamos também com Lencioni(1998b), ao afirmar que a reestruturação é algo em movimento e não estático até o momento da ruptura, como se fosse uma nova estrutura que se sobrepõe à anterior.

É na indústria onde a reestruturação ocorre de modo mais intenso, dentre outras coisas, por via dos novos padrões da gestão/organização do trabalho, que assume importância decisiva na flexibilização das relações de trabalho com impactos socioeconômicos e espaciais.

Partindo do pressuposto que a reestruturação produtiva ocasiona um reordenamento nas forças produtivas, nas relações de trabalho e, notadamente, no espaço, entendemos por reestruturação produtiva tanto as mudanças de ordem técnico-econômicas quanto as socioinstitucionais que ocorrem em um determinado espaço. Daí concordarmos com Gottdiener (1993), que afirma ser a reestruturação um fenômeno socioespacial.

Podemos assinalar que a reestruturação produtiva do setor secundário brasileiro tem suas bases fundadas no modelo desenvolvimentista adotado com ênfase na industrialização, por ter inspirado diretamente as políticas implementadas no País desde a década de 1950.

Alves (2000), analisando a reestruturação produtiva no setor industrial brasileiro, divide-a em três fases:

> A primeira ocorre após 1945, quando surge o primeiro surto de reestruturação produtiva no Brasil, vinculado à instauração da grande indústria de perfil taylorista-fordista. Ele se desenvolve a partir de meados dos anos 50, no governo Kubitschek, representando a época do desenvolvimentismo. Depois, o segundo surto de reestruturação produtiva ocorre na época do ´milagre brasileiro´, na ditadura militar, na passagem para os anos 70. Na verdade, ele é decorrência dos impulsos da industrialização, constituídos em meados da década de 1950. Finalmente, o terceiro – e atual – surto de reestruturação produtiva vinculasse à época da crise do capitalismo brasileiro, com o predomínio de um novo padrão de acumulação capitalista – a acumulação flexível – cujo ´momento predominante´ é o toyotismo. Ele ocorre a partir dos anos 80, impulsionando-se na década seguinte – os anos 90, sob a era neoliberal. É o que Alves denomina complexo de reestruturação produtiva (ALVES, 2000:103).

Em linhas gerais, a reestruturação, calcada na produção flexível, propiciou uma reorganização do processo da gestão da produção e da força de trabalho, com outras práticas gerenciais, uma nova lógica de produção de mercadorias, o desenvolvimento de novas tecnologias e a descentralização produtiva, com a terceirização ou as relocalizações industriais. Isto ocasionou o fechamento de indústrias e abertura de outras; a modificação das regras institucionais de relacionamento entre capital e trabalho; as mudanças de hábito no consumo; as alterações nos padrões de concorrência intercapitalista etc.

Com a reestruturação, modificam-se as condições técnicas, jurídico-políticas e sociais, as formas de organização do trabalho e do processo de produção. Isso implicou também transformações nas relações entre capital e trabalho, com a instauração de novas legislações trabalhistas de cunho flexível, adaptando-as às necessidades do capital.

Dentre outras evidências do atual período, temos, ainda, o crescimento do mercado de mão-de-obra feminina e do setor de serviços, a subcontratação que permite ao empregador custo inferior ao de um trabalhador regular e o estabelecimento de vínculos empregatícios com outras empresas - geralmente as empresas maiores transferem responsabilidades e riscos para as menores (DRUCK, 1995).

Em nome da competitividade e majoração da taxa de lucros, o que presenciamos é a flexibilização das leis trabalhistas, um dos pilares do atual modelo produtivo, o que em outros termos significa excluir uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais, resultado de conquistas históricas contidas na legislação trabalhista, cuja existência passa a ser denunciada como obstáculo à expansão do emprego formal (ANTUNES, 1997).

Conforme relata Singer (1998:113), “aquilo que por um lado foram conquistas da organização dos trabalhadores acabaram, por outro, tornando-se restrições crescentes ao ajuste do mercado de trabalho”.

A terceirização também é cada vez mais frequente. Para Druck (1995), a intensificação do ritmo das terceirizações no Brasil, desde os anos 1990, está intimamente ligada à inserção do modelo japonês nas empresas brasileiras, o que ocorreu inicialmente no setor automobilístico.

Observam-se, juntamente com as inovações tecnológicas, a introdução de procedimentos organizacionais globais (*kaban*, *just in time*); uma série de racionalizações da produção (*downsizing* e a reengenharia), melhor controle da qualidade do produto e maior produtividade com a introdução de programas de qualidade total que possibilitam o gerenciamento do trabalho via círculos de controle de qualidade e gestão participativa que permitem uma maior economia de espaço, tempo de produção, maior controle de qualidade do produto e, consequentemente, maior produtividade.

Com a disputa por novos mercados e a competição em escala global, que passam a exigir do setor produtivo a adoção de medidas criativas e restauradoras de sua capacidade produtiva e competitiva, além de estimular os investimentos para a criação de novos produtos, o trabalho, assim como a sociedade, se veem perpassados por uma intensa e progressiva racionalização que se assenta na reestruturação das técnicas produtivas e gerenciais.

A busca pelo aumento da produtividade e o restabelecimento espacial das estruturas de acumulação, que foram os mesmos objetivos da Revolução Industrial, são também o que impulsiona, em um quadro mundial de concorrência capitalista, as unidades produtivas a executarem modificações nos processos de trabalho, acelerando a inserção de inovações tecnológicas na produção.

Ocorrem inovações tecnológicas na produção, cuja expressão é a nanoeletrônica, “a microeletrônica, a automação, a robótica, a informática e as redes que aceleram e multiplicam a capacidade produtiva da força de trabalho”. (IANNI, 1997:157).

Pari Passu às inovações, são implementadas novas políticas de gestão da produção e de organização do trabalho, um conjunto de técnicas que se alastrou pelos países capitalistas centrais e periféricos, reestruturando o processo produtivo dos diversos setores econômicos, com o escopo de propiciar elevado patamar de qualidade e competitividade.

Com a reestruturação produtiva, valorizam-se a cooperação, o trabalho em equipe, a polivalência e a multifuncionalidade, o que para muitos se traduz num trabalho qualificado, mas que, na verdade, representam, como salientou Aglieta (1978:106 apud Alves, 2000:35), "o extremo da desqualificação, ou seja, seus trabalhos foram despojados de qualquer conteúdo concreto".

Além das transformações nas relações de trabalho e no processo produtivo em geral, os grandes avanços científico-tecnológicos e a espetacular expansão das redes de comunicação e transporte foram condição *sine qua non* para a reestruturação produtiva e territorial em curso, uma vez que permitiu a dispersão mundial da produção e a criação de "espaços inteligentes", onde a lógica capitalista possa fluir. Em outras palavras, está havendo, uma transnacionalização que alcança espaços até agora não penetrados pelo capital (SANTOS, 1996).

A economia de tempo, articulando Geografia e História, nos faz perder a noção de tempo e de espaço, o que nos leva a falar na *compressão do espaço-tempo (*HARVEY, 1993), em que o ciberespaço é a expressão tangível.

Segundo Santos (2000) este é o mundo tal como nos fazem crer a globalização como fábula. "A partir do mito da globalização e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos" (SANTOS, 2000:18). Para Manuel Castells (1999) "o espaço organiza o tempo na sociedade em rede".

> [...] com a evolução dos sistemas de engenharia, a própria noção de tempo muda: o tempo da produção, o tempo da circulação, o do consumo e da realização da mais-valia. Quanto mais evoluem os sistemas de engenharia, mais coisas se produzem em menos tempo. Também se transportam mais objetos em menos tempo, o consumo se faz mais imediatamente, tornando tudo isso mais e mais fácil [...] (SANTOS, 1988).

No atual contexto de reordenação da produção, circulação e consumo, presenciamos a livre movimentação de mercadorias e de capitais por via das fronteiras, atravessando as mais diversas formas de organização social do trabalho e produção, além da ampliação da concorrência entre os países e o "encurtamento de distâncias", permitindo a integração e a regulação final do processo de produção global.

> Há cada vez menos barreiras para a circulação do fator capital – em linhas gerais o mesmo se aplica às mercadorias -, no entanto, há crescentes barreiras dificultando a circulação do fator trabalho, pelo menos dos trabalhadores de baixa qualificação. (SENE, 2004:69).

A nova divisão transnacional do trabalho e produção engendrada pelo capitalismo globalizado significa um novo impulso no desenvolvimento do capitalismo, uma vez que amplia os espaços e as fronteiras da reprodução do capital, "na medida em que se movimentam e dispersam as empresas, corporações e conglomerados,

promovendo uma espécie de desterritorialização das forças produtivas, [...] e uma simultânea reterritorialização em outros espaços...” (IANNI, 1997).

O espaço produtivo se fratura, dando origem a um mosaico de espaços integrados numa divisão regional, nacional e internacional do trabalho. Segundo Santos (1994), “as especializações do território, [...] são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe”.

Dessa forma, “uma nova divisão social e territorial do trabalho é posta em ação, envolvendo introdução e difusão de novas tecnologias e outras relações espaciais”, ou seja, “as relações econômicas e sociais são ampliadas, passando a se realizar em amplos territórios e a articulação entre as diversas unidades territoriais especializadas é viabilizada pelo progresso dos meios de comunicação”, quando então o mundo do trabalho passa a ocupar uma escala anteriormente desconhecida (CORRÊA, 1995).

No Brasil, somente na segunda metade dos anos 1980, evidenciam-se timidamente um novo paradigma tecnológico e produtivo e uma nova organização do trabalho e do espaço. Benko (1999) ressalta que, “desde os anos 80 – observam-se os primeiros sinais do advento de novo período de desenvolvimento do capitalismo”.

A reestruturação acelerou-se desde os anos 1990, sob o impulso das políticas neoliberais. Neste percurso, ocorreu a transnacionalização do sistema capitalista de produção e um novo momento do processo de acumulação entrou em vigor.

Inaugurou-se, pois, uma etapa de acumulação mundial do capital. Entrou em cena o paradigma de acumulação capitalista contemporâneo, denominado por David Harvey (1993) de “*regime*[61]*" de acumulação flexível*, por opor-se diretamente à rigidez fordista e apoiar-se “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo...” (HARVEY, 1993: 140). Na literatura, também é usado como toyotismo, modelo japonês, pós-fordismo, neofordismo, especialização flexível, kalmarianismo.

Então, a fase atual da reestruturação produtiva coincide com a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro ou monopolista. Vale ressaltar que, mesmo diante da crescente valorização do capital na esfera financeira, como bem afirmou Alves (1999, 2000) “a autonomia do setor financeiro não pode ser senão relativa, já que o capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva”.

Em virtude da redução dos gastos públicos e maximização na oferta de fatores locacionais, capazes de atrair investimentos privados, o que é denominado por Santos e Silveira(2001) como a guerra dos lugares, nos anos 1990, foram ampliados os incentivos para o Ceará, pautados na reestruturação do capital, notadamente para setores da indústria, do turismo, dos serviços e do agronegócio de exportação com base na agricultura irrigada(fruticultura, horticultura, floricultura) e na agroindústria.

Na economia industrial nordestina, e cearense em particular, Amaral Filho(2012) assinala que,

[61] O termo regime de acumulação usado por Harvey(1993) reflete a influencia da Escola de Regulação Francesa, ou teoria da regulação concebida em meados do anos de 1970. Para saber mais a este respeito e da crise do regime de acumulação fordista, ver:Michel Aglietta, André Orléan, Robert Boyer, Benjamin Coriat, Alain Lipietz, Bernard Billaudot etc.

> O Nordeste em geral tem uma indústria de transformação pequena em relação às regiões mais desenvolvidas e o que existe é frágil. Esta fragilidade está retratada na falta de indústrias dinâmicas e de grandes complexos industriais integrados e na dificuldade de se formar e adensar cadeias produtivas. O principal subsetor industrial nordestino é o de 'produtos alimentícios, bebidas e álcooletilíco'. Em seguida, 'indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos' e 'indústria de calçados'. No Ceará, por coincidência, os três principais sub-setores industriais são exatamente esses, não na mesma ordem. (O POVO. Opinião. Grandes investimentos. 06 de setembro de 2012).

É neste contexto que se insere a Região metropolitana de Fortaleza(RMF), assim, nos ateremos a seguir à análise acerca do desenvolvimento agroindustrial neste território, notadamente no que tange a agroindústria alimentícia.

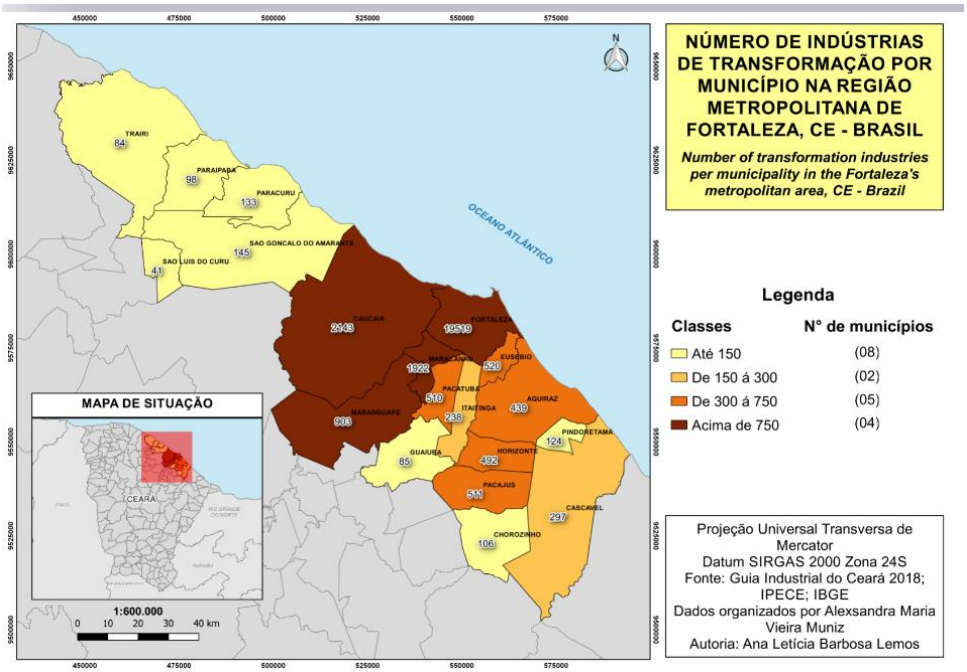
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E A AGROINDÚSTRIA DE ALIMENTOS

Criada pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973 , inicialmente formada por apenas 5 municípios: Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz. Tinha uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes. Atualmente composta por 19 municípios: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Paraipaba, Paracuru e Trairi tem uma população total de 4.051744 habitantes (Estimativa IBGE/2017). Deste contingente populacional, 163.025 pessoas estão no emprego formal da indústria, de um total de 997.717 empregos formais, só dividindo espaço com o comércio(181.508) e os serviços(596.192).

A RMF é o espaço do Estado que mais atrai investidores, mesmo diante do discurso da política de industrialização estadual de descentralizar as atividades produtivas e criar emprego nas pequenas cidades e no interior do Estado.

No Ceará o capital industrial exerce presença marcante. Do total de 30.737 indústrias ativas em 2016 na RMF, mais da metade são de transformação. Segundo os últimos dados do Anuário Estatístico do Ceará(2017) o total de indústrias de transformação no Estado vem crescendo, usando o comparativo de uma década, pois enquanto em 2006 era de 2662, hoje temos um total de 40380 indústrias de transformação no Ceará. Quando analisamos a representatividade da indústria de transformação na dimensão Estadual, observamos que deste total do setor de transformação no Estado do Ceará, mais da metade, estão concentradas na RMF. Como pode ser observado no Mapa 1 da RMF o quantitativo por município.

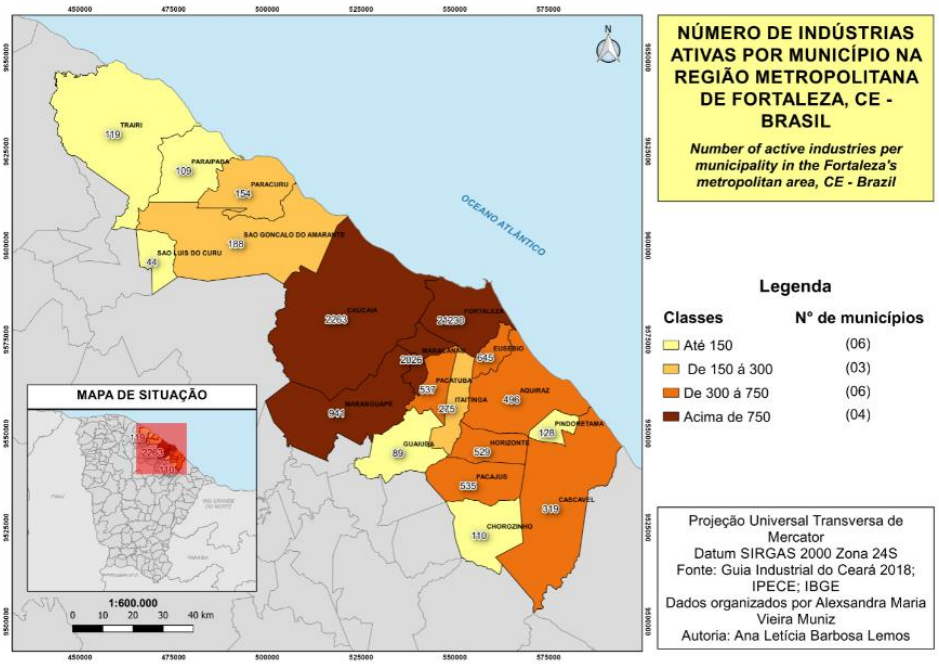
Mapa 1: Indústrias de transformação na RMF 2017-2018



A produção industrial ocorre de forma concentrada na RMF, já que em 2016 mais da metade das indústrias do Estado está na RMF, com um total de 30.737 indústrias(Ver mapa 2), enquanto em 2006 com 13 municípios era de 9.265, ou seja, denota crescimento de indústrias na RMF perante o total do Estado, mesmo com a propaganda de interiorização industrial pelo Governo Estadual e a despeito da descentralização industrial em escala mundial.

p. 996

Mapa 2: Indústrias ativas na RMF 2017-2018



Muniz(2015) afirma que o atual estágio de desenvolvimento da indústria cearense resultou da descentralização da indústria nacional. Como, porém, o desenvolvimento do capitalismo é contraditório, temos a concentração da indústria em escala local, uma vez que no espaço cearense este crescimento é significativo na RMF, notadamente na Capital, apresentando um contínuo crescimento de estabelecimentos industriais, já que em 2006 era de 7298 e em 2016 este quantitativo passa para 21230, segundo os últimos dados do IPECE(2017).

Ademais, mesmo com a existência de indústrias pautadas em novas tecnologias, das indústrias de transformação ativas, o destaque é para os gêneros tradicionais, como o têxtil e de confecção, alimentos e calçados que requer grande quantidade de força de trabalho, fundadas em baixos salários. Desta subdivisão da indústria de transformação chamamos atenção para o ramo de alimentos, já que, a agroindústria vem constituindo um dos mais importantes temas socioeconômicos, configurando uma nova dinâmica para os municípios cearenses dada suas interelações com o agronegócio, indústria moderna, e, os serviços que reportam à década de 70, antecedido pela mudança na base técnica da produção – com a introdução de máquinas, equipamentos e produtos químicos - e da "industrialização da agricultura" que culmina com a composição dos complexos agroindustriais.

A agroindústria como um conceito ampliado engloba o complexo agroindustrial (CAI) como um todo, ou seja, todos os agentes que fazem parte do segmento de insumos e fatores de produção, da produção propriamente dita, do processamento e da transformação até a distribuição e o consumo.

Para Araújo (2007, p. 93), agroindústria é uma unidade empresarial na qual ocorrem as etapas de beneficiamento, processamento e transformação de produtos agropecuários "in natura" até a embalagem, prontos para comercialização, envolvendo diferentes tipos de agentes econômicos, como comércio, agroindústrias, prestadores de serviços governo e outros.

Assim, nos ateremos ao conceito de agroindústria como um conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aqüicultura ou silvicultura que prevê a industrialização e comercialização da produção até o consumidor final e suas interelações.

Agroindústria pode ser definida como todo "o segmento industrial de produtos alimentícios, as indústrias que transformam matéria-prima agropecuária em produtos intermediários para fins alimentares e não alimentares como casos especiais, as indústrias de óleos vegetais não comestíveis, de insumos agropecuários". (MARION, 1996 apud DORIGHELLO, 2003, p. 37).

Segundo Araújo (2007, p. 93) na agroindústria existem dois grupos distintos de agroindústrias:

- Agroindústrias não alimentares: como fibras, couros, calçados, óleos vegetais não comestíveis e outras;

- Agroindústrias alimentares: voltadas para a produção de alimentos (líquidos e sólidos), como sucos, polpas, extratos, lácteos, carnes e outros.

Nas agroindústrias alimentares e não alimentares os procedimentos industriais são bem distintos uns dos outros, enquanto que os cuidados são maiores e bastante específicos nas agroindústrias alimentares, nas não alimentares os procedimentos industriais gerais são bastante similares aos de indústrias de outros setores. Sendo

assim, os cuidados adotados pelas agroindústrias alimentares se justificam, pois elas tratam da produção de alimentos e têm uma preocupação muito maior, que é a segurança alimentar dos consumidores, com o objetivo de fornecimento de alimento seguro para a saúde do consumidor.

Walter Belik, em sua tese, admite que "na literatura econômica sequer existe concordância sobre a abrangência e significado do termo agroindústria."

Realizamos pesquisa junto aos trabalhos publicados em 2018 no 56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER e identificamos vinte e seis trabalhos que utilizaram em seu título a palavra 'agroindústria' ou 'agroindustrial'.

O Censo agropecuário 2017 traz o termo agroindústria rural assim definido:

> Conceitualmente, foram considerados como produção da agroindústria rural os produtos do estabelecimento agropecuário que foram beneficiados ou transformados, no período de referência, em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima que tenha sido produzida no próprio estabelecimento ou que fora adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tenha sido dada pelo produtor.

No levantamento realizado junto aos bancos federais e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, identificamos que também não há um consenso sobre a terminologia da agroindústria, senão vejamos:

BNDES: Indústria que processa ou beneficia matéria-prima oriunda da agricultura e a vende como produto para consumo ou matéria prima para outras indústrias.

Banco do Brasil: Empresas legalmente constituídas - indústrias, exportadoras (inclusive trading), etc - que comercializem, beneficiem ou industrializem produtos agropecuários adquiridos diretamente de produtores rurais ou de suas cooperativas.

Banco do Nordeste: Empresas agroindustriais (firmas individuais e pessoas jurídicas), cooperativas e associações formais de produtores que se dediquem às atividades de transformação ou beneficiamento de matérias-primas agropecuárias.

MDA- Secretaria de Agricultura Familiar-SAF: Compreende-se como agroindustrialização o beneficiamento e/ou transformação dos produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos mais complexos que incluem operações físicas, químicas ou biológicas, como, por exemplo, a extração de óleos, a caramelização e a fermentação. Inclui, também, o artesanato no meio rural.

Deste levantamento realizado, concluímos que verdadeiramente não há consenso sobre o termo agroindústria. Entretanto, conforme Belik(1992)pode-se definir agroindústria, dentre algumas outras formas, como aquela que "fornece diversos produtos agroindustriais para o consumidor final ou mesmo para a preparação de matérias primas de novas indústrias".

Como dissemos a pouco, Massilon J. Araújo (2007), em seus estudos, entende que o sistema agroindustrial evoluiu e é possível entendê-lo em duas formas (*apud* ABIA, 1993):

Sistema Agroalimentar "é o conjunto das atividades que concorrem à formação e à distribuição dos produtos alimentares e, em consequência, o cumprimento da função de alimentação" (ABIA, 1993).

Sistema Agroindustrial Não Alimentar "é o conjunto das atividades que concorrem à obtenção de produtos oriundos da agropecuária, florestas e pesca, não destinadas à alimentação mas aos sistemas energético, madeireiro, couro e calçados, papel, papelão e têxtil" (ABIA, 1993).

Para os propósitos deste artigo focaremos na agroindustria alimentar, ou seja, buscaremos dentre outras coisas, analisar a territorialização das indústrias que se dedicam à transformação e ao processamento de matérias-primas agropecuárias, notadamente do ramo alimentício e o reflexo na RMF.

Desta forma, tomando por referência os grandes grupos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0(Res 02/2010) - IBGE, temos na Seção C: Indústrias de Transformação, a divisão ligada à agroindústria do ramo alimentar quais sejam: Divisão 10 - Fabricação de Produtos Alimentícios; Divisão 11- Fabricação de Bebidas.

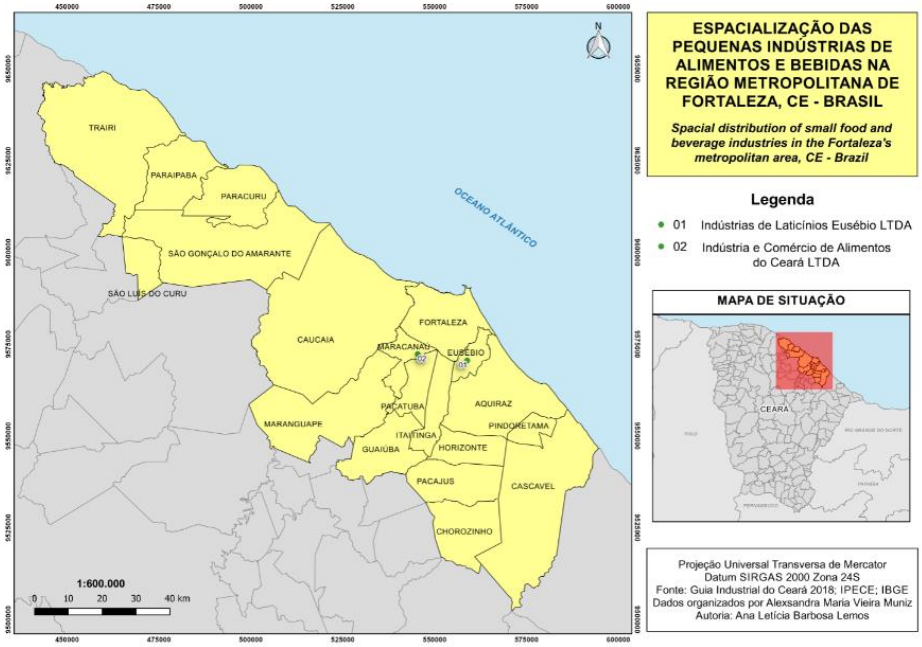
Na divisão 10 quanto a fabricação de produtos alimentícios temos além de Laticínios, a fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais, o abate e fabricação de produtos de carne, a preservação do pescado e fabricação de produtos de produtos do pescado, a fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais, a moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais, fabricação e refino de açúcar, torrefação e moagem do café, e, a fabricação de outros produtos alimentícios como retrata o grupo 10.9 da divisão 10. Já na divisão 11 que se refere a fabricação de bebidas temos os grupos de fabricação de bebidas alcoólicas e não alcoólicas.

Durante a realização deste estudo foi possível a coleta de dados que permitiram identificar um total de 26 agroindústrias alimentares na RMF, quais sejam:

De pequeno porte temos duas unidades, sendo uma no Eusébio e outra em Maracanaú, respectivamente: Industria de Laticinios Eusebio Ltda e a Industria e Comercio de Alimentos do Ceara Ltda.

Assim, temos a seguinte territorialização deste ramo agroindustrial alimentar delimitado segundo o porte das empresas agroindustriais(Ver Mapa 3):

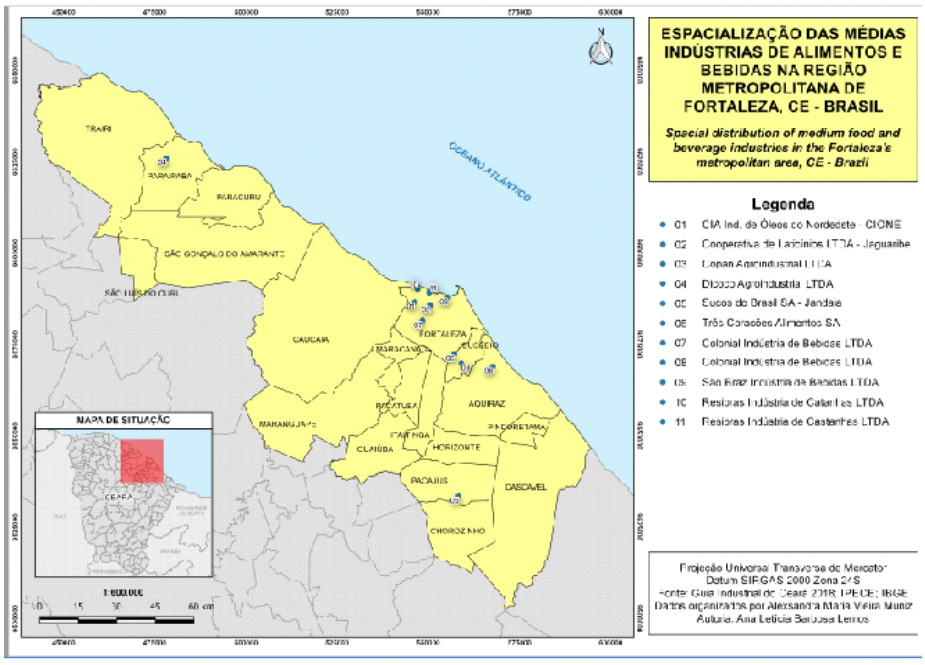
Mapa 3: Agroindústrias de Pequeno Porte na RMF



Já as agroindústrias alimentares de médio porte temos 11 unidades(ver Mapa 4), estando presente nos Municípios de Paraipaba: Dicoco Agroindustrial Ltda); Fortaleza: 2 Unidades da Resibras Industria de Castanhas Ltda; Copan AgroIndustrial Ltda; Cooperativa de Latícinios do Médio Jaguaribe Ltda; Cia Industrial de Óleos do Nordeste - Cione; Colonial Industria de Bebidas Ltda, esta ultima com sede também em Aquiraz; Pacajus: Sucos do Brasil S.a- Jandaia; Eusébio: Três Corações Alimentos S.A e a São Braz Industria De Bebidas Ltda.

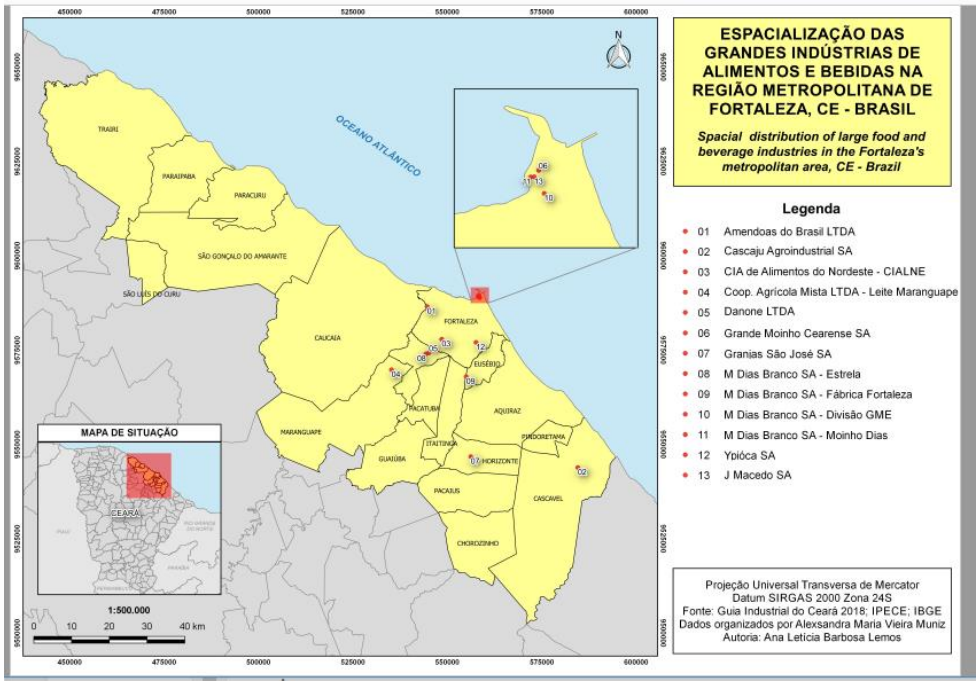
p. 1000

Mapa 4: Agroindústrias de Médio Porte na RMF



As Agroindústrias Alimentares de Grande Porte em um total de 13 estão presentes na RMF(ver Mapa 5) nos seguintes municípios: 7 unidades em Fortaleza:Amendoas do Brasil Ltda; Companhia de Alimentos do Nordeste: Cialne; Grande Moinho Cearense S A ;J Macedo S/A; M Dias Branco Industria e Comercio de Alimentos /Divisão Gme, Ypióca; Cascavel: Cascaju Agroindustrial S A:; Maranguape :Cooperativa Agrícola Mista de Maranguape Ltda- Leite Maranguape; Danone Ltda: Maracanaú; Horizonte: Granjas São Jose S/A; Maracanaú: M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos(Fábrica Estrela); Eusébio: M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos(Fábrica Fortaleza).

Mapa 5: Agroindústrias de Médio Porte na RMF



Devido aos limites deste artigo não será possível tecer maiores considerações acerca de cada uma destas agroindústrias, mas diante dos principais tipos de agroindústrias presentes no espaço metropolitano percebemos, dentre outras coisas, como se dá o investimento no capital agroindustrial na RMF, nos levando a afirmar que as agroindústrias se diferenciam tanto no ramo em que atuam, quanto no porte, existindo tanto pequenas como médias e grandes agroindústrias, como também se diversificam na origem do capital investido, não dependendo mais somente de investimentos locais. Por outro lado, a existência do capital externo não é garantia de sua permanência e é questionável a qualidade dos empregos gerados e o escoamento dos lucros, levando a necessidade de desenvolvimento de estudos quanto a atual política industrial de isenção e concessão de uma série de benefícios para alocar o capital nacional ou internacional.

Dos 19 municípios da RMF as agroindústrias alimentares se fazem presente em 9, sendo na capital o maior quantitativo com um total de 13 unidades, deste total 6 são de médio porte e 7 de grande porte, seguido do município do Eusébio com 4 unidades(sendo uma de pequeno porte, outra de grande porte e o restante de médio porte, Maracanaú com 3 unidades uma de pequeno porte e duas de grande porte e os

municípios de Aquiraz, Cascavel, Maranguape e Paraipaba com uma unidade, ressaltando que a unidade da Cascuju está em processo de falência, assim como a Iracema que já faliu e encontra somente a estrutura física em Fortaleza.

Os municípios de Caucaia, Chorozinho, Guaiuba, Itaitinga, Pacatuba, Paracuru, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luis do Curu e Trairi não aparecem com nenhuma unidade representativa no que se refere a agroindústria alimentar.

Entretanto há que se considerar também os microempreendedores e empreendedores individuais.

Conforme dados do IPECE(2017) no que se refere aos produtos alimentares no Estado há um total de 7127 unidades, com destaque para RMF com um total de 4052 se concentrando na capital com 2630, seguido de Caucaia com 322 unidades e Maracanaú com 263. Já quanto a de bebidas como parte das industrias de transformação, enquanto no Ceará há um total de 368 industrias de bebidas ativas, com destaque para capital onde temos uma concentração de 91 unidades de bebidas.

Foi por meio da atuação planejada do Estado através da SUDENE e BNB(34/18 e posteriormente FINOR), que passou-se a oferecer incentivos fiscais e financeiros para implantação de agroindústrias em municípios, como Maracanaú. Assim, as antigas zonas industriais da Capital passaram a dividir espaço com outros atrativos para a reprodução ampliada do capital agroindustrial.

Outros municípios da RMF vem consolidando-se como atrativos do capital agroindustrial, fruto da política industrial adotada no Estado, tendo no FDI(Fundo de Desenvolvimento Industrial) o principal instrumento para promover a industrialização cearense, através da adoção de incentivos fiscais e financeiros voltados para atração de novas industrias, percebida pela isenção e prorrogação de impostos.

O processo de inclusão de novos municípios na RMF e investimento no capital agroindustrial se intensifica com a política Estadual de atração do capital privado, ocorrendo uma verdadeira "guerra dos lugares" (SANTOS ,1994).

Assim, conforme apontou Muniz(2015) coexistem na RMF tanto as zonas industriais tradicionais que compreendem a av. Francisco Sá e os bairros no seu entorno; os bairros Antônio Bezerra, Mucuripe e Parangaba, como também as atuais zonas industriais que são o Distrito Industrial(DI) de Maracanaú; a Zona Industrial do Eusébio; a Zona Industrial de Maranguape; além disto, temos o Eixo Industrial de Pacajus e Horizonte e o Complexo Industrial do Porto do Pecém.

Assim, podemos afirmar que a territorialização do capital agroindustrial é reflexo e reforço do processo de metropolização e da política estatal voltada ao setor agroindustrial que se desenvolve no Ceará. Assim como o processo de metropolização impulsiona a difusão da atividade agroindustrial para além da capital, o atual desenvolvimento agroindustrial no espaço metropolitano de Fortaleza vem reforçar a metropolização em curso.

Há preferência das agroindústrias modernas e de maior porte pelos municípios próximos a Fortaleza, permanecendo na Capital o maior quantitativo das agroindústrias tradicionais, algumas destas encontram-se nos antigos espaços de desenvolvimento do capital agroindustrial(Iracema, Resibras, Grande Moinho Cearense s/a, J. Macedo s/a, Moinho Dias Branco s/a., Cione, Empesca etc).

Embora Fortaleza não se destaque no PIB industrial, sendo o município com maior representatividade no setor de serviços e o menor no setor agropecuário, é na

Capital onde estão concentradas as agroindústrias, mesmo que tenha crescido o número de agroindústrias para além da capital, e, isto se dá acompanhado pela mobilidade da força de trabalho, pelos circuitos espaciais da produção em uma maior escala territorial, com o impulso dos círculos de cooperação, induzindo a criação de novas centralidades.

Diante do exposto, a expansão do capital agroindustrial propicia mudanças nos equipamentos e nos fluxos urbanos, resultando em novas formas de apreensão territorial, uma vez que o surgimento ou relocalização agroindustrial impulsiona as relações campo-cidade, bem como o processo de metropolização, além de induzir a reinvenção de espaços urbanos, revelando a recriação da cidade do/para o capital.

Além da rapidez na produção e da utilização de tecnologias de ponta que constituem a atual forma de produzir, uma característica do processo de reestruturação nas agroindústrias é que ao contrário do fordismo que "fundamentou-se em uma produção industrial estandartizada, apoiada num consumo de massa com a ajuda de forte intervenção do Estado visando regular a demanda efetiva em virtude do crescimento da produção" (BENKO, 1999), a quantidade a ser produzida segue a quantidade de pedidos já acertados, seguindo o modelo toyotista.

Mesmo sabendo que os impactos da reestruturação na indústria difere segundo o tipo de indústria, produção e alcance da produção, o espaço onde a indústria se instalou, o porte da indústria etc., algumas características do processo em curso já são notáveis, algumas das quais se repetem nos variados ramos industriais, outras possuem especificidades de alguns tipos de indústrias. Assim, com a reestruturação agroindustrial, ocorrem:

- Com frequência, a horizontalização da produção, com espaço à terceirização, com poucas exceções para a produção tradicional verticalizada em somente um estabelecimento;
- A redução da hierarquia e eliminação dos escalões de comando intermediários, especificamente nos pontos de contato com a produção;
- Na área operacional, os encargos de supervisão e mestria são delegados aos trabalhadores organizados em células com fluxos dependentes de produtos e serviços;
- a flexibilização das relações de produção que obedece a demanda do mercado;
- A aplicação de novas ferramentas da gestão correspondente à reestruturação da administração empresarial;
- A incorporação de tecnologia baseada na informática, primeiro nas tarefas necessitadas de alto volume de trabalho manual e depois nos setores administrativos é outra consequência do processo em curso;
- A robotização e o consequente desemprego estrutural também são práticas crescentes;

Ocorrem também a redução do tempo de preparação e transporte dos produtos, além do reaproveitamento dos resíduos, a ênfase na qualidade do produto, a busca de certificações ISO, de matéria-prima a baixo custo e agregação de valor ao produto final, sendo que a redução de custos continua tendo importância para a competitividade.

A redução dos custos de produção e a introdução de produtos em novos mercados, bem como o aumento da produtividade, traduziram-se em preços mais competitivos para os industriais.

Outra realidade diante da reestruturação em curso é o contínuo investimento em pesquisa e desenvolvimento como destaca Manzagol (1985).

A revitalização do maquinaria, suplantando a base técnica tradicional. Além das transformações na estrutura organizacional das agroindústrias, os processos de reestruturação, movidos pela incorporação de tecnologia, contribuíram para aumentar o nível de desemprego, sendo esta uma de suas consequências sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto podemos afirmar que as agroindústrias vêm acompanhando o processo de reestruturação em curso apresentando modificações nas condições técnicas, jurídico-políticas e sociais de produção, nas formas de organização do trabalho e da produção.

Ademais a atual territorialização do capital agroindustrial na RMF, instiga a reflexão da política industrial Estatal quanto a descentralização industrial bem como, a análise do papel desenvolvido pela agroindústria de alimentos na produção do espaço metropolitano de Fortaleza.

O esforço de síntese na caracterização do atual processo de reestruturação e a análise do capital agroindustrial na RMF, longe de apresentar o território como mero receptáculo de um setor produtivo, revela a inserção de municípios como produto, condição e meio para a reprodução do capital agroindustrial que se materializa nestes, com mudanças significativas tanto no que se refere ao modo de vida da população, quanto traz todo um rearranjo no território. A atual gestão Estatal ao privilegiar alguns municípios na atração do capital privado nacional e transnacional, inserindo novos território no circuito da produção agroindustrial tem consequência, dentre outras coisas, no papel desempenhado por estas cidades na dinâmica campo-cidade, mesmo que isto ocorra sob o comando da metrópole de Fortaleza.

O quantitativo de agroindústrias que encontramos durante o trabalho de campo nos municípios que compõem a RMF nos faz afirmar que está ocorrendo um espraiamento industrial para além da capital, reforçando a metropolização em curso, não somente pela presença das agroindústrias nas cidades que compõe a RM,f mas isto ocorre, sobretudo, por serem os municípios da RMF territórios da produção e reprodução no processo de acumulação do capital.

Ademais, o investimento agroindustrial no espaço urbano além de impulsionar o processo de metropolização de Fortaleza e a consequente expansão de sua interlândia favorece o surgimento de novas centralidades, ou seja, este estudo revelou pouca ou nenhuma articulação e integração entre os municípios do espaço metropolitano, mas a tendência com as ações em curso é para o início deste processo, embora se necessite mais do que investimentos isolados, mas que se considere o conjunto metropolitano, pois não se constata, de fato, uma realidade econômica e socioespacial metropolitana, apenas se

esboçam tendências de expansão do tecido urbano, ultrapassando a capital Fortalezense.

Paralelo às ações em curso é preciso planejar a instalação de equipamentos, serviços e de infraestruturas voltadas para as particularidades dos municípios da RMF, considerando a formação econômica e histórico-social e as necessidades da população e que esta não seja vista somente como mão de obra barata.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. Trabalho e Mundialização do Capital. Londrina: Práxis, 1999.

ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? . 4ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de Agronegócios. 2. ed. São Paulo: Atlas 2007. Disponível em: <http://catagronegocio.weebly.com/uploads/1/1/7/3/11739052/39500879-fundamentos-de-agronegocios.pdf> Acesso em: 18 mai. 2018.

BELIK, Walter. Agroindustria processadora e política econômica. 1992. 219 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286545>. Acesso em: 17 maio 2018.

BENKO, Georges. Economia espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1999.

Carlos Lourenço, J.:(2010) Logística agroindustrial: desafios para o Brasil na primeira década do século XXI, Edición electrónica gratuita. Texto completo en www.eumed.net/libros/2010d/794/

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo: Ática, 1995.

DORIGHELLO, Cristiane Luvizotto. Gestão econômica em agribusiness. Piracicaba: UNIMEP, 2003.

DRUCK, Maria da Graça. Terceirização (des) Fordizando a Fábrica. Salvador – BA, Edufa, 1995.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. O Debate sobre a Reestruturação Produtiva no Brasil. RA'EGA(2011), p.51-57. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1993.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

IANNI, Octávio. A era do globalismo. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. VI ,Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1998b, p.1-10.

MUNIZ, Alexsandra M. Vieira.. Produção do Espaço Metropolitano de Fortaleza e a Dinâmica Industrial. Revista Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 61-74, set./dez. 2015.

SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
_____. Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
_____. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
_____. SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
SENE, Eustáquio de. Globalização e Espaço Geográfico. São Paulo: Contexto, 2004.
SINGER, Paul. Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.
SOJA, Edward. Geografias Pós-Modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

DINÂMICAS URBANAS, ECONOMIA METROPOLITANA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO NORDESTE (2006-2016)

Rebeca Marota da Silva

Pesquisadora do Observatório das Metrópoles Natal, RN/BR e Bolsista FAPERJ, e-mail: rebeca.economia@gmail.com

Maria do Livramento Miranda Clementino

UFRN, Departamento de Políticas Públicas, Programas de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais e de Ciências Sociais e Observatório das Metrópoles Natal, RN/BR, e-mail: clement@ufrnet.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo é produto da pesquisa intitulada "Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças da base produtiva e mercado de trabalho" do Observatório das Metrópoles. A pesquisa mencionada encontra-se em estágio inicial, entretanto já é possível apresentar alguns dados preliminares para a região Nordeste, atendendo assim, os objetivos deste artigo, que além do levantamento do quadro socioeconômico já apresentado pelos diversos relatórios do Observatório das Metrópoles, apresenta uma análise da dinâmica da atividade econômica e do emprego formal.

A definição das regiões metropolitanas do Nordeste que serão tratadas no artigo fundamentou-se no estudo do Observatório das Metrópoles denominado "Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil", de 2004[62], que, por meio de uma hierarquização dos espaços urbanos, buscou identificar as regiões metropolitanas brasileiras com maior centralidade e grau de integração dos municípios à dinâmica da aglomeração (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004).

Para desenvolver essa hierarquização o estudo do Observatório das Metrópoles:

> "(...) entende '**espaços urbanos**' como conjuntos representativos da concentração espacial do fenômeno urbano, definidos pela continuidade e extensão do espaço constituído. Emprega o conceito de **aglomeração urbana** para as unidades que compõem uma mancha contínua de ocupação sobre mais de um município, envolvendo fluxos intermunicipais, complementaridade funcional e integração socioeconômica. Difere do entendimento de **região metropolitana** que, neste trabalho corresponde a uma porção definida institucionalmente. Considera **metrópole**, a cidade principal de uma aglomeração, destacando-se pelo tamanho populacional e econômico, desempenho de funções complexas e diversificadas, e relações econômicas com várias outras aglomerações, funcionando como centro de comando e coordenação de uma rede urbana" (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004, p. vii).

p. 1008

Após hierarquização e análise fatorial o estudo identifica 15 espaços urbanos metropolitanos, dos quais no Nordeste seriam apenas as Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza. Como contraponto de uma dinâmica metropolitana diferenciada, considerada como uma "área urbana metropolizada" segundo CLEMENTINO et al. (2015), acrescentou-se a Região Metropolitana de Natal na análise do artigo.

O objetivo do presente artigo é analisar o cenário atual das dinâmicas econômicas e do mercado de trabalho do Nordeste na perspectiva das áreas metropolitanas selecionadas e sua influência no desenvolvimento regional. Além disso, pretende-se identificar quais são as atividades econômicas metropolitanas mais dinâmicas e que mais impulsionam a região e averiguar como as regiões metropolitanas de Salvador, Recife, Fortaleza e Natal se relacionam com o Nordeste.

[62] OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Dezembro de 2004. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetropoles.net>.

Para esta análise, será realizada uma revisão da literatura referente às metrópoles brasileiras com o objetivo de caracterizar a formação econômica nos espaços urbanos das regiões metropolitanas nordestinas estudadas, bem como interpretar os dados referentes à atividade econômica, com base no PIB (IBGE), de 2006 a 2015, e do mercado de trabalho formal, de acordo com os dados da RAIS (Ministério do Trabalho), para o período de 2006 a 2016. Aliada a revisão, utilizou-se o trabalho do grupo de pesquisadores do Observatório das Metrópoles Núcleo Natal, que desenvolveu uma classificação das atividades econômicas, com referência na CNAE 2.0, que busca uma melhor compreensão da estrutura produtiva e do mercado de trabalho metropolitano e suas relações com a dinâmica regional brasileira, e que será utilizada para o estudo dos dados da RAIS.

O presente artigo está dividido em três partes, além desta introdução. Na primeira parte faz-se uma breve caracterização da urbanização na região e das dinâmicas econômicas das regiões metropolitanas Salvador, Recife, Fortaleza e Natal dentro do desenvolvimento do Nordeste. Em seguida, são analisadas as principais atividades econômicas em termos de emprego formal, destacando a importância do setor de serviços para essas áreas metropolitanas. Por fim, são elaboradas as considerações finais do artigo.

ECONOMIA METROPOLITANA NO NORDESTE

A região Nordeste do Brasil experimentou um lento processo de urbanização devido a alguns fatores, tais como: um histórico atraso na modernização agrícola, indispensável para dar suporte à formação do mercado de trabalho urbano; a entrada tardia do capital industrial como agente dinâmico da acumulação; e o desinteresse das elites mercantis em assumir os riscos da industrialização. Desta forma, diferentemente do país que teve uma forte dinamização do processo de urbanização ligado à industrialização a partir dos anos 1950, observa-se que o auge do processo de urbanização do Nordeste ocorreu também atrelado à sua industrialização, porém a partir dos anos 1970 (ARAÚJO, 2010).

Após as décadas de políticas voltadas à correção do ciclo produtivo nordestino, sobretudo entre 1960 e 1980, a industrialização da região não reverteu de maneira significativa o quadro social negativo da região, mantendo-se ainda “altos índices de mortalidade infantil, analfabetismo, pobreza e concentração de renda, bem como uma baixa esperança de vida” (CARVALHO, 2001, p. 132). Embora tenha transformado a configuração econômica na região Nordeste, com implantação e modernização de vários setores econômicos, foram preservados os principais aspectos do subdesenvolvimento como, por exemplo, a concentração e baixa mobilidade dos rendimentos médios da região, uma agricultura de matéria-prima e de alimentos pouco diversificada, bem como um setor de serviços demasiadamente informal. Para além desses problemas, persiste ainda a secular concentração da propriedade da terra, conforme MARICATO:

> "A persistente ilegalidade fundiária e imobiliária forma a periferia urbana que frequentemente se configura como um depósito de

> pessoas em áreas não servidas ou precariamente servidas pela infraestrutura urbana e que não conta também com equipamentos sociais públicos e privados. Em algumas capitais de Estados, os domicílios ilegais são mais numerosos do que os domicílios legais revelando que a "exceção é mais regra do que exceção e a regra é mais exceção do que regra". São os casos das capitais dos estados do norte e nordeste (Manaus, Belém, São Luiz, Fortaleza, Teresina, Recife, Maceió, Natal)" MARICATO (2013, p.20).

Observa-se que a urbanização intensifica-se a partir dos avanços da industrialização em uma determinada localidade. O modelo industrial instalado em uma região irá definir como será a construção do urbano. Conforme MARICATO (2013), "a industrialização com baixos salários correspondeu a urbanização com baixos salários", ou seja, o modelo de reestruturação produtiva aplicado no Nordeste ao possuir uma característica de periferia, consolidou o urbano subdesenvolvido nordestino.

Desta forma, de acordo com Cano (2008), o processo de desconcentração industrial acabou por cumprir seu grande papel: viabilizar a acumulação capitalista do "polo" no Nordeste do país. Com isso não se está afirmando que o Nordeste não foi – de alguma forma – beneficiado por tal processo. Todavia, a desconcentração industrial-conservadora – mas "virtuosa" – do Sudeste para o Nordeste acabou por preservar seu subdesenvolvimento, ou seja, o Nordeste foi cooptado à dinâmica do ciclo econômico do Sudeste do país, notadamente, de São Paulo (CANO, 2008). Na verdade, esse "Nordeste" resumia-se quase que inteiramente aos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, em especial, suas áreas metropolitanas (MOREIRA, 1979).

Parte importante dos investimentos industriais advindos da SUDENE para o Nordeste concentraram-se nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza. Todavia, deve ser observado que suas áreas metropolitanas antes mesmo de receberem os investimentos desenvolvimentistas, já possuíam uma dinâmica produtiva nos setores secundário e terciário o que as condicionou concentrar significativa fração dos recursos provenientes da SUDENE. Segundo Araújo (2010), essa realidade elevou a qualificação produtiva dos setores secundário e terciário, notadamente o industrial, resultando em uma maior criação de empregos e consequentemente impulsionando o fenômeno da urbanização de forma bem mais acelerada do que nos outros estados da região Nordeste. Esses eventos resultaram diretamente no processo de metropolização dessas cidades (ARAÚJO, 2010).

No caso do Rio Grande do Norte, a intervenção da SUDENE chegou mais de uma década depois, a partir de 1970, e elevou os montantes de investimentos do capital industrial, porém não criou novos setores produtivos intensivos em tecnologia, como o de bens intermediários nas regiões metropolitanas de Salvador e Recife. Como na região metropolitana de Fortaleza, onde os investimentos da SUDENE expandiram sobretudo a indústria calçadista, no Rio Grande do Norte esses investimentos, na realidade, reforçaram os setores produtivos tradicionais (têxtil, alimentos, confecções etc.). Este fato, mais a desintegração produtiva de algumas economias do interior do estado – tais como: a produção de sal, de scheelita, de algodão, juntamente com a conservadora penetração do capital em regiões agrícolas (para produção de frutas para exportação) – acabaram provocando um processo de migração em direção à capital do estado que ocasionou uma significativa concentração populacional e produtiva no que

hoje se convencionou chamar de Região Metropolitana de Natal (CLEMENTINO, 1990; ARAÚJO, 2010).

A partir da década de 1980, observa-se que o esgotamento do padrão desenvolvimentista e a crise fiscal e financeira do Estado, associado a abertura comercial, a reestruturação produtiva e a nova orientação neoliberal do Estado, causaram consequências negativas sobre a estrutura produtiva e a dinâmica econômica das Regiões Metropolitanas, sobretudo nos anos de 1990, com redução dos investimentos e afetando o nível e as condições de emprego local. As economias do Nordeste, até 1985, ainda favoreceram-se dos investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) da década anterior.

Atrelado a isso, com a reforma do Estado, fortalecida pela constituição de 1988, a elevação do poder local tem levado, por um lado, à sua socialização por meio de modelos de gestão pública articulados às demandas sociais; enquanto que, por outro lado, os entes federativos assumem novas responsabilidades relacionadas inclusive com a promoção da atividade econômica e a geração de emprego e renda. E, apesar da constituição fazer referência à questão do desenvolvimento regional, inclusive criando meios de financiamento, o que se verificou foi um esvaziamento das políticas explícitas de desenvolvimento regional no período pós-1980.

Assim, na década de 1990, no Nordeste, sem a influência de uma política nacional de desenvolvimento regional, os estados se "organizaram" como puderam para continuar atraindo investimentos para seus territórios, tendo como principal atratividade as políticas de incentivos fiscais – guerra fiscal. Já as regiões metropolitanas do Nordeste tenderam a ampliar sua concentração econômica e suas funções urbanas, como por exemplo a centralidade dos serviços especializados, a partir de 1980. Todavia, o que se verifica é uma mudança dessa tendência a partir dos anos 2000, com a retomada do crescimento da atividade econômica, ampliação da renda, do crédito e do consumo, consolidação das políticas sociais e expansão dos investimentos em infraestrutura econômica e social. Merece destaque ainda as políticas de expansão dos serviços de saúde e educação. Esse movimento possibilitou um processo de desconcentração e interiorização da atividade econômica no período de expansão até 2014 no Nordeste, com destaque para o crescimento das cidades médias e interiorização dos serviços (ARAÚJO, 2017). Observou-se, também, a reativação das economias metropolitanas, fortemente influenciadas pelo protagonismo do mercado interno e pela retomada do investimento público e privado, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

No período da análise do presente artigo – 2006 a 2016 – observa-se dois importantes movimentos para as economias metropolitanas de Salvador, Fortaleza, Recife e Natal, seguindo a dinâmica da região: 1) 2006-2014, momento em que o Brasil e o Nordeste entrou em um novo ciclo econômico de expansão da atividade econômica, melhorias do mercado de trabalho e tendência à desconcentração; 2) 2014-2016, momento em que a economia entra em crise, sobretudo a partir de 2015, em um movimento de inflexão ultraliberal, segundo RIBEIRO (2017).

Na tabela 1, podemos observar claramente essas duas fases econômicas. Na primeira fase (2006-2014), o Nordeste e as regiões metropolitanas selecionadas apresentam taxas de crescimento anuais positivas, com destaque para RM Recife (4,1%

a.a.) e RM Fortaleza (4,2% a.a.) que cresceram mais que o Nordeste (3,8% ao ano). Já Salvador, que tem o maior PIB das economias metropolitanas do Nordeste, apresentou incremento do produto nesse período de apenas 1,9% ao ano, bem abaixo da média regional e nacional (3,5% ao ano).

Tabela 14 Produto Interno Bruto - Nordeste e Regiões Metropolitanas Selecionadas (2006, 2014 e 2015)

Áreas geográficas	PIB - valores constantes (em R$ milhões)			Taxa de Crescimento (%a.a.)		Distribuição Regional (%)		
	2006	2014	2015	2006-2014	2014-2015	2006	2014	2015
Nordeste	650.731	877.961	848.533	3,8	-3,4	100	100	100
RM Salvador	95.096	110.541	107.670	1,9	-2,6	14,6	12,6	12,7
RM Recife	76.132	104.743	99.474	4,1	-5,0	11,7	11,9	11,7
RM Fortaleza	62.158	86.258	83.401	4,2	-3,3	9,6	9,8	9,8
RM Natal	24.016	31.805	31.581	3,6	-0,7	3,7	3,6	3,7

Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

Entre 2006 e 2015, os dados ratificam a importância econômica das Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza para o PIB do Nordeste. Se somadas as participações, essas RMs totalizaram 35,9% do produto regional em 2006, 34,3% em 2014 e 34,2% em 2015. Com destaque para o fato de que, enquanto as regiões metropolitanas de Recife, Natal e Fortaleza mantem seu peso relativo no PIB regional, a RMS cai de 14,6% para cerca de 12,6% no período de 2006 a 2015. Em que pese a participação regional dessas áreas metropolitanas vir diminuindo, num primeiro momento, devido a interiorização de diversos investimentos em eixos importantes, as Regiões Metropolitanas continuam a ter uma participação significativa. Isso ocorre porque apesar das políticas de redistribuição (transferências de renda, ampliação do crédito, valorização real do salário mínimo e investimentos) atuarem no sentido da redução das desigualdades sociais e regionais, modificando o interior do nordeste e contribuindo para o crescimento das cidades médias interiorizadas, essas RMs permanecem sendo importantes centros comerciais, industriais e de serviços da região.

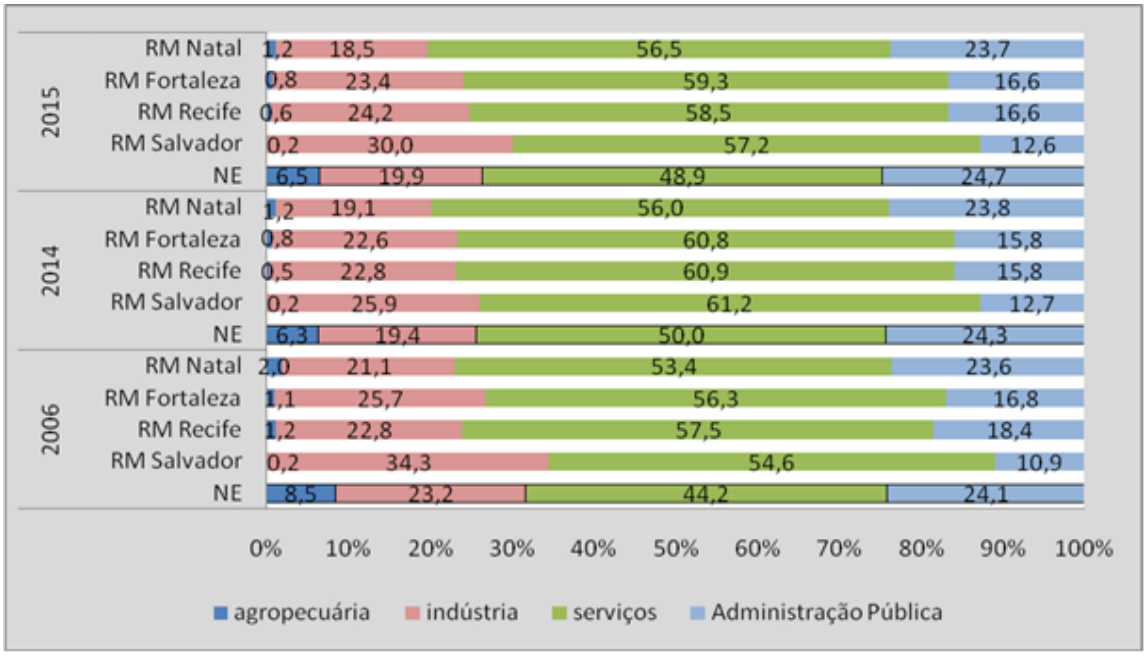
Na segunda fase, 2014-2015[63], o país passa por um momento de crise econômica e política, que a partir de 2015, em um movimento de “inflexão ultraliberal”, abandona as políticas social-desenvolvimentistas, seguindo com uma agenda neoliberal com redução dos investimentos e juros altos favorecendo o rentismo (RIBEIRO, 2017). Observe que na tabela 1, nesse período, seguindo a dinâmica nacional, o Nordeste e as áreas metropolitanas estudadas apresentam taxa de crescimento negativa. Sendo a RM Recife a mais afetada com o rompimento dessas políticas, por ter sido no momento anterior a mais beneficiada com a atração de investimentos.

Com relação aos grandes setores econômicos, o gráfico 1 expõe a sua participação no Valor Agregado Bruto (VAB) do Nordeste e das RMs selecionadas. Veja que, nas regiões metropolitanas a atividade agropecuária é muito baixa quando comparada com a participação do Nordeste como um todo. A regiões que ainda apresentam uma participação agropecuária acima de 1% no VAB, é a RM Natal, por ser

[63] Neste artigo o período de crise é registrado entre 2014-2016. Entretanto, foram trabalhados os dados do PIB disponíveis até então, ou seja, até 2015.

caracterizada como uma “metrópole em formação”, possui municípios rurais em sua região como Ielmo Marinho, Maxaranguape, Monte Alegre, Nísia Floresta, São José de Mipibu e Vera Cruz, onde mais de 50% de sua população é rural. Sendo responsáveis pela a produção agrícola tanto de abastecimento urbano, quanto culturas como cana-de-açúcar e fruticultura irrigada.

Gráfico 1 - Nordeste e Regiões Metropolitanas Selecionadas - Distribuição do Valor Agregado Bruto por grandes setores (VAB=100)(2006, 2014 e 2015)



Fonte: IBGE. Elaboração Própria

Um setor muito importante nas áreas metropolitanas é a indústria, com participações do VAB em cada região acima de 20% em 2006. Mas que vem caindo nos anos analisados, com exceção da RM Recife, que recebeu importantes investimentos industriais nesse período, com destaque para a Refinaria Abreu e Lima e estaleiros, por exemplo. A região que mais perdeu participação da indústria no período foi a RM Salvador.

A indústria da RM Salvador apesar de estar inserida na indústria brasileira com uma produção especializa nos setores químico, petroquímico e metalúrgico, suprindo de produtos intermediários as empresas de bens finais instaladas no Sudeste-Sul do país, e de atividades de transformação, apresentadou queda da participação da sua indústria no PIB Metropolitano, de 34,3%, em 2006, para 25,9%, em 2014. Esta queda provavelmente foi influenciada pelo recuo de investimentos em atividades industriais que começaram a operar, mas deixaram de funcionar no período da crise financeira de 2007-2008, fora das áreas industriais mais consolidadas (polo e refinaria, por exemplo). Observa-se um leve aumento desta participação em 2015, atingindo 30%, mas não alcança o estágio de 2006. Em compensão, o forte crescimento da participação do setor de Serviços no município de Salvador, influenciou toda a RMS, em um processo de “desindustrialização” compatível com o que vem acontecendo no Brasil como um todo (Relatório Observatório – Núcleo Salvador, 2018).

O setor de serviços é o setor econômico de maior peso na dinâmica nacional e, sobretudo, em áreas metropolitanas. Segundo CANO e SEMEGHINE (1990), essa concentração se explica através de quatro processos ocorridos fortemente nos anos 1970: 1) maior diversificação e modernização agrícola que provocou importantes mudanças na estrutura produtiva (como a substituição de culturas, o uso intensivo da mecanização e da quimificação e a agroindustrialização) que, por sua vez, ampliou a produção urbana de serviços de apoio (novas instituições financeiras, armazenagem, venda de insumos, engenharia, etc.); 2) intensa industrialização que ampliou a demanda dos serviços de transportes e de distribuição e passou a exigir um grande número de novas atividades terciárias nas áreas de engenharia, consultoria, planejamento, marketing, informática e serviços financeiros; 3) a continuidade e intensificação do processo de urbanização que impôs novos hábitos de consumo e, ao mesmo tempo, fez surgir novas atividades de mais baixa produtividade como serviços pessoais, de reparação, emprego doméstico, funções de vigilância e limpeza e o comércio ambulante; e 4) a criação, por parte do Estado, de atividades terciárias como, por exemplo, emprego direto em campos como o do setor produtivo estatal, da educação, da saúde, da segurança, de regulação econômica, de infra-estrutura, no setor financeiro, etc. Esses processos apontam que o terciário tem uma dinâmica reflexa como resultante do desenvolvimento dos demais setores, mas, também, apresenta uma dinâmica autônoma fruto da própria dinâmica da cidade.

No que se refere às regiões metropolitanas nordestinas estudadas, todas exibiam uma participação dos serviços, somada à administração pública, no VAB acima de 65%, ao longo dos anos 2000. No primeiro momento do período em análise (2006-2014), o setor de serviços (exclusive administração pública), que em 2006 já apresentava um peso relativo acima de 53% em todas as RMs estudadas, aumenta para uma participação acima de 56% no ano de 2014, impulsionado pela expansão da atividade econômica regional e pelo aumento da renda, do crédito e do emprego. Todavia, como reflexo da crise, no ano de 2015, ocorre uma leve retração na participação, mas seu peso continua sendo acima 56,5%, firmando a sua relevância na economia.

Com relação à administração pública, enquanto as regiões metropolitanas de Recife e Fortaleza perderem peso relativo desse setor no VAB total ao longo dos anos 2000, sobretudo entre 2006 e 2014, as regiões metropolitanas de Natal e Salvador ampliaram suas participações. Entre elas, destaca-se a RM Natal que, por ser a RM com uma estrutura produtiva menos desenvolvida, é muito dependente do setor público, como observa-se a partir do dados do VAB da administração Pública na RM Natal que, durante os anos analisados, sempre esteviveram acima dos 23%.

Na concentração do setor terciário, segue cumprindo papel importante os segmentos tradicionais (comércio varejista e atacadista; administração pública), mas também com participação do varejo informal e precarizado, entre outros. Compreendendo a importância do setor de serviços, a classificação de atividades econômicas que utilizou-se neste artigo nos permite, através dos dados de emprego formal, entender melhor como este setor se comporta nas regiões metropolitanas aqui estudadas. Para tanto, tratar-se-á sobre isso no tópico seguinte.

SERVIÇOS – O SETOR DINÂMICO METROPOLITANO

Nesta seção do artigo, trataremos dos dados sobre emprego formal nas Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife, Fortaleza e Natal, usando a classificação das atividades econômicas desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles Núcleo Natal. Nos dados a seguir, verifica-se a distribuição postos de trabalho com proteção social no Nordeste e nas regiões metropolitanas selecionadas, para os anos 2006, 2014 e 2016, em seis grupos: Grupo 1 – Setor primário agropecuário e extrativo; Grupo 2 - Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas; Grupo 3 - Setor de Manufaturados de baixa e média-baixa tecnologia; Grupo 4 - Setor de Manufaturados de média-alta e alta tecnologia; Grupo 5 – Construção; Grupo 6 – Serviços.

Os dados referentes ao período 2006-2014 confirmam uma expansão dos empregos formais tanto no Nordeste quanto nas regiões metropolitanas. Todos os grupos apresentam crescimento, exceto o Grupo 1, das atividades agropecuárias e extrativas, que na totalidade das RMs apresenta uma taxa de crescimento de -2% a.a. no período, mas, que como demonstrado na análise do PIB, é um setor com pequena importância para as regiões metropolitanas. Esse setor tem maior peso relativo para a região Nordeste como um todo e está localizado sobretudo no interior da região.

Os grandes destaques para o período (2006-2014) são os setores de construção e de serviços que apresentaram taxas de crescimento significativas tanto para as áreas metropolitanas, quanto para o nordeste como um todo. Na construção, setor com maior crescimento no período com um crescimento de 11,8% ao ano para o Nordeste e de 11,3% ao ano para as regiões metropolitanas selecionadas. Esse setor apresentou este espetacular crescimento devido aos investimentos realizados tanto na construção pesada quanto na construção civil, incentivadas pelos PACs, PMCMV e pelas obras da Copa de 2014[64] que se realizaram nas capitais das regiões metropolitanas aqui estudadas.

[64] Sobre os impactos da Copa ver GAFFNEY ET AL, 2015

Tabela 2 - Nordeste e Regiões Metropolitanas Selecionadas - Distribuição do Emprego Formal nos Setores Econômicos (2006, 2014 e 2016)

Classificação dos setores de atividade econômica	Emprego Formal (em mil)						Taxa de crescimento (% a.a.)			
	2006		2014		2016		2014/2006		2016/2014	
	NE	RM's	NE	RM's	NE	RM's	NE	RM's	NE	RM's
Grupo 1 - Setor primário agropecuário e extrativo	279	34	293	29	283	27	0,6	-2,0	-1,8	-3,6
Grupo 2 - Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas	354	98	442	132	399	117	2,8	3,9	-5,0	-5,9
Grupo 3 - Setor de Manufaturados de baixa e média-baixa tecnologia	368	168	502	227	436	186	4,0	3,9	-6,8	-9,4
Grupo 4 - Setor de Manufaturados de média-alta e alta tecnologia	77	46	94	59	95	64	2,5	3,1	0,8	3,9
Grupo 5 - Construção	279	148	679	349	438	219	11,8	11,3	-19,7	-20,8
Grupo 6 - Serviços	4.830	2.133	7.123	3.064	6.786	2.863	5,0	4,6	-2,4	-3,3
Total do emprego formal	6.186	2.627	9.133	3.861	8.436	3.476	5,0	4,9	-3,9	-5,1

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho. Elaboração Própria.

Os grandes destaques para o período (2006-2014) são os setores de construção e de serviços que apresentaram taxas de crescimento significativas tanto para as áreas metropolitanas, quanto para o nordeste como um todo. Na construção, setor com maior crescimento no período com um crescimento de 11,8% ao ano para o Nordeste e de 11,3% ao ano para as regiões metropolitanas selecionadas. Esse setor apresentou este espetacular crescimento devido aos investimentos realizados tanto na construção pesada quanto na construção civil, incentivadas pelos PACs, PMCMV e pelas obras da Copa de 2014[65] que se realizaram nas capitais das regiões metropolitanas aqui estudadas.

Já o setor de serviços, apresentou taxas de crescimento de 5% a.a. para o Nordeste e de 4,6% a.a. para as regiões metropolitanas selecionadas. Com o auxílio da tabela 3, verifica-se que os serviços na RM Recife e RM Fortaleza crescem acima do Nordeste, expandindo-se 5,4% a.a e 6,1% a.a., respectivamente, entre 2006 e 2014. Esses crescimentos ratificam a importância das políticas implementadas, no período, tanto para a ativação do crescimento econômico como um todo, quanto para a dinamização da economia urbana especificamente.

[65] Sobre os impactos da Copa ver GAFFNEY ET AL, 2015

Tabela 3 – Nordeste e Regiões Metropolitanas Selecionadas - Taxa de crescimento anual do Emprego Formal nos Setores Econômicos (% a.a.), 2006 e 2014

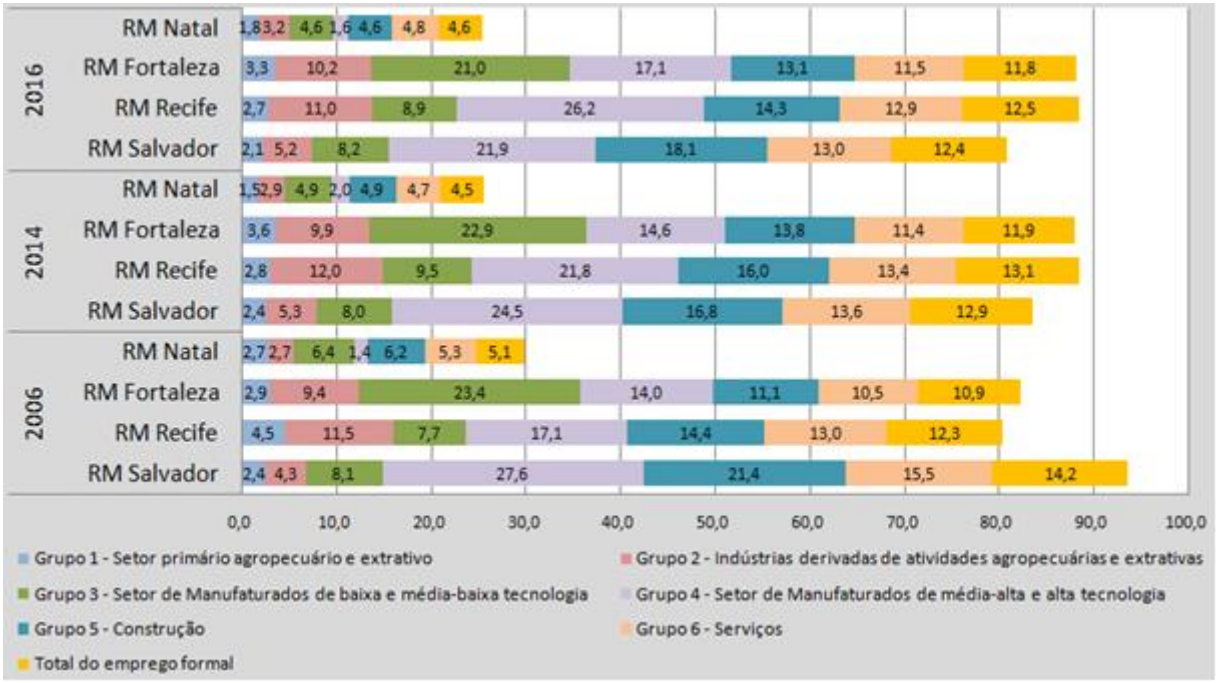
Classificação dos setores de atividade econômica	NORDESTE		RM Salvador		RM Recife		RM Fortaleza		RM Natal	
	2006-2014	2014-2016	2006-2014	2014-2016	2006-2014	2014-2016	2006-2014	2014-2016	2006-2014	2014-2016
Grupo 1 - Setor primário agropecuário e extrativo	0,6	-1,8	0,6	-8,5	-5,1	-3,1	3,3	-5,2	-6,5	5,6
Grupo 2 - Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas	2,8	-5,0	5,7	-6,5	3,4	-9,2	3,4	-3,4	4,0	0,3
Grupo 3 - Setor de Manufaturados de baixa e média-baixa tecnologia	4,0	-6,8	3,8	-5,7	6,7	-9,5	3,7	-10,8	0,6	-9,8
Grupo 4 - Setor de Manufaturados de média-alta e alta tecnologia	2,5	0,8	1,0	-4,7	5,7	10,5	3,1	9,1	7,1	-9,1
Grupo 5 - Construção	11,8	-19,7	8,4	-16,8	13,3	-24,1	14,8	-21,8	8,6	-22,4
Grupo 6 - Serviços	5,0	-2,4	3,3	-4,6	5,4	-4,3	6,1	-1,8	3,4	-1,0
Total do emprego formal	5,0	-3,9	3,7	-5,8	5,8	-6,0	6,2	-4,2	3,4	-2,9

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho. Elaboração Própria.

Todavia, no período de 2014-2016, de crise econômica e política, os números dos empregos formais apresentaram-se queda em quase todos os setores apresentados, exceto o Grupo 4 – Setor de Manufaturados de média-alta e alta tecnologia, especificamente nas RMs Recife e Fortaleza. Isso ocorreu devido ao fato de que investimentos e políticas do ciclo anterior que beneficiaram a ampliação do setor continuaram maturando no ciclo seguinte não interrompendo de imediato essa expansão. Diferentemente das RMs Salvador e Natal, que caíram -4,7% a.a. e -9,1% a.a., respectivamente. A RM Salvador, que em termos de produção possui a maior participação do PIB no Nordeste, vem perdendo espaço competitivo para a RM Recife e RM Fortaleza. Já a RM Natal, que nunca teve grande engajamento no setor, com a crise dos anos 2015 e 2016, tornou-se ainda mais frágil.

A dinâmica econômica do período 2006-2016 modifica a configuração do emprego formal entre as áreas metropolitanas do Nordeste. Na primeira fase, 2006-2014, essa transformação já fica evidenciada no Gráfico 2, onde é possível observar que a RM Salvador perde sua liderança em participação dos empregos do Nordeste (passando de 14,2%, em 2006, para 12,9%, em 2014), perdendo espaço para a RM Recife (que em 2006 possuía 12,3% de participação; para, em 2014, alcançar 13,1%). Mesmo com a crise dos anos seguintes, em 2016, RM Recife continua na frente RM Salvador.

Gráfico 2 Nordeste e Regiões Metropolitanas Selecionadas - Distribuição Regional do Emprego Formal nos Setores Econômicos (NORDESTE = 100) – 2006, 2014 e 2016

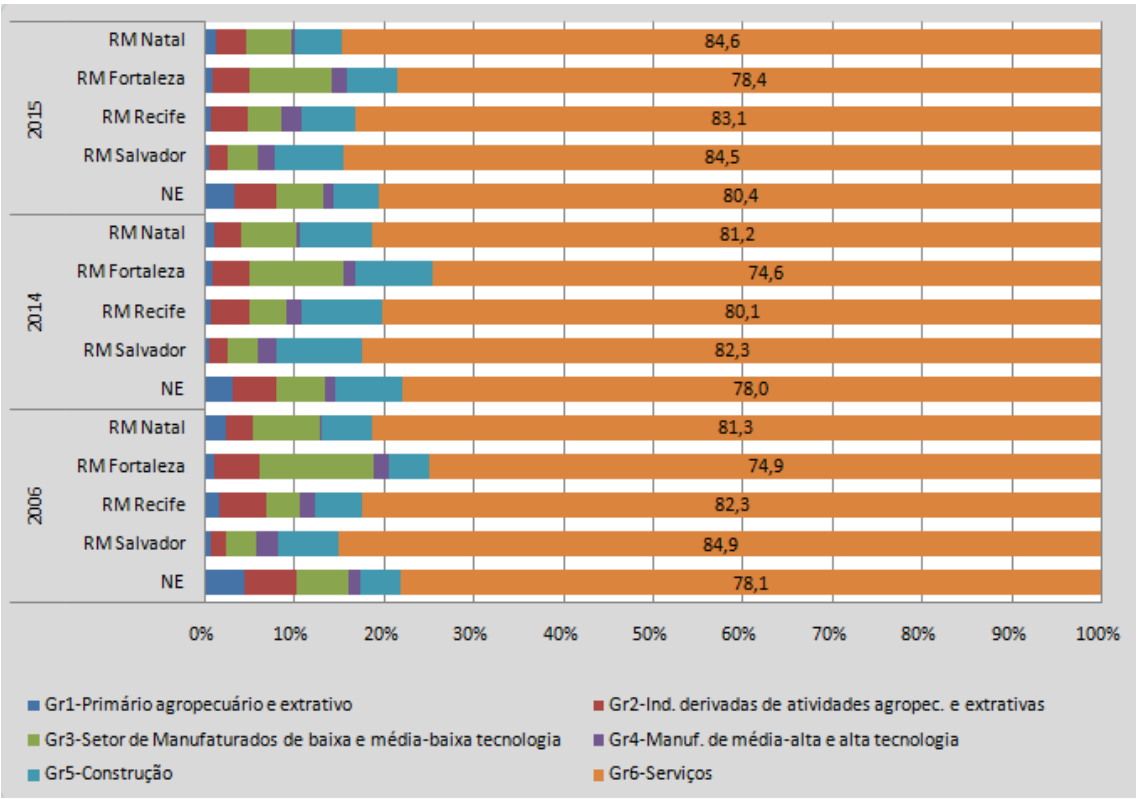


Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho. Elaboração Própria.

O setor que apresentou o segundo maior crescimento no período 2006-2014, com 5,0% a.a. no Nordeste e com 4,6% a.a nas RMs foi o de serviços (Grupo 6). Essa informação quando analisada conjuntamente com o Gráfico 3, que mostra a distribuição dos setores econômicos em cada Região Metropolitana e no Nordeste, reforçam a importância do setor de serviços, que possui a maior participação setorial dos empregos formais - acima de 74%.

Dada a importância do setor de serviços, abrimos a classificação do Grupo 6 para verificar quais as atividades com maior peso deste setor, que está subdividido em seis subgrupos: Serviços Industriais de utilidade pública (eletricidade, gás, água coleta de resíduos etc.); Serviços Distributivos (comércio e reparação, transporte, armazenagem e distribuição, e telecomunicações e comunicação - exceto atividades de rádio e TV); Serviços Produtivos e financeiros (serviços financeiros, adminstração e comércio de imóveis, serviços técnico-profissionais e científicos, serviços de TI e serviços de apoio às empresas e pessoas); Serviços Sociais - Educação, saúde e assistência, associativismo e associações; Serviços Sociais - Administração Pública; Serviços Pessoais (alojamento e alimentação, atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão e outras atividades de serviços pessoais); Serviços Domésticos.

Gráfico 3 Distribuição do Emprego Formal, Segundo Grupos de Atividades Econômicas (2006, 2014 e 2016)



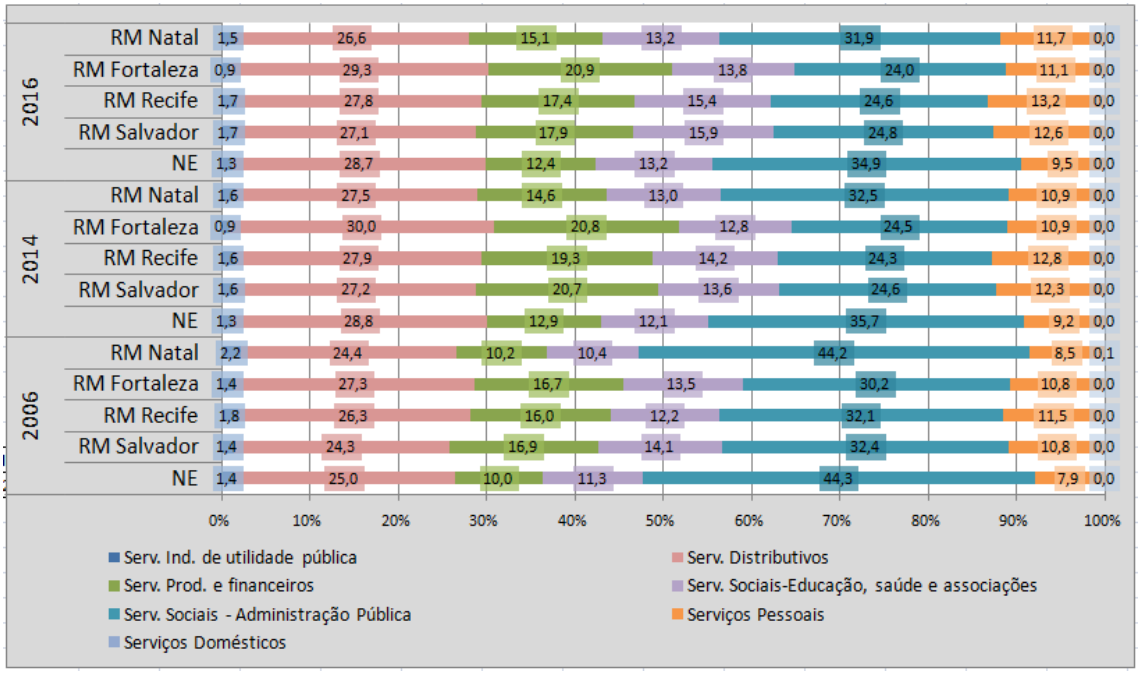
Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho. Elaboração Própria.

Dada a importância do setor de serviços, abrimos a classificação do Grupo 6 para verificar quais as atividades com maior peso deste setor, que está subdividido em seis subgrupos: Serviços Industriais de utilidade pública (eletricidade, gás, água coleta de resíduos etc.); Serviços Distributivos (comércio e reparação, transporte, armazenagem e distribuição, e telecomunicações e comunicação - exceto atividades de rádio e TV); Serviços Produtivos e financeiros (serviços financeiros, adminstração e comércio de imóveis, serviços técnico-profissionais e científicos, serviços de TI e serviços de apoio às empresas e pessoas); Serviços Sociais - Educação, saúde e assistência, associativismo e associações; Serviços Sociais - Administração Pública; Serviços Pessoais (alojamento e alimentação, atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão e outras atividades de serviços pessoais); Serviços Domésticos.

Assim, com auxilio do Gráfico 4 e da tabela 4, observamos a dinâmica dos subsetores de Serviços e seus principais destaques. Em termos de pesos de participação, em primeiro destaque é o subsetor serviços sociais – administração pública que em todas as áreas metropolitanas, em 2006, possuía a maior fatia nos serviços, mas que vem perdendo espaço nos últimos anos. Nas RM de Salvador, Recife e Fortaleza, a administração pública perdeu espaço de forma acentuada, em 2006-2014, principalmente para os serviços distributivos. A RM Natal, que como demonstrado apresentam também importante participação da administração pública no PIB, tem diminuído o peso relativo desse setor no emprego formal da região metropolitana, mas ele ainda é o setor com maior número de empregos dentro dos serviços. Com a crise

do período seguinte (2014-2016), a participação dos empregos na administração pública, cai em todas as RMs e no Nordeste, onde a RM Natal apresenta a menor perda com -2,0%a.a. (ver tabela 4).

Gráfico 4 Distribuição do Emprego Formal, Segundo Subsetores de Serviços (2006, 2014 e 2016)



Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho. Elaboração Própria.

Em termos de crescimento, uma informação interessante sobre os serviços produtivos e financeiros, que trazem os empregos relacionados aos serviços financeiros, administração e comércio de imóveis, serviços técnico-profissionais, serviços de Tecnologia da Informação e serviços de apoio às empresas, que apresentou um forte crescimento no período 2006/2014. Nesse setor, a RM Salvador teve um crescimento maior que todas as RMs e que o Nordeste, com significativos 9,1%a.a. (Ver tabela 4). Em seguida aparecem os serviços distributivos, puxados pela dinâmica do comércio, e que expandiram-se a 7,4% ao ano na RM de Fortaleza, acima inclusive da média regional de 6,8% ao ano. Ressalta-se, ainda, o crescimento dos serviços sociais de educação, saúde, associativismo e associações, fortemente influenciados pelo incremento sobretudo dos serviços de educação e saúde, ampliando a uma taxa de 7,3% na RM de Recife e 6,3% na RM Natal, no período de 2006 a 2014. Com a crise (2014-2016), todos os subsetores dos serviços são afetados fortemente afetados em termos de geração de emprego, com queda dos postos de trabalho formais em todas as RMs e no Nordeste como um todo, com exceção dos serviços sociais de educação, saúde, associativismo e associações, como é possível observar através da Tabela 4.

Tabela 4 – Taxa de Crescimento do Emprego Formal, Segundo Subsetores de Serviços (2006/2014 e 2014/2016)

	NE		RM Salvador		RM Recife		RM Fortaleza		RM Natal	
	2006/ 2014	2014/ 2016	2006/ 2014	2014/ 2016	2006/ 2014	2014/ 2016	2006/ 2014	2014/ 2016	2006/ 2014	2014/ 2016
Serviços Industriais de utilidade pública	3,9	-2,5	4,8	-2,6	3,7	-1,9	0,4	-2,0	-1,3	-1,8
Serviços Distributivos	6,8	-2,5	4,8	-4,8	6,2	-4,5	7,4	-3,0	4,9	-2,6
Serviços Produtivos e financeiros	8,4	-4,2	5,9	-11,1	7,9	-9,1	9,1	-1,7	8,0	0,8
Serviços Sociais - Educação, saúde e assistência, associativismo e associações	5,9	1,8	2,8	3,2	7,3	-0,2	5,4	2,0	6,3	-0,1
Serviços Sociais - Administração Pública	2,2	-3,5	-0,2	-4,1	1,7	-3,7	3,3	-2,7	-0,5	-2,0
Serviços Pessoais	6,9	-0,7	5,0	-3,5	6,8	-2,8	6,3	-0,9	6,6	2,7
Serviços Domésticos	-2,2	-19,5	-5,6	-23,5	-1,4	-21,9	1,3	-15,6	-9,1	10,5

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho. Elaboração Própria.

Os serviços sociais – educação, saúde e assistência, associativismo e associações – foi o subsetor o melhor desempenho em todo ciclo. Os investimentos em educação nos anos 2006-2014 – em especial nas ampliações dos Institutos Federais e das Universidades Federais, tanto no número de novas unidades, quanto na ampliação de vagas nas preexistentes – fortaleceu o segmento. Tanto que mesmo no período de crise (2014-2016), esse setor conseguiu se manter de certa maneira estável.

Por fim, o setor de serviços pessoais - alojamento e alimentação, atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão e outras atividades de serviços pessoais – que teve taxas de crescimento acima 5% a.a. (entre 2006-2014) - merece destaque, por ser um segmento que emprega um número elevado de pessoas, mas que geralmente possui uma característica de emprego informal. Por isso, o expressivo crescimento do emprego formal no período analisado é interessante, pois mostra o fortalecimento do setor neste período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou dados preliminares da pesquisa intitulada “Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças da base produtiva e mercado de trabalho”, com o recorte para as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife, Salvador e Natal, que, conforme os dados apresentados, a interiorização de diversos investimentos em eixos importantes, as Regiões Metropolitanas continuam a ter uma participação significativa no Nordeste e em seus estados. Isso ocorre porque apesar das políticas de redistribuição (transferências de renda, ampliação do crédito, valorização real do salário mínimo e investimentos) atuarem no sentido da redução das desigualdades sociais e regionais, modificando o interior do nordeste e contribuindo

para o crescimento das cidades médias interiorizadas, essas RMs permanecem sendo importantes centros comerciais, industriais e de serviços da região.

No período analisado, 2006-2016, observaram-se dois ciclos diferentes: um primeiro (2006-2014) – com grandes investimentos em eixos estratégicos, que impulsionaram as economias urbanas, mas sem o comprometimento com a articulação do desenvolvimento regional; um segundo (2014-2016) – de crise econômica e política que fragiliza o engajamento do ciclo anterior.

As políticas desenvolvidas no ciclo 2006-2014 foram importantes para as economias metropolitanas, uma vez que os investimentos que ali chegaram modernizaram e melhor articularam a dinâmica urbana. Uma fragilidade que pode ser apontada nesse período foi de que as políticas desenvolvidas atuaram em eixos pontuais de determinados setores. Desta forma, não houve uma preocupação de uma articulação com o desenvolvimento regional para o Nordeste de maneira a fortalecer e integrar a região de tal forma que no ciclo seguinte, em diversos setores que antes foram ativados, foram totalmente desestruturados perdendo muito com a crise.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Denílson da Silva. Dinâmica Econômica, Urbanização e Metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006). Recife: Editora Massangana, 2010. 352 p.

ARAÚJO, Juliana Bacelar de. Mercado de trabalho e desigualdes: o Nordeste brasileiro nos anos 2000. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2017.

BITOUN, J. Estatuto da Cidade e Planos Diretores: Possibilidades para a Melhora das Cidades e Importância da Mobilização da Cidadania Local. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia; SOUZA, Maria Ângela A. (Org.). Cadernos Observatório PE. Recife, v. p. 1-128, 2006.

CANO, Wilson & SAMEGHINE, Wlisses. Diagnóstico do setor de serviços. Documento básico. Campinas, Fecamp, 1990.

CANO, Wilson. Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CARVALHO, F. F. de. Da esperança à crise – a experiência das políticas regionais no Nordeste. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2001.

CLEMENTINO, M. do L. M.; PESSOA, Z. C. Nota Técnica: Desenvolvimento Urbano. Proposta Técnica 166: estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do Nordeste. Fortaleza: IICA/BNB, 2013 (mimeo).

CLEMENTINO, Maria do Livramento M.. Complexidade de uma urbanização periférica. Tese de Doutorado– Instituto de Economia. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar; santos, Orlando Alves. (Org). Megaeventos - Brasil: Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. e-Papers. 2015.

MARICATO, Ermínia. "Cidades no Brasil: neodesenvolvimentismo ou crescimento capitalista predatório?" In. Revista Política Social e Desenvolvimento. v. 1, n. 1. Nov 2013. Disponível em <http://issuu.com/politicasocial/docs/revistaplataforma>.

MOREIRA, Raimundo. O nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 170 p.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Dezembro de 2004. Disponível em: http://web.observatoriodasmetropoles.net.
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Relatório Preeliminar de Pesquisa Caracterização dos Regimes Urbanos das Metrópoles Brasileiras – Núcleo Salvador. 2018
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Relatório Preeliminar de Pesquisa Caracterização dos Regimes Urbanos das Metrópoles Brasileiras – Núcleo Recife. 2018
RIBEIRO, L. C. Q. As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira. Texto para discussão interna – INCT Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro, dez. 2017.
RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (Org.). Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana (1980 a 2010). Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrópoles, 2018.

AS RELAÇÕES CIDADE-CAMPO E METRÓPOLE-CAMPO:

A METRÓPOLE TERCIÁRIA E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA – O CASO DE BRASÍLIA

Sergio Magno Carvalho de Souza

Instituto Federal de Brasília – IFB
smcsgeo@gmail.com
sergio.carvalho@ifb.edu.br

INTRODUÇÃO

A relação campo-cidade tem sido modificada em função do avanço da reestruturação produtiva capitalista. Ela ocorre tanto pelas modificações causadas na modernização do campo quanto pelos novos papeis assumidos pelas cidades. Brasília, Capital Federal e de economia claramente terciária, tem sido afetada recentemente a partir da modernização agrícola de parte de seu espaço regional imediato, suscitando a questão sobre sua efetiva participação nesta dinâmica. Este trabalho tem como objetivo analisar a relação de Brasília, metrópole terciária, com o processo de modernização agrícola ora em curso em sua região imediata, a partir das novas relações campo-cidade e da relação entre as metrópoles e suas regiões imediatas.

Considerando a complexificação das relações entre campo e cidade, alguns estudos sobre o tema são dignos de nota. De um lado há a ideia do *continuum* entre espaço e campo, tendo como base a clássica ideia de Lefebvre (1999) de uma "Revolução Urbana", na qual ocorreria a urbanização total da sociedade. Tal ideia tem sido antagonizada por autores como Suzuki (2007a), que tem apontando a necessidade de um olhar mais dedicado às peculiaridades dos diversos espaços. Rua (2013) aponta para as "ruralidades no urbano" e as "urbanidades no rural", demonstrando haver elementos de um no espaço do campo oposto. Marafon (2014) destaca o fato de que o campo não desenvolve apenas atividades especificamente agrícolas, em especial a produção de alimentos, abrigando tanto o secundário como o terciário.

No seio desta questão, uma outra tem chamado a atenção: a relação entre as metrópoles e os espaços rurais que as circundam. Ao considerar peculiaridades da metrópole (capacidade de organização multiescalar, organização de amplos espaços regionais), uma base para se pensar tais relações diz respeito à compreensão em torno do papel das metrópoles junto à suas regiões imediatas. De um lado, alguns estudiosos, como Sassen (1991) e Castells (1999) apontam para a preponderância das metrópoles como articuladoras dos fluxos globais; já Scott et al (2001) e outros como Soja (2013) tem visto maior importância na associação das cidades e de suas regiões imediatas como forma de se inserir no capitalismo global.

No caso específico de Brasília, a metrópole terciária (PAVIANI, 1985) teve sua existência atrelada ao projeto de modernização do território nacional. Pensada como mola de desenvolvimento do centro-oeste brasileiro e como propulsora do desenvolvimento de sua própria região, é possível, hoje, questionar o cumprimento de sua função de polo e centro organizador de sua região imediata. Anteriormente (SOUZA, 2016), foi identificado, ao se analisar os principais processos de organização do espaço regional de Brasília, o desenvolvimento de um arco da agropecuária moderna à leste do Distrito Federal, como continuidade de um processo de modernização originado no sul do Estado de Goiás. Neste mesmo trabalho, restou sugerida a necessidade de melhor compreensão do papel de Brasília na produção de tal processo, tendo em vista seu caráter terciário e a tendência de reprodução, para tal processo, da lógica da modernização agrícola brasileira.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a relação de Brasília, metrópole terciária, com o processo de modernização agrícola ora em curso em sua região imediata, a partir das novas relações campo-cidade e da relação entre as metrópoles e suas regiões imediatas.

Para tanto, o trabalho está à frente organizado da seguinte forma: inicialmente, estabelece-se uma discussão entre o processo de reestruturação produtiva do capitalismo e sua influência na relação cidade-campo e da metrópole com o campo, a partir da relação das metrópoles com suas regiões imediatas. Em seguida é analisado o caso de Brasília, buscando-se, inicialmente, reconstruir o histórico das relações campo-cidade da capital federal, seja dentro do Distrito Federal, seja com seus municípios vizinhos; após isto, o processo de expansão da agropecuária moderna na Região Ampliada de Brasília é analisado, além das possíveis relações de algumas das Regiões Administrativas do Distrito Federal com este processo.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, RELAÇÕES CIDADE-CAMPO E METRÓPOLE-CAMPO: UMA BREVE DISCUSSÃO

Nesta segunda seção do trabalho, o interesse recai em brevemente discutir a influência do processo de reestruturação produtiva do capitalismo nas relações campo-cidade e nas relação da metrópole com o campo, a partir da questão regional. Ao final são discutidos brevemente alguns casos brasileiros, como contexto para o caso de Brasília.

Desta forma, entende-se a reestruturação produtiva capitalista como processo iniciado a partir de uma reorganização interna da produção, no qual processos como o fracionamento e a terceirização de partes da produção são características essenciais. Isso leva a uma reorganização espacial da produção, com a utilização de unidades produtivas em espaços com maiores condições de acumulação, a partir de mão de obra mais barata e menor regulamentação do trabalho (DUPAS, 2001). Tal processo ocorre a partir de um momento de flexibilização do capital, levando a uma flexibilização dos espaços produtivos; há, assim, um espaço mais flexível. A ideia de uma acumulação flexível, defendida por Harvey (1992), tem ligação com a reorientação do papel do Estado, menos dirigente e regulador, como no fordismo. Tal processo tem sido responsável por mudanças consideráveis no papel do campo e da cidade na organização espacial do capitalismo, a partir das funções desempenhadas. Se, por um lado, o campo, conforme destaca Marafon (2014), passa a ter um caráter multifuncional e abrigar atividades não necessariamente agrícolas, as principais cidades do mundo passam a concentrar atividades do terciário, destacando-se no papel de gestão (do território, dos fluxos econômicos, entre outros).

Neste contexto, conforme apontado, as relações entre cidade e campo tem passado por significativas transformações. Em geral, tais alterações costumam ser legadas ao processo de modernização do campo, que o tornaria um espaço produtivo dinâmico como a indústria, muitas vezes posta como a própria vanguarda do processo modernizante. Neste ponto, Suzuki (2007b) aponta como, na realidade, o processo de modernização sempre foi algo comum na produção agrícola. Ela tende a ocorrer a partir de duas bases principais: a reelaboração da base técnica (algo contínuo na história humana) e as mudanças nas relações de submissão do trabalho (algo igualmente contínuo, mas claramente aprofundado a partir da implantação de relações capitalistas de trabalho no campo). No período mais recente, podem ser apontadas como traços desse processo modernizante o posicionamento da terra como forma de riqueza, as formas mais contemporâneas de submissão do trabalho (e da terra) ao capital, a

formação de um capital inicialmente urbano-industrial que se expande para o campo e, por fim, as alterações técnicas daí decorrentes.

Uma das consequências mais claras deste processo é a multifuncionalização do campo, apontada por Marafon (2014). Na contemporaneidade, o campo, antes historicamente ligado à produção de alimentos (e, por isto, essencial à vida nas cidades, cujo surgimento fora dado pela produção de excedente agrícola), passa a abrigar outras atividades não necessariamente agrícolas. Tal situação somente passa a ser possível a partir da elevação generalizada da produtividade, permitindo a expansão de setores do secundário (agroindústrias) e do terciário (turismo rural, entre outros) para o campo. Marafon fala em uma complexidade de situações, apontando aí para as diversas peculiaridades do campo, o que leva a se pensar, na prática, na existência de várias espacialidades diferentes: espaços do moderno agronegócio; agricultura familiar; populações morando no campo e trabalhando nas cidades (e vice-versa). É assim que o autor fala em complementaridade e dependência entre campo e cidade.

O aspecto anteriormente apontado por Marafon retoma também a questão da atual quase inseparabilidade, tanto em elementos da paisagem quanto em elementos funcionais, do campo e da cidade. Não que se advogue a ideia de que caminhem para serem um só; mas claramente há uma grande dificuldade em se definir os espaços de cada um, porque, na prática, eles se mostram hoje imbricados e fortemente associados. Daí que Rua (2014) aponta para as "urbanidades no rural": elementos próprios das cidades, materiais ou imateriais, dispersos pelos espaço rural. Claramente o exemplo do turismo rural se adequa a esta ideia, vez que a própria ideia de turismo tem elementos, em sua natureza, da urbanidade. Em tal contexto, é possível retomar a ideia de uma "espalhamento", no espaço, das cidades; aqui se pode evocar a ideia da "dissolução da metrópole", algo largamente defendido por Santos (1996) e Santos e Silveira (2001).

É a partir da ideia de uma cidade que se torna dissolvida no espaço que se pode pensar o caso metropolitano. Claramente estes espaços são os que possuem maior condição de se dissolverem e alcançarem influência em espaços mais alargados. A questão é que ao mesmo tempo em que as metrópoles podem atingir e influenciar em dinâmicas espaciais em escalas amplas, elas mantém, ao mesmo tempo, relacionamento com escalas e dinâmicas mais imediatas. Isto ocorre em função, inicialmente, da própria manutenção da população habitante dos espaços metropolitanos – basta pensar no abastecimento de hortaliças em uma cidade como São Paulo ou Rio de Janeiro. É assim que ao se pensar na ideia de uma relação específica entre as metrópole e o campo, algo a se considerar é o papel das metrópoles na articulação multiescalar dos diversos fluxos, gerindo dinâmicas de alcance nacional e outras locais/ regionais.

Assim, a partir desta perspectiva do papel das metrópoles em diversas escalas e, principalmente, na escala de sua região mais imediata de articulação, pode-se discutir a questão da relação destes espaços e suas regiões imediatas – muitas delas baseadas na produção agrícola. Há dois campos claros de análise: de um lado uma perspectiva na qual o papel das metrópoles é ressaltado a partir de sua capacidade de se colocar como ponto/ nó dos grandes fluxos de produção global, havendo reduzida atenção à como a articulação das metrópoles com seus espaços imediatos influencia neste processo. Sassen (1991) ao falar nas cidades globais claramente aponta para suas

características dadas por meio da presença de instituições com articulação em nível global, como as bolsas de valores e as sedes das corporações transnacionais e do sistema financeiro. Castells (1999) ao abordar a ideia da sociedade em rede coloca as metrópoles como principais pontos articuladores destas redes, não apenas a partir da gestão dos fluxos de capital mas também da imaterialidade inerente à uma sociedade globalizadas.

De outro lado, encontra-se a ideia das "cidades-região" de Scott et al (2001). Em tal perspectiva, a inserção das cidades no capitalismo global ocorre a partir das formas de associação delas junto a sua região imediata. É considerada a importância da articulação de uma cidade com seu espaço (ou sua rede de cidades) como forma de inserção nos circuitos produtivos. Como aponta Arrais (2008) tal perspectiva de análise em geral tem sido utilizada na análise dos principais espaços metropolitanos globais e que tal associação comumente não se coaduna com os espaços institucionalizados de gestão (o que remete ao questionamento se as Regiões Metropolitanas brasileiras poderiam se adequar a tal modelo). Arrais aponta ainda que tal ideia traz em si também uma estratégia de inserção no capitalismo global.

Em perspectiva próxima, Soja (2013) fala na ideia de uma "urbanização regional". Neste modelo de metrópole pós-fordista, é destacado o papel das cidades na articulação de fluxos multiescalares, nos quais algumas características são postas: a refuncionalização do papel das periferias; a dificuldade no traçado do limite do espaço de abrangência das metrópoles. Assim, Soja reforça a ideia das metrópoles como polos de convergência e articulação das diversas escalas e fluxos.

Cabe retomar a ideia da dissolução das metrópoles, proposta por Santos (1996; também em Santos e Silveira, 2001). O autor aborda a ideia de que as grandes metrópoles tornam-se onipresentes em todo o território de sua influência, dado o papel que possuem no funcionamento e organização dos fluxos espaciais. É assim que se torna difícil mesmo falar em uma região de influência imediata para as grandes metrópoles: elas tem elementos, simbólicos ou de comando, presente na totalidade do território nacional (como no caso de São Paulo).

A partir de tal discussão e considerando o caso brasileiro, o que se tem é a uma dificuldade crescente na delimitação dos espaços rural e urbano. Suzuki (2007a), ao fazer um apanhado das diversas formas de delimitação do urbano, aponta para o predomínio de visões ligadas aos aspectos político-administrativos ou puramente quantitativos. Em ambos os casos, a delimitação do urbano desconsidera a tendência de existência dos elementos do campo na cidade e vice-versa, levando a uma compreensão do rural como apêndice do urbano.

Em termos de relações da metrópole com o campo (ou da metrópole com as regiões) o que se percebe é que os principais espaços metropolitanos brasileiros apresentam influência sobre seus espaços imediatos dado a partir da desconcentração da base produtiva. Historicamente, isto ocorreu a partir, inicialmente, da desconcentração de espaços produtivos das periferias mais imediatas para espaços metropolizados mais expandidos. Tal tendência foi precoce nas principais metrópoles nacionais, como São Paulo (GASPAR ET AL, 2015)[66]; em outras, onde o processo de

[66] Gaspar et al (2015) apontam uma expansão do centro do terciário moderno de São Paulo para municípios vizinhos, ao passo que estes, antigos espaços recebedores da desconcentração industrial

reestruturação produtiva só mais recentemente tem se manifestado, a desconcentração é mais atual (para o caso de Fortaleza, claro exemplo do enunciado, ver Muniz et al, 2011). Em geral, os casos apontam para a existência de uma articulação regional como desdobramento ou expansão da lógica produtiva industrial das metrópoles. Por outro lado, alguns espaços vem apresentando lógicas diversas, a partir de outros efeitos do processo de reestruturação produtiva do capitalismo. Este parece ser o caso de Goiânia, analisado por Bittar Haddad e Moura (2016), no qual o processo de expansão metropolitana vem claramente sendo influenciado pela renda gerada pelo agronegócio e pelo papel de gestão que esta metrópole aí exerce.

A partir da discussão e da breve análise da realidade brasileira, é possível agora melhor compreender o caso de Brasília, tema da próxima seção.

A METRÓPOLE TERCIÁRIA E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA – O CASO DE BRASÍLIA

Afim de analisar o caso específico de Brasília, esta seção busca, inicialmente, um resgate do histórico da formação do espaço urbano e regional da cidade, com foco específico na questão das relações campo-cidade e das relações da metrópole que se forma com os espaços rurais, seja os mais imediatos, seja aqueles em escala regional. Em seguida, é melhor analisada a extensão do avanço da agropecuária moderna à leste do Distrito Federal e possíveis efeitos em alguns de seus espaços internos.

Relativo aos antecedentes da ocupação do espaço da Nova Capital, Moura Filho (2016) destaca o papel do atual espaço do Distrito Federal ainda no período do ciclo da mineração, tendo a função de entreposto das vias terrestres que ligavam arraiais e vilas da mineração. Decaída tal atividade, a região torna-se espaço de uma agropecuária extensiva e de baixa produtividade. Tal quadro somente seria alterado a partir da construção da Capital, muito em função da infraestrutura aí posta e da ação do governo federal em relação ao Centro-Oeste a partir da década de 1970.

Neste sentido, em um período que poderia ser chamado de implantação das bases territoriais, formação metropolitana e implantação da agropecuária moderna (1956-1985)[67], o contexto aponta para a implantação de Brasília e da infraestrutura a ela correspondente, bem como, a partir da década de 1970 (em especial do I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento), de novas diretrizes de política regional para o Centro-Oeste brasileiro. Nesta, esta macrorregião tornava-se o principal espaço de expansão da agropecuária moderna, a partir de apoio do Estado.

No que concerne às relações de Brasília com sua região (e o espaço agrícola aí existente), o início da formação da cidade aponta para uma ausência de políticas públicas claramente formadas. Tal vácuo somente seria preenchido a partir de dois programas vinculados ao II PND: o Programa de Desenvolvimento de Cerrados (Polocentro) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Pergeb). Enquanto o primeiro tinha como seu principal foco a implantação de uma agropecuária moderna no espaço do Centro-Oeste, a partir da vocação de “grande celeiro” nacional voltado à exportação, o segundo buscava preservar o conjunto de Brasília por meio da

paulistana, tem suas atividades produtivas desconcentradas para outros municípios do contexto metropolitano, cidades médias do interior paulista ou outras Regiões Metropolitanas.

[67] A periodização ora proposta tem como base a periodização proposta por Moura Filho (2016) e os estudos de Bertolini (2015). Em âmbito regional, ela tem ligação com o proposto por Souza (2016).

redução das migrações, a partir de ações de desenvolvimento de território rurais e fixação do homem na terra (SUDECO; MINTER, 1975). Dada a prevalência do Polocentro sobre o Pergeb, uma política específica para o espaço regional de Brasília foi efetivada a partir das premissas da agropecuária moderna. Como principal consequência, alguns municípios se destacaram como polos de impulsão da agropecuária moderna na região, com destaque para Formosa-GO e Unaí-GO. Além disso, dado o fracasso do Polocentro e a própria dinâmica migratória nacional, Brasília se expande e inicia a ocupação de espaços dos municípios goianos, vindo se caracterizar como metrópole.

Em tal contexto, pode-se perceber que no que concerne às relações campo-cidade de Brasília, em especial com os espaços do Distrito Federal, as principais ações serão, a partir da implantação da cidade, na ocupação das áreas rurais por meio de colônias e núcleos agrícolas. A estes dois primeiros a função dada era a de abastecer a cidade em crescimento e servir como ocupação do espaço, visando evitar a expansão urbana (MOURA FILHO, 2016; BERTOLINI, 2015). Em 1977 é criado o Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF), na porção à leste do Distrito Federal (atualmente cidade-satélite de São Sebastião). O PAD-DF tem como principal diferencial estar ligado a uma agropecuária de corte empresarial, ligada à produção voltada à exportação. Como principais resultados destas ações, as relações campo-cidade de Brasília com seu espaço rural mais imediato deram-se, inicialmente, a partir da ideia do campo como apêndice das cidade, com funções voltadas às demandas urbanas. A implantação do PAD-DF claramente marca uma cisão neste modelo, com a implantação de uma agropecuária moderna no espaço do Distrito Federal, em consonância com o preconizado para o Centro-Oeste. Ao mesmo tempo, com a expansão metropolitana inicial de Brasília, as pressões sobre espaços rurais interna e externamente ao Distrito Federal se elevaram bastante.

Mais recentemente, em um período que pode ser chamado de expansão metropolitana e expansão da agropecuária moderna (1985-2018) o contexto aponta para o desmonte das políticas regionais e a perda de capacidade de atuação do Estado, a partir das premissas do neoliberalismo. A atuação tende a ser dar mais por meio da subvenção de agentes privados. Ainda que recentemente tenha-se buscado retomar algum papel planejador do Estado, o que se vê em curso é um desmonte de tal capacidade.

Em tal contexto, em âmbito regional, as principais ações apontam para a formalização de espaços de atuação regional e o uso de fundos públicos como forma de incentivo ao desenvolvimento regional. É o caso da criação, em 1998 por meio da Lei Complementar nº 98, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF)[68]. Tal espaço tem sido recentemente gerido pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), porém jamais foi alvo de um plano específico de desenvolvimento, tendo a atuação sido pautada por iniciativas pontuais

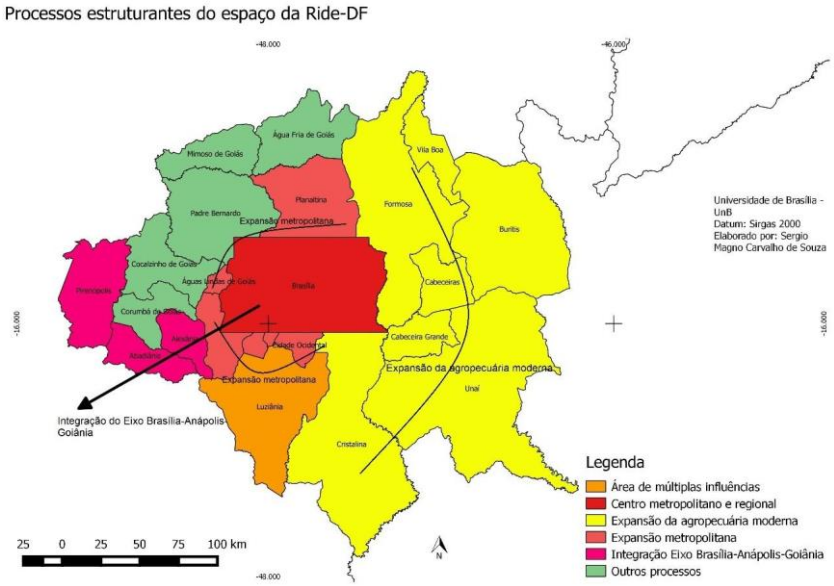
[68] A Ride-DF é atualmente composta pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no Estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, no Estado de Minas Gerais

de baixa efetividade. Por outro lado, há atuação de fundos públicos na subvenção da atividade privada, com destaque para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), cuja fatia significativa dos recursos vem sendo utilizada pela agropecuária moderna. Como resultado destas ações, três resultados podem ser apontados como principais estruturantes do espaço regional do Distrito Federal: a expansão metropolitana, a expansão da agropecuária moderna e a integração do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia[69]. Anteriormente, foi considerado (SOUZA, 2016) que a incidência destes três processos é o resultado da inserção de Brasília na lógica da reestruturação produtiva capitalista, dada por meio da emergência da integração do eixo com a capital goiana e a expansão da agropecuária moderna. A Figura 01 propõe mapear a incidência destes processos a partir do traçado da antiga Ride-DF (recentemente modificado para a inclusão de novos municípios).

No caso das relações campo-cidade, especialmente aquelas internas ao Distrito Federal, as ações apontam, conforme Bertolini (2015) para a tentativa de ordenamento da ocupação do espaço, reorganizando a ideia inicial de um campo voltado à ocupação dos espaços e à subsistência da cidade. Daí a busca dos Planos Diretores de Ordenamento do Território (PDOTs) aprovados em especificar os espaços agrícolas e buscar delimitar os possíveis espaços de avanço da mancha urbana. Em termos produtivos, além do estímulo à agropecuária de corte empresarial, há o incentivo à produção de hortaliças e outras variantes, com o fito de abastecer Brasília. Assim, a função de abastecimento é mantida, mas claramente relativizada pela presença de uma agropecuária voltada à exportação. Como resultado, o que se tem é uma relação campo-cidade mais complexa, seja por atividades que tem menor ligação ao interesse imediato da metrópole terciária da Administração Pública (como a agropecuária para exportação), àquelas que visam abastecê-la e a presença de atividades não necessariamente agrícolas, como o turismo rural (DOURADO, 2015). Moura Filho (2016) aponta para a autossuficiência do Distrito Federal em gêneros como milho, soja, tomate, alface, ovos e vegetais folhosos, apontando que, apesar da reduzida extensão territorial, há elevada produtividade.

[69] O processo de integração do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, em que pese ter relevante papel na produção do espaço regional associado à Brasília, não é alvo da análise deste trabalho.

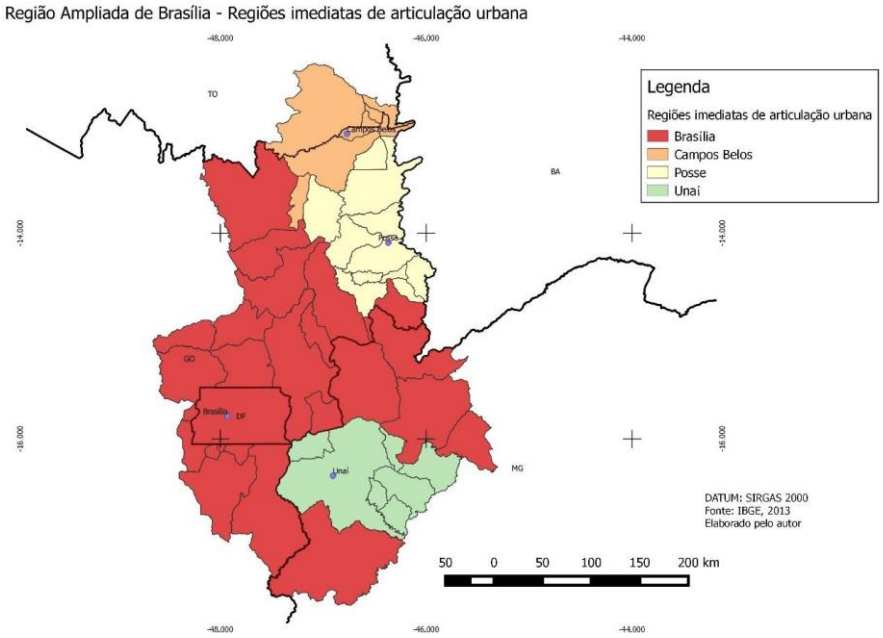
Figura 01



Fonte: Souza, 2016

A partir do mapa da Figura 01, tem-se uma ideia da incidência da reestruturação produtiva no espaço regional imediato de Brasília. Por outro lado, claramente tal processo não se encerra no espaço formalizado da Ride-DF (ainda que este tenha sido ampliado recentemente). Desta feita, outros recortes podem ser adotados afim de melhor identificar a incidência dos processos regionais de Brasília. Uma proposta possível diz respeito à Região Ampliada Articulação Urbana de Brasília, definida pelo IBGE (2013), apresentada, a partir de sua subdivisão em regiões imediatas de articulação urbana, na Figura 02.

Figura 02



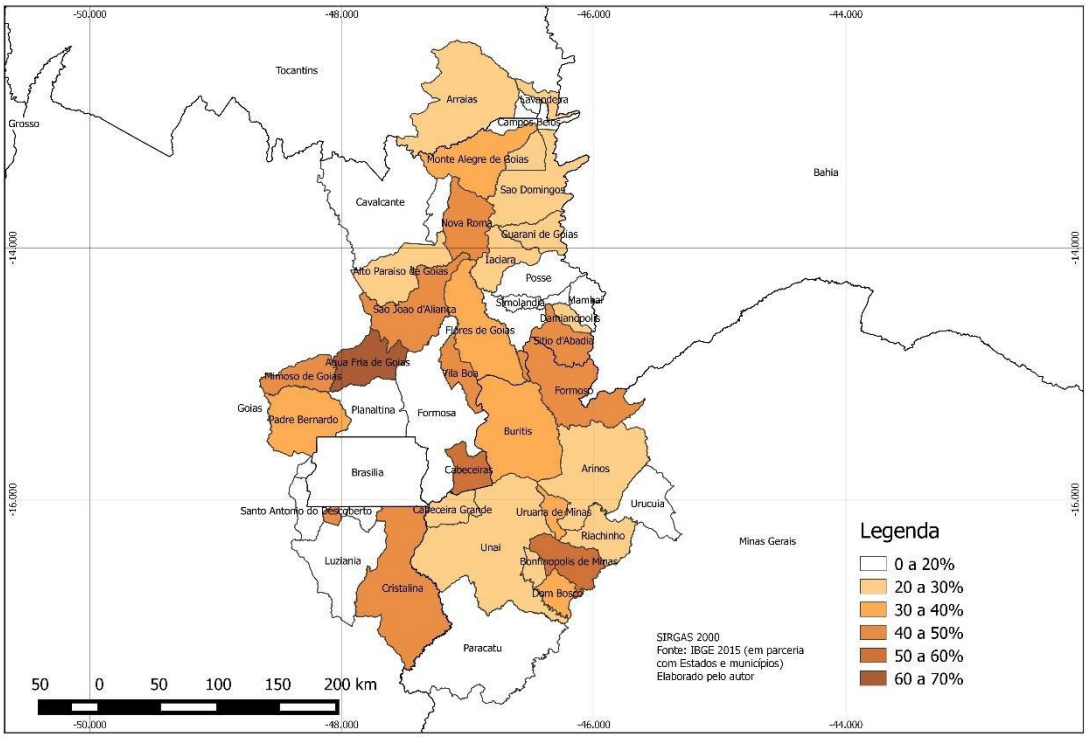
A partir da definição do espaço de análise, o foco se volta à melhor delimitar, incialmente, a extensão da agropecuária moderna na região (já que o espaço de

expansão metropolitana parece já bem delimitado, conforme a Figura 01). Para tanto, dois indicadores são analisados: o valor adicionado bruto do setor agropecuário ao PIB dos municípios e o uso de pivôs-centrais como método de irrigação (este último guarda clara ligação à atividades da agropecuária mais moderna). Afim de facilitar a visualização destes dados, foram produzidos mapas específicos para eles.

A partir do mapa da Figura 03, é possível perceber o peso do setor agropecuário em diversos dos municípios da Região Ampliada de Brasília, sendo os valores reduzidos, em sua maioria, para os municípios atingidos pelo processo de metropolização brasiliense. Destacam-se os elevados valores de municípios como Água Fria de Goiás-GO, Cabeceiras-GO e Bonfinópolis de Minas-MG. Nos três casos, trata-se, porém, de municípios de reduzida população, no qual há um natural desequilíbrio quando do desenvolvimento de uma atividade econômica. Em outros municípios mais claramente ligados ao avanço da agropecuária, o peso é menor (vide o caso de Unaí-MG, Posse-GO e principalmente o de Formosa-GO, este último na menor faixa de valores). Nestes, pode-se especular a ideia de que estão como centros de prestação de serviços à produção, tendo os municípios maiores a função de local em si da produção agrícola. Como município com contingente populacional importante e elevado peso do setor agropecuária está Cristalina-GO.

Figura 03

Participação do valor adicionado da agropecuária ao valor adicionado bruto - PIB municipal (%) - 2015

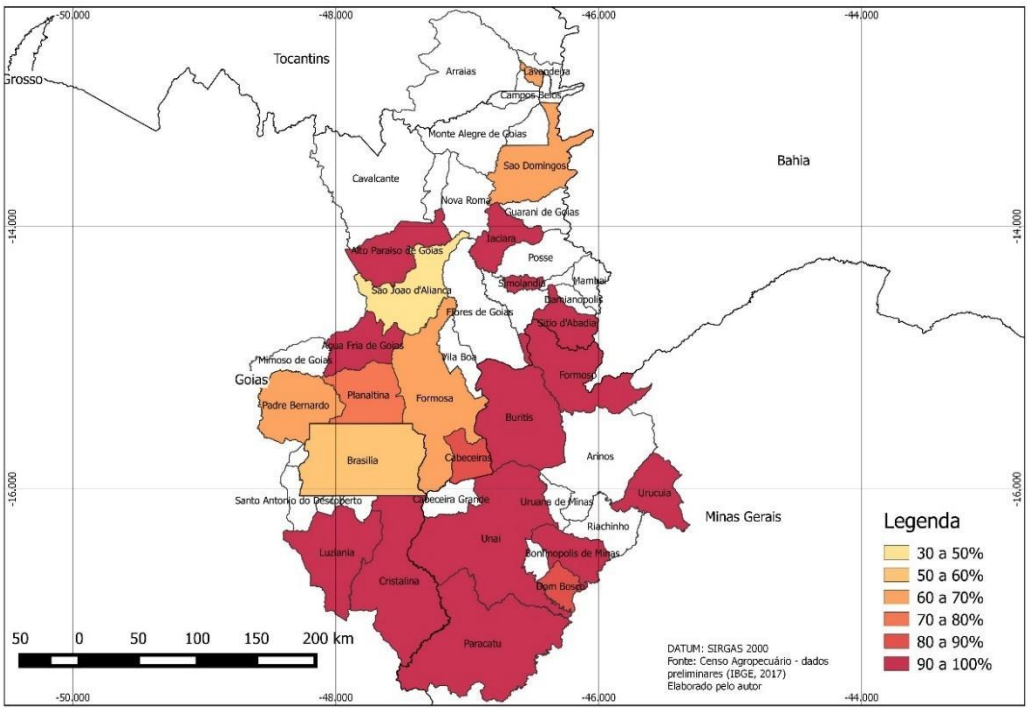


A partir das informações do mapa da Figura 04, considerando os dados da área dos municípios irrigadas a partir do uso de pivô central (e tomando este como um indicador de modernização da atividade agrícola), vê-se que há uma grande concentração na porção de municípios à sudeste de Brasília. É claro, neste sentido, a herança do processo de modernização vindo do sul do Estado de Goiás e do oeste do

Estado de Minas Gerais, com destaque para os municípios de Luziânia-GO, Cristalina-GO, Paracatu-MG e Unaí-MG e municípios próximos. Em contrapartida, os municípios do nordeste goiano contidos na Região Ampliada de Brasília apresentam ainda pouca presença do uso de pivôs centrais, o que aponta para uma modernização em menor escala. Comparando os dados da Figura 03, fica claro que mesmo com uma grande participação da agropecuária na composição do PIB deste último grupo de municípios, a atividade é provavelmente não modernizada. Neste grupo de municípios destacam-se alguns de pequena população, como Iaciara-GO, Simolândia-GO e Sítio d'Abadia-GO. Há ainda que se destacar a presença expressiva de pivôs centrais no Distrito Federal e em alguns municípios vizinhos, como Formosa-GO, Planaltina-GO e Padre Bernardo-GO. Considerando a localização destes municípios, eles apontam para a extensão da continuidade de espaços produtivos internos do Distrito Federal, em especial a leste (Regiões Administrativas de Planaltina, Paranoá e São Sebastião, na porção leste; e Brazlândia, na porção norte).

Figura 04

Área dos estabelecimentos agropecuários com uso de irrigação, pelo total do município (em %) - irrigação por aspersão, pivô central.



Após a análise das informações sobre a Região Ampliada de Articulação de Brasília, o interesse passa a ser por Regiões Administrativas do Distrito Federal que aparentam maior ligação à expansão da agropecuária moderna. Assim, foram selecionadas Brazlândia, Planaltina, Paranoá e São Sebastião. Nestas se buscou observar o setor no qual a maior parte da população aí habitante trabalha, bem como o local do exercício do trabalho, a partir dos dados mais recentes da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada pela Codeplan (2016). A intenção era verificar o impacto que poderia estar ocorrendo pelo processo de modernização da agropecuária. O mapa da Figura 05 permite localizar o espaço das Regiões Administrativas analisadas.

Figura 05 – Divisão do Distrito Federal em Regiões Administrativas

Fonte: CODEPLAN, 2017.

Os dados sobre a população das Regiões Administrativas ocupadas com o setor agropecuário, constantes na Tabela 01, apontam que o percentual desta é, em geral, reduzido nos espaços selecionados. Em Brazlândia tal setor apresenta maior preponderância, porém sem sequer alcançar 5% da população ocupada da Região Administrativa. Em outras nas quais a atividade agropecuária demonstra algum destaque, o percentual empregado no setor é ainda reduzido: 1,96% em Planaltina, 0,57% no Paranoá e 0,56% em São Sebastião (os valores do Paranoá e São Sebastião são menores do que o centro principal da cidade, onde predomina o terciário, o Plano Piloto).

Tabela 01 - População ocupada no setor agropecuário segundo Regiões Administrativas selecionadas- Distrito Federal - 2015 - em %

Plano Piloto	1,13
Brazlândia	4,39
Planaltina	1,96
Paranoá	0,57
São Sebastião	0,56
Distrito Federal	**0,85**

Fonte: CODEPLAN, 2016

Os dados da Tabela 02, referentes ao local de trabalho da população habitante das Regiões Administrativas, reforça o quadro visto na Tabela 01. Isto porque há uma importante quantidade de moradores de tais Regiões que trabalham no Plano Piloto. A única Região em que tal tendência parece ser menos caracterizada é Brazlândia, no qual 53,49% da população ocupada habitante da Região Administrativa trabalha nela própria. Nos outros casos em análise, tal percentual está sempre abaixo de 40%: 37,60% em Planaltina, 31,15% no Paranoá, 30,62% em São Sebastião. Ou seja, com exceção de Brazlândia, fica bem caracterizado o movimento pendular diário da

população destas Regiões Administrativas, tendo elas mais trabalhadores empregados fora da Região que nela mesma. No caso de Brazlândia, conforme antes analisado, há um perfil de produção baseada em propriedades familiares, o que pode explicar, em partes, os dados analisados. Ao mesmo tempo, os dados da Tabela 01 que apresentam menos de 5% da população empregada na agropecuária, podem não apontar o emprego em outros setores que podem ter ligação ao setor (como o comércio local).

A análise aponta, neste sentido, que a dinâmica de agropecuária moderna está bem caracterizada em um grupo de municípios à leste do Distrito Federal, o que torna válida a questão em torno do papel de Brasília na articulação deste circuito produtivo; por outro lado, os dados ainda não apontam um envolvimento mais claro, em especial as Regiões Administrativas mais à leste, cujo perfil ainda reproduz tendências de outros espaços do quadrilátero.

Tabela 02 - População ocupada que trabalha segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal – 2015 - em %

Região Administrativa	Plano Piloto	Brazlândia	Planaltina	Paranoá	São Sebastião	Fora do DF	Periferia Metropolitana do DF
Plano Piloto	89,95	0,18	0,14	0,44	0,22	0,15	0,18
Brazlândia	25,31	53,49	0,15	-	-	0,61	1,51
Planaltina	40,62	0,09	37,60	3,20	-	0,53	0,53
Paranoá	36,98	0,28	0,43	31,15	0,85	0,14	0,14
São Sebastião	34,10	0,60	0,30	0,68	30,62	-	0,12
Distrito Federal	**41,53**	**1,20**	**2,51**	**1,07**	**1,28**	**0,25**	**0,69**

Fonte: CODEPLAN, 2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da ocorrência do processo de reestruturação produtiva, viu-se que tem ocorrido modificações nas relações campo-cidade, havendo larga discussão do tema a partir da modernização agrícola e seus efeitos. Há ainda que se considerar o papel das cidades neste contexto, pois além de se colocarem como principais articuladoras do capitalismo em nível global, as cidades, especialmente as metrópoles, tem o papel de articulação das diferentes escalas, devendo estabelecer relações e fluxos em escalas menores, destacadamente com seus espaços imediatos. Tal articulação dá-se não apenas com uma rede de cidades mais imediata, mas também com um espaço agrário que tende a se organizar em sua função. De tal relação, na qual há o elementos das trocas simbólicas, percebe-se que as cidades vão expandido sua presença, em especial sua capacidade de mando e articulação.

Ao analisar o caso de Brasília, deve-se considerar seu papel inicial como forma de dinamização de sua região imediata. Entretanto, se esperava dinamização regional de uma metrópole de corte claramente terciário, no qual esteve sempre clara a preponderância da Administração Pública. Afastada de uma efetiva política de

desenvolvimento regional, a cidade muito mais se consolidou como Capital administrativa e menos como dínamo do desenvolvimento local. A relação campo-cidade aí estabelecida ora apontou para a demanda de abastecimento da capital, ora para a integração ao papel do Centro-Oeste de grande espaço produtivo da agropecuária moderna.

Os dados analisados demonstram, por outro lado, que o processo de reestruturação produtiva, ainda que não afete tão diretamente o papel de Brasília, tem sido responsável por suscitar processos a ele ligados, em especial a agropecuária moderna. Os dados e informações analisadas demonstram de forma clara que o espaço agrícola moderno à leste e à sudeste de Brasília vem se consolidando, com tendência de expansão no espaço dos municípios do nordeste goiano, especialmente ao redor das rodovias federais. O foco do trabalho, que era o de analisar mais claramente o papel de Brasília (e do Distrito Federal) nesta lógica aponta para uma participação ainda tímida em tal processo, especialmente pela manutenção do perfil das Regiões Administrativas mais envolvidas na expansão do moderno agronegócio. Estas ainda tendem a se manter como espaços da mão de obra que migra diariamente para o Plano Piloto, sem um perfil de maior dedicação às atividades agrícolas. Brazlândia configura caso à parte, no qual a agropecuária de perfil menos patronal parece exercer alguma influência.

O quadro apresentado por Brasília carece ainda de maiores definições em torno dos efeitos da atividade da agropecuária moderna no Distrito Federal. É necessário avançar ainda para um quadro mais dinâmico do processo, especialmente a partir da análise dos circuitos produtivos da agropecuária moderna. Deve-se definir se de fato há apropriação do valor gerado por este circuito produtivo e o papel efetivo de Brasília nesta dinâmica – se com algum papel de comando, ou a partir tão somente da infraestrutura fornecida pelo posto de Capital Federal e de parcelas de seu espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Tadeu Alencar. A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas. Cadernos Metrópole, nº 20, p. 81-91, 2008.

BERTOLINI, Valéria Andrade. Para onde vai o rural no DF? – Análise de processos sócio espaciais ocorridos nas áreas rurais do Distrito Federal – de 1960 à 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BITTAR HADDAD, Marcos; MOURA, Rosa. Dinâmicas de expansão do arranjo urbano-regional Brasília-Anápolis-Goiânia. Cadernos Metrópole, v. 18, nº 36, p. 583-603, 2016.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal – 2015. Brasília: Codeplan, 2016. Disponível em: < http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Distrito-Federal-1.pdf> . Visto em: 20 nov. 2018.

_____. Atlas do Distrito Federal 2017. Brasília: Codeplan, 2017. Disponível em < http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf> . Visto em: 20 nov. 2018.

DOURADO, Ana Clara Gonçalves. A agricultura urbana no Distrito Federal: contextos e reflexões sobre as ruralidades em meio urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social: Pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
GASPAR, Ricardo Carlos; APARÍCIO, Cima Alejandro Pietro; BESSA, Vagner Carvalho. A metrópole de São Paulo: desenvolvimento econômico recente e configuração interna. In: BÓGUS, Lúcia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana. (org.s). São Paulo: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Divisão Urbano Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: < ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_urbano_regional/documentacao/divisao_urbano_regional_apresentacao_do_trabalho.pdf> . Visto em: 20 nov. 2018.
LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
MARAFON, Glaucio José. Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade. Campo-Território: revista de Geografia Agrária. Edição especial do XXI ENGA – 2012, p. 1-13, 2014.
MINISTÉRIO DO INTERIOR (MINTER); SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (SUDECO). II Plano Nacional de Desenvolvimento: Programa de ação do Governo para a Região Centro-Oeste. Brasília: SUDECO, 1975.
MOURA FILHO, Cláudio Humberto. Dinâmica Territorial no Distrito Federal: os casos dos Núcleos Rurais Lago Oeste e Vargem Bonita. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira; SILVA, José Borzacchiello; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Reestruturação produtiva, trabalho e transformações no espaço metropolitano de Fortaleza. Boletim Goiano de Geografia, v. 31, nº 1, p. 13-25, 2011.
PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: PAVIANI, Aldo. (org.) Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. Brasília: Projeto, 1985.
RUA, João. Urbanidade, urbanidades, urbanidades no rural: uma construção para melhor compreender a unicidade do espaço geográfico. In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MARAFON, Glaucio; SILVA, Augusto César Pinheiro.(orgs.). Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.
SASSEN, Sassen. Cidades na economia mundial. São Paulo: Estudio Nobel, 1991.
SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.
SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.
SCOTT, Allen; AGNEW, John; SOJA, Edward; STORPER, Michael. Global city-regions. In: SCOTT, Allen (org.) Global city-regions: trends, theory, policy. Oxford: Oxford University Press, 2001.

SOJA, Edward. Para além de Postmetropolis. Revista da UFMG, v. 20, nº 1, p. 136-167, 2013.
SOUZA, Sergio Magno Carvalho. Reestruturação produtiva, produção de subcentros e desigualdades socioespaciais na Ride-DF. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. Revista do NERA, ano 10, nº 10, p. 134-150, 2007a.
____. Modernização, território e relação campo-cidade – uma outra leitura da modernização da agricultura. Agrária, nº 6, p. 83-95, 2007b.